

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

Mario Guillermo Massini

Subjetividades anarquistas:

O caso da Colônia Cecília

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do Título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Lygia Quartim de Moraes

Campinas

2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP
Bibliotecária: Sandra Aparecida Pereira CRB nº 7432**

M386s **Massini, Mario Guillermo**
Subjetividades anarquistas : o caso da Colônia Cecília / Mario
Guillermo Massini. -- Campinas, SP : [s.n.], 2011.

Orientador: Maria Lygia Quartim de Moraes
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Rossi, Giovanni, 1856-1943. 2. Anarquismo - Brasil - Paraná -
Colônia Cecília. 3. Anarquismo e anarquistas - Paraná. 4. Subjetividade
I. Moraes, Maria Lygia Quartim de. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Título em inglês: Anarchists subjectivities : Cecilia Colony's case

Palavras chaves em inglês
(keywords):

Anarchism – Brazil –Parana - Colony
Cecilia
Anarchism and anarchists - Paraná
Subjectivity

Área de Concentração: Teoria Sociológica e Pensamento Social

Titulação: Mestrado em Sociologia

Banca examinadora: Maria Lygia Quartim de Moraes, Leandro Karnal,
Martin Retamozo

Data da defesa: 12-03-2011

Programa de Pós-Graduação: Sociologia

Mario Guillermo Massini

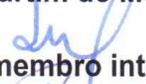
“Subjetividades anarquistas: O Caso da Colônia Cecília”

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 16/03/2011

BANCA


Prof. Dra. Maria Lygia Quartim de Moraes (Orientadora)


Prof. Dr. Leandro Karnal (membro interno)


Prof. Dr. Martin Retamozo (membro externo)

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti (suplente interno)

Prof. Dr. Anibal Vigueira (suplente externo)

Março / 2011

Resumo

Essa pesquisa tem por objetivo analisar a experiência anarquista da Colônia Cecília, que ocorreu entre os anos de 1890 e 1894, numa região próxima à cidade de Palmeira, Estado do Paraná, Brasil. Procuramos nos concentrar na análise da evolução dos aspectos simbólicos e imaginários, entendidos como elementos fundamentais no momento de pensar sobre a criação de um projeto libertário do tipo que foi impulsionado. Realizamos também uma revisão dos principais desenvolvimentos acontecidos na comunidade e em torno dela, como da trajetória intelectual e política de Giovanni Rossi, mentor do empreendimento. Além disso, foi de nosso interesse destacar as obras artísticas e de ficção, assim como as acadêmicas e científicas, que tiveram como objeto o coletivo anarquista, que contribuíram para dar vida a essa experiência no imaginário coletivo.

Palavras chaves: Rossi, Giovanni - Anarquismo – Brasil; Paraná - Colônia Cecília - Subjetividade

Abstract

The purpose of the present work is to analyze the anarchist episode in Colonia Cecilia, which happened between 1890 and 1894, in the area near to the city of Palmeira, Estado de Paraná, Brazil. We will focus the analysis in the development of symbolic and imaginary features, understood as essential components when thinking about the creation of a libertarian plan such as the one that was boosted in that occasion. We will also go through the main events that happened in and around the community, as well as Giovanni Rossi's intellectual and political career, who was the mentor of the plan. Moreover, it was our concern to highlight the artistic and fiction works, as well as the academic and scientific ones, which had as objective the anarchist group, and help to conceive that experience in the collective ideology.

Keywords: Rossi, Giovanni – Anarchism – Brazil, Parana – Colony Cecilia - Subjectivity

SUMARIO

I	Introdução	11
II	Aproximações	21
II.I		23
II.II		27
III	Colônia Cecília	47
III.I		49
III.II		54
III.III		58
IV	O construtor: Giovanni Rossi	69
IV.I		71
IV.II		90
IV.III		108
V	Eixos	125
V.I.I		127
V.I.II		142
V.II.I		172
V..II.II		210
VI	Anarquia	237
VI.I		239
VI.II		250
VII	Considerações finais	293
	Referencias	301

Introdução

Abril de 1890. Palmeira, Estado do Paraná, Brasil. Um pequeno grupo, composto por cinco homens e uma mulher italiana, adentra agrestes territórios para começar uma nova etapa em suas vidas. Para eles, além de tentar conseguir a já difícil reprodução diária naquelas paragens, estava em jogo a realização de uma coletividade conforme os princípios gerais do anarquismo. Igualdade entre os participantes e a ausência de dominação nas formas de estabelecer suas relações foram as bases sobre as quais repousava o projeto comunitário.

Na verdade, a Colônia Cecília foi apresentada como uma grande oportunidade para implantar na prática o esquema que, no campo das ideias, tinham desenvolvido teóricos diferentes, tal como Giovanni Rossi, o qual devemos salientar como pai e mentor da experiência em questão. Ainda que não possamos conceber a Colônia sem Rossi, tampouco podemos entendê-la sem mencionar a participação de valiosos companheiros libertários de militância, cofundadores da comunidade, assim como os camponeses que chegaram mais tarde que os pioneiros.

Com estas poucas linhas introdutórias, começamos a ingressar num fenômeno que, embora sem vestígios no local onde foi realizado, ainda hoje é lembrado de forma significativa. Sua memória se mantém ativa tanto em ativistas libertários¹ de todo o mundo como em habitantes brasileiros em geral (ou seja, aqueles que não participam nas fileiras socialistas, predominantemente nos radicados na região sul desse país). Também é um fato notável a realização permanente de trabalhos com objetivo de recuperá-la, que serão apresentados na próxima seção.

Nossa discussão vai tentar abordar de maneira apropriada o que aconteceu na Colônia Cecília e, portanto, dar conta de seu desenvolvimento, através da análise de algumas das variáveis mais importantes. No entanto, na medida em que sua base libertária deu-lhe um caráter diferente das demais colônias agrícolas que foram assentadas em diferentes partes do mundo, não só abordaremos os fatos históricos da comuna, mas

¹ Apesar de serem dois significantes diferentes, e com as dissímiles cargas semânticas que possam vir a ter, consideramos, ao longo do trabalho, a mera menção de Daniel Guérin, que afirma: "Atualmente, *anarquista* e *libertário* podem ser usados como sinônimos" (GUÉRIN, 2003, p.40). Quanto à recuperação geral no anarquismo, consultar sua incorporação na obra de Max Nettlau (1978).

também analisaremos o Projeto geral apontado pelos anarquistas, incluindo as diversas problemáticas que os afligiam, as conquistas alcançadas, assim como as limitações que foram cruciais à sua queda.

Assim, um dos passos dados na comuna para atingir esse traço distintivo (ser um tipo de comunidade onde as dominações seriam abolidas) foi o de gerar uma subjetividade libertária coletiva entre os participantes, sendo a constituição de sujeitos anarquistas, certamente, a mais bem sucedida realização do Projeto. A empreitada não era simples em absoluto, em especial se considerarmos que os camponeses italianos que foram se agregando ao projeto - e que viriam a se tornar maioria - não eram anarquistas e nem sequer tomavam parte dentro das fileiras do socialismo.

Em um primeiro contato com os relatos da comunidade libertária, detecta-se, de forma esquemática, a participação de Rossi, anarquista do primeiro grupo, e dos camponeses italianos que posteriormente viriam, cada um com projetos diferentes, para fazer parte da comuna. Dentre eles, os dois primeiros diferenciavam-se principalmente pela finalidade que atribuíam à Colônia. Para Rossi, o seu valor estava em demonstrar a viabilidade da vida libertária em comunidade. O empreendimento serviria como um instrumento de propaganda dos ideais libertários, dando um forte impulso às suas atividades. Para seus companheiros, tratava-se mais de colocar em prática as noções libertárias pelas quais militavam na Itália. Nesse sentido, é interessante indagar as semantizações com que se investia no Projeto Cecília para, portanto, poder avançar na investigação acerca da viabilidade que teria a criação de um tecido social puramente anarquista.

Tanto Rossi como os pioneiros libertários apareceriam juntamente sob o signo da anarquia, e dentro de um terreno ideológico comum. Os camponeses, por sua vez, partiam de outras demandas, já que foram as restrições e a escassez materiais que os impulsionaram. No entanto, sua inserção não iria ocorrer em qualquer tipo de colônia agrícola, mas num lugar que tinha como programa o estabelecimento uma ordem social anarquista e, por isso, uma configuração simbólica comum teria que surgir entre as diversas subjetividades colocadas em circulação.

Assim, existiam sentidos compartilhados entre os anarquistas pioneiros, Rossi e os camponeses? Quais foram as linhas de ação desenvolvidas pelos libertários para atingir uma estrutura simbólica comum? Que respostas resultaram da recepção por parte dos camponeses e dos libertários? Essas são algumas das perguntas que estão direcionando o que aqui é do interesse pesquisar, e que são factíveis para se achar uma abordagem inicial, quando se considera que uma ruptura com a formação burguesa de origem teve que ser forjada pelos atores.

Destruir para criar, eis uma das bases do anarquismo como corrente política e cultural. Mas a derrubada deve vir acompanhada de um processo de construção. A partir disso, surge uma nova questão: Como alcançar esse quadro comum de sentidos partindo do fato de que, para alcançá-lo, não tinha que se impor forma alguma arbitrária de interpretar o mundo?

Baseada na liberdade e autonomia, a Colônia motivava uma configuração social que, para além da ordem burguesa, também pudesse escapar do fechamento do universo discursivo em torno de uma concepção dogmática de anarquia. No entanto, como uma forma de sutura costura de sentidos também é necessária para a montagem de uma comunidade, para a estabilidade das relações sociais, como superar essa tensão? Como conseguir a transformação sem coerção?

Por isso é que a pesquisa se propõe a trabalhar a partir dos fatos ocorridos na Colônia Cecília, as formas de relacionamento entre os diferentes membros da comuna, e, assim, dar conta dos conflitos e articulações que se produziram entre as subjetividades lá presentes. Também será relevante poder detectar se se deu (ou não) a formação de novos sujeitos. As práticas, os enunciados, todas as manifestações dos homens têm uma inscrição simbólica que lhes dá sentido. Somente uma transformação estrutural nesta instância dá origem a algo do que se possa se falar convincentemente de novos mundos possíveis.

Somente a partir do momento em que a Colônia Cecília atingisse esse nível de inovação é que poderia afirmar-se a consecução de alguns dos objetivos principais que os anarquistas colocavam com a criação do Projeto. Por isso é que sublinhamos a distinção entre a(s) subjetividade(s) e o sujeito, propondo dar conta de saber se alcançou-se a consolidação de um sujeito anarquista propriamente dito, ou se o que aconteceu foi o

compartilhamento de uma série de representações mais ou menos comuns entre os atores, que deu a viabilidade ao Projeto em uma forma contínua, durante mais de quatro anos, e cumprindo algumas de suas premissas básicas.

Entendemos, primeiramente, que um tipo de semantização compartilhada tinha que se dar na ordem estabelecida na comuna, senão teria sido impossível que se apresentasse um certo grau de regularidade institucional. E, para que isso acontecesse, foi necessário um processo de construção hegemônica que se estruturou a partir de um determinado recorte de sentidos do social, envolvendo tanto os libertários como os camponeses. Para resolver como é que o mesmo ocorreu, surge-nos uma questão central: qual foi o significante Amo que se operou na constituição da Colônia? Na medida em que se propunha a formação de uma nova configuração simbólica, um significante Amo deveria interpelar de forma conjunta os diversos sujeitos.

Desta forma, a institucionalização da colônia é outra questão a ser enfatizada. Sabemos que houve por parte dos criadores libertários da comuna uma ênfase permanente na configuração de um universo simbólico e de um imaginário anarquista. Compreendemos a instância simbólica como a concatenação de significantes que traçam as valorações e os sentidos viáveis para constituir os sujeitos num determinado tempo e sociedade. Deste entrelaçado emerge o Grande Outro que interpelará os sujeitos: em troca da estruturação que outorga, pede a sujeição à sua palavra.

Assim, quando nos referimos ao imaginário, deixamos o plano da verticalidade para passar ao da horizontalidade: são os "outros" menores os que entram em cena naquele momento. Estes outros são os que permitem a identificação ao nível da imagem (codificados por intermédio de representações registradas em crenças, costumes, comportamentos e elementos como cores de pele ou vestimentas), "imagens" em circulação, que afirmam a identificação entre os sujeitos. Se com o simbólico tínhamos uma identificação com um ideal que era apresentado como um mandato, aqui haveria uma identificação entre irmãos que permitia formar parte da comunidade, ao ser reconhecido e reconhecer-se nos outros.²

² Quanto ao esquema de identificações verticais e horizontais, o mesmo pode ser encontrado na obra de Sigmund Freud (1988), desenvolvido a partir do que o autor chamou de "massas artificiais", referindo-se aos

Como é, então, que uma comunidade anarquista consegue institucionalizar-se quando o seu fundamento é a autogestão sustentada no livre arbítrio humano? Em cada uma das atividades, nenhum indício de autoritarismo ou de representação era avalizado. As decisões eram discutidas e tomadas em assembleias da comunidade, com participação direta. Se tomarmos os eixos principais de preocupação para o pensamento anarquista (como a propriedade, a religião, a família, a educação, as relações trabalhistas e as formas de organização da produção e consumo), observa-se que os libertários atuarem sobre eles através da luta anti-institucional.

Com a finalidade de desenvolver essas questões, optamos por organizar a pesquisa em cinco capítulos. No primeiro, a ideia é apresentar e fazer uma primeira aproximação com o objeto de estudo. Para tanto, realizamos uma espécie de resenha, procurando indicar o grande número de obras que, em diferentes formatos, abordaram a Colônia. Nessa ordem, observamos que não se enfatizou unicamente o aspecto quantitativo, dado que a multiplicidade de matérias e quadros que surgem a partir deles permite perceber a riqueza da experiência anarquista. Essas obras possibilitam ilustrar largamente as temáticas e sentidos que dão a força atual à memória da comuna anarquista. No entanto, além desses pontos, devemos notar que o conteúdo de tais obras de modo algum será considerado como fontes do trabalho.

Em seguida, analisamos trabalhos de caráter científico e/ou acadêmico que tematizam a Colônia. Essa revisão forneceu uma gama de abordagens teóricas e disciplinares, a partir da qual pudemos pensar muitos dos eventos da comunidade libertária. Ao mesmo tempo, a riqueza de materiais de arquivo que muitas dessas obras contêm foi um aporte fundamental para a realização da nossa tarefa.

O capítulo 2 se inicia a partir de alguns episódios marcantes da comuna. Em seguida, é realizamos uma descrição dos contextos (político, econômico, cultural) italianos e brasileiros com o objetivo de traçar um breve panorama das condições sócio-políticas no qual se inseriu a Colônia

casos específicos da Igreja e grupos militares dos exércitos. Aqui também se recuperaram algumas passagens do reconhecido ensaio de Jacques Lacan (2003) “El estadio del espejo como formador de la función del yo (je) tal como se nos revela en la experiencia psicoanalítica”.

O terceiro capítulo é dedicado inteiramente a Giovanni Rossi: a centralidade da sua figura para o entendimento de todo o processo obriga a efetuar um acompanhamento bastante detalhado do que fora seu enquadramento teórico e suas atividades profissionais e políticas.

Na sequência deste esquema entre biografia pessoal e intelectual de Rossi, no capítulo quatro, foram analisadas as práticas que ocorreram na Colônia. Para este efeito, foram selecionados dois eixos: amor livre e trabalho, considerados aqui como altamente relevantes para a estruturação do Projeto libertário. A intervenção foi efetuada a partir da comparação das representações dos anarquistas com os fatos que ocorreram em torno deles – como é evidente a partir das narrativas que foram recuperados do momento – e os objetivos que esperavam desenvolver os libertários.

O último dos capítulos destina-se a um balanço do Projeto de Colônia Cecília: analisamos os elementos que permitiram pensar a comuna como um coletivo anarquista e o grau e tipo de desenvolvimento que se possa ter alcançado. Nesta parte do trabalho, foi importante identificar aspectos de carácter simbólico e imaginário, assim como refletir sobre o tipo de práticas e relações que foram se convertendo em condições para o desenvolvimento de uma Colônia desse tipo.

No que se refere às fontes utilizadas para desenvolver as propostas indicadas, foram alguns textos publicados por Rossi os que forneceram a maior parte do material para os nossa finalidade. Também, deve se considerar o uso de artigos políticos e cartas pessoais do próprio Rossi, assim como de alguns dos colonos que se oficiaram como cronistas da comuna – e são citados de maneira íntegra, ou por partes, em várias das investigações que aqui se recuperaram. As cartas – que têm a riqueza de ser documentos que não foram concebidos e escritos como propaganda dos militantes, mas sim dirigidas a parentes residentes na Itália – deixavam transparecer os sentimentos e as vivências que os anarquistas sentiam naquele momento.

Evidentemente, essa restrição em termos de acesso a fontes diretas marca uma grave limitação do estudo planejado, dado que, muitas vezes, diante disso, foi privilegiado o olhar rossiniano para poder entender o processo global da comuna. Esta abordagem, obviamente,

não é uma escolha para nós, mas responde a uma adequação aos recursos temporais e materiais disponíveis para a realização da tarefa.

Assim, ganham relevância as fontes secundárias, que, como se mencionou linhas acima, são os estudos acadêmicos e científicos (não os de caráter ficcional) que se concentraram na Colônia Cecília, em Giovanni Rossi e nas origens do anarquismo no Brasil. A riqueza do material aportada por esses trabalhos é essencial para essa pesquisa, pois possibilita obter diferentes representações da comuna a partir de outras vozes que não sejam a de Rossi, ou mesmo para trazer à tona "outros" Rossi que não são exibidos em seus escritos publicados, utilizados como fonte direta neste trabalho.

Quanto ao referencial teórico, a ideia não foi plasmar e percorrer as ideias dos clássicos anarquistas e utilizá-los como base para, só então, observar as práticas realizadas na comunidade (tal como a se tem procedido em alguns dos trabalhos que abordaram a Colônia). A proposta é, basicamente, abrir um leque teórico em direção de pensadores político-sociais, a maioria pós-marxistas ou pós-estruturalistas, que serão de grande utilidade para enfrentar as explorações que procuraremos efetuar.

Dessa maneira, cabe assinalar que a visão com a qual trabalhamos busca, de alguma forma, superar a conhecida distinção entre os aspectos comumente chamados de abstratos e os de referência empírica. Ambos são mutuamente configurados por operações discursivas que os atores realizam na compreensão do mundo, portanto, fazem parte de uma construção possível da realidade, em um processo de seleção, oposição e integração permanente dos elementos.

É por isso que para esta pesquisa utilizamos como parte de um mesmo corpus as diversas práticas que os anarquistas efeturaram na Colônia, tais como a organização política, as relações de trabalho, o tipo de vínculos sensuais, a difusão de relatos relacionadas à política, às ciências ou às humanidades (arte, filosofia). Em suma, muitas questões ganham sentido a partir de jogos de integração e diferenciação mútua, articulados em uma inscrição simbólica que marca os limites da viabilidade de realização.

Se examinarmos o caso da Colônia Cecília, este esquema mostra-se bem enriquecedor para resolver a problemática em questão. O que é mostrado é a existência de um conjunto de valores e sentidos que flutuam, que estão livres em algumas sociedades e

momentos históricos, e passam a envolver distintos significantes que serão o apoio para se localizar em um determinado universo simbólico, o qual marcará as condições de uma época. Por sua vez, estes valores e sentidos, configurados em grandes eixos simbólicos, como matrizes sócio-culturais, se imprimirão em imagens que constituirão um imaginário coletivo: a identificação vertical (simbólica) é complementada por outra de tipo horizontal (imaginária) entre os sujeitos (sujeitos barrados).

O tratamento da colônia será mais complexo se, para além das representações particulares dos atores, levarmos em consideração que uma nova ordem social era buscada. Questões como as de gênero, relacionamentos amorosos (sensuais e familiares), a da distribuição da riqueza, profissionais e de ofícios, do tempo livre, são alguns dos temas que estavam em disputa entre os colonos, e que deveriam ser resolvidos de forma coletiva. Assim, um dos maiores potenciais do enfoque sugerido é a expansão de elementos passíveis de se tornarem parte da análise que dê conta das lógicas de constituição dos sujeitos (coletivos e/ou individuais). Com estas premissas é que se procurará encarar a pesquisa de uma forma adequada, para alcançar o cumprimento dos objetivos propostos.

I - Aproximações

I

A intenção de construir um percurso para pensar sobre os acontecimentos em torno de um agrupamento de pessoas que decidiram formar um tipo de coletividade marcada por valores tão divergentes dos existentes em seu tempo histórico dirige nossa atenção para uma reflexão sobre os mecanismos pelos quais atualmente está em vigor no imaginário brasileiro, assim como em outras partes do mundo, uma experiência dessas características.

Uma consideração imediata nos inclinaria a supor que essa continuidade seria conduzida pela linha de ação política, marcada por um fazer anarquista, que foi instalada de uma forma ou de outra no cenário político brasileiro, consolidando-se como uma alternativa factível – ou com vastos elementos eclodidos das suas propostas-, no momento de desenhar as linhas políticas de organização do social. Rapidamente e sem necessidade de quaisquer comentários adicionais, basta mencionar o nível de redução que se enfrentaram as diferentes expressões libertárias durante a passagem do século XX para descartar completamente essa possibilidade.

□ Não sendo o nível de ação política o que permanentemente revitaliza a imagem da Colônia Cecília no Brasil, torna-se necessário buscar outras abordagens que permitam se aproximar do assunto. Um de fácil compreensão tem a ver com o interesse gerado por um evento que envolveu uma série de valores extraordinários, mesmo para as nossas sociedades contemporâneas. Tais valores são os que aglutinam os sentidos com os que, em uma grande parte, são reconstruídos os acontecimentos da comuna.

Isto se percebe, claramente, através dos relatos orais que circulam, em âmbitos completamente diferentes, tendo como tema principal a comuna dos italianos: muitas vezes podem ser ouvidos comentários a respeito da existência da colônia, embora um tanto vagos, e com ênfase em questões relacionadas com o amor livre ou com os supostos planos revolucionários dos libertários. Assim, dirá Isabelle Felici (1998, p.8): “É muito provável que, se a lenda não se tivesse apoderado da história da Cecília, transmitindo uma versão

desviada da verdade, a experiência comunitária não teria impressionado tanto as imaginações”. Na sua opinião, isso é dado porque:

“... apesar da presença de alguns antigos colonos da Cecília no movimento anarquista de São Paulo e na imprensa anarquista no Brasil, nem a colônia, nem seu fundador, Giovanni Rossi, deixaram traços profundos na história do movimento operário, nem italiano, nem brasileiro” (Felici, 1998, p.8).

Nestes setores da população que têm alguma noção sobre a comuna, não foram alcançadas a formação de um objeto definido e recortado. Pelo contrário, o que se apresenta é uma somatória de comentários e histórias cujo foco da atenção está voltado para os pontos da experiência marcados por nós de conflitos que permitem montar uma trama narrativa que desperta interesse nos diferentes receptores das histórias. E ainda que seja a tradição oral o que impulsiona o processo de mitificação da Colônia, entende-se que muitas das histórias que surgem dela têm sua origem em diferentes produções de ficção que foram feitas abordando o caso da comunidade libertária.

Por esse motivo é que nesta seção se realizará uma breve revisão de algumas das obras que, em diferentes suportes e formatos, têm sido produzidas a respeito da Colônia Cecília e que, de uma maneira ou outra, promoveram a criação de um mito sobre a comunidade anarquista.

Começamos o percurso por um trabalho de caráter literário, que é o romance chamado Colônia Cecília: Uma aventura anarquista na América, escrito por Afonso Schmidt (1942) e editado no ano de 1942. Este texto, considerado como fundante do que é a tradição ficcional sobre a Colônia Cecília, ocupa essa posição não somente por uma questão cronológica – pois trata-se do primeiro do gênero a ser publicado – mas também por servir de base para outras obras do gênero que foram publicadas posteriormente.

O título escolhido por Schmidt poderia nos levar a pensar num relato atravessado por diversas peripécias, marcadas pelas vicissitudes pelas quais passaram os colonos durante seu périplo na comuna anarquista. No entanto, o escrito tem pouco a ver com isso, porque o caráter de aventura centra-se na abordagem através da qual o autor lê a experiência: já no prólogo que realiza da obra, define aos anarquistas como uma

comunidade de "sonhadores", delimitando o campo discursivo a partir do qual construirá o sentido seu relato.

Esse lugar a partir do qual se posiciona os anarquistas se torna relevante, pois o texto é basicamente uma compilação dos escritos produzidos por Rossi (geralmente crônicas ou relatos descritivos dos dias na comuna) e que foram articulados como uma obra única por meio de nexos condutores que deram um caráter de continuidade aos mesmos. Daí que como produto final se obteve uma narração contínua, que revê os marcos gerais que caracterizaram a experiência.

Em uma série de notas colocadas no final do volume, Schmidt se encarrega de ressaltar que seu texto é uma ficção. Uma ficção que tem a particularidade de se basear nos escritos de Rossi – e se bem essa é a base, a pesquisa histórica realizada pelo autor também conta com diversos materiais que outros anarquistas produziram durante e após a Colônia-, os quais foram inseridos sem modificações na trama.

Como forma de dar precisão a esse processo de produção, Schmidt (1942, p.129) assinala:

“Meu intuito inicial foi traduzir o pequeno trabalho. ‘Um episódio d’amore libero nella Colonia Cecilia’, escrito e vivido pelo Dr. Giovanni Rossi (...) O assunto, porém, me interessou de tal maneira que pus de parte as páginas do filósofo e tratei de obter novos dados, a fim de esclarecer a amargurada existência da Colônia”

Para logo ressaltar que “... pintando paisagens, acentuando caracteres, comentando situações, acabei por me encontrar diante da obra minha, escrita sobre a narração do ilustre agrônomo, há mais de cinquenta anos” (Schmidt, 1942, p.129).

Para além da simples adição de alguns detalhes ou a seleção de eixos narrativos na obra de Rossi, aquilo que dará um caráter próprio ao trabalho de Schmidt refere-se à ótica a partir da qual o autor trata a Colônia. Além dos comentários restritos para manter uma ordem narrativa sequencial, Schmidt acrescenta o desenvolvimento de aspectos ou situações que apenas foram mencionadas por Rossi.

Como exemplo, podemos mencionar as situações vividas na casa comunitária, batizada pelos anarquistas de "Casa do Amor", em referência a um amor fraterno, que

foram ficcionalizadas pelo autor a partir da ideia de amor sensual . Estas e outras questões, Schmidt as narrou desde o lugar imaginário que conferiu à Colônia: o da aventura. Aventura que acarreta o desafio, o ímpeto e a extravagância.

Para o escritor de um romance – Schmidt se reconhecia e se enuncia como tal – estes procedimentos não chamariam a atenção em absoluto, e principalmente porque o autor não se coloca no lugar do historiador ou narrador oficial dos acontecimentos. O interessante do caso é a leitura predominante que teve o trabalho: sua produção ficcional, embora contenha alusões e passagens de escritos anarquistas posicionados como intertextos, chegou a um nível de verosimilitude tão alto que posteriormente viria a ser tomado por muitos como um relato histórico de tipo científico³.

A ampla circulação que alcançou o romance Colônia Cecília e o consequente lugar de privilégio que assumiria entre as ficções que reelaboraram os acontecimentos na comuna libertária podem ser entendidos – para além das operações discursivas que montavam a sua estrutura- pelo fato de que até aquele momento não existiam outros trabalhos que tomassem de uma maneira geral os sucessos gerais da Colônia.

Naquele tempo, o único material existente sobre a comuna libertária era os relatos de Rossi e alguns poucos artigos e cartas dos anarquistas que lá viveram – as fontes primárias que Schmidt utilizou. Trata-se de uma produção inserida num circuito de leitura que dificilmente se poderia entender como comercial – tanto por não haver, no início do século XX, as condições mercantis necessárias a uma articulação ampliada das mesmas como por estarem circunscritas a âmbitos de leitores políticos partidários ou diretamente ao âmbito privado-, muito diferente do que atingiu a obra de Schmidt. Foi somente a partir das sucessivas reedições que os trabalhos de Rossi começaram ser mais divulgados, situação bem distante do que ocorreu com Colônia Cecília, que já desde sua publicação encontrou um mercado editorial e de leitores expandido e consolidado.

Além da ausência de escritos ficcionais que se ocuparam de narrar a Colônia, outro fator com relevância no processo apontado linhas acima é que também não havia pesquisas de índole científico-acadêmica e, conseqüentemente, com maior rigor com a

³ Respeito da relação Verdade-Verosímil, ver o clássico trabalho de BARTHES, Roland. **Crítica y Verdad**. 2 ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976.

escolha e o tratamento das fontes. A comuna anarquista, diferentemente do que acontece hoje dia, ainda não tinha se configurado como possível objeto de análises de trabalhos científicos. Consideramos que uma produção mais precoce de trabalhos desse tipo teria evitado que muitas considerações do autor, tomadas como verdade e só posteriormente criticadas, pudessem ter sido colocadas em questão anteriormente.

Mas, tudo isso não tira a relevância de Colônia Cecília como romance histórico. Foi o vazio escritural existente naquele momento que possibilitou à obra pular as fronteiras do seu gênero e se consolidar como “autoridade” narrativa da Colônia. Em suma, o que queremos afirmar é que o escrito de Schmidt adquiriu um valor agregado, dado que tornou-se um texto iniciático no momento de traçar uma genealogia narrativa do coletivo libertário.

Na continuidade dos trabalhos que abordaram à Colônia aparece **O** anarquismo da Colônia Cecília, de Newton Stadler de Souza (1970), publicado quase três décadas após o romance de Schmidt. Partindo de uma narração mais objetivista, há alguma dificuldade para classificar genericamente a obra de Stadler de Souza. Não se trata de uma trama ficcional e, embora utilize fontes históricas e operações de escritura – como o uso da citação como forma de argumentação do que vai se desenvolvendo – que seriam próprias das análises científicas, também não seria possível colocá-la nesse campo, dado, por exemplo, o registro de escritura mais literário. Da mesma forma, também não se trata de um trabalho de tipo jornalístico.

Uma das pistas para entender **O** anarquismo da Colônia Cecília é notar a coleção em que a Editora Civilização Brasileira decide colocar o texto: “Retratos do Brasil”. Na verdade, a obra, que mistura elementos de diferentes gêneros - tornando-se o que poderíamos chamar de uma monografia ou um ensaio monográfico - traça uma imagem geral do que foi a Colônia Cecília, trabalhando os temas mais variados para reconstruir os diferentes contextos políticos e sócio-culturais da época, as relações dos colonos em sua estadia brasileira e as trajetórias individuais, entre outros assuntos.

De alguma forma, o escrito é concebido como uma busca pelo aprofundamento de algumas passagens da obra de Schmidt. Isto se dá porque Stadler de Souza incorpora ao seu relato alguns documentos de pessoas que tinham participado da comuna e que na época

se fizeram acessíveis (seja pela abertura de arquivos familiares ou pela sua circulação como escritos memorialísticos e que foram publicados em diversos meios de comunicação⁴); e também porque o autor, apesar dessa ampliação do corpus de fontes de onde extrai novos materiais para a confecção de sua narrativa, mantém-se sobre os mesmos alicerces sobre os quais Schmidt erigira o seu romance. Esta última questão evidencia-se na incorporação que Stadler de Souza realiza das passagens de Colônia Cecília que foram exclusiva criação literária de Schmidt.

Outra produção, caracterizada por uma pronunciada fidelidade à narração de Colônia Cecília, é *Anarquistas graças a Deus*, de Zélia Gattai (1979). O relato de Gattai nos coloca diante de um gênero diferente, dado que trata-se um escrito de memórias familiares, a partir das quais a autora reconstrói com uma visão particular o que foram os primórdios do início do anarquismo no Brasil. Esse ponto denota uma forte diferença temática se se compara com os outros dois textos mencionados acima, uma vez que a autora não toma como objetivo a descrição ou a análise da comuna anarquista: trata-se de um escrito no qual é narrada uma série de episódios – uma espécie de anedotário – que viveram alguns libertários nos finais do século XIX e início do XX no Brasil, no qual também se inclui a Colônia Cecília.

O traço de memórias que adquire o livro vem das próprias experiências que viveu Gattai, assim como dos diferentes relatos orais que lhe foram propiciados por pessoas afetivamente próximas. Seus conhecimentos históricos na matéria, especialmente no que toca à Colônia, contam com uma fonte privilegiada, visto que seu pai não só foi um militante libertário, como também um dos membros do coletivo anarquista.

No entanto, não deixa de ser relevante indicar que um dos principais insumos apropriados pela autora para desenvolver as partes do livro referentes à Colônia foi o romance de Schmidt, como ela mesma aponta

“Foi no livro do escritor Alfonso Schmidt, ‘Colônia Cecília’, publicado em 1942 em São Paulo, que encontrei algumas respostas às minhas indagações, interessei-me da extensão da aventura anarquista. A família

⁴ Ver especialmente os “Depoimentos” no final do romance.

Gattai é citada entre os sonhadores que acompanharam o Dr. Giovanni Rossi ao Brasil...”(GATTAI, 1979, p.159).

Já com um caráter nitidamente literário – tanto pelo registro de escritura quanto pelo uso de variadas figuras retóricas e de ferramentas ficcionais (entre as quais se destaca a justaposição de vozes) -, no ano de 2005 aparece editado o romance de Miguel Sanches Neto, *Um amor anarquista* (SANCHES NETO, 2005). Além destas questões que dizem respeito ao gênero, cabe ressaltar que apareceriam uma série de novas questões relativas às narrativas da Colônia a partir do lançamento desse escrito.

Entre elas, uma das que mais nos interessam aqui é que, a partir do trabalho de Sanches Neto, parece ter sido abandonada a recorrência ao texto de Schmidt como base sobre o qual pensar as produções. Consideramos que isso responde a dois motivos. Um deles se relaciona com o fato de naquele momento já circularem vários trabalhos científicos que jogavam para fora algumas apreciações plasmadas em Colônia Cecília. O outro ponto é que a liberdade de ação a que se propôs o escritor, e que também toma como intertextos alguns escritos de Rossi, deixa de lado a escritura de Schmidt, que já havia se tornado a “autoridade” da Colônia.

Outras variações também começam a aparecer com o livro de Sanches Neto: uma delas é a temática, dado que o objeto sobre o que escreve está concentrado no tratamento das relações sensuais entre os participantes da Colônia, e não na totalidade. Aliás, ao trabalhar esse aspecto, o autor sobrevoou o resto do processo e, com isso, recuperou ficcionalmente a experiência da comuna. Neste período, o tema do amor livre, empolgado pelos anarquistas da Colônia, já era um dos assuntos que mais interessavam às pessoas que tomavam conhecimento da existência da comuna.

Da mesma forma, e também relacionado com as mudanças de época, o romance é narrado em primeira pessoa do singular. Além de se envolver neste registro narrativo, – essa alternativa permite indagar o eu interior dos personagens. Essa questão remete a um aspecto ainda mais marcante que aparece no texto: a preocupação em indagar as subjetividades vigentes na comuna libertária. Os sentidos possíveis a partir dos quais os colonos semantizavam sua experiência começam a ser um tema relevante para as diferentes abordagens que se produziram sobre a Colônia.

Retomando as narrativas dos primeiros romances, tanto por tomá-los como fonte quanto por elas terem se alinhado aos trabalhos que recuperaram a história geral da Colônia, se encontra o trabalho de Renata Pallottini, chamado Colônia Cecília (PALLOTTINI, 1987). Neste caso, trata-se de uma peça de teatro cuja maior riqueza não está na narração dos acontecimentos, mas na estrutura da obra. Isso porque, embora uma história seja contada (a história dos anarquistas que chegam ao Brasil), a autora incorpora uma série de poemas, através dos quais explora um imaginário possível no qual se inseriam os libertários.

Existe na obra um exercício de autoria baseado numa linguagem poética, que desloca o enfoque narrativo sequencial para cortes, rupturas e fragmentações, que passam a jogar um papel fundamental na construção de sentido que propõe a autora. Em entrevista, Pallottini destaca esse processo de escritura: “Como era uma tese, e não havia justamente preocupação em fazer uma peça para montagem, eu pensei em fazer um trabalho à minha vontade para exatamente por em prática algumas coisas de dramaturgia. Então eu deixei correr” (VASCONCELOS, 1993).

Essa inclinação à procura de experimentação não deixa por fora outras questões como a cuidada elaboração de personagens, que, com perfis estritamente definidos, conformavam uma atmosfera na qual se sustentam os ideais e as valorações que os anarquistas tentavam impulsionar com o empreendimento, que também não foram descuidadas pela autora.

Continuando com as construções ficcionais que tomam como referência a Colônia Cecília, resta mencionar algumas outras produções já não pertencentes ao campo da escrita, e sobre as quais só se fará uma breve menção devido à impossibilidade de acessá-los de forma completa. Entre tais produções, podemos indicar os filmes *La Cecilia*, de Jean-Louis Comolli (França, 1975) e *O pão negro. Um episódio da Colônia Cecília*, de Valêncio Xavier (Brasil, 1993). O primeiro enquadra-se melhor dentro da categoria ficção, com um forte traço épico que se constrói principalmente por meio do roteiro e da fotografia que apresenta, enquanto o segundo é um longa-metragem pertencente ao gênero documental.

Com as mesmas limitações já apontadas, citaremos brevemente algumas obras que foram consultadas de forma fragmentada: as duas minisséries televisivas realizadas e

exibidas no Brasil: *Anarquistas graças a Deus*, escrita por Walter George Durst (adaptação do livro de Zélia Gattai) e dirigida por Walter Avancini (Rede Globo, 1984); e *Colônia Cecília*, escrita por Patrícia Melo e Carlos Nascimento e dirigida por Hugo Barreto (Rede Bandeirantes, 1989). Da mesma forma, inclui-se no comentário a obra de teatro *Colônia Cecília*, dirigida por João Luiz Fiani e exibida, entre outros lugares, na Mostra Oficial do Festival de Teatro de Curitiba (2007).

Com essas últimas peças, fechamos nosso itinerário por algumas das obras que se ocuparam em trabalhar os eventos da comuna italiana no Paraná. Certamente, restaram produções – de formatos diversos – que não foram apontadas nessa revisão. No entanto, a ideia não foi fazer uma revisão exaustiva de todas as obras que tiveram como eixo central a Colônia. A proposta foi sublinhar a existência de um número importante de trabalhos dedicados à experiência anarquista, assim como denotar a variedade de enfoques, suportes e tipos de circulação que as caracterizam.

Ao mesmo tempo, e antes de por fim a esta seção, precederemos à recuperação de um assunto que, por ser evidente, não deve ser perdido de vista, que é o fato da literatura – de mesma forma que os outros tipos de ficções resenhados – se permitir algumas licenças quanto ao grau de “ajuste” em relação aos acontecimentos. Seu potencial de invenção, o arsenal de figuras e tropos com os quais conta possibilitam-lhe se desenvolver partindo do trabalho no plano verossímil. O uso de fontes e documentos é articulado com os elementos literários para gerar algo novo, algo pertencente ao mundo das letras.

Apesar de o assunto ser estudado de forma mais aprofundada posteriormente, vale observar a existência de uma destacada diferenciação entre os métodos de trabalho e os objetivos a que se propõe cada uma delas. A história, por um lado, procura reconstruir o entrançado de produções humanas em diversos períodos (recuperando e também relacionando variáveis macro e microestruturais), cuidando da coleta e da análise das fontes de tal modo que, epistemologicamente, mantenham o caráter científico da disciplina.⁵ Para

⁵ Vasta é a bibliografia relacionada à disciplina da história, seus métodos e suas correntes. Para uma compreensão geral a respeito do tema, consultar os trabalhos clássicos: FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Madrid: Ariel, 1970 e BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000, ambos continuam sendo fundamentais.

a literatura, por outro lado, a construção ficcional de acontecimentos (gerando, igualmente, com isso uma ideia de passado, presente e futuro, ou seja, um imaginário coletivo) está longe de sofrer a rigorosidade analítica requerida no âmbito científico. As “verdades” que cada um destes dois discursos elabora constituem um dos pontos centrais a partir dos quais marcar as suas separações.

Nessa ordem, a consulta às elaborações ficcionais relacionadas à Colônia apresenta como um de seus resultados o fato de haver, na maior parte dos casos, enfoques que priorizam o relato de ações e situações, assim como a mitificação heróica dos participantes. Dessa forma, os trabalhos analisados têm um caráter laudatório para com os membros da Colônia, atribuindo comumente os diversos problemas sucedidos na comuna a fatores exógenos aos libertários, ou seja, a dificuldades que se encontravam por fora das capacidades resolutivas que os mesmos podiam exercer.

As ficções circulantes revelam-se propensas a armar uma visão romântica dos colonos, elevando Rossi ao lugar de um herói epopéico contemporâneo. O peso que adquiriu Rossi como Pai do empreendimento, líder carismático e político, se encaixa perfeitamente na montagem do esquema indicado. Há, por parte dos escritores, uma inclinação a destacar seu engajamento político, formação acadêmica e “virtudes” pessoais (como, por exemplo, a alusão ao desprendimento material ou à capacidade para enfrentar estoicamente as distintas adversidades). Quando a obra não é erigida com base na sua pessoa, Rossi é colocado nas narrações como uma figura metonímica por meio da qual se opera, substituindo aquilo que os diversos criadores interpretaram como “o dever ser” que guiava a Colônia para encarná-lo sob seu nome.

Esta versão romântica foi a que se impôs desde o começo da conformação de um imaginário coletivo da comuna. O Projeto íntegro da Colônia, que implicava uma forte ênfase na prática política, foi esvaziado dessa entidade e situado em um plano de utopia inacessível. Uma utopia que se apresenta como modelo –“tipo ideal” – de perfeição harmônica das relações entre os homens, e não como organização possível de ser alcançada através da práxis ativa dos sujeitos: como um não-lugar que se pretende e a que se aspira a construir. Dessa maneira, cabe acrescentar que as tensões, as discussões e as práticas

teórico-políticas dos colonos anarquistas também foram apagadas com esse mesmo movimento, ou, pelo menos, subsumidas à tonica romântica dominante nas produções.

Trata-se de uma narrativa que se instala na articulação dos acontecimentos em um nível de superfície: as personagens e a suas peripécias formam uma agradável história de um grupo de homens que, de um modo ou outro, se propunham a mudar as normas da vida moderna. E mediante esse procedimento é que se acalmam os fatos: o conflituoso entrelaçado histórico no qual se inserem os relatos se esfumaça diante dos inusitados e virtuosos comportamentos dos moradores da comuna.

Se avançamos nessa direção, as ficções recolhidas permitem realizar uma série de estudos, tais como investigar a (s) construção (es) discursivas sobre as quais se foi montando a Colônia Cecília: como ao longo do tempo foi se significando o objeto da comuna libertária. Também é viável um estudo da mitificação do caso: evidentemente existe algo que imaginariamente se coagula com essas ricas histórias que se contam sobre a Colônia – com peculiaridades tão variadas como podem ser as relações amorosas entrecruzadas, amizades que se colocam em tensão e se reafirmam ante qualquer adversidade, sonhos de liberdade e autodeterminação, etc.- e que está em constante reinvenção.

E, da mesma maneira que se destaca a permanente vigência que mantém a Colônia Cecília, ao ser uma experiência sobre a qual se dá uma permanente produção e reflexão através de trabalhos partidários, acadêmicos e ficcionais, cabe mencionar (e sem a intenção de se aprofundar em demasia no assunto) o lugar que o acontecimento ocupa dentro do imaginário de algumas regiões do Brasil, particularmente no Estado de Paraná, e mais ainda na sua capital, a cidade de Curitiba.

Nesse ponto, há uma recuperação particular da Colônia, e que faz parte de uma perspectiva maior: inserir a comuna anarquista dentro do processo histórico a partir do qual se posiciona, e se constrói identitariamente aquela cidade e estado brasileiro. A narrativa identitária curitibana, sua novela fundante, tem como elementos de base o fato de se tratar de uma cidade intelectualmente aberta, politicamente progressista, na qual se dá ênfase às atividades culturais, e da qual também não fugiria a preocupação em forjar o constante desenvolvimento no plano do econômico. No início do trabalho que realiza Silza Pazello

Valente, pode-se achar algumas claras palavras sobre a temática: “Curitiba. Sinônimo de sofisticação, ordem, elegância, progresso. Imagem ciosamente preservada e divulgada, acima de tudo, por seus dirigentes -não só de outrora, como os contemporâneos- e, exaltada em prosa e verso, desde o alvorecer do século XX” (PAZELLO VALENTE, 1997, P.13).

E, o que se indica, o que foi dito sobre a capital, também é válido para o resto do estado de Paraná. Um e outro, fundidos nos mesmos valores, concebidos como terras plenas de potencialidades, encaixam-se com perfeição naquele mito dos quixotescos colonos libertários italianos que chegaram até as entranhas de seus territórios. Cada uma das características atribuíveis à figura dos colonos encontra a sua correspondência na representação identitária paranaense: os colonos eram imigrantes – o “outro” da cultura –, portadores de uma ideologia radicalizada – o “outro” político –, profissionais liberais – trabalhadores de e para as sociedades modernas-, com um empreendimento econômico – abertos ao desenvolvimento material-, e corajosos homens que deixavam seus terrenos e costumes para obter uma nova vida – valoração da autodeterminação e da liberalidade⁶. O grupo de anarquistas italianos se transformou, desta maneira, em um novo elo para urdir a narrativa por meio da qual a região assume sua identidade diferenciando-se do resto de Brasil: forma parte do suporte simbólico desde o lugar onde Curitiba se dispõe, se pensa e se desenvolve.

Esse mecanismo tem uma continuidade perceptível no tempo não só através das ficções indicadas, como em diferentes ações que têm ou tiveram como referência a Colônia Cecília. Somente para mencionar alguns casos, pode-se citar a recepção acolhedora que tiveram os libertários no Paraná e a contratação de Rossi por parte do estado paranaense na qualidade de funcionário público (para exercer o cargo de veterinário regional na zona em que se encontrava o coletivo libertário). Assim mesmo, é possível contrastar as perseguições políticas sofridas por Rossi, e que foram executadas por distintos governos

⁶ Esse entrelaçado será o privilegiado para significar a Rossi. O italiano encaixava à perfeição com o perfil que assume aquela identidade: se tratava de um homem com formação acadêmica (um profissional liberal), uma abnegada militância política dentro de uma corrente marcada pelo altruísmo, além de ser escritor, e com um destacado espírito de empreendimento.

provinciais na Itália, com a leve vigilância que efetuou o governo brasileiro (nacional ou estadual)⁷.

Outro elemento que se coloca em jogo na conformação deste entrelaçado é bem mais recente e realmente extravagante: a edição de uma partida de talões de cheques do Banco do Estado de Paraná com a imagem do rosto de Rossi impresso na capa.⁸ Também podemos apontar a reedição de algumas das obras do italiano por parte da Imprensa Oficial do Estado do Paraná, assim como o impulso que essa mesma editora oficial dá à manutenção da memória ativa da Colônia, mediante a publicação de algumas pesquisas que abordam o caso (tal como sucedeu no caso de Beatriz Pellizzetti Lolla e seu estudo que aqui retomamos).

Finalmente, uma questão da qual não podemos descuidar é que, na formação imaginária que se vem revisando, há outro aspecto importante pelo qual os anarquistas

⁷ Mais ainda, o único fato que pode ter afetado a boa imagem dos anarquistas da Colônia, nem sequer foi realizada por eles: “Antigos colonos, entre os que haviam dedicado a colônia após a crise de junho de 1891, são presos por roubo. Deixemos o cônsul italiano de São Paulo nos narrar o episódio: ‘Por volta do início do mês de outubro (1892), a polícia local efetuou a prisão de uma verdadeira quadrilha de ladrões e malfeitores, quase todos anarquistas italianos; suas casas foram revistadas e ali foi apreendida uma grande quantidade de objetos roubados, tais como retalhos de flanela de algodão, vinhos estrangeiros, etc.’”. O diplomático continua sua exposição indicando: “‘ Entre os detidos, encontram-se os nomes de Lemmi Eugenio e sua mulher, a mulher de Arnaldo Gattai que, avisado a tempo, conseguiu escapar, Adelina Gattai, Novelli, Tomei, Crollanti, Balilla. A polícia está na pista de outras pessoas que serão facilmente detidas nos próximos dias’”. Comte Rozwadowski no *Ministro degli Affari Esteri*, São Paulo, 20 de outubro de 1892, *Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri*, Roma, *Serie Polizia Internazionale*, pasta 47 citado por FELICI (1998, p.24-5). A autora (FELICI, 1998, p.25) comentará a respeito que: “Esse episódio é dos mais nocivos à colônia, que vê diminuir o respeito e a simpatia da qual ela desfrutava, até junto às autoridades brasileiras que, contrariamente ao que afirma o agente consular italiano em Curitiba, não manifestavam, até então, nenhuma reserva, e nenhuma desconfiança em relação à Cecília”. Y continuará apontando que: “Giovanni Rossi conta a seu irmão e sua irmã, (...) que não se poupam os boatos após o episódio do roubo. Tanto mais que, no mesmo período, os membros da Cecília são acusados de serem os incitadores de uma sublevação de colonos poloneses e italianos da região (...) Não convém a Rossi que os colonos da Cecília passem por provocadores de motim” (FELICI, p.25). Essa situação produz que: “A notícia de que o governador do Paraná recomenda às autoridades italianas de vigiar a Cecília, torna-o furioso, como ele diz a seus irmãos em janeiro de 1893. Essa recomendação do governador é de qualquer forma inútil, visto que nós sabemos, pelos arquivos italianos, que a vigilância havia começado desde 1890. A Cecília se beneficia, no entanto, do apoio da imprensa local, que conduz um vigoroso desmentido às calúnias”. Sobre o tema, a autora recomenda ver o artigo do jornal de Curitiba, *Diário do Comércio*, de 22 de dezembro de 1892, consagrado à colônia Cecília, que aparece em tradução alemã na seleção de documentos publicada por Sanftleben em FELICI (1998, p.25)

⁸ O talonário aparece reproduzido no trabalho de Cândido de Mello Neto (1996).

italianos são retomados e colocados na trajetória histórica do estado do Paraná: é aquele que se assume ao se denominar o acontecimento como “mancha branca” do Brasil.⁹

Evidentemente, essa nomeação não fica circunscrita ao rasgo imaginário da diferença na coloração da pele entre os habitantes da região (com preponderância da imigração alemã e polonesa) e os demais brasileiros. A questão racial, como ficção que privilegia as capacidades intelectuais do “homem branco” sobre as do “homem negro”, é a que está de fundo com todo seu peso. Nesse sentido, seriam somente os homens daquela região os únicos capacitados para implementar o projeto de Estado destacado linhas acima. E, paradoxalmente, os anarquistas italianos que foram fazer seu experimento social no Brasil encaixavam perfeitamente nessa engenharia social.

⁹ Sérgio Odilon Nadalin (2001, p.11) dirá que: “... a 'cor da pele', na sociedade colonial brasileira, articulava a ampla gama de seqüelas de uma condição social com questões étnicas e, mesmo, de 'raça'.

II

Os modos de narrar a Colônia Cecília não se reduzem unicamente às obras ficcionais em seus diferentes suportes. Nas últimas décadas do século XX, a historiografia começou a se interessar por esta experiência anarquista no Brasil. O devir que tem caracterizado a disciplina da história, passando dos grandes relatos de batalhas e reis para o trabalho focado nos setores oprimidos, nos “sem voz”, encontra nos libertários italianos, e em sua experiência, um caso sócio-político e culturalmente muito rico para ser reconstruído.

Ainda assim, a diversidade de temas envolvidos em torno da Colônia – o amor livre, a organização política decidida em assembleias, a autorregulação individual das jornadas de trabalho, entre outros – fez com que em muitos campos de estudo também nascesse um interesse por determinadas questões da experiência: a ciência política, a sociologia, a história das ideias e os estudos culturais são alguns dos que têm abordado a comuna a partir de suas óticas particulares.

Com essas produções, ingressamos em outro tipo de trabalho, diferente daqueles analisados até este momento (as obras ficcionais), dado que as pesquisas às quais faremos referência em seguida (e que daqui para frente acompanharão nossa proposta) correspondem a estudos de caráter científico pertencentes ao âmbito acadêmico. Isso implica em adotarmos outros mecanismos na elaboração, diferentes objetivos gerais e regras próprias para entrar na formação discursiva que recupera o coletivo dos libertários.

No entanto, e além da mudança de estatuto dos escritos, os enfoques através dos quais se configuram os mesmos aparecem fundamentados em sentidos muito próximos àqueles que ressaltamos linhas acima. Se tomamos em um nível abrangedor global as pesquisas revisadas, poderemos achar novamente a Colônia Cecília pensada como uma organização tipicamente utópica: um mero produto emanado das ilusões dos anarquistas italianos.

Dentro dessa visão, porém, vale diferenciar algumas posições. Isto porque, como no caso dos trabalhos de José Vasconcelos (1996) e Helena Mueller (1989), suas teses centrais procuram analisar a comuna como um projeto sócio-político concreto, onde a forte influência das formações utópicas seria uma das chaves para explicar o desenvolvimento que tomaram os acontecimentos. Basicamente, esse procedimento resulta de uma operação consistente de traçar um esquema básico das utopias e do utópico (elaborando-o por meio de variáveis tais como o fator temporal e o espacial, as concepções da história que se fazem presentes, a manifestação de um pensamento referido ao coletivo, a busca de marcas semânticas pertencentes ao discurso dos teóricos socialistas utópicos), correlacionando-o com as formas organizativas pelas quais passou a Colônia.

Nesse sentido amplo, podemos separar os estudos mencionados daqueles outros nos quais o olhar está colocado nos traços utópicos da experiência: trabalhos que foram enunciados a partir de uma versão muito mais sensível do que fora todo o Projeto. Nessas produções, faz-se uma romantização dos acontecimentos, uma espécie de satisfação com a instauração de uma colônia libertária ou com a chegada ao Brasil de anarquistas italianos. Inclusive, em dito enfoque, embora não haja uma perda do rigor analítico, exhibe-se uma flexibilização das teses que se quer demonstrar: sua aproximação com o objeto de estudo denota algo a mais que sua pertença ao âmbito acadêmico científico. Formam parte desses trabalhos as pesquisas realizadas por Cândido de Mello Neto (1996), Beatriz Pellizzetti Lolla (1999) e Silza Maria Pazello Valente (1997).

Dentre estes autores, quem mais repara no assunto é Cândido de Mello Neto, fazendo referências explícitas aos motivos afetivos que o motivaram a efetuar seu estudo. Assim, já no início do prefácio da pesquisa, Mello Neto se localiza à margem dos trabalhos científicos ao falar em forma de anedota das incidências que vivenciou durante a elaboração da obra. Seguidamente, reforça essa linha ao situar o início da sua atração pela Colônia durante a sua infância, através da influência de discussões familiares, nas quais se tratavam de temas que envolviam os libertários italianos da comuna. O dado relevante é que dessas discussões foram partícipes Aniceto e Virginio Artusi, tios do autor, que tinham sido membros da experiência anarquista. A rubrica sentimental é tão forte em seu percurso

que, no fim desse prefácio, Mello Neto (1996, p.20) chega a afirmar a respeito de seu estudo: “Satisfação pessoal e familiar quase completa”.

Ainda que não se esteja frente a um trabalho de memórias ou de reconstrução de vivências familiares, Mello Neto confere especial cuidado em desvincular de sua pesquisa qualquer tipo de caracterização que a defina como um estudo científico: deixa a sua produção numa flutuação genérica indefinida que coíbe qualquer tipo de acusação metodológica passível de ser aplicada. Baseando-se numa definição negativa, o autor se referirá a sua estratégia da seguinte maneira

“Nosso trabalho não é uma produção histórica. Nada foi descoberto. (...) Não é também um estudo sociológico: descrevemos uma experiência sociológica, muitas vezes com as palavras do próprio experimentalista; não é uma análise política: abordamos o anarquismo dentro dos limites oferecidos pelo experimentalismo do Rossi” (MELLO NETO, 1996, p.21)

No entanto, Mello Neto (1996, p.21) procura legitimar sua obra ao expressar: “Acreditamos, no entanto, possa este trabalho despertar algum interesse entre os profissionais das áreas de história, sociologia, política e literatura”. Evidentemente que o autor consegue amplamente esse objetivo, não somente pela exaustão de suas análises, mas também pela riqueza de documentos com os quais trabalha (alguns deles reproduzidos na obra), e que foram fruto tanto da exploração minuciosa de múltiplos arquivos como pelo contato próximo e afetuoso com descendentes diretos da comuna (MELLO NETO, 1996, p. 21).

Numa direção semelhante, aparece a pesquisa Reflexões sobre uma utopia do século XIX, de Beatriz Pellizzetti Lolla (1999), que também se destaca pela proximidade familiar da autora com um antepassado ligado à Colônia. Neste caso, trata-se de Ermembergo Pellizzetti, pai da autora, que se relacionou com a comuna libertária. Apesar dessa pessoa não ter tido uma participação direta na experiência, foi amigo pessoal de Giovanni Rossi, com quem estabeleceu uma profusa correspondência. Além disso, foi um dos primeiros imigrantes italianos que se radicou no estado de Santa Catarina. Os maiores

interesses de Pellizzetti Lolla são tanto a reconstrução de seu passado familiar¹⁰ (embora não o faça de forma explícita na apresentação de seu trabalho, diferentemente de Mello Neto) como a possibilidade de pensar uma identidade regional conformada pela mistura dos elementos regionais mais o aporte imigratório transoceânico¹¹.

Um outro ponto de encontro entre os trabalhos de Pellizzetti Lolla e Mello Neto se dá ao se reparar nos âmbitos nos quais foram realizadas suas pesquisas. A coincidência de várias das bibliotecas brasileiras pelas quais transitaram ambos os autores soma-se a possibilidade que tiveram de acessar valiosos arquivos de diferentes centros europeus – como o do reconhecido Instituto de História Social de Amsterdan –, assim como de visitar distintas províncias italianas onde entrevistaram descendentes dos colonos. Pellizzetti Lolla, da mesma forma que Mello Neto, completa seu texto com uma grande quantidade de documentos relevantes tanto para sua obra como para aqueles que se interessariam posteriormente pelo tema. As fotos, as cartas e os artigos dos libertários da Colônia são peças muito enriquecedoras para quem se aproxima dos acontecimentos da comuna.

O lugar de enunciação a partir do qual cada um dos autores se coloca é um dos pontos possíveis para perceber uma diferença pronunciada entre eles. Se Mello Neto constrói uma imagem de pesquisador “amador”, cuja meta passaria por efetuar um pequeno aporte a um leitor interessado, com Pellizzetti o panorama muda completamente, já que se posiciona especificamente como uma autora acadêmica. Nesse sentido, basta citar o início de seu livro: “Ao receber o convite do historiador Guy Martinière, diretor do ‘Institut des Hautes Etudes de L’Amérique Latine”, professor da Universidade de Paris III e de la Rochelle, da França, para contribuir no volume *Mélange offerts en l’honneur de Frédéric*

¹⁰ Em outros trabalhos a autora enfatizou suas análises na figura de seu pai. Como exemplo, ver PELLIZZETTI LOLLA, Beatriz. **Memórias de um Italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina**. Blumenau: Da Furb, 1997.

¹¹ A notória atração de Pellizzetti Lolla por esses temas se faz visível quando se toma nota da profícua produção de artigos que a autora produz sobre tais matérias. Entre eles, podemos mencionar (além do livro que se recupera para esse estudo) o intitulado “Pioneirismo italiano no Brasil Meridional”, efetuado no ano 1981 para o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense; e “Contribuição dos intelectuais italianos no Brasil (fim do século XIX, princípios do XX)”, aparecido no volume número 12 do Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (1984). Da mesma forma, é conveniente lembrar que a edição do trabalho **Reflexões sobre uma utopia do século XIX** (1999) deveu-se à imprensa governamental do Estado de Paraná.

Mauro (...) logo me veio à mente conciliar especial oportunidade para, ao mesmo tempo, falar sobre o Paraná [lugar no qual tal professor havia lecionado aulas de História]” (PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.ix).¹²

Já sem um vínculo sanguíneo mediando o despertar da atração pelo tema, seria a dupla condição de paranaense e de admiradora do anarquismo que permitiria colocar nesse conjunto de escritos o livro de Silza María Pazello Valente. Igualmente inserida por completo no campo acadêmico, o estudo que ela realiza tem como finalidade dar conta da ação dos anarquistas em Curitiba entre o final do século XIX e início do XX. Embora apresente uma quantidade menor de instituições consultadas que as pesquisas anteriormente apontadas, seu trabalho contém uma vasta e rica fonte de informações, produto das entrevistas que efetuou com descendentes da Colônia que moram hoje dia nos arredores do que fora a comuna.

Por outro lado, Pazello Valente se situa entre os pesquisadores nos quais um traço emotivo está presente como uma pequena marca no relato. Da mesma forma que em outros estudos que se tem adotado, denota-se uma enfática menção em direção à utopia, aos sonhos, à esperança, e que se torna os significantes sobre os quais se constrói o discurso da autora. Sem ir mais longe, eles aparecem repetidamente nos nomes das seções do livro: não só tendo um caráter de estruturadores gerais, mas tendo também seu lugar de nomeação traçando os limites dentro dos quais tomam sentido aqueles elementos. E tal representação, tecida por esses significantes, é também a que se encontra em outros autores resenhados nesta passagem.

Estabelece-se uma divisão dentro das pesquisas que abordaram a Colônia Cecília com os dois seguintes trabalhos: Flores ao rebeldes que falharam de Helena Mueller (1989), e Anarquismo e utopia: As ideais políticas de Giovanni Rossi (1996) de José Antonio Vasconcelos. Neste segundo caso, trata-se de uma obra cujo objeto de estudo se concentra na figura de Rossi e, especialmente, no seu sistema de ideias.

Portanto, quando Vasconcelos recupera a utopia, o romancismo e as diversas correntes que marcaram a ação dos anarquistas – além de contextualizar o momento

¹² Nessas páginas introdutórias, é uma constante a alusão a publicações, professores e centros universitários, procurando um efeito de legitimação intelectual, a partir do capital simbólico que tais nomes carregam.

histórico dos libertários e seu projeto de comuna agrícola socialista – , realiza também um percurso crítico pela história de tais conceitos até chegar a apropriação rossiniana dos mesmos (ou, pelo menos, o que o autor entendia como tal).

Da mesma maneira, e tal como se viu em outros estudos, Mueller desenvolve temas como o anarquismo e o socialismo em geral, as singularidades com que se apresentou essa corrente entre italianos e brasileiros, assim como a influência dos grupos libertários italianos no Brasil. Não obstante – e aqui o nome do livro já refere diretamente à pista a seguir-, há neste trabalho um olhar diferente dos acontecimentos. A autora propõe um posicionamento que, diferentemente das pesquisas que estão sendo revisadas, desde o início traça uma distância – sentimental, afetiva, partidária – com seu objeto de análise.¹³

Assim como as pesquisas de Mello Neto, de Pellizzetti e de Pazello Valente, a tarefa de Mueller conta com uma gama de fontes diretas das quais se extraíram informações para estudar a Colônia. Em algumas oportunidades, trata-se dos mesmos documentos aos quais tiveram acesso os anteriormente apontados pesquisadores; porém, sua leitura é notavelmente diferente em relação às análises dos outros autores. Essas diferentes leituras são fruto de enfoques e objetivos teóricos diversos, assim como das variadas mediações que atingiram cada um dos processos particulares dos autores.¹⁴

Com esses elementos resenhados, passaremos a um aspecto fundamental desta seção: delinear a rede de significantes a partir dos quais se faz viável a concepção, reconstrução e outorgamento de sentidos da Colônia Cecília (assim como o caso de Giovanni Rossi), tomando os estudos acadêmicos. Vislumbramos, então, um delimitado campo de emergência semântica a partir do qual podemos recuperar a atividade libertária da comuna, conformado por representações e operações que se ativam em cada uma das pesquisas analisadas. Com essa finalidade, poderíamos transmitir algo que foi se despreendendo dos comentários dos estudos científicos: a formação de um núcleo simbólico

¹³ A mesma conduta é praticada por Vasconcelos, algo que no pareceu ser mera coincidência ou azar, dado que o autor foi coorientado por Mueller (o que implica, nesses casos, a influência direta do que é apontado pela orientadora, assim como um modelo a seguir por parte do orientando, além do que este lhe expressa em palavras – entabulando uma sorte de relação de transferência).

¹⁴ Entre tais mediações, cremos que o fator sentimental (expresso nas diversas afinidades apresentadas) é uma das mais fortes. Da mesma maneira, o modo de autoposicionar-se como sujeito acadêmico, parece-nos também fundamental para entender as estratégias sobre as que se montam essas pesquisas e poder assim chegar a uma compreensão mais fina delas.

composto pelos significantes utopia, ilusão, liberdade, esperança, imaginação e imaginário. Com esses significantes é que se desenvolve a base para conformação do objeto Colônia Cecília: as leituras feitas aparecem encaixadas naquele entrelaçado simbólico. Assim, a despeito do objetivo principal enunciado por cada pesquisador e a concepção teórica com a qual sustente seu trabalho, há um movimento inicial que é o de colocar a comuna e os libertários dentro da formação discursiva a que se fez referência.

O Projeto da comuna não era encarado, pelos próprios membros da comuna, como uma utopia, senão como um plano estipulado de intervenção através da prática política; e longe de se pensarem como meros sonhadores, a subjetividade política coletiva era o que os libertários colocavam num lugar preferencial. Isto se faz de forma mais pronunciada com o caso de Rossi, dado que, como se verá mais adiante, sua intenção era submeter a comuna à experimentação e, assim, demonstrar na prática sua viabilidade.

Sabemos que é muito complicado não ver como iludidos e idealistas um grupo composto por menos de uma dezena de anarquistas italianos, que cruzaram o oceano se dirigindo a terras, sobre as quais quase não se tinha notícias, para fundar um modo de organização social distinto do modo vigente até aquele momento. A imagem saliente é a de um conjunto de utopistas em marcha. Por isso, é compreensível que dita leitura da comuna libertária seja a dominante, e daí, também, que funcione tão bem como tema para o desenvolvimento de trabalhos ficcionais.

Então, também se deduz que haja nessa concepção uma redução desnecessária ao momento de trabalhar esse objeto de estudo. Advertimos que qualquer que seja a aproximação escolhida (incluindo as de corte mais objetivista e crítico, tais como é o caso de Mueller), não se vislumbra uma saída por fora daquela configuração. Com efeito, Mueller concebe a Colônia já pensando na utopia, quando esta seria uma das tantas abordagens possíveis. Ainda que apareça mais voltada para o lado de uma detração do Projeto como utopia, a autora continua dentro desses parâmetros. E, a medida que essa representação é colocada a andar, esses parâmetros vão se reproduzindo sob a semantização romantizada dos libertários.

Seja de um lado ou de outro da valoração dessa formação discursiva, ao que se dá lugar é à subjetivação dos libertários do Paraná como indivíduos empreendedores, sensíveis

às expressões artísticas e intelectuais, e sujeitos progressistas que acompanham o desenvolvimento material e espiritual, mesmo que se possa redundar seus planejamentos políticos. Se retomamos o apresentado na parte anterior a respeito da construção semântica mediante a qual Curitiba se assume como uma cidade marcada pelo progresso, ter-se-ia com esses trabalhos científicos a continuidade do mito dos libertários concebidos como sujeitos plenos de sentido dentro do imaginário coletivo curitibano.

Deixamos para finalizar essa parte a menção ao único talvez trabalho científico aqui recuperado que se afasta dos enfoques desenvolvidos nas diferentes pesquisas. Estamos nos referindo ao artigo *A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi de Isabelle Felici* (1998), artigo que reúne os principais temas dos primeiros capítulos de sua tese *Les italiens dans le mouvement anarchiste au Bresil: 1890- 1920* (1994). Trata-se não somente de uma espécie de síntese desta tese, mas de uma forma de trabalho que permite a ela desenvolver algumas questões que, segundo a própria autora, não têm sido convenientemente analisadas na bibliografia existente sobre a Colônia: “existem muitas impressões falsas sobre essa experiência, uma vez que a imagem da Cecília, que transparece nas obras sobre o anarquismo e nas obras de ficção que lhe foram consagradas, deve se mais à lenda do que à realidade” (FELICI, 1998, p.8).

Daí que seja possível interpretarmos a referência à “verdade” da Colônia, com o que a autora nomeia seu escrito, a partir de duas diferentes finalidades. Por uma parte, parecia que Felici buscava esgotar a exposição de dados existentes da comuna, já que podendo acessar os arquivos anteriormente apontados na Itália e na Holanda, disponibilizava em seu texto informações que nenhum dos outros pesquisadores colocou em circulação. Ao mesmo tempo, incorporou outra série de fontes, como arquivos policiais italianos, que não tinham sido levados em conta anteriormente.

Mas o texto não se limita a ser um mero inventário de dados. O uso que a autora faz dos mesmos é estrategicamente dirigido ao desmonte de muitos dos mitos em torno dos quais a Colônia foi sendo construída (por exemplo, aquele que falava do conhecimento mútuo entre o Imperador Pedro II e Giovanni Rossi). Mais ainda, essas informações servem inclusive para derrubar algumas proposições que esboçaram os pesquisadores de maneira

posterior à publicação do artigo, especialmente no que concerne à abordagem da figura de Rossi.

Por último, vale destacar que, além de realizar essa crítica no interior das produções que trabalham a Colônia, Felici também dá lugar a apresentação de suas conclusões ao respeito da mesma. Com as óbvias limitações dadas pela extensão de um escrito desse tipo, a autora assenta uma posição contrária a de sua reivindicação ou engrandecimento. Felici procede à elaboração de sua tese, principalmente por se ver ante as críticas mais fortes do interior do anarquismo (como algumas de Eliseo Reclús ou de Errico Malatesta), e que foram convalidadas pela experiência. Ainda que, seguramente, sejam os escritos de Rossi os que mais peso tiveram na sua linha de argumentação, trata-se de passagens de escritos nos quais o italiano, longe de aparecer como a figura incólume do Projeto, reflete posições bem afastadas daquelas de otimismo triunfante expressas na maior parte de seus trabalhos de maior tiragem (FELICI, 1998, p.37-38).

Como se mencionou linhas acima, os estudos indicados nessa parte, junto com alguns trabalhos de Rossi, serão as fontes para levar adiante a pesquisa em questão. Daí a relevância que têm os resultados que cada uma das mesmas joga, como também os diferentes enfoques e visões que as sustentam e as finalidades que perseguem cada um dos autores, além de, por suposto os diversos documentos que são citados.

II - Colônia Cecília

I

Dois grandes processos inter-relacionados podem ser considerados como os que propiciaram as condições favoráveis para a realização da Colônia Cecília. Um deles emerge na Europa, perto do ano de 1750, com o desenvolvimento da Revolução Industrial nascida na Inglaterra. No final do século XIX, este processo tinha se expandido por parte importante do continente (principalmente da Europa Ocidental) e se encontrava em uma segunda fase de crescimento. A Itália, consolidada como Estado-Nação moderno, também fazia parte dessa transformação, embora não enquanto vanguarda.

Tomando o caso da Itália, e para os fins de nosso estudo, deve-se considerar que essa tardia inclusão no processo de industrialização aconteceu em boa medida pelo conflituoso curso de unificação que se deu naquele país. As resistências regionais, para manter suas identidades particulares e rejeitar os novos ordenamentos socioculturais que impunham a expansão capitalista, contribuíam não só para que a Itália não acompanhasse a liderança do processo como também para que se estabelecesse uma fragmentação fronteiras adentro, entre o sul e o norte do país. Dessa maneira, o sul se manteve baseado na produção agrícola e vinculado a seus usos e costumes, enquanto o norte impulsionou seu projeto de industrialização, junto com a série de representações e práticas que o mesmo traz. Vale destacar que Rossi e os pioneiros anarquistas da Colônia Cecília eram oriundos desse norte mergulhado no transe de modernização, enquanto que os colonos camponeses que se somaram a essa experiência eram pessoas radicadas no extremo sul daquele país (MUELLER, 1989, p.72-95).

Por volta do ano de 1890, o proletariado, novo ator social, representava um elevado número em relação à população total. A quantidade de trabalhadores era crescente, assim como a competição pelos postos de trabalho, o que resultava na tendência à baixa geral dos salários. Frente à situação de desamparo, os operários assalariados se associaram em torno de organizações que defendiam seus interesses particulares, seja no âmbito laboral (sindicatos) ou no melhoramento geral da condição de vida (partidos e agremiações de toda

a frente socialista – incluindo aqui aos anarquistas –), abrangendo aspectos tais como moradia, saúde e alimentação.

Outra forma adotada pelo proletário europeu para enfrentar as penosas condições pelas quais passava foi migrar de seu local de origem. Nações com pouco tempo de vida, necessitadas de mão de obra para poder expandir-se, surgiam como destino privilegiado para alcançar a reprodução material tanto para os operários qualificados industrialmente (proletariado urbano) quanto para os que não o eram (em sua maioria camponeses deslocados à cidade, produto da expulsão de suas terras de origem durante a mudança no modo de exploração da terra e a conseqüente reorganização que trouxe a expansão do capitalismo)¹⁵.

Em paralelo à situação imperante na Itália existiu outro movimento que viabilizou a Colônia e que ocorreu com a Independência do Brasil e sua formação como Estado-Nação. A partir do início do governo do Imperador Pedro II, começou uma forte política imigratória no país destinada a fomentar a capacidade produtiva local, sobretudo no que concerne à parte que o Estado podia explorar e, assim, incrementar suas divisas.

O recente Estado devia consolidar-se institucionalmente e a verba era imprescindível para poder lograr esse objetivo. O dinheiro disponível tinha como destino o financiamento da burocracia nacional que estava sendo criada, a estrutura geral dos Estados federativos e o subsídio ao exército nacional, que passava a se converter na garantia última da soberania do Imperador em todo o território. O Estado do Paraná também estava em pleno crescimento a partir da autonomia que recentemente tinha adquirido¹⁶.

¹⁵ As nações aludidas eram aquelas que se encontravam nos diversos pontos do continente americano e outras regiões que, como a Austrália, tinham um extenso território, pouca população e um projeto de país baseado na industrialização. Industrialização proposta através da produção associada com as atividades agropecuárias (especialmente para a região latino-americana) e com as manufaturas (Estados Unidos da América). Desse modo, boa parte do continente americano passou a ter uma representação edênica para muitos europeus: Estados Unidos, Argentina, Brasil e Uruguai, foram os destinos mais desejados e escolhidos por aqueles. Sobre a possibilidade de “fuga” e da relação dos europeus com as nações americanas enquanto lugar de “refúgio” e de empreendimento de uma nova vida, ver Vasconcelos, José Antonio, Op. Cit., p.10. Para uma introdução ao caso das migrações em geral e sua aplicação ao caso do Paraná, ver **Paraná: Ocupação do território, população e migrações** (NADALIN, 2001). Para a compreensão geral da temática das migrações interessante consultar *Introdução e Capítulo I* do trabalho de DEVOTO, Fernando. **Historia de la inmigración en la Argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

¹⁶ O cenário indicava que: “Os temas que estiveram na ordem do dia, durante a última década do século XIX e primeira década do século XX, foram legitimação de terras para os foreiros, mediação de terras

Nesse momento, a principal riqueza gerada no país consistia na extração de minerais de suas terras que, majoritariamente, eram destinados à metrópole portuguesa, país colonizador do Brasil. Depois das lutas independentistas, a atividade se concentrou nas mãos de grandes proprietários privados locais. Outra importante fonte de recursos econômicos era o trabalho agrícola, também concentrado em torno de poucos donos de grandes latifúndios, nos quais, até quase o final do século XIX (ano 1888), estava vigente a escravidão. Os proprietários de terra, tanto da agricultura como da mineração, conformavam um grupo de poder cuja relevância não só se fazia sentir na pressão econômica que podiam exercer, mas também por sua inserção no aparelho estatal de maneira direta ou por meio de políticos que se tornavam representantes de seus interesses imediatos.

A trajetória do Paraná, no que diz respeito à sua constituição e consolidação político-econômica, seguiu, de algum modo, os mesmos traços gerais do país. No que diz respeito à economia, dividiu-se em três etapas em que foram privilegiadas respectivamente as seguintes atividades: a mineração, o tropeirismo e a criação de gado, e a agricultura. Nesse terceiro ciclo, quando se destacou o cultivo de erva mate, houve avanço do desmatamento da região, da abolição das formas escravistas ou semi-escravistas de relações de trabalho - já que pelo tipo de produção sazonal a posse de escravos tornou-se pouco rentável - e da chegada de imigrantes (principalmente poloneses, alemães e italianos). Estes últimos, camponeses na Europa, souberam aproveitar o potencial agrícola da região, assim como alguns benefícios concedidos pelo governo e, em pouco tempo, se tornaram pequenos proprietários (PAZELLO VALENTE, 1997, p. 44- 62; MELLO NETO, 1996, p. 95-98) ¹⁷.

Na ordem político-governamental, no momento da chegada dos anarquistas italianos, Américo Lobo Leite Pereira ocupava o cargo de governador, logo depois de uma instável sequência de quatro mandatários consecutivos que não conseguiram se firmar em

para índios, questões de divisas, construção de estradas e pontes, eleições estaduais e federais, elevação de municípios, instalação de indústrias, linhas telegráficas e telefônicas, reorganização de força pública e saneamento das cidades”. Pontos que definitivamente convergem tanto no plano nacional quanto no regional. “Percebemos que os assuntos mais discutidos pelos políticos paranaenses referiam-se à estruturação de um Estado que procurava legitimar a recém-criada República”. (PAZELLO VALENTE, 1997, p.17).

¹⁷ Para uma abordagem mais profunda, pode-se consultar o trabalho de COSTA DE OLIVEIRA (2001).

seus postos. É válido acrescentar que os primeiros governadores do Estado eram políticos que não pertenciam à região e que usavam seu posto como ponto de partida para a obtenção de outros cargos que consideravam de maior importância.

Os donos das terras, seja o Estado ou os agentes privados, tinham uma preocupação comum: conseguir trabalhadores camponeses, assalariados e europeus. Ao interesse econômico compartilhado, o Estado somava ainda sua intenção de aproveitar as vastas regiões inutilizadas do país pela falta de população - a chegada massiva de habitantes melhoraria a federalização do país, entre outras formas, mediante a geração de maiores e melhores canais de comunicação. E isso ainda repercutiria no fato de que, ao prosperar a política imigratória sob a égide do governo estatal, o poder econômico e político dos proprietários de terra ver-se-ia diminuído em boa medida.

Por sua vez, deslocar os ex-escravos recém libertos para uma terra fixa por meio do trabalho agrícola era um desejo dos governantes. Ao abolir-se a escravidão, uma massa importante da população do país tinha ficado dispersada sem um rumo definido e sem intenção de manter-se nas fazendas nas quais haviam morado enquanto escravos. Essa situação podia se tornar “perigosa” para o Estado, considerando o potencial que encarnava a nova situação desse ator para a sociedade brasileira.

Um ator que, por desconhecer as técnicas e tempos produtivos próprios do capitalismo, não estava formado nos valores ocidentais que os governantes estimaram adequados para a etapa em que estavam entrando. Tais valores, sim, eram vistos nos colonos procedentes de distintas partes da Europa (especialmente alemães, suíços e holandeses). A capacidade de organização e de projeção econômica articulada a uma harmônica vida comunitária representava o anseio dos governantes brasileiros: o disciplinamento geral ante a lei e a ordem Jurídico-Estatal era o que, ao final, se deveria impor (PAZELLO VALENTE, 1997, Cap. I).¹⁸

Foi dessa maneira que, no final da década de 1820, uma primeira e pequena corrente de imigrantes ultramarinos chegou ao solo paranaense para trabalhar as terras por conta própria. Apenas anos depois, por volta do 1870, que haveria uma decidida tentativa de

¹⁸ Para uma abordagem em profundidade da questão, ver IANNI, Otávio, **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.

política migratória no Brasil, e com ênfases na região sul, lugar que posteriormente se encontraria a Colônia Cecília.

No momento em que viajaram os anarquistas italianos, a imigração encontrava-se num estado muito mais avançado de organização, destinando ao governo instituições, funcionários e recursos vários, de acordo com o projeto que se queria realizar. Essa situação aparece ilustrada reiteradamente nos escritos de Rossi, quem narra com detalhes os distintos tipos de assistência com que contaram devido seu caráter de imigrantes¹⁹.

¹⁹ Essa situação aparece ilustrada de maneira detalhada nos escritos de Rossi, especialmente no texto O nascimento da Colônia Cecília (ROSSI, 2000); nele, o autor descreverá as atenções que recebiam dos funcionários encarregados de alojar e ajudar os imigrantes, dos confortáveis prédios que se hospedavam, assim como até das completas refeições que lhes proviam. Também Cappellaro vai se referir à colaboração brindada pelo governo brasileiro, neste caso no que diz respeito às terras que ocuparam: “O governo do Brasil nos cedeu este terreno, como para todos os colonos, com a única condição do pagamento após cinco anos, mas, quanto a isso, nós temos tempo; nós não pagamos nenhum imposto, nós não temos nada a ver com as autoridades do país, nem para o serviço militar, nem para outra coisa, salvo para receber o pagamento pelos trabalhos que nossos colonos fazem nas estradas por sua conta.”. Carta de Cappellaro publicada em fevereiro de 1892, em FELICI (1998, p.40). Com o transcorrer da Colônia, o apoio do Estado paranaense se fez ainda mais notório. De tal maneira, Felici indica: “Rossi conta que, em abril de 1890, eles conseguiram um terreno de 10 quilômetros quadrados ‘ao preço médio de quinze liras pagáveis a crédito’. Trata-se, portanto, de um pagamento diferido e esquece-se amiúde de acrescentar que, ao invés de dar dinheiro ao Estado, é o Estado que dá dinheiro à colônia durante o primeiro ano” (FELICI, 1998, p.39). E continuará comentando: “‘A colônia, no mês de maio de 1891, era composta de 200 pessoas e recebia todos os meses da administração das colônias, 2884 francos, como todas as outras colônias durante o primeiro ano’, nos diz Cappellaro em La Révolte, em outubro de 1892. A colônia se beneficia também do apoio do governador do Paraná, que obtém da secretaria de colonização, uma subvenção para a Cecília”. (FELICI, 1998, p.39-40).

II

Uma série de divergências começa a se vislumbrar nos trabalhos analisados quando o tema abordado é a gestação da Colônia Cecília. O olhar dos escritos literários enfatiza a figura do Imperador Pedro II, ressaltando as precauções que ele tomou a partir das primeiras frustradas experiências com colonos europeus. Duas dessas precauções assinaladas foram: diminuir o número de colonos e não lhes dar a propriedade das terras. Mesmo que tivessem vendido para não desestimular a imigração, isso foi feito com um custo econômico muito baixo e com um estendido período para efetuar o pagamento, o que priorizou, dessa maneira, a permanência dos imigrantes acima da obtenção de um recurso econômico direto.

Outro elemento ao qual os trabalhos literários darão ênfase é a cuidadosa elaboração do retrato do Imperador Pedro II. Nesses, se ressalta que o Imperador, além de seu cargo e título político-associado significativamente a um imaginário de corte conservador, era uma pessoa que se destacava por seu gênio inquieto e pela abertura mental para as distintas expressões humanísticas, sejam relacionadas ao mundo da arte ou ao das ideias (particularmente filosóficas e políticas).

Este ponto de vista sustenta que o Imperador, durante uma estadia na Europa, recebeu uma carta que um anarquista italiano chamado Giovanni Rossi, veterinário e aficionado por música, lhe tinha dedicado. Nela o autor descrevia um modo de vida coletiva no qual não haveria nenhum tipo de dominação entre os homens. Esse esboço, que estava pensado para ser implantado em forma de comuna agrícola, entusiasmou Pedro II, que imediatamente fez informar ao anarquista que o oferecia alguns hectares ao sul do Brasil para que pudesse levar adiante sua comunidade projetada. O convite apenas foi recebido por Rossi e seus companheiros, que apressadamente aceitaram e se mobilizaram para a realização da colônia.

A outra versão, aquela geral dos estudos acadêmicos e/ou científicos, afirma que não houve encontro direto nem conhecimento algum entre o Imperador e Rossi, e que o empreendimento de fundar a Colônia nasceu pela mera iniciativa do italiano. Essa posição

ganha mais força ao se analisar o destino para o qual teriam apontado os anarquistas, já que o Brasil não era a opção privilegiada. Nos seus escritos, Rossi manifesta que o itinerário tinha como meta o Uruguai, mas que pelas notícias recebidas em relação às escassas possibilidades de encontrar territórios livres e aos conflitos políticos internos que sacudiam aquele país, além das complicações de saúde que alguns dos libertários sofreram durante a viagem, decidiram que o rumo final selecionado seria o Estado do Paraná (MELLO NETO, 1996, p.104-114; MUELLER, 1989, 254-257).

Uma aproximação entre ambas as versões ocorre no que diz respeito à quantidade de habitantes que fundaram, e se radicaram, na Colônia Cecília em seus momentos iniciais. No entanto, tais versões prontamente voltam a separar suas afirmações, dado que nos romances a chegada dos colonos teria ocorrido numa única viagem com duas a três dúzias de pessoas. Enquanto para a outra versão, e já se fundamentando no que expressam documentos oficiais da época, o primeiro grupo que chegou a Palmeira era de seis pessoas. Esse pequeno coletivo foi recebendo, com intervalos temporais não muito prolongados, diversos contingentes de compatriotas que chegavam à comuna (FELICI, 1998, p.12-14 e 20-22). Em alguns estudos (MELLO NETO, 1996, p.144-151; PAZELLO VALENTE, p.77-81), consta o nome e o lugar para o qual marcharam alguns italianos que, tendo migrado para formar parte da experiência anarquista, permaneceram poucos dias nela ou mudaram seu rumo na mesma travessia.

Do mesmo modo, há outros itens que levam a deixar de lado o potencial uso dos escritos literários como fonte segura de análise. Estes escritos apontam que a relação entre o Imperador Pedro II e a Colônia Cecília de nenhuma maneira poderia ter sido estreita, dado que o Império cai em 1889 e a comuna se funda em 1890 (com pouco tempo de preparação suficiente para que as partes se contatassem previamente). Por sua vez, também não há registro algum dos anarquistas partícipes da experiência terem sido convidados pelo Imperador para realizar a comuna libertária (FELICI, 1996, p.48).

A isto se agrega que, no ano de 1888, quando Pedro II viaja para a Europa, Rossi estava dedicado ao desenvolvimento da colônia agrícola de Citadella. Quando essa acaba (ou pelo menos quando acabou a parte ativa de Rossi na mesma), suas energias se voltaram à criação de colônias agrícolas exclusivamente na Itália (FELICI, 1996, P.48).

Também se deve considerar que na América do Sul, tal como se mencionou acima, a primeira opção dos anarquistas era o Uruguai (FELICI, 1998, p.11). No mesmo sentido, observa-se que as terras que foram destinadas aos anarquistas não lhes estavam previamente atribuídas, podendo eles terem escolhido esse terreno ou qualquer outro (FELICI, 1998, p.13).

Para além da versão a que finalmente se decida adotar, vale mencionar que, em geral, a nascente sociedade de massas brasileira não só não estava imbuída de ideias de caráter libertário, como o conhecimento que os brasileiros possuíam desses atores era a imagem que a imprensa internacional transmitia deles, dando lugar unicamente a (ou exagerando) notícias que relacionavam os anarquistas com atos de violência. Nessa linha, o Estado brasileiro, correspondia ao ideal positivista da Ordem Social sobre a qual se constituía, e sua tendência era criar um marco normativo no qual os anarquistas poderiam ser considerados como uma ameaça ao corpo social^{20 21}.

Não obstante isso, com a fundação da República, passam a cobrar notabilidade no cenário político regional e nacional, as figuras de pensadores liberais, que se em sua maioria não aderiam ao socialismo, tinham muitos pontos de convergência com este. Por exemplo, no que diz respeito à separação de esferas entre o Estado e a Igreja. Alguns autores, inclusive, destacam que um vínculo de simpatia se gerou por parte dos livres pensadores que ganhavam espaço no poder político para com os anarquistas recém chegados no Brasil.

²⁰ Daí que as políticas adotadas em relação aos anarquistas se resolveram principalmente através da atividade policial. Os mecanismos punitivos utilizados iam desde o encarceramento (como uma das medidas mais leves), passando pelo desterro, e tendo na pena de morte, obviamente, o ponto mais alto dos castigos. Será posteriormente - a partir de uma mudança de concepção da problemática social, que se tratará não meramente de reprimir os potenciais agentes de conflito, senão de intervir nas condições geradoras dos mesmos - que a situação se transformará, permitindo a livre expressão e atividades gerais dos libertários.

²¹ Assim: "... sob os olhares vigilantes do estado Burguês, o anarquista constituía-se num desordeiro; mas esta é uma categoria muito abrangente, o que possibilitava o enquadramento de qualquer pessoa que se desviasse do comportamento considerado aceitável socialmente. Assim, bêbados, vadios, mendigos, prostitutas e militantes políticos eram considerados como desordeiros...". Essas últimas figuras, mais os índios, escravos e o lumpenproletariado urbano eram as que se criminalizavam (PAZELLO VALENTE, 1997, p.19).

A relação, pelo menos harmônica, entre governantes e colonos²² teria uma continuidade marcada por distintos acontecimentos, como a seleção de Rossi como “farmacêutico” da colônia, com nomeação e salário outorgado pelos organismos oficiais brasileiros²³. Esta situação se contrapunha por completo à conduta assumida pelo governo italiano, que até o momento da saída dos anarquistas de Genova, controlou-os com grande cuidado, mantendo-se alerta aos retornos que se sucediam.

Em um processo de reconfiguração geral, a Colônia Cecília nasce entre eventualidades das mais diversas índoles, aquelas que eram próprias dos anarquistas, as correspondentes às macro-transformações do cenário europeu ocidental, as pertencentes ao âmbito brasileiro, assim como as que atingiam as relações entre as partes envolvidas. Em meio a essas características, a comuna libertária se mostrou com o tempo uma experiência enriquecedora em diferentes níveis e não unicamente para os libertários.

²² A boa relação dos colonos libertários com as forças políticas que surgiram e se estabeleceram paulatinamente, se pode apreciar em uma carta que Rossi enviou às autoridades do Paraná agradecendo o bom trato recebido ao chegar, e por haver-lhes sido outorgada a propriedade da casa que jazia no terreno que ocuparam (MELLO NETO, 1996, p.93).

²³ Nesse ponto, é necessário apontar uma particularidade no que diz respeito ao Doutor Grillo que, além de formar parte do governo do Paraná, estabeleceu uma grande amizade com Giovanni Rossi. Grillo morava na cidade de Palmeira e se converteu em uma figura que teve uma relação bem próxima com a Colônia. Além de se tornar um grande amigo pessoal de Rossi, foi um gestor permanente de recursos para os libertários (dado seu posto no governo estatal) e se converteria em médico da Colônia. Sua atuação foi recuperada em reiteradas oportunidades nos diversos trabalhos que analisamos nesta pesquisa. Entre eles, quem seguramente mais destaque outorgou ao mesmo, foi Sánches Neto, em seu romance *Um amor anarquista* (2005).

III

Em 20 de fevereiro de 1890, do porto de Genova (Itália) e com um caixa comum de 2500 libras, partiu o núcleo de anarquistas que viriam a ser os futuros colonos agrícolas libertários no Brasil. As primeiras notícias do grupo chegaram à Europa mediante uma carta redigida por Rossi, na qual o autor aproveita para explicitar os motivos centrais de seu empreendimento:

"Porto Alegre, 22 de março de 1890. Nós pretendemos constituir aqui uma colônia anarquista, que possa dar à propaganda uma demonstração prática de que nossas idéias são justas e realizáveis (...) Nós partimos às oito do dia 20 de fevereiro, e em Gibraltar uma família de camponeses espanhóis se juntou a nós. Nós partiremos amanhã para Porto Alegre para procurar um terreno propício". (ROSSI, G. Carta publicada na **La révolte**, junho, 1890, citada por FELICI, 1998, p.12)

E continuara especificando que:

"Nós devíamos ir a Porto Alegre, mas o mal de mar fazia sofrer tanto dois dos nossos companheiros, que decidimos poupá-los de outros cinco ou seis dias de navegação e descer aqui, para fundar a nossa colônia social em alguma parte do Paraná, onde sabíamos que encontraríamos um clima ameno e saudável". (ROSSI, G., 1890 citado por FELICI, 1998, p.13)

As palavras de Rossi impressas na quinta edição de *Un Comune Socialista*, afirmam que a turma de anarquistas que chegara ao Paraná estava composta, além do autor do escrito, por Cattina e Achille Donelli, Evangelista Benedetti, Lorenzo Arrighini e Giacomo Zanetti (MELLO NETO, 1996, P.110-111). Não obstante, Felici aponta que Rossi, naquela carta, dirá: "... que seu grupo é constituído de oito pessoas, às quais se juntou, durante a viagem, uma família espanhola. Posteriormente ele não fez mais alusão a essa família espanhola". Também, tal autora faz a seguinte menção: "No registro consultado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, os nomes de Achille e Cattina Dondelli não aparecem entre os nomes dos passageiros do Città di Roma, mas ali figura outro nome, o de Elisabetta Arrighini, não mencionada por Rossi" (FELICI, 1998, p.14).

Outra controvérsia como a indicada por Felici corresponde à data, ainda hoje desconhecida, na qual os anarquistas chegaram à Curitiba. Porém, é possível definir com certeza que o grupo de italianos ingressa na cidade de Palmeira no mês de abril de 1890, ainda que seu destino não fosse o da zona urbanizada da cidade, mas umas terras desabitadas, onde a paisagem selvagem indicava a ausência de assentamentos humanos²⁴. Nesse sentido, cabe dizer, ainda que os anarquistas não tivessem o que comumente chamamos de “vizinhos”, em seu entorno existiam povoados urbanizados como a própria cidade de Palmeira e colônias agrícolas organizadas segundo o país (e região) de origem de seus participantes: Alemanha, Polônia e França, eram os casos pontuais²⁵.

Uma vez instalados, e com grande pujança, os italianos rapidamente se dedicaram ao desmatamento de suas terras e à construção de moradias. De início conceberam uma casa individual para o único casal e seu filho, e outra coletiva para os solteiros; e com a continuidade das obras, alguns solteiros passaram a viver menos amontoados (ROSSI, 2000, p.64-65).

Ao mesmo tempo, começaram as tarefas agrícolas: os colonos anarquistas semearam feijão, batatas, milho, um vinhedo e uma horta com distintas hortaliças (tomates, alfaces, cenoura). Utilizariam essas plantações para proverem as necessidades alimentares indispensáveis, e o plano dos anarquistas era comercializar o excedente com as cidades vizinhas. Os lucros se destinariam a cobrir outros requerimentos dos colonos (moradia, saúde), a manter e aumentar a produção (sementes, animais reprodutores), assim como para incrementar o fundo comum de reserva em dinheiro (MELLO NETO, 1996, p.138-140).

Como a Colônia Cecília procurava ter uma economia basicamente agrícola, precisava de uma infra-estrutura adequada à situação, portanto um moinho e silos

²⁴ Não obstante, os anarquistas não foram os primeiros a se instalar na zona, anteriormente grupos de paranaenses haviam tentado desenvolver ali sua vida. O peso dos ciclos econômicos mencionados (que tinham seu esplendor longe da região) e as disputas dos grupos de poder da região, que tiravam a viabilidade de qualquer proposta de desenvolvimento local, atentaram contra a continuidade de residência daqueles nessa terra. A respeito ver o citado trabalho de COSTA DE OLIVEIRA, 2001, e o volume de PRADO, Antonio (Org.). **Libertários no Brasil: Memória, lutas, cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

²⁵ Reticentes ao contato geral com os libertários italianos, só poucos colonos alemães e poloneses, estabeleceram boas relações com aqueles. Os franceses, pelo contrário, se mostraram solidários desde um primeiro momento, ao ponto de lhes doarem vários brotos de vinha para que pudessem semear uva e produzir vinho. Sobre a relação dos membros da Colônia Cecília com seus “vizinhos”. (MELLO NETO, 1996, p.140-141).

cerealistas foram as construções mais destacadas feitas pelos *comuneros*. O tema da infraestrutura não foi menor, e além da prioridade atribuída à parte agrícola, os anarquistas confeccionaram estradas que lhes foram de grande utilidade tanto para a saída de seus produtos, como para o ingresso de ferramentas e mercadorias em geral. Essas construções, além disso, permitiam o contato com o “afora” da Colônia: a abertura de caminhos possibilitava a chegada de notícias por via oral e facilitava a fluidez na circulação de cartas, jornais, livros, e outros impressos que lhes eram interessantes.

Cabe apontar, que muitos dos desenvolvimentos alcançados pelos anarquistas só foram obtidos com o decorrer da experiência. Acontece que, além do voluntarismo que exibiram, o primeiro grupo de colonos teve muitas dificuldades para executar corretamente as tarefas mencionadas (ROSSI, 2000, p.65). Os libertários pioneiros da Colônia eram pessoas que na Itália se dedicavam a profissões liberais e urbanas que pouco tinham relação com a realidade que tinham passado a viver. Apenas com a chegada de uma segunda turma de imigrantes, composta em sua maioria por camponeses italianos, é que contaram com mão de obra qualificada para o tipo de produção e atividades que desenvolviam na região.

É pertinente indicar que para fazer um uso correto da terra, não necessitavam somente de trabalhadores especializados - já que com o transcorrer do tempo, era previsível que essas tarefas fossem aprendidas. Os colonos também não contavam com o estritamente necessário para a produção: umas poucas ferramentas, algumas sementes e um capital em dinheiro pouco elevado, foram os recursos materiais de que dispunha a comuna nos seus primeiros anos para se consolidar. Os poucos bens com que contavam os anarquistas lhes proporcionaram o mínimo para permanecer durante o ano inicial num nível básico de subsistência. Essa situação também paralisou o pretendido crescimento da colônia, já que sem divisas não podiam investir no melhoramento das produções nem das condições de vida gerais.

Além desses fatores, houve outro que acometeu o empreendimento dos anarquistas, e que se consolidou como uma característica permanente na comuna, o tempo instável de residência das pessoas que estabeleciam moradia na Colônia. Tal fato afetou o desenvolvimento equilibrado e a possibilidade de organizar um plano de crescimento estratégico sustentável. Em reiteradas oportunidades, a ausência de indivíduos que

aportaram sua força de trabalho (primordialmente para as tarefas agrícolas) ressentia o coletivo. Ao se agravarem estas dificuldades, os colonos pioneiros escolheram Rossi para uma viagem à Itália com o objetivo de difundir a experiência e lograr que novos integrantes se somassem ao empreendimento anarquista.

Os frutos da viagem rapidamente se fizeram notar já que Rossi cumpriu muito bem a missão que lhe foi designada. O sucesso se deveu ao fato de que o anarquista realizou encontros em várias cidades italianas, como Pisa, Cecina, Livorno, La Spezia, Turim, Milão, Brescia, com conferências caracterizadas por:

“Pleno[as] de detalhes concretos sobre o local que acolhe sua colônia experimental (...) A leitura desse relatório deixa, especialmente na versão revisada que apareceu, de maio a setembro de 1891, na revista *La Geografia per Tutti* de Bergamo, uma impressão muito próxima da que se teria lendo um texto de propaganda sobre o Brasil e suas maravilhas...”. (FELICI, 1998, p.16)

A campanha propagandística impulsionada por Rossi viu-se beneficiada pela circulação de outros relatos que davam excelentes referências do que estava acontecendo na comuna anarquista. Entre eles, destaca-se se uma carta escrita por Dante Venturini a Rossi durante sua estada na Itália e que seria publicada imediatamente. Entre os apontamentos efetuados por Venturini, vale citar algumas passagens recuperadas por Felici em sua pesquisa:

“Vocês não podem acreditar o quanto é boa a nossa situação, que vai melhorando sempre mais. Além do mais, temos uma água excelente, enfim, tudo é melhor do que o Dr. Rossi nos havia descrito. Quanto aos animais selvagens, nós ainda não vimos nenhum, exceto um pequeno macaco que foi morto por um dos nossos companheiros”. (FELICI, 1998, p.16-17)

E prosseguirá afirmando que:

Por ora, os nossos alimentos são: arroz, feijão, polenta, porco, carne de vaca, salame, café, leite, tudo em grande abundância. O pão é pouco, porque é preciso comprá-lo, mas assim que nós encontrarmos o material e

a cal para fazer um forno, então deixaremos de comer polenta e passaremos ao pão (FELICI, 1998, p.17)

Dessa maneira, no início do ano de 1891, mais exatamente no mês de fevereiro, diversos grupos de italianos simpatizantes da proposta rossiniana deixam sua pátria para agregar-se à Colônia Cecília. A esse respeito, Felici (1998, P.16) outorga importantes informações:

“Seis famílias originárias de Livorno partem no dia 3 de fevereiro de 1891, no navio Vittoria. Entre eles está Eugenio Lemmi. Um segundo grupo, mais numeroso, dezesseis famílias e alguns solteiros, originários de Cecina, Gênova, Turim, Milão e Brescia, embarca no dia 14 de fevereiro de 1891”.

A autora continua apontando que:

“No dia 10 de março, é a vez de treze famílias e sete homens solteiros de Florença, Poggibonsi, La Spezia e Milão. Francesco e Argia Gattai (...) e suas crianças, fazem parte desse grupo que viajou no dia 10 de março de 1891 (...) Outros pequenos grupos partem ainda no dia 28 de março, no dia primeiro e 23 de abril”. (FELICI, 1998, p.16)

Por último, Felici (1998, p.16) indicará que: “Os colonos recrutados por Rossi tinham sido precedidos por algumas famílias de camponeses chegados logo após a partida de Rossi”.

Nesta partida, estavam integradas umas treze pessoas que quase em sua totalidade conheciam as tarefas de trabalhar a terra. A chegada destes novos colonos produziria não somente concretas e sensíveis melhoras na produção agrícola; mas também traria fôlego espiritual aos libertários: o advento de compatriotas àquele lugar desolado fora uma injeção de ânimo para os sofridos fundadores da comuna (FELICI, 1998, P.17-18)..

Foi pouco depois do primeiro ano de vida, com o ingresso do novo contingente, que a Colônia tomou alguma propulsão no que se refere aos aspectos de produção de estrutura e alimentos. A chegada desses trabalhadores rapidamente melhorou a produção, assim como se multiplicou seu potencial, efeito do ensinamento de seus trabalhos

aos outros colonos (os que já residiam ali) de técnicas de cultivo, assim como de cuidados para a criação dos animais com que contava o coletivo anarquista.

Ao proceder desta maneira, alguns membros do coletivo ficaram liberados de realizar as tarefas agrícolas, o que lhes permitiu trabalhar na construção de estradas e caminhos, obras promovidas pelo governo paranaense. Por isso, se converteram em operários assalariados, destinando apreciável quantia de suas diárias à manutenção e reprodução da comuna.

O ingresso de imigrantes continuou por alguns meses, e em maio de 1891, estimava-se que o número de moradores na Colônia Cecília tinha superado as duas centenas de pessoas. Para entrar no assunto, é oportuno tomar as considerações de Felici (1998, p.18):

“As chegadas sucessivas, em pouco tempo, levam a população da Cecília a mais de 150 membros, segundo Rossi, e a 200, segundo Amilcare Cappellaro, o correspondente de *La Révolte*. A colônia atinge, em todo caso, em maio de 1891, a cifra mais elevada de sua história. Pode-se, aliás, calcular que, se todos os colonos anunciados houvessem chegado ao seu destino, a colônia deveria ter chegado a 250 membros em junho”.

No entanto, e considerando que a irregularidade na permanência não se solucionava com a chegada de novos integrantes, pode-se mencionar que em outubro desse mesmo ano somente restavam 19 pessoas com residência fixa no lugar. Em contrapartida, em novembro se agregavam 20 novas famílias, que chegaram separadas em dois grupos, com pouco tempo de diferença (MELLO NETO, p.162).

A somatória dos fatos apontados, fez com que àquela altura a experiência libertária alcançasse certo crescimento econômico; já que, juntando o que se vendia pela produção agrícola mais os salários pelos trabalhos nas estradas, alcançaram os meios necessários para abastecer as quase 300 pessoas que então moravam no local.

Esse número foi supostamente o mais alto de habitantes com que contou a comuna, aliás, novamente, Felici (1998, p.36) nos coloca na pista de como devem ser entendidas as estatísticas da quantidade de moradores que residiam na comuna:

“A população da Cecília certamente nunca atingiu um tal número. Para chegar a trezentos, Rossi fez o total de todas as pessoas que passaram pela Cecília. Mas os colonos não são os mesmos durante toda a experiência; a colônia viveu uma renovação constante de seus membros, que não permanecem, na maior parte dos casos, mais do que um período muito curto”.

E isso porque:

“No seu balanço, Rossi não leva em conta essa grande instabilidade, nem a fraca capacidade da Cecília de reter os colonos. Durante seus quatro anos de vida, a colônia conheceu numerosas partidas e desistências, após uma permanência freqüentemente muito breve. A desistência mais marcante é a das cento e cinquenta pessoas que deixam a colônia em junho de 1891”. (FELICI, 1998, P.36)

A partida permanente de membros da Colônia, e a repercussão que isto tinha na fase produtiva, atentavam sensivelmente contra o experimento social, fazendo-o redundar na sua precariedade. Uma precariedade que pode ser entendida estritamente no plano das condições materiais, que privavam os colonos dos bens indispensáveis para se ter uma vida medianamente afastada da pobreza, e que não foi superada além das melhorias mencionadas, mas, ainda assim, como uma precariedade efetiva que germinava desde a impotência de não poder lograr um entrelaçado de sentidos comuns entre os moradores da comuna.

Desse modo, é possível indicar que se a chegada de novos colonos era importante, nem sempre terminava por se converter em reforços válidos para o Projeto. A ideia dos anarquistas de convocar na Itália trabalhadores agrícolas, não resultou a melhor tentativa, já que estes majoritariamente não compartilhavam os ideais anarquistas nem socialistas. Os novos residentes que se instalaram na Colônia, o faziam por razões principalmente econômicas: eram os que procuravam fugir da pobreza que por uma grande parte da Europa Ocidental se espalhava entre os setores mais vulneráveis da população. Dessa forma, sua inadaptação à conduta que era empreendida na Colônia terminava por se tornar mais prejudicial ao coletivo libertário, apesar dos ganhos materiais por conta de sua atividade física (FELICI, 1998, p.22-23).

A esse cenário da Colônia, aparentemente marcado por duas mentalidades bem diferenciadas (a anarquista e a camponesa), somava-se a dificuldade de estabelecer um equilíbrio de sentidos e valores que atravessassem os povoadores como parte constituinte de um todo coletivo. Porém, esses dois grupos, poderiam se tornar três, se considerarmos a distância que existia entre as representações sobre a Colônia que desenvolvia Giovanni Rossi e o que significava para seus companheiros libertários co-fundadores da experiência.

Sobre esse assunto, vale servir-se de uma apreciação de Felici, para quem Rossi:

“Mergulhado na sua idéia de realizar seu projeto a qualquer preço, Rossi pouco se preocupou em saber se as pessoas que embacaram na aventura com ele, tinham os mesmos objetivos políticos que os seus. Alguns eram anarquistas convictos, mas não é certo que todos os colonos da Cecília eram anarquistas”. (FELICI, 1998, p.38)

E apontara que:

“Os que partiram com as armas na mão ou os que se agarraram à pessoa de Rossi, avaliando que ele os havia enganado, não vieram pelas mesmas razões que ele, que Cappellaro ou que alguns outros. Eles não tinham nem mesmo as mesmas convicções”.(FELICI, 1998, p.38)

Apesar das intermitências, a Colônia se manteve ativa, dentro do marco do Projeto anarquista, pelo tempo aproximado de três anos. Nesse período, fortes golpes sacudiram os frágeis cimentos socioeconômicos sobre os quais se apoiava, deixando nos habitantes a dúvida a respeito do que aconteceria com seu futuro no lugar. No início de 1893, haviam-se acumulado uma série de fatos que atentaram contra sua continuidade, entre os quais se destaca o surgimento de uma peste que deixou como sequela a morte de algumas crianças. Considerando o longo prazo, este acontecimento teve uma ingerência mínima na possível renovação natural dos moradores (em vez da renovação artificial produzida pela chegada de imigrantes); não obstante, foi no ânimo dos colonos que impactou mais duramente.

Outro acontecimento importante foi o roubo de uma das colheitas anuais de milho. O dinheiro obtido pela venda do excedente da produção era um dos maiores ingressos com que contava a Colônia. Ocorreu que um dos colonos, que trabalhava levando

e trazendo mercadorias e recados entre as cidades vizinhas e a comunidade, vislumbrou a oportunidade de lucrar de forma particular nessa oportunidade e procedeu de tal maneira. Por mais que não tenha voltado a ter contato com o coletivo, os colonos imediatamente que souberam o desvincularam da comuna. (ROSSI, G., Miei cari, carta, 12 de janeiro de 1893, citada por MELLO NETO, 1996, p. 171).

O contato com o “fora” foi outro fator que debilitou a Colônia. A referência, neste caso, não é a relação com os vizinhos das outras comunas agrícolas, que até poderiam se mostrar interessados nas práticas dos anarquistas, mas desdenharam desestimaram os diversos convites que estes lhes fizeram para que se unissem ao seu modo de vida. Foram os centros urbanos dos arredores que se tornaram uma verdadeira atração para muitos dos colonos, especialmente para os membros camponeses, que saíam da comuna para ir atrás dos bons salários que se pagavam em cidades como Curitiba. No entanto, os colonos libertários, entre os quais contava uma maioria com interesses intelectuais, se viram atraídos por esses espaços: o interior da Colônia pouco lhes proporcionavam para satisfazer tais inquietudes.

Se houve um ponto final da Colônia Cecília como experiência de projeto coletivo socialista, este pode ser situado no início do ano de 1894, e teve como causa disparadora a Rebelião Federalista (1893-95) que sacudiu o Brasil. Aconteceu que:

“Por terem dado guarida a um adepto das forças federalistas, os anarquistas foram duramente castigados pelas tropas legalistas que destruíram as plantações, mataram os animais e acabaram com as esperanças daqueles que, apesar de todas as dificuldades, ainda permaneciam na colônia”. (PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.79)

Esse acontecimento, somado ao conjunto de fatores negativos apontados, devastaram a ideia original da comuna. Em contrapartida, somente permaneceram na zona alguns colonos que sobreviveram trabalhando as terras de um modo rudimentar, situação que se prolongou por um ano. Nesse momento, até o mesmo Giovanni Rossi – quem tinha aceitado uma oferta de emprego nas proximidades da região – havia partido da Colônia.²⁶

²⁶ Sobre o impacto que a queda da Colônia teve em Rossi e sua continuidade como militante anarquista no Brasil, Felici (1998, p.44) indicaria: “Após tal reviravolta, não surpreende que Rossi não se interesse mais

Com relação aos lugares para os quais partiram os colonos libertários uma vez que deixavam a comuna, Mueller (1989, p.303-304) indica que:

“Algumas famílias, em 1895/96 vão para Porto Alegre e lá iniciam o que viria a ser o movimento anarquista local (...) Zélia Gattai nos conta, em ‘Anarquistas graças a Deus’ a história de sua família, participante da Cecília, que foi para São Paulo, juntamente com alguns companheiros”.

Sobre Egizio Cini afirma que foi para Curitiba, fundou um jornal anarquista e com Carlos Chelli instalou uma fábrica de bebidas na região. Quanto às famílias Agottani, Mezzadri e Artusi a informação que traz a autora, é de que permaneceram na região, ao ponto que os Artusi compraram as terras da comuna. (MULLER, 1989, p.303-306)

Sucintamente, podemos dizer que Rossi, depois de ir para Curitiba, mudou-se para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, retornando à Itália em 1907, à cidade de Pisa. Suas atividades continuaram sempre ligadas a sua profissão de veterinário e à militância libertária²⁷.

pela política. Aquilo em que tinha acreditado durante toda a primeira parte da sua vida, o que fazia seu combate cotidiano havia desmoronado, mais nada o une à batalha política na qual ele não havia nunca, aliás, tentado se distinguir. Rossi não colaborou com nenhum jornal brasileiro. Fez algumas conferências sobre o socialismo, que aliás não continuaram após o fim da Cecília. Com exceção de uma aparição na lista de assinantes do jornal *Il Diritto* de Curitiba, em setembro de 1900, e de *A Terra Livre* de São Paulo, em março de 1906, ele não deixa marcas no movimento social local (...) Rossi não participa do Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que se realizou no Rio de Janeiro em 1906”.

²⁷ Outros dados com relação ao assunto (com o agregado de valiosos documentos da época como fotos, cartas, escritos legais), podem ser encontrados em PELLIZZETTI LOLLA (1999, p.196-235). O trabalho de PAZELLO VALENTE (1997, p.110-166) é profuso em relação à inserção de militantes anarquistas na cidade de Curitiba uma vez terminada a Colônia Cecília.

III - O construtor: Giovanni Rossi

I

Na cidade italiana de Pisa, em 11 de janeiro de 1856, nasce Giovanni Rossi. Filho de uma família de classe média, com estudos em Medicina Veterinária pela Universidade de Pisa e com pós-graduação na mesma disciplina na Universidade de Perugia, Rossi é uma figura inseparável da Colônia Cecília. Cada vez que surge alguma referência sobre a comuna, o anarquista italiano aparece em cena, dado ele ter ocupado o lugar de pai da mesma. Foi seu criador material e simbólico: ele a idealizou, planejou e nomeou, assim como por seu intermédio se definiram e obtiveram os distintos recursos materiais para levá-la adiante.

Sua militância dentro das fileiras do socialismo começa bem cedo, durante sua etapa de estudante universitário, que teve como ponto de início formal sua entrada na Associação Internacional de Trabalhadores de Pisa, no ano 1873 (MELLO NETO, 1996, p.67; PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.149). Para esse organismo, Rossi apresentou um esboço para a realização de uma colônia socialista libertária na Polinésia, mas a proposta foi recebida com muito pouca empolgação, rejeitada e arquivada. Para além de como fora o projeto em si mesmo, o mínimo interesse que despertou deveu-se principalmente ao fato de essa instituição estar, na ocasião, pautada por um marco diferente de ação, com outras finalidades e preocupações.²⁸

Era um momento em que a Itália começava a vislumbrar a debilidade do crescimento do anarquismo em sua versão comunalista, se destacando a fratura com o campo geral do socialismo, quando outras correntes passariam a se tornar hegemônicas. Seria no começo da década de 1880 que esse cenário, inclusive no interior da ala libertária, adotaria certas características. Helena Muller (1989, p.197) aponta o seguinte: “A mencionada década dos 80 será marcada, então, por duas questões para o movimento

²⁸ Nesse contexto também não se deve descuidar o apontamento feito por Pellezzetti Lolla (1999, p.15) ao dizer que: “As associações cooperativas operarias são, na época, um fato novo na historia”.

anarquista italiano: a questão partidária, levantada por Costa, e outra marcada pela ascensão do individualismo, antiorganizacionista”.²⁹

E ainda que somente depois nos aprofundaremos no referencial teórico e na linha de ação política rossiniana, cabe indicar, aqui, que sua permanência em uma instituição, que se encaminhava para a adoção de um perfil legalista, não se dava por uma falta de perspicácia ou pela indefinição política coerente por parte do italiano. Essa atitude tinha a ver, antes de tudo, com os espaços possíveis de militância nos quais Rossi podia se inserir.

Tratava-se, na realidade, de um sintoma do momento histórico que vivia socialismo italiano em geral. Assim, Mueller (1989, p.203) menciona que, naquele período:

“O ‘ser socialista’ está em formação e muitas vezes se confundem os termos políticos usados embora para as pessoas em geral, ser republicano ou democrata não impeça de poder ser também socialista”. A autora asseguraria: “A região da Toscana [na qual residia Rossi naqueles tempos], que com o decorrer da década de 70 adentrando nos 80, será uma das regiões italianas de maior penetração e organização do anarquismo, não foge a regra”.

A autora, quanto a essa situação, também indicará:

“Quando falamos anteriormente de uma ‘opção’ pelo anarquismo pode parecer que esta tenha se dado de forma rápida e homogênea por toda a Italia. Não é o que queremos dizer. As associações de mútuo socorro, as organizações republicanas, as cooperativas de consumo, enfim, a organizações anteriores continuam a existir e, muitas vezes, sem alterar significativamente sua ação, adotam o programa da AIT, filiando-se a esta”. (MULLER, 1989, p.203)

Em 1875, Rossi finaliza seus estudos universitários, e no ano seguinte se instala nas terras de Montescudaio (na mesma província de Pisa), onde pratica sua profissão de veterinário. Ali vai participar da fundação da Seção da Associação Internacional de Trabalhadores local, sendo reconhecido como um de seus principais promotores (PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.149). E apesar de nunca descuidar de suas atividades

²⁹ Em relação ao anarquismo comunitarista, Mueller (1989, p.197) dirá: “Essa discussão sobre a organização, dentro do movimento anarquista só ganhará sua verdadeira dimensão nos anos 90, quando Malatesta, retornando de um de seus exílios, vai propor a fundação de um partido operário anarquista, sem objetivos eleitorais, mas só organizacionais”.

científicas, foram as de caráter político as que mais despertaram a atenção dos moradores da região, em especial, das autoridades governamentais.

Por causa de seu engajamento anarquista, e por vivenciar um momento de auge do protesto social na região, Rossi foi perseguido politicamente, ao ponto de, depois de um confuso episódio, a polícia local prendê-lo por alguns meses. O fato é relatado por Mello Neto da seguinte maneira: “Logo apos a primeira edição de Un Comune Socialista, publicada em Milão no ano 1878, Giovanni Rossi era preso, acusado como temível revolucionário por ter sido flagrado portando arma perigosa que, durante o processo, foi identificado como um bisturi de uso na prática veterinária. Ao final foi absolvido, porém amargou cinco longos meses na prisão” (MELLO NETO, 1996, p.67)

Uma vez liberado, decidiu mudar sua residência para Gavardo, região de Brescia, onde conseguiu atuar como médico veterinário e dar continuidade a sua carreira como militante anarquista. Porém, apesar de ter saído do lugar no qual era perseguido, sua situação pareceu não apresentar melhora alguma, dado que continuou em Gavardo sob o atento olhar das autoridades locais. Em uma carta dirigida ao então anarquista Andrea Costa, Rossi lhe comenta: “Sou investigado e espionado, me qualificam como sujeito perigosíssimo, indagam aonde fui e aonde vou, o que escrevi e o que escrevo. Não me surpreenderia se (...) me prendessem pelo habitual crime de conspiração”. (ROSSI, G. carta dirigida a Andrea Costa, s.d., Biblioteca Comunale di Imola (doc. 389) citado por MELLO NETO, 1996, p.71)

Além dessas dificuldades, Rossi levava adiante uma prolífica produção escrita, tanto no que se refere ao campo de sua profissão³⁰ como no que diz respeito à

³⁰ O arrebatamento que Rossi demonstrava ter quanto à prática política não era menor que aquele que apresentava no referente à sua atividade como veterinário. Desse modo, tomou uma postura que se caracterizou por não considerar excludentes seus desempenhos no âmbito veterinário e no libertário: seu próprio pensamento se enriquecia elaborando pontes conceituais de uma esfera à outra (usando esquemas da medicina para pensar a política e vice-versa - especialmente amparados no marco positivista geral da época). Esse posicionamento encontrou grandes dificuldades para ser colocado em prática, dado que a atividade política de Rossi contava com uma grande ressonância em seu ambiente profissional. O conhecimento de sua militância anarquista por parte das autoridades governamentais lhe impedia de inserir-se nos âmbitos de pesquisas veterinárias ou conseguir emprego dentro do Estado como profissional dessa disciplina. No entanto, o empolgação de Rossi com sua profissão não decaiu em momento nenhum. Foi assim que iniciou o exercício da veterinária em Montescudaio, em terrenos que sua família possuía, e, posteriormente, brigando por alcançar algum cargo, como aquele que obteve em Brescia, que lhe permitiu se desenvolver como pesquisador. Por esses anos, Rossi lançou vários artigos dentro da disciplina, entre os quais, seguindo uma

propaganda política. Acerca deste último ponto, Rossi – igualmente ao que muitos militantes socialistas desejavam (e desejam) fazer, envolver-se-ia com grande ímpeto para garantir a difusão de suas ideias em distintos formatos, dentre os quais se destacaram as conferências orais, a publicação de artigos em jornais e revistas próximas ao socialismo e a escritura de romances e relatos curtos (nouvelles).

Durante sua residência em Montescudaio, o italiano começou a publicar seus escritos em diversos periódicos socialistas como *Il Lavoro* e *Il socialista* - que nos inícios da década de 1880 funcionava como órgão de propaganda do Partido Socialista Italiano. Já em Gavardo, colaborou com jornais e periódicos, entre os que se contam: *Avanti*, *La favilla*, *La Sveglia*, *Il secolo*, *Socino*, *Il Miserable*, *In Marcia*, *La Rivendicazione*, *La Plebe*, e *Il cerino*. (MELLO NETO, 1996, p.68; PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.156-157)

No periódico *IL Lavora*, durante o ano de 1878, apareceria editado seu trabalho *Un comune socialista*, que servirá como detonante da perseguição política, ainda que seja apenas em 1880, quando a obra, circulando em formato de livro, alcança maior conhecimento público, especialmente entre os setores anarquistas. Além dessas particularidades, o escrito desperta interesse, dado que nele se apresenta delineada, pela primeira vez, uma série de problemáticas sobre as que Rossi refletiria e interviria durante toda sua trajetória de militante libertário.

Em *Comunidade anarquista experimental*³¹, Rossi descreve como seria, segundo seu entendimento, a vida em uma colônia agrícola socialista libertária, quais os passos para que a experiência alcançasse continuidade e, especialmente, o porquê de sua importância no momento de pensar em uma possível organização social do tipo anarquista. A pesar desses pontos conformarem um núcleo duro no pensamento rossiniano, para o autor se trata ainda de um escrito de juventude e no qual as ideias que pretendia transmitir estavam longe de apresentar-se de um modo correto.

revisão efetuada por Beatriz Pellizzetti Lolla, podemos mencionar: “Del tifo del cavallo e delle diverse sue forme”, de 1876; “Statistica e allevamento del bestiane nel comune de Montescudaio”, de 1878; “Alimenti e digestione. Fisiologia ed igiene del cavallo”, de 1879. Os publicados em 1880: “Lecondizioni foraggeriere nel Circondaio di Voterra” e “LeVacche da lavore in collina”. Em 1881, editou “Criteri generali nello studio di zootecnia” e, em 1882, fundou o periódico *Dal campo alla stalla*. (PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.49-51)

³¹ ROSSI, Giovanni, *Comunidade Anarquista Experimental*. In: ROSSI, G., 2000..Autores, como Mello Neto (1996), ao contar com diversas edições, mantiveram o título como tal.

É no prólogo à quinta edição da obra onde Rossi se encarrega de apontar o grau de imaturidade que continha o trabalho, marcado pelo romantismo e pela proximidade ao socialismo utópico. Sobre o assunto, Vasconcelos diria:

“Em uma nota datada de março de 1891 e incluída na quinta edição de ‘Uma comuna socialista’, Rossi advertia a seus leitores que estes tinham em mãos um escrito dos tempos de sua juventude. Caso considerassem o romance por demais açucarado, seu autor, quatorze anos depois de escrevê-lo, era da mesma opinião” (VASCONCELOS, 1996, p.46)

Tal declaração, realizada muitos anos depois de ter sido produzido o escrito, está tingida pelo curso que tomou o desenvolvimento do pensamento do autor, no qual tinha um peso fundamental o cientificismo como modo de abordagem das diversas questões que o interessavam. À menção, que é evidente para os temas relacionados à veterinária, também deve ser incluída a incorporação no arcabouço teórico de Rossi da visão científica do socialismo. Ainda mais, nas primeiras edições do livro, Rossi já procurava validar o socialismo somente se este fosse entendido como uma ciência e, portanto, como metodologia capaz de resolver diferentes problemáticas dos homens nas sociedades modernas.

Produto de suas inquietudes políticas e sociais, e de seus estudos científicos dentro de disciplinas de corte positivistas, declararia Rossi desde o princípio de sua atividade como militante:

“O socialismo hoje é uma ciência. O seu campo de ação é ilimitado, conquanto se estenda sobre todas as outras ciências positivas que lhe oferecem grande contingente de fatos e leis. Com essas ajudas o socialismo reconhece todos os fatos que acontecem, úteis ou danosos a sociedade, suas origens naturais, as causas que os provocaram” (ROSSI, Giovanni, Um comune socialista, 5 ed. Livorno: Favillini, 1891, p.86 citado por MELLO NETO, 1996, p.23)³²

No entanto, seria ainda o caráter predominantemente romântico em seu pensamento o que lhe impossibilitaria de sair desse enfoque e desenvolver convenientemente os postulados científicos e políticos aos quais tentava dar lugar.

³² Essa mesma citação aparece trabalhada de forma similar em outras pesquisas aqui analisadas, como no caso de PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.77.

Os parágrafos com os quais Rossi inicia *Un comune socialista* expõem um forte ataque aos burgueses, por odiarem o socialismo em geral sem ter um conhecimento medianamente acabado do mesmo. É que, no entendimento do libertário, os burgueses colocavam o socialismo no gênero da utopia, paralelamente, ou intermediado, às obras de Platô, Moro e Campanella, entre outros - questão que para o italiano não deixa de ser um erro conceitual fundamental. Mas, mais do que a ignorância, o que Rossi pretendia denunciar, era o preconceito com que procediam aqueles burgueses, o que por revelar um profundo desconhecimento da matéria: de maneira nenhuma se poderiam analisar conjuntamente as obras dos autores utópicos - meramente contemplativas - com as pertencentes ao socialismo materialista histórico - com seu estatuto de ciência e uma acentuada ênfase na aplicação de seus postulados.

Apesar de os escritos utópicos abraçarem um ideal socialista geral, Rossi se inseria em uma tradição que não subscrevia as reflexões acerca dos mundos possíveis que não contivessem uma base positivista - com a qual conta o socialismo científico. No entanto, como avaliamos no transcorrer dessas análises, os fundamentos filosóficos sobre os quais se baseou Rossi em suas convicções, estiveram longe de se limitarem ao materialismo histórico ortodoxo, como única, ou principal, fonte teórica de referência.

Posteriormente, Rossi procederia à introdução de *Un comune socialista*, adentrando-se no tema da anarquia:

“... Rossi estabelece ‘as condições necessárias e a face provável da nova sociedade’, resumidas em: ‘Anarquia nas relações sociais: amor e nada mais que amor na família; propriedade coletiva dos capitais; distribuição gratuita dos produtos no ajuste econômico: negação de Deus nas religiões’” (ROSSI, 1891, p.6 citado por MELLO NETO, 1996, p.24-25).

Como pode se observar, a citação reproduz os eixos centrais desenvolvidos pela teoria anarquista em particular, e outros adotados pelo socialismo em sua totalidade, o que dá lugar a pensar que Rossi se encontrava próximo às pautas básicas do socialismo libertário.

Com essas palavras é possível vislumbrar um marco onde situar o mapa político desde o qual se pronunciava o anarquista italiano naquele momento. Da mesma forma, vale dar atenção a um trecho com o qual Mello Neto continua sua ideia anterior:

“Nesse preâmbulo, o autor estuda cada um dos conceitos que constituíram, na época, os pilares de sua doutrina. O conhecimento de cada um deles, de como foram defendidos, torna-se imprescindível para a compreensão de sua trajetória, das teses que virão enunciadas junto às utopias e às experiências de uma nova vida social, tentadas ou praticadas” (ROSSI, 1891, p.6 citado por MELLO NETO, 1996, p. 24-25).

Tomando as duas passagens mencionadas, contamos com os elementos necessários para traçar um primeiro perfil intelectual de Rossi. Assim, inicialmente, ressaltamos sua inegável inserção na tradição anarquista, marcada por uma continuidade de temas pertencentes a tal corrente e sobre os quais refletiria longamente durante sua ativa vida política e intelectual. Dita tradição demarcaria os limites entre os quais se movimentaria o italiano e que serão aqui apropriados, para tentar afirmar sua localização. No entanto, uma ideia de relatividade, de não apostar num definitivo posicionamento teórico e político de Rossi, surge à medida que avançamos no conhecimento de uma figura que se destaca por seu eclecticismismo e heterodoxia.

Para ilustrar o apresentado, é conveniente assinalar que em *Un comune socialista*, assim como no resto de suas obras, Rossi demonstra ser partidário da instauração de uma sociedade libertária, algo que compartilha com os diferentes setores de militantes socialistas. Mesmo que, como indica Mueller (1989, p.207), se caracterize o italiano pelo fato de estar: “...menos preocupado com as transformações da sociedade em que vive, do que em demonstrar que a sociedade que deseja é possível, viável e sedutora...”. E o melhor modo de conseguir essa demonstração é através da experimentação com colônias agrícolas agrupadas por confederações.

O italiano defenderia tais colônias - com maior ou menor intensidade, segundo a conjuntura - durante cada um dos momentos de sua militância, estabelecendo com isso um distanciamento – algumas vezes bastante aprofundado - em relação ao pensamento socialista tradicional. Pois bem, se essa questão o afastava de uma ortodoxia

socialista, em muito maior medida o fazia sua concepção de que era a luta contra a família, contra o modelo de amor familiar burguês, o eixo que deveria articular e guiar a luta ativa do socialismo em todas as suas frentes. Não era na relação do trabalho assalariado com o capital onde, para Rossi, se originavam as desigualdades sociais: a explicação tinha que ser procurada nas condutas e comportamentos propiciados pela institucionalização daquele tipo de relações afetivas.

Essa inclinação de Rossi à heterodoxia, aliás, em outro patamar, também é distinguível em *Une comune socialista*. Dessa forma, ingressaremos no relato sem pensar em qual seria a intenção de fundo sobre a qual o autor teria dado forma a seu escrito (cogitação social crítica, narração literário-pedagógica, manifesto político), senão à luz de que o texto do italiano tenha outorgado um material muito rico em uma dupla vertente de usos possíveis. Ou seja, por um lado, como fonte histórica para a recriação de alguns acontecimentos da época; e, pelo outro, como forma de se investigar a representação que o autor fazia de tais fatos: como interpretava o italiano os processos dos quais fazia parte³³.

O trabalho em questão: trata-se de uma obra utópica-propagandística, cuja estrutura é composta por duas partes, intituladas “Propaganda” e “Organizzazione”, ainda que, segundo Vasconcelos (1996, p.50):

“Na primeira edição de *Une comune socialista* encontramos um prefácio intitulado *Ai borghesi*, no qual Rossi realiza uma crítica mordaz aos

³³ É interessante mencionar que se encontra neste escrito a primeira menção à Cecília, nome com o qual posteriormente se batizaria a colônia anarquista no Brasil. Cecília é a personagem de um romance, mais especificamente, a irmã do proprietário das terras onde se fundará Poggio al mare. Apesar de sua origem burguesa, Cecília é uma grande defensora do ideal libertário, e junto com Cardias –militante anarquista protagonista do romance e alter ego de Rossi- lutou fervorosamente para levar adiante a colônia agrícola. Entre os traços que ressaltou Rossi de sua personagem, contam-se os atributos de caráter (decisão, empreendimento, resolução), a consciência política socialista e sua beleza física. Quando se toma como referências algumas continuidades no pensamento do Rossi, não podemos passar por alto esse assunto, dado que, por mais que não seja uma apreciação de seu referencial teórico ou político, permite pensar a denominação da Colônia Cecília como uma operação metonímica de pleno sentido por parte de Rossi, e não como uma questão aleatória. Por outra parte, a correspondência que se enviavam Cardias e Cecília cumpre, por escrito, uma definida função divulgadora dos preceitos libertários. Um plano de ação conjunto vai se tecendo entre ambos, e se ressalta como deve atuar um anarquista, que terminam por colocar tais cartas mais como um pasquim político do que como uma carta tingida pela amizade e a simpatia amorosa que se despertava entre ambos os personagens. Ainda assim, pela importância que Rossi dava à prática do amor livre, as cartas tinham um particular cuidado em não manifestar se como tradicionais “cartas românticas” (MELLO NETO, 1996, p.32-40).

valores e instituições da burguesia, em muitos pontos bastante semelhante ao ‘catecismo anarquista’ de Bakunin”.

A primeira parte, Propaganda, é de corte literário – por mais que devemos apontar que o registro narrativo, assim como a utilização das diferentes (e escassas) figuras retóricas, acaba por conferir à obra um universo discursivo próprio do socialismo teórico, em detrimento da riqueza nitidamente literária que poderia levar o escrito - e desenvolve a história da formação de uma colônia anarquista em um recôndito lugar chamado Poggio al Mare. A trama do relato se desenha desde os primeiros momentos, nos quais se começa a pensar a possibilidade da colônia, até, obviamente, a realização dela.

O nó conflituoso da história está dado pelas diversas situações que devem enfrentar os organizadores da iniciativa até alcançarem sua meta. Entre elas, se destaca a resistência que diante do projeto exerciam os camponeses que habitavam a região, aqueles que, possuidores de uma mentalidade pronunciadamente conservadora, não tinham nenhuma intenção de mudar sua condição social. O mesmo acontecia com os proprietários da terra que, como tal, não cederam suas posses para o avanço da comuna.

O final dessa primeira parte não só culmina no relato da história a partir da formação do assentamento socialista libertário como também dá lugar à sua continuidade na segunda parte. É que Organizzazione se apresenta como um escrito meramente propositivo, no qual se definem os traços de como deveria ser organizada uma coletividade daquele tipo. Nessas páginas se desenvolveram cada um dos aspectos que, para Rossi, atingiriam a vida em Poggio al Mare, como lugar idealmente criado para que a vida humana seja completamente satisfatória.

Tais aspectos, obviamente, não foram produtos surgidos da mera inspiração rossiniana, mas se tratam de assuntos que comumente se encontram elaborados nos relatos utópicos, sejam ou não socialistas. O conjunto de itens que Rossi abordaria para dar conta de sua utopia inclui temas tão diferentes como a regulação das formas e tempos de trabalhos, questões de salubridade, o vestuário, a moradia, o consumo e a repartição da riqueza produzida.

Para além destes assuntos gerais, da segunda parte interessa destacar que algumas das análises enfocadas por Rossi, posteriormente, ganhariam centralidade com o

desenvolvimento da Colônia Cecília. Com isto, o autor demonstra que já desde seus tempos de juventude refletia e amadurecia situações que enfrentaria posteriormente. Dentre elas, indicamos, aqui, uma que Mello Neto (1996, p.46) comenta ao dizer que Rossi “Entende que mente alguma, por privilegiada que seja, poderá ser responsável pela criação de uma organização social; e que ninguém poderá substituir a humanidade em seu trabalho de auto-organização”.

Com a realização da Colônia, ocorre que a questão mencionada acabaria se tornando uma das maiores dificuldades que teria de enfrentar o coletivo libertário na sua tentativa por se afirmar. O lugar que Rossi assumiu como ideólogo e organizador da comuna o colocou na posição de Pai simbólico da mesma e, assim, como fonte habilitadora dos sentidos que faziam viável o empreendimento. Tal relevância supunha que o recorte do “possível” estivesse quase sempre sujeito à sua palavra de anarquista.

Mais adiante analisaremos seus intentos permanentes para sair dessa posição, compreendendo que o porvir da comuna se sustentava principalmente na capacidade de autonomia que seus indivíduos se permitiam com o fim de obter um simbólico coletivo. O alcance tal instância daria passo à consecução do que se traçou como o Projeto da Colônia Cecília: uma organização sócio-política que se pensasse como um todo e que se institucionalizasse, seguindo os preceitos do anarquismo, através da deliberação e participação ativa de seus indivíduos. Obviamente, esta formação coletiva dava preponderância a qualquer individualidade que quisesse surgir como determinante.

Por outro lado, e entrando em Un comune socialista, surge mais um ponto que será persistente no ideário de Rossi: o fato de não interpretar (de não tomar) como frutífero o passo da sociedade capitalista para um de tipo socialista por meio de uma ação revolucionária meramente destrutiva. Não se conta entre as preocupações do autor (nem neste, nem em seus escritos posteriores) se deter especificamente ao delineamento de como poderia se dar a transição de uma sociedade à outra. Rossi se mostra muito mais atento à compreensão dos lentos processos sobre os quais se elaboram as bases de uma nova sociedade.

Uma leitura similar a que se propõe é percebida em Mello Neto, quando se refere à relação entre a comuna utópico-socialista e a sociedade burguesa que é pretende ser

superada: “Poggio al Mare foi descrita como uma comunidade recém-saída dos princípios burgueses, onde o socialismo era ainda uma ‘simpática perspectiva’, com as convicções ainda não firmemente alicerçadas, e dentro de um país não socialista, a Itália” (MELLO NETO, 1996, p.47). Essas linhas escritas por Mello Neto também permitem reparar na notável semelhança entre o cenário em que se desenvolve a utopia literária e aquele no qual se realizou a Colônia Cecília.

O fato de Rossi propor Poggio al Mare como uma comunidade em plena formação - e que por isso coloca os protagonistas em uma situação na qual deviam fazer frente a numerosas práticas investidas por uma significação correspondente com a organização anterior (burguesa)-, dá a entender que o italiano não pensava na transformação social aprofundada – fosse de maneira radical ou reformista - como um acontecimento irreversível. Um acontecimento que, uma vez colocado em funcionamento, por sua mesma inércia conseguiria ultrapassar sem dificuldade qualquer vestígio dos ordenamentos sociais anteriores.

Para o trabalho que estamos desenvolvendo, não é de grande interesse a questão estratégica do(s) momento(s) da transformação social radical, mas, se se dá ênfase a esse item, é para ressaltar uma nova diferença entre Rossi e a maioria dos militantes socialistas. A atenção aqui pretende estar concentrada nos passos e níveis necessários para a conformação de uma subjetividade coletiva e, mais pontualmente, de uma subjetividade coletiva sob os princípios do anarquismo.

A partir daí, que se sublinhe o cuidado e a idoneidade de Rossi para reconhecer as diferentes variáveis que se colocam em jogo na configuração dos diversos tipos de subjetividades que estão vigentes em cada momento e lugar, tal como ocorre no caso de Poggio al Mare. De tal maneira, a religião, a tradição, a propriedade, o gênero, o status (ao nível social geral ou no que corresponde a cada grupo de pertencimento), são todos elementos com os quais Rossi cria as características singulares de seus personagens literários. Da mesma maneira, são os pontos que lhe permitirão traçar um perfil sociológico de determinadas identidades da época e das matrizes simbólicas sobre as quais elas se constroem - positiva e negativamente (fatores que por oposição se aglutinam em uma ou várias identidades).

Dos itens mencionados, um dos que mais atenção recebe na obra é o do amor burguês. A referência é tanto ao que diz respeito à sua forma de relacionamento de tipo sensual como àquele que se apresenta dentro do modelo de família. Partidário do amor livre, Rossi enuncia sua defesa das relações abertas entre os membros de uma comunidade, ao passo em que não hesita em indicar o amor burguês como o produtor de toda desigualdade social. De acordo com o mencionado, Rossi coloca a eliminação deste tipo de amor (e de suas correspondentes instituições) como tema primordial para se pensar qualquer tipo de mudança profunda nas sociedades contemporâneas.

Outra matéria introduzida por este escrito, e que será continuamente sustentada por Rossi, é a certeza de que as comunidades agrícolas libertárias não só eram um plano desejável, como que o ideal de comunidade, senão também sua plausibilidade se demonstraria de um modo inegável, uma vez que foram colocadas em prática. O fundamento com o qual o italiano sustentava a defesa desse raciocínio passava pela confiança de que tais comunas formavam parte de um projeto cientificamente construído: através da experimentação se realizariam as operações necessárias para alcançar o estágio inicialmente exposto.

Ainda que o fator experimental fosse um assunto já presente na tradição anarquista, Rossi passaria a situá-lo como uma das coordenadas-chaves para orientar e promover seu projeto libertário. A esse respeito, Mueller (1996, p.15) indicaria:

“O experimentalismo, para o movimento anarquista, está já em Bakunin, que o absorve da filosofia do século XIX, deixa de lado a noção de progresso que o desenvolvimento da técnica impregna no pensamento do período, mas conserva o positivismo e o experimentalismo. Este, incorporado pelo anarquismo, se expressará na possibilidade da fragmentação do processo revolucionário, ou seja a formação de ‘pequenos’ núcleos (comunidades ou colônias) socialistas”.

O experimentalismo é a pedra de toque do arcabouço teórico e da ação prática rossiniana, sendo o italiano um fervente defensor do mesmo. Uma primeira exposição detalhada de seu programa, com ênfase no tópico das colônias libertárias experimentais, seria aquela que Rossi construiu por ocasião da fundação do periódico *Lo Sperimentale*. Além de servir para a propaganda de suas concepções, Rossi utilizava *Lo*

Sperimentale como um veículo de resposta aos ataques que suas propostas sofriam por parte de militantes de diferentes correntes do socialismo.

Em maio de 1886, enquanto transcorria sua estadia em Brescia, Rossi levou adiante esse periódico, o qual contou com uma sucinta duração de cinco números. No entanto, como indicou Vasconcelos (1996, p.16): “Após a edição de seu quinto número, Lo Sperimentale deixou de ser publicado como periódico independente, tornando-se um caderno do jornal Humanitas, de Nápoles, até outubro de 1887, quando então desapareceu”.

Em Lo Sperimentale, o italiano obviamente aproveitava para se dedicar à exposição do que era sua noção do experimentalismo. Porém, não se limitava unicamente a isso: a parte inicial do periódico era dedicada à difusão de biografias de pessoas que, segundo seu entendimento, tiveram uma influência categórica no desenvolvimento que haviam alcançado as sociedades “ocidentais” do momento.

Em relação a tais biografias, Vasconcelos (1996, p.17) aponta:

“É interessante notar que entre os cinco autores apresentados nas edições em que Lo Sperimentale apareceu como periódico independente, três deles –Robert Owen, Etienne Cabet e Charles Fourier- eram socialistas utópicos fundadores ou inspiradores de colônias. Estes nomes, justamente com outras figuras a que também foram dedicadas biografias –Babef, Ricardo, Bakunin- revelam o quanto o jornal dirigido por Rossi estava aberto às mais diversas tendências socialistas da época”.

Quanto às disputas dentro do frente socialista (especialmente do socialismo libertário) e que tinham repercussão, ou que diretamente eram iniciadas, no periódico, sobressaíam as que opuseram o próprio Rossi com o reconhecido teórico e militante anarquista Errico Malatesta. Por serem ambos libertários, abraçaram o antiautoritarismo e a atitude solidária entre indivíduos, ainda que sua ancoragem mais estreita se dava numa, como indica Pellizzetti Lolla (1999, p.13): “...verdadeira e própria atitude realizadora voluntarista. Deixava de ver anarquismo como sistema determinista, pois a vontade pode levar a conseqüências novas, não dependendo só de leis da natureza”³⁴. Para além de tais

³⁴ Para aprofundar um pouco esse ponto, cabe acrescentar que, ao fazerem parte, ambos, do ideário anarquista, compartilhavam uma série de representações comuns. Segundo Pazello Valente (1997, p.28) estes princípios comuns seriam os seguintes: “...a crença na autodeterminação ou na liberdade do ser humano; em

coincidências, durante vários momentos de suas trajetórias, seria a tensão o elemento que caracterizaria as relações teóricas desses militantes anarquistas (MUELLER, 1989, p.262-270).

Da série de contrapontos que surgiram na relação entre Rossi e Malatesta, foi o do experimentalismo e sua aplicação mediante colônias agrícolas socialistas –incluindo a concreção do projeto da Colônia Cecília- o que lhes consumiu mais dedicação, e o que suscitou a maior atenção entre os libertários. Sobre o tema Candido Mello (1996, 74) apontara que as teses de Malatesta:

“... giravam em torno do temor que as colônias experimentais pudessem desviar forças da revolução, dispersando objetivos e lideranças. Muitos líderes do Socialismo, dentre eles Malatesta, o acusavam de deserção, de tentar criar um socialismo isolado, ‘monástico’”.

Pellizzetti continua afirmando que para Malatesta as colônias experimentais eram: “...como uma deserção das lutas revolucionárias, como uma tentativa de emancipação individual ou de grupo, que empobrecia o movimento de emancipação da inteira classe trabalhadora” (ROSSI, G. **Colônia Cecilia: la vita in una comune**. Storia Illustrada, Milano, N° 191, 1973. p. 67 citado por PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.17).

No entanto, Felici se encarrega de recuperar as palavras de Malatesta a esse respeito:

“O dever dos revolucionários é o de fazer todo esforço para fazer compreender aos miseráveis que a miséria existe lá como aqui, e que o remédio, se querem, podem encontrá-lo ficando onde estão e rebelando-se contra o governo e contra os patrões para tomar de volta aquilo que eles mesmos produziram” (MALATESTA, E. Carta publicada no periódico La Reivindicazione, s.l, março, 1891 citado por FELICI, ISABELLE, 1998, p.10)

E a autora ainda acrescenta:

“E se ele deplora a empresa de Rossi, é não somente porque ela afasta os melhores combatentes, mas também porque ela ‘oferece aos oprimidos

segundo lugar, e em decorrência dessa paixão pela liberdade, o repúdio à autoridade institucionalizada; em terceiro lugar, a ênfase na livre associação dos indivíduos, já que, para os anarquistas, o homem e naturalmente social e as regras de convivência devem ser estabelecidas, após amplo debate, e respeitadas por todos os membros da comunidade”.

uma vã esperança de emancipar-se sem precisar fazer a revolução'. Ele não acredita que essa experiência possa ter sucesso (...) e ordena aos revolucionários que não sigam Rossi se não querem se tornar por sua vez desertores”(FELICI, 1998, p.10)

Nessa carta, Malatesta se ocupa de atacar de forma direta os planos rossinianos, ao indicar o seguinte:

“... se Rossi quer fazer o experimento, que o faça; mas que deixe em paz os socialistas, deixe em paz os revolucionários e recolha os pobres trabalhadores, que ainda não ouviram falar do socialismo. Que prefira os mais degradados, os mais embrutecidos” (MALATESTA, E., 1891 citado por FELICI, ISABELLE, 1998, p.10)

E, ainda mais, há uma crítica pontual às percepções de Rossi a respeito de como se desenvolvia a conjuntura política da Itália daquele momento:

“Que Rossi vá ao Brasil repetir tardiamente, quando o problema social já se tornou gigante e reclama solução urgente e geral, os experimentos de diletante, com o qual os precursores do socialismo encheram a primeira metade deste século. Os revolucionários permaneçam no seu posto de batalha” (MALATESTA, E., 1891 citado por FELICI, ISABELLE, 1998, p.10)

E encerra sua investida com a seguinte afirmação:

“Quando a fome pega pelo pescoço o proletariado, e a revolução se apresenta como dilema de vida ou de morte diante da humanidade, sair do jogo é coisa de pusilânime. Parece-me que hoje quem parte, deserta diante do inimigo no momento da batalha” (MALATESTA, E., 1891 citado por FELICI, ISABELLE, 1998, p.10).³⁵

Por outro lado, Silza Pazello Valente (1997, p. 105) menciona que alguns militantes anarquistas criticavam Rossi “... por tentar colocar em prática uma idéia na qual

³⁵ Idem. A autora apontara que Rossi evitou o enfrentamento direto com Malatesta e outros anarquistas ou socialistas que o menosprezavam: “Rossi não responde diretamente a essa acusação de deserção. Ele diz simplesmente, no balanço da experiência comunitária no Brasil que ele redige em 1893, ‘*Cecília, comunità anarchica sperimentale*’, que essa acusação não tem fundamento, uma vez que, não pertencendo a nenhum exército, não reconhecendo nem chefe nem discípulo, os que escolheram a experiência comunitária não podem ser considerados desertores”. FELICI, 1998, p.10-11.

viam traços de Fourier e Owen, socialistas utópicos (...) o que não estava mais de acordo com as concepções correntes, no final do século XIX”.

Por outra parte, alguns companheiros de militância de Rossi terminavam por retirar seu apoio à tese experimentalista sem conseguir, não obstante, alcançar seus objetivos e modificar a linha de pensamento característica do italiano. Por exemplo, podemos citar o acontecido com Antonio Bissolatti, quem, pouco depois de trabalhar ao lado de Rossi na cooperativa Citadella, desestimou as colônias agrícolas libertárias como uma opção válida para a difusão do anarquismo. Em uma passagem de sua pesquisa, Pellizzetti Lolla (1999, p.19) faz menção de um balanço no qual “Bissolatti, depois da falência da cooperativa de Citadella, tomada[va] como um erro e ilusão a tentativa de construir núcleos isolados de socialismo no interior do sistema capitalista”.

Da mesma maneira, uma vez finalizada a Colônia Cecília, alguns renomados anarquistas deram seguimento às críticas à iniciativa rossiniana. Sobre esse tema, Felici (1998, p.41-42) afirma:

“O fracasso financeiro da experiência conduzida por Rossi oferece um argumento a mais aos detratores das experiências comunitárias (...), para demonstrar que as colônias são condenadas ao fracasso como centros de produção, uma vez que estão isoladas no mundo burguês. É a opinião que tem Elisée Reclus, que é perfeitamente informado da existência da Cecília e dos detalhes de sua evolução, pois na sua *Nouvelle Géographie Universelle*, publicada em 1894, ele menciona ‘uma colônia de comunistas, quase todos italianos, que se fundou na Cecília, próximo a Palmeira’”.

A contestação recorrente que Rossi utilizava nesses casos consistia, por vezes, em expor as riquezas que estavam em condições de dar as colônias agrícolas à propaganda socialista – sempre que estivessem estruturadas mediante a experimentação. Ainda que não se descartem outras réplicas, como a que se dirigia ofensivamente contra o enunciado dos militantes ortodoxos de que espaço físico no qual se desenvolveria a revolução socialista tinha que se dar num espaço onde as condições materiais da vida industrial estivessem em um grau alto de seu desenvolvimento. Em resposta, e em consonância com o avanço de seu plano no qual se inscreve a intenção de fundar colônias

anarquistas em diferentes partes do mundo (não importando a distância em relação ao centro “europeu ocidental”), Rossi asseverava:

“Em vez de deixar-se prender, para não se afastar, Malatesta foi a Buenos Aires, Convertei a Bastia, Merlini a Londres. E quem poderá saber, perguntava, se em Londres, em Bastia, em Buenos Aires ou em Nápoles, o lugar onde explodirá a revolução?”. ROSSI, G. Socialismo egoístico, **In Marcia**. Fano-Pesaro 8 de novembro de 1885 citado por GOSI, Rosellina, **Il Socialismo Utopistico**: Giovanni Rossi e la Colonia Anarchica Cecilia. Milão: Moizzi, 1977, P.43 citado por MELLO NETO, 1996, p. 74.

Antes de prosseguir com as dissidências e contrapontos que se deram entre Rossi e alguns socialistas, é necessário notar que as respostas dadas pelo italiano foram pontuais e restritas aos assuntos sobre os quais era questionado. De seus textos políticos publicados em periódicos partidários do socialismo, desprende-se, antes, uma intenção manifesta de persistir na defesa de sua convicção experimentalista, desenvolvendo noções e aspectos que poderiam ter sido mal interpretados ou mesmo não entendidos, mais do que a de deixar se arrastar por políticas passageiras ou por passionais enfrentamentos setoriais.

Às vezes ocorria que os desacordos entre Malatesta e Rossi permitiam travar discussões que iam além das figuras que os representavam, e assim entrar em questões de fundo para o movimento anarquista italiano. Um desses debates se deu em torno da prática parlamentarista por parte dos libertários: enquanto Malatesta foi um férreo opositor da mesma, Rossi esteve (por um breve espaço de tempo) entre seus defensores. Tal fato teve lugar em uma conjuntura muito particular, à qual fará referência Vasconcelos (1996, p.15-16) indicando:

“No início da década de 1880 o movimento anarquista na Itália começou a entrar em declínio, em parte pelo fato de que líderes como Malatesta e Cafiero se encontravam no exílio, ao passo que outros, como Andrea Costa, haviam se convertido ao socialismo parlamentarista”³⁶.

³⁶ Em relação às polêmicas entre Malatesta e Costa, como aos debates e as fraturas suscitadas ao interior do anarquismo italiano nesses anos, ver o citado trabalho de Helena Mueller (1989, Cap.III).

Nesse período, o anarquismo na Itália transitava por um circunstancial desaparecimento do mapa das forças políticas mais vivas do momento. Diante desse panorama, se interpõe como dificuldade colocar em termos políticos definidos as ações “devidamente” anarquistas e as que não o eram. Assim, frente a esse marco, se buscamos localizar a prática de Rossi, não se está em condições de depreciar o grau de heterodoxia que habitualmente levava sua militância. Por isso, não haveria respostas válidas para se dar (ainda mais em termos valorativos) sobre o procedimento estratégico de Rossi para com o movimento socialista libertário na Itália daquela época.

Em tal contexto, Rossi começa a se apegar à defesa do parlamentarismo porque o considerava uma das formas de ação política mais propícia a desembocar numa transformação social radical. Com essa conduta, evidentemente o italiano subestimava a problemática questão dos meios preponderarem sobre os fins, mediante um recurso que dificilmente poderia estar mais afastado dos princípios anarquistas. A esse respeito, Mueller (1989, p.206) deixa uma observação fundamental: “Para Rossi o fim permanece sempre o mesmo, qual seja, provar que a sociedade anarquista é possível. Os meios serão definidos no decorrer do caminho”.

Por isso, se à particular situação pela qual passava o anarquismo na Itália acrescentar-se o fato de que a linha política parlamentarista que adotara Rossi lhe permitia aproximar-se de um libertário italiano relevante do momento como Andrea Costa, não poderíamos falar certamente de um “desvio” teórico-político de sua parte, e menos ainda de uma mudança de corrente socialista. A única afirmação que teríamos condição de fazer é a que apontará Mueller (1989, p.204) em relação a Rossi: “A única coisa que nos fica clara e que, de resto é expressa desde o início, é sua luta para formar uma colônia socialista”.

Ainda que Costa e Rossi tenham se somado ao Partido Socialista Italiano, o primeiro quem se converteria numa importante figura do mesmo, e não Rossi, que teve uma passagem bastante fugaz por tal instituição. Pouco em comum exibiram a militância de Rossi, que nunca deixou de se chamar anarquista, e aquela de Costa, que evoluiu linearmente do anarquismo coletivista ao socialismo parlamentarista. Seria em 1891, no mencionado prólogo à quinta edição de *Une comune socialista*, que Rossi se tornaria definitivamente antipartidarista, rompendo desse modo suas relações com o Partido

Socialista, e acentuando sua posição claramente libertária. (VASCONCELOS, 1996, p.55-56)

Quando Rossi e Costa participaram juntos do Partido Socialista, coincidiram na convicção de que o partidarismo era a via privilegiada para realizar a conscientização classista do proletariado desse país. Algumas interpretações, como a de Mueller (1989) ou a de Vasconcelos (1996), optam por colocar a atuação de Rossi como uma opção estratégica para conseguir mais difusão de seu projeto experimentalista, e não por apresentá-la alinhada ao legalismo orientado por Costa e pelo qual se orientava o Partido.

Por outro lado, Felici (1998, p.9) é mais categórica em ressaltar as particularidades próprias do caso de Rossi, já que afirmou:

“A atividade de Rossi é completamente marginal no contexto político italiano da época. De fato, por mais que ele seja exposto, como todos os membros da Internacional no último quarto do século XIX, às repressões que assolavam então a Itália, Giovanni Rossi fica à margem do grande debate político que divide socialistas e anarquistas”, e propõe uma terceira via, científica esta, para resolver o problema social, a do ‘socialismo experimental’. A posição de Rossi não atrai simpatizantes nos meios políticos italianos. Nem socialistas, nem anarquistas o apóiam verdadeiramente, tanto durante os anos que ele passou na Itália, como durante a experiência da Cecília”.

Além destas apreciações, o que interessa ressaltar em torno desta questão é a firmeza de Rossi no concernente à criação de uma colônia agrícola socialista para demonstrar a possibilidade da vida harmônica libertária. Para o italiano, não era relevante o meio para se chegar a realizar a mesma, senão os resultados que dela se poderiam extrair, e é neste ponto que ele se opunha às opiniões da maioria dos militantes anarquistas, que de nenhum modo modificavam os meios e seu respectivo lugar, dentro de um processo geral para a consecução do resultado final esperado.

II

Um membro do parlamento italiano, chamado Giuseppe Mori, “mazziniano”, e interessado nas ideias de Rossi, propôs ao anarquista italiano, no ano de 1886, dirigir uma cooperativa de trabalhadores camponeses que planejava formar em sua estância localizada na província de Cremona. Com grande entusiasmo Rossi aceitou o convite, e assim foi que, sob o nome de Citadella, o empreendimento foi rapidamente colocado em funcionamento.

No entanto, com tal precipitação, ocorreu que o modo de organização sob os preceitos do anarquismo - que era a meta máxima a ser alcançada nesse lugar- se viu restringido à socialização dos meios de produção. Depois de uma série de contínuas reformulações nas condições de trabalho (todas aquelas que ocorriam em detrimento dos enfoques mais progressistas), se chegou a um ponto no qual sequer foi possível superar a forma assalariada de trabalho.

Finalmente, em 1889, Citadella acaba por se desfazer: a desconfiança dos camponeses, forjada por uma mentalidade marcadamente reacionária, foi o que a devastou (MELLO NETO, 1996, p.78-84; VASCONCELOS, 1996, p.17). O ocorrido com Citadella seria apontado por Mueller (1989, p.237), porque ali:

“A barreira ao avanço na direção do socialismo não veio da parte do proprietário, portanto, mas sim dos próprios colonos que exigem a manutenção do estatuto à propriedade, aceitando, quando muito, sua coletivização. Demandam uma estrutura de vida que não altere em muito seu cotidiano”.

Em sintonia com o apresentado pela autora, Cândido de Mello Neto (1996, p.82), indica que:

“O Estatuto Orgânico, calcado em princípios libertários, assustou os colonos, arrefecendo o entusiasmo inicial. Apesar dos esforços de Rossi, Bissolatti e outros líderes (...), a resistência continuou e os estatutos tiveram de ser modificados, obrigando Rossi a contentar-se com a formação de uma sociedade simplesmente coletivista”.

E prossegue sua exposição recuperando algumas palavras de Rossi, com as quais o italiano já parecia dar conta da compreensão de um assunto que seria de grande relevância em suas experiências posteriores como militante:

“Em Utopie und Experiment, queixava-se Rossi: 'O hábito, de fato, é mais difícil de combater e de vencer que qualquer outra coisa'. Combater os hábitos constituía uma questão de fundo para o anarquista (MELLO NETO, 1996, p.82).

Alguns elementos interessantes quanto ao processo geral da cooperativa que guiou Rossi são observados por Mueller (1989, p.237):

“Já sabendo da resistência que encontraria a um projeto socialista, faz uma proposta inicial de acordo com os estatutos da Colônia de Ralahine na Irlanda, mas mesmo esta foi rejeitada pelos colonos: a estes não interessa o comunismo e a igualdade que norteiam a experiência irlandesa”.

Sempre preocupado e atento às mentalidades dos indivíduos, Rossi também dedica algumas linhas para descrever quais eram as peculiaridades do caso da cooperativa na qual estava inserido. Com suas palavras, procura dar um pouco de clareza ao entendimento reflexivo das condutas dos camponeses que participavam da experiência:

“Em geral as pessoas são saudáveis, inteligentes e boas. São inteligentes, porém impregnadas ainda de preconceitos religiosos e sociais. Elas possuem ainda aquela média de egoísmo mesquinho que encontramos em toda parte de nossa geração. Socializaram o trabalho – o que já é muito - mas não quiseram ainda socializar os interesses e a convivência” (ROSSI, G. escrito em *L' Eco del Popolo*. Cremona: 11-12.01.1889 citado por BETRI, L. *Citadella e Cecilia: due Esperimenti di Colonia Agricola Socialista*. Milão: Gallo, 1971, p.24 citado por MELLO NETO, 1996, p. 84).

Ainda que Mueller discuta a tese de que Citadella foi vista por Rossi como uma grande oportunidade de se tornar uma comuna anarquista, já que para ela, desde o começo, apresentava-se aí uma situação na qual o objetivo a ser atingido era a coletivização dos meios de produção, a autora compartilha com outros autores a ênfase no ponto que deu

fim à mesma. Assim a pesquisadora (MUELLER, p.239) comenta: “... a Associação de Trabalhadores de Citadella se desfaz em 1889, não por imposição de Rossi, mas por demanda dos próprios colonos”. Vasconcelos (1996, p.17) completa esse argumento:

“Extremamente apegados à terra em que trabalhavam, os camponeses de Citadella viam com desconfiança o projeto de Rossi, que não lhes garantia a propriedade dos meios de produção, ainda que lhes proporcionasse um certo nível de bem-estar material”.

Se consideramos a organização formal que exibia a cooperativa, não resulta aleatório que tenham sido os camponeses (e não Rossi) a decidiram finalizar a experiência, especialmente pela estruturação de sua direção geral que, como Beatriz Pellizzetti Lolla (1999, p.18) indica, estava:

“Confiada a uma comissão técnica e a uma administrativa que mantinha os livros contábeis, na cooperativa as decisões eram todavia delegadas a uma assembléia em que todos os sócios, reunidos no primeiro ou terceiro sábado de cada mês, poderiam, num grande compartimento da sociedade, resolver os interesses em comum. Aí, Rossi participou como secretário eleito”.

Ao observar essa situação, cabe perguntar qual era a ingerência certa com que Rossi contava a partir de seu lugar de secretário dentro das relações de poder que demarcavam à cooperativa. Em nenhum dos documentos analisados o anarquista italiano propõe, como linha de ação alternativa, se valer da hierarquia na instituição para tentar transformar a cooperativa Citadella, se não fosse em uma comunidade anárquica, pelo menos em um projeto que se aproximasse de alguns de seus postulados. Não obstante a viabilidade dessa alternativa, anteriormente destacamos que Rossi era um convencido de que as mudanças nas mentalidades se dão de forma paulatina e mediante a prática conjunta dos atores envolvidos, e não por uma “catequização” de militantes libertários (FELICI, 1998, p.27).

O mais parecido a um plano de ação estratégica de desenvolvimento impulsionado por Rossi na cooperativa é o que Mueller (1989, p. 239) descreve na seguinte passagem:

“[Rossi] Introduz em Citadella o que chama de ‘núcleo socialista’ com a vinda de duas famílias e dois ‘jovens que professavam idéias socialistas’, para viver num quotidiano socialista, dentro da noção das ‘lideranças-guia’ de Bakunin (...) O objetivo seria transformar gradativamente, a partir do exemplo, a colônia como um todo”.

Porém, o resultado longe esteve do projetado pelo anarquista:

“A reação a este núcleo, como seria fácil prever não se faz esperar: os ‘intrusos’ acabam por ser expulsos. Rossi aparentemente não havia se preocupado com o fato de que as pessoas que compunham seu ‘núcleo socialista’ fossem estranhas à comunidade existente formada por famílias que estavam historicamente ligadas à terra e entre si.” (MUELLER, 1989, p.239)

No entanto, observador de condutas e conhecedor das mentalidades características de certos atores sociais, Rossi parece não se surpreender diante da atitude dos camponeses da cooperativa. O italiano faria caso omissos dessas reações, retendo de Citadella as vivências favoráveis, e tentaria fundar uma nova colônia agrícola anarquista. Esta nova iniciativa foi realizada em Torricella, na província de Parma, onde os camponeses (que novamente aparecem como o ator principal interpelado por Rossi) sofriam fortes pressões econômicas por parte dos donos da terra.

Não obstante, por não poder contar com suficientes recursos materiais com os quais pudesse sustentar a comuna, poucos meses depois o projeto foi finalizado. Esse evento seria destacado na trajetória de Rossi, dado que, entre as pessoas que o acompanharam no projeto, se encontravam alguns dos anarquistas que meses depois passariam a formar parte da Colônia Cecília. Dentre eles, podemos citar os nomes de Carlo Mezzadri e Tranquilo Agottani. (MELLO NETO, 1996, p.85-86)

Pelo exposto até o momento, cabe aqui especificar (ainda que seja brevemente) a relação Rossi-camponeses. O item considerado como central é que, se bem é certo que Rossi colocava o ápice de seu projeto de sociedade socialista na conformação de comunidades agrícolas libertárias, isto não implicava, de nenhum modo, conceber o campesinato como ator revolucionário por excelência. Longe disso, e como temos sugerido,

Rossi era consciente do caráter profundamente conservador desse ator (pelo menos no que diz respeito ao campesinato das regiões em que residiu).

Na verdade, Rossi não entendia que havia algum ator social definível como “sujeito histórico” portador das potencialidades para encarnar a revolução social (ou uma mudança estrutural de fundo). Afastado das visões finalísticas do socialismo, e não vendo na configuração econômica do capitalismo a origem das desigualdades de classe, o italiano se encontrava despojado da necessidade de buscar um agente revolucionário predeterminado ao seu processo histórico. Evidentemente que essa riqueza, que pode envolver não se submeter a uma narração apriorística (ideia de teleologia) e ganhar em atores, sujeitos, táticas e estratégias, também pode ser lida como uma fraqueza por não contar com um panorama certo de como avançar para a construção do socialismo que se pretende alcançar.

Em torno desta última apreciação, uma exceção tem que ser feita, dado que a mesma seria mais adequada caso estivéssemos fazendo uma crítica da plataforma revolucionária de Rossi, e não a análise de suas concepções teóricas (que é o que aqui propomos). No que se refere a dito ponto, e pelo que se tem mencionado merece ênfase a “coerência” percebida na heterodoxia rossiniana. É que ao localizar o amor livre como o centro do qual partir em direção à possibilidade de realizar a sociedade socialista, o italiano está colocando um elemento que atravessa a todos os atores sociais sem discriminar seu pertencimento geográfico, laboral e intelectual (sempre falando de formações sociais “ocidentalizadas”).

Não é que aqui se avalie a estratégia política de Rossi, mas se procura destacar a interessante consistência de seu plano geral de ação. Neste sentido, também é possível agregar sua intenção de não fracionar setorialmente o socialismo; pelo contrário, sua postura era a de integrar as partes dessa frente. Comentando uma carta de Rossi, Mueller (1989, p.206) indica:

“Transparece, na carta, a idéia de respeito às posições diferentes, coerentemente com o ideário anarquista. Sua atitude, no entanto, não se limita a este respeito, pois o que está realmente em questão é o desejo de não afugentar possíveis adeptos”.

Daí que, em seus trabalhos literários ou políticos, Rossi nunca tenha exortado nenhuma figura em particular: tratam-se de amplos chamamentos que tinham como destinatários quaisquer dos que hoje conhecemos como “setores oprimidos”. Devido ao contexto histórico no qual viveu, bem como sua procedência social e espacial, seriam o proletariado, as classes médias baixas urbanas e o campesinato – todos eles em sua especificidade italiana- os que conformariam os esquemas de seu pensamento.

Nesse momento, sabendo Rossi que o cenário italiano – e o europeu ocidental em geral - se lhe apresentava amplamente desfavorável para seus planos, começou a avaliar seriamente uma mudança em suas propostas. Se de fato o que lhe interessava era compreender em profundidade como se podiam desenvolver as relações sociais em uma colônia agrícola socialista – o que necessariamente o levava a ter que morar em uma delas para, dessa maneira, cotejar e aprofundar os desenvolvimentos que até então efetuara no plano teórico, não teria outra opção senão a de se trasladar a algumas das comunas que já tinham sido criadas.

O desencanto de Rossi não passava pelo fato de não conseguir instalar sua própria colônia, mas partia da percepção de que as comunas agrícolas das que tinha conhecimento se encontravam distantes das valorações anarquistas que promovia. Dentre as opções das quais dispunha, era o tipo de cooperativismo reinante nas colônias de Kaweah, nos Estados Unidos da América, de Sinaloa, no México, o que mais se aproximava do socialismo libertário de seu projeto, e para alguma delas é que pensava em partir.

Curiosamente, e nos tempos de maturação da decisão que iria tomar:

“... foi quando Achille Dondelli de Brécia, em seu nome e de outros companheiros, me propôs fundar uma colônia socialista na América do Sul. O leitor compreenderá, de pronto, que aceitei com todo aquele entusiasmo que permanece em um coração de trinta e quatro anos”.
(ROSSI, 2000, p.21)

Sem margem de dúvida, esse plano seria rapidamente apropriado por Rossi: pouco tempo depois, em uma carta encaminhada ao anarquista Bissolatti e publicada no periódico socialista L'Eco del Popolo, sinalizou que conservava firme sua ideia de fundar uma colônia experimental libertária. A novidade era a menção de que, para que a mesma

fosse frutífera, teria que ser realizada em um país afastado (ROSSI, G. Aiuto ai Pioneri. **L'Eco del Popolo**. Cremona. Ano 1, n52, 29-30 de dezembro de 1889, p.1 citado por MUELLER, H., 1989, p.242).

Dessa forma, Mueller (1989, p.243) observa:

“O objetivo da colônia a ser construída permanece sendo o auxílio à propaganda socialista...na Itália. O que nos chama a atenção, ficando claro nessas primeiras idéias de Rossi de ‘exportar’ seu projeto, é o seu distanciamento do local para onde se dirige”.

O Uruguai foi, num primeiro momento, o país escolhido para realizar a Colônia, algo que finalmente não se concretizou devido aos problemas internos que surgiram durante a etapa de formação: “... em dezembro de 1889, ele anuncia em *L'Eco del Popolo*, de Cremona, que pretende partir para o Uruguai. Alessandro Cerchiai afirma que ‘ele foi impedido pela eterna revolução entre 'Blancos y Colorados’” (FELICI, 1998, p.11)³⁷. Para além destas apreciações, merece destaque o fato de que, imaginariamente, para os italianos, a América do Sul de época era fácil de situar como parte “...da concepção de um mundo exótico: a América ainda aparece como refúgio para os ‘miseráveis expulsos pelo êxodo plebeu’” (MUELLER, 1989, p.243)

Agora, esse “padecimento” sofrido por não poder fundar “sua” comuna, abriu a Rossi a possibilidade de expandir seu olhar e incorporar outros espaços para alcançar seu objetivo, sendo essa uma nova demonstração de sua heterodoxia. Mas há um assunto chave no qual resulta ainda mais marcante seu laço não determinado com as pautas básicas do anarquismo: seu arcabouço teórico.

A particularidade do mesmo reside no fato de ter sido elaborado não só com discursos pertencentes à tradição libertária, mas também com conceitos e programas

³⁷ Felici, Isabelle, Op. Cit., p.11. A autora continua com as seguintes informações: “Essa afirmação, que aparece em uma carta de Cerchiai, publicada em 1936 por uma revista de São Paulo, *Quaderni della Libertà*, não é confirmada por nenhuma outra fonte. Quanto a Rossi, ele não dá nenhuma explicação sobre essa mudança de destino (...) Na sua precipitação, Rossi não tem tempo de anunciar sua partida na imprensa anarquista e socialista italiana”. Daí que: “...mais de dois meses após ter deixado a Itália, alguns jornais, como *La Plebe* de Cremona, anunciam ainda que ele partiu para o Uruguai. Quando os primeiros colonos da Cecília souberam que iriam para o Brasil, eles não conheciam ainda o lugar exato onde seria implantada a colônia”. (FELICI, 1998, p.11-12)

relacionados a outras correntes socialistas, assim como de gêneros literários, especialmente da ficção científica e das utopias (gêneros susceptíveis de ser colocados sob um olhar socialista, mas que não encontram na divulgação política o eixo central de suas narrativas).

No que se refere à influência do socialismo não libertário, foi a vertente do socialismo utópico a que mais seduziu Rossi. E, dentro disso, o italiano demonstrou um grande interesse pelo pensamento geral de Saint-Simon. Do teórico francês ele recuperaria a ideia central de que as sociedades modernas deveriam ser ordenadas e dirigidas pelos setores que mais intervêm em seu desenvolvimento material – aqueles que denominara como produtores. Estes seriam os encarregados de dar (e velar por) um funcionamento racionalmente planejado, em correspondência às formas de produção e reprodução do tecido social.

Tal concepção se sustentava no pressuposto de que, em tais sociedades, os produtores arrasariam o ocioso setor dirigente, que dominava exclusivamente por meio do poder simbólico (plasmado no poder político) de seus lugares na organização social, e não pelo que geravam e concediam para o crescimento material e espiritual do resto da população. Se o devir da sociedade se produz (e reproduz) em e por meio do desenvolvimento de um entrelaçado de produção simbólico-material, a dominação executada por aquele setor dirigente “improdutivo” se converteria em um arcaísmo com a passagem da sociedade militar e religiosa à industrial e científica.

Rossi adotava essa ideia sansimoniana e a fundia com as propostas de outros socialistas utópicos, especialmente as dos também reconhecidos Robert Owen e Charles Fourier. Mesmo que todos pertencessem à mesma tendência política e intelectual, algumas diferenças podem ser indicadas entre os segundos e Saint-Simon. Talvez, o que mais se destaque desse estudo seja o fato de Owen e Fourier terem construído seus esquemas sociais dando primazia à ação voluntária das pessoas (prioridade na ação subjetiva); enquanto Saint-Simon privilegiou a posição do Estado como órgão centralizador das tomadas de decisões coletivas, enfatizando o lugar dos sujeitos na cadeia de produção e, por isso, o papel da estrutura social objetiva (VASCONCELOS, 1996, Cap.II)

Um dos princípios que proclamava Fourier, e que foi compartilhado por Rossi, era o do incentivo às virtudes da vida coletiva instaurada através da associação livre

e espontânea dos indivíduos - deslocando qualquer resquício autoritário que se pudesse gerar na mesma. Tal modo de organização, entendia Fourier, além de favorecer o bem-estar entre os participantes, também afetava positivamente o desenvolvimento material das condições de existência daqueles. Se tomarmos a variável trabalho, por exemplo, verificaremos que, ao se tornar essa uma atividade organizada e efetuada coletivamente (onde se contemplariam os interesses individuais de cada trabalhador), adotaria um caráter prazeroso contrastante com sua característica na sociedade capitalista.

Assim mesmo, vislumbramos em ambos os autores a crença de que é a produção agrícola (mais ainda quando projetavam que o avanço tecnológico imporá saltos qualitativos e quantitativos a seu rendimento) a que maiores concessões realiza à prosperidade econômica de uma comunidade. Promovem tal avaliação ao afirmarem que a verdadeira riqueza coletiva se baseia na possibilidade de contar com numerosos e variados alimentos, em detrimento de qualquer outro tipo de bem (Rossi antepõe o valor dos alimentos ao de outras mercadorias consideradas como supérfluas). Esse ponto os diferencia de outros utopistas, como Owen e Saint Simon, que notavam na indústria manufatureira (e não na agricultura) o eixo para o avanço da produção geral nas sociedades modernas.

A tese de Fourier, afirmando que os falansterios (células comunais) seriam uma organização social propícia à emergência da transformação da sociedade capitalista em socialista, era quiçá a diferença de fundo com Rossi. Para o italiano, como mencionamos mais acima, as colônias agrícolas experimentais (células que equivaleriam aos falansterios de Fourier) deviam servir como meio de difusão do socialismo, mas de nenhum modo como plataforma para o início de uma revolução: seu lugar se encontrava dentro de um entrelaçado de forças muito mais complexo (VASCONCELOS, 1996, p.116-118).

Outras das influências que se fazem patente no pensamento rossiniano são as de Étienne Cabet. Colocado no marco dos socialistas utópicos, ainda que mais voltado para o plano da narrativa utópica que ao da militância política que os anteriores socialistas indicados, a presença de Cabet se manifesta em diferentes questões que Rossi recobra do relato utópico Icaria. Seguindo Vasconcelos, interessa pontualmente distinguir que “De

modo análogo ao que ocorre em Un comune socialista, Cabet declara extinta em sua utopia a propriedade privada e substituí o dinheiro pelo ‘bônus de trabalho’”³⁸.

Por último, à lista de utopistas que influenciaram a teoria rossiniana se agrega o nome de Edward Bellamy. Bellamy foi muito mais reconhecido como um escritor utópico do que como um militante ativo da causa socialista. Não obstante, suas obras guardam uma linha de proximidade em relação às dos socialistas utópicos, especialmente às de Owen, que será uma de suas claras inspirações no momento de dar criação aos escritos. Daí que, com Rossi, tenham estabelecido um contato forte na ideia do que Vasconcelos chama de “...administração centralizada garantida a racionalidade das relações econômicas e sociais” (VASCONCELOS, 1996, p.122)

Dada a marcada diferença de militância entre um e outro, é que:

“A sintonia entre as idéias de Rossi e Bellamy se dá, pois, não tanto com relação ao modelo de sociedade que se deseja ver instaurada, mas quanto às expectativas de transformação do caráter humano a partir da readequação da sociedade em bases racionais” (VASCONCELOS, 1996, p.123)

Bellamy, mais acentuadamente que outros utopistas, vai separar de seus relatos o poder como parte fundamental da constituição das sociedades: a boa vontade e as capacidades intelectuais dos homens permitiriam por si uma harmônica organização coletiva. Rossi confiava naquelas mesmas capacidades, ainda que situadas em uma ordem conflituosa (momento da política) das relações sociais.

Esse último assunto, o das potencialidades do ser humano, não só era compartilhado por Bellamy e Rossi, mas se tratava de uma representação subscrita pelos utopistas em geral, como também numerosos intelectuais da época. Dita representação consistia em conceber antropologicamente o ser humano como um animal sociável e benévolo por natureza. Na verdade, é uma figura bem próxima à do “bom selvagem” de Rousseau, e que circulou amplamente no século XIX, constituindo a clivagem sobre a qual

³⁸ Esse comentário, não obstante, não deve eliminar as diferenças, por exemplo, no que diz respeito à organização do trabalho e a concepção da individualidade. (VASCONCELOS, 1996, p.114).

se desenvolveram diferentes sistemas utópicos (fossem projetos socialistas ou claramente literários)³⁹.

Referindo-se à temática apontada, Vasconcelos (1996, p.120) afirmaria:

“Tanto para Rossi, quanto para os utopistas da primeira metade do século XIX, o ser humano é bom por natureza, e as mazelas da civilização se devem a uma má organização da sociedade. Basta, portanto, reordená-la em bases racionais para que resolvamos todos os problemas humanos”.

A crença no avanço constante e ilimitado das sociedades, impulsionado pelo desenvolvimento das capacidades intelectuais e morais dos homens, e plasmadas em avanços científicos e tecnológicos de um grau de complexidade inédito até esse momento, era o signo da época. O “progresso” era o conceito motor em torno do qual se traçava a realidade de aquele tempo⁴⁰.

Se, ao longo da história, existiram relatos utópicos, ou pelo menos próximos a esse gênero (obras que constroem lugares apresentados como perfeitos para a vida dos homens, e cujas ações transcorrem em um espaço e tempo distante do presente dos autores, mecanismo que permitia aos autores realizarem uma crítica a seus contemporâneos, evadindo dessa forma sanções e punições)⁴¹, o século XIX – e as últimas décadas do XVIII - caracterizou-se por um forte incremento no número desse tipo de obras produzidas. Assim mesmo, seria esse momento marcado como o início do período em que as utopias começam a ser escritas com a real expectativa de serem aplicadas na prática: os socialistas utópicos jogaram um papel relevante nessa viragem do gênero.

³⁹ Por contraste, e seguindo numerosos acontecimentos de alto impacto para a história da humanidade, no século XX abundaram os trabalhos ligados a distopias ou atopias. Como a conhecida obra “Um mundo feliz”, de Aldous Huxley.

⁴⁰ Essa série de elementos faz parte de um entrelaçado que, de maneira resumida, é descrito pelas palavras de Vasconcelos (1996, 99): “Num contexto oitocentista, portanto, não é de se estranhar o surgimento de utopistas como Fourier, eternamente preocupado com a constante alternância das atividades individuais – um falansteriano, devido à sua paixão mariposeante não se fixaria em trabalho algum por mais de duas horas-, ou como Saint-Simon, cujos discípulos constituíram-se em notáveis empreendedores, construindo estradas, ferrovias, canais, tendo sempre a vista o progresso da humanidade. Em outras palavras, a utopia no século XIX assume um caráter dinâmico”.

⁴¹ A menção dos relatos apontados pode ser recortada, se nos limitarmos a considerar os trabalhos utópicos a partir do consensuado início do gênero com a obra Utopía de Tomás Moro, e que tem sua continuidade nos escritos de Tomás Campanella, Francis Bacon, William Morris, entre outros.

Por conta do encontro das duas cosmovisões resenhadas – a do progresso e a do caráter virtuoso do homem - é que se modificaria radicalmente o horizonte das utopias. Tal como indica Mueller (1989, p.44):

“Alguns utópicos já não mais se contentam com a imagem da perfeição social, e a idéia de progresso, que vem com a revolução industrial, lhes permite conferir a seus sonhos uma força vinda da possibilidade de concretização da mudança”.

Os utópicos deixam de ser pensadores de um mundo ideal para passarem a inteligir mundos possíveis que contavam com uma efetiva viabilidade de concretização empírica.

Considerando o espaço e o tempo como as duas variáveis chaves sobre as quais se constrói o relato utópico, percebemos que a primeira delas (qual seria o lugar indicado para aplicar os planos de sociedades para os utopistas) não chegou a contar com um consenso geral quanto à sua resolução. Como exemplo, basta citar ao próprio Rossi, já que, como dito, em princípio tinha a certeza de que as comunas agrícolas experimentais contavam na Itália com uma possibilidade de realização que não poderia ser melhor; para logo modificar substancialmente sua postura e se virar para um destino tão desconhecido para os europeus ocidentais daquele momento, como o sul da América do Sul.

É o fator temporal o ponto que permite pensar a concretização do utópico. Assim se passa de uma utopia, constituída idealmente como um lugar indefinido, a algo que terá continuidade como organização social desejada no futuro. No entanto, já não se tratará de um futuro inascível: será um futuro que se vislumbrava próximo no horizonte. Os homens, em suas condições concretas de existência, passaram a dispor de diversos projetos com os quais tentam gerar potenciais formas de se relacionar de uma maneira socialmente mais igualitária. A utopia continua como relato crítico do passado e do presente, mas com a novidade de que é esse mesmo presente de onde se impulsiona a ação transformadora dos homens.

Essa classe de relatos não mudará o caráter que a situa como uma presumível organização social futura, mas que se inovará radicalmente no significado desse futuro: é o

tempo histórico objetivo por vir. Imprime-se à utopia uma narrativa que forma parte do processo histórico dos homens no tempo: seu duplo jogo de historicizada e historicizante modifica radicalmente os fundamentos de seu estatuto. Com relação a esse aspecto, Mueller (1989, p.51) afirmaria:

“Mais corretamente os utopistas a desconhecem propositadamente, pois só existem enquanto ruptura e enquanto esquecimento do real. As utopias de finais de século XVIII, ao contrário, partem desta história; continuam sendo a representação da ruptura, mas esta se dá, unicamente, tendo a história como referência (...) o primeiro rompe para esquecer; o segundo rompe para mudar”.

Uma vez situada a narrativa utópica, parece-nos apropriado se deter nas fontes com as quais alguns socialistas, socialistas utópicos ou utopistas do século XIX (incluindo a Rossi) formaram suas respectivas concepções, para dessa maneira contribuir para uma melhor compreensão do que se está expondo. Como observamos, foram especialmente duas as correntes de pensamento que estiveram presentes nesse processo. Uma delas é a que se ocupava das qualidades morais dos homens, e que parece conveniente classificar como sendo parte do sistema romântico de ideias que, apresentado em suas diferentes versões, pode levar para um amplo conjunto de possibilidades⁴².

O romantismo, como corrente de pensamento, estimava que a magnanimidade humana se extinguia ou não tinha condição para se desenvolver com o crescimento dos grandes centros urbanos, as cidades industriais e a expansão das relações contratuais resultantes da expansão do sistema capitalista. As desavenças mais proeminentes entre os românticos se encontram entre aqueles pensadores que se posicionavam nos extremos do sistema: os românticos conservadores, que para obter os valores tão desejados propunham um retorno aos ordenamentos sociais anteriores ao desenvolvimento da sociedade burguês-capitalista; e os românticos de cunho progressista,

⁴² Dificil é falar do romantismo como sendo de um único tipo. Para se aprofundar no tema, indicamos a leitura do trabalho de LÖWY, Michael; SAYRE, Robert . **Revolta e Melancolia**. Petrópolis: Vozes, 1992. No que diz respeito a esta pesquisa, entendemos que o ponto 1 do Capítulo I, “O conceito de romantismo”, e o ponto 1 do Capítulo II, “Esboço de uma tipologia”, são os de maior relevância.

que, pelo contrário, concebiam que, para alcançar a qualidade humana que defendiam, novas formas de institucionalizar as relações entre os homens eram necessárias.

A sugestão dessas duas opções como uma alternativa dicotômica é esboçada aqui como forma de simplificação da gama intermediária de possibilidades que compõem o romantismo. No entanto, o que deve ser destacado é que é no segundo desses pólos apontados onde Rossi se colocava: subscrevia a uma ideia romântica de superação, de vanguarda, como marco sobre o qual construir uma sociedade que eliminaria as opressões que encarna o modo burguês de organização. Isto se dava, não obstante, sem perder o traço unificador do romantismo: o de interpretar a ação humana baseada no altruísmo e na prática humanitária.

O anarquista italiano era consciente de que o avanço na complexidade das forças produtivas inviabilizava qualquer tentativa de construção social efetuada sobre uma potencial volta ao passado: produto das radicais transformações estruturais que se desenvolviam nesse momento em diferentes partes do mundo “ocidentalizado”, a fundação de uma nova ordem não poderia desconsiderar o incremento tecnológico que se tinha alcançado. Ao adotar esse enfoque, Rossi se situa nos limites do pólo vanguardista do romantismo: aplica um limite a seu romantismo - como pensamento meramente utópico ou, pelo menos, sem estar concretamente referenciado nas relações de produção que se apresentavam no momento - e passa a localizar-se em uma zona franqueável por outras escolas e tendências de pensamentos.

Nesse interstício, Rossi entra num movimento teórico que se alinha complementarmente à matriz com a qual o italiano configurava sua representação do social: é aquela que Vasconcelos denominou como racionalismo otimista (VASCONCELOS, 1996, Cap. II.II). Este racionalismo otimista se caracteriza por desdobrar um olhar esperançoso para com o porvir da humanidade, apoiado nos qualificados saltos qualitativos e quantitativos que se haviam conseguido (e que se haveriam de conseguir) com o desenvolvimento das forças produtivas nos diversos países europeus. No caso do anarquista, em especial logo após sua primeira etapa de militância, seus projetos foram vislumbrados e estimulados para um cenário no qual se dava por certo que o avanço tecnológico continuaria pelo caminho que tinha começado a transitar.

Entre aquele romantismo voltado à frente e a expectativa no progresso, há uma questão que afeta fortemente o pensamento de Rossi: depreciar a dominação entre os homens. Era essa matéria a que o fazia alinhar-se ao ideal anárquico, o qual – em meio a um panorama sócio-político, cultural e economicamente revolucionado - encontrava seu melhor modo de publicidade com o funcionamento das colônias agrícolas libertárias.

O apego de Rossi pelo anarquismo e pelas colônias agrícolas experimentais não era em absoluto aleatório, já que, como deixam transparecer as palavras de Pellizzetti Lolla (1999, p.79), Rossi:

“...comungava com os ideais que visavam associações autogeridas, inicialmente preconizadas por socialistas utópicos e com o pai do anarquismo, Proudhon, seguido ainda pelos anarquistas, entre os quais Kropotkin, Bakunin, Réclus e Malatesta, que evoluíram o conceito sobre federação de comunidades auto-governadas”.

Essa indicação não deve nos fazer esquecer a já introduzida heterodoxa militância anarquista de Rossi, e, em relação a isso, abordaremos um tema que merece uma menção especial (mais ainda diante da presença de um libertário), que é sua particular perspectiva da relação igualdade/desigualdade. Tudo faria supor que, como anarquista, Rossi se inclinaria abertamente a clamar por um tipo de sociedade igualitária. No entanto, o italiano surpreende com uma visão muito particular, sobre a qual Vasconcelos (1996, p.63) diria:

“Para ele o interesse pessoal, a ‘hipertrofia do eu’, é uma força muito poderosa e seria ingenuidade crer que o comunismo igualitário pudesse sufocá-la. Além disso, acrescenta Rossi, a igualdade não é senão um meio para atingirmos liberdade e o bem-estar, estes sim os verdadeiros objetivos a serem conquistados”.

Prosseguiria Vasconcelos (1996, p.102) com sua análise, afirmando que:

“Contrariamente ao que talvez pudéssemos esperar de um teórico que se afirma anarquista, a ‘sociedade desejada’ que Rossi preconiza tem seu fundamento na desigualdade (...) E isto por um motivo simples: a igualdade, tornando-se uma necessidade imperiosa, seria regulada pela

opinião pública, que se constituiria então na mais tirânica das autoridades”.

Nesse mesmo aspecto, acrescenta Pellizzetti Lolla: “A fórmula ‘cada um segundo sua vontade e cada um segundo sua necessidade’, diz Rossi, mais anárquica não poderia ser, traduzida na prática, porém, claudica” (PELLIZZETTI LOLLA, p.118). Por outro lado, Mueller (1989, 296-297) se inclina a pensar na igualdade, não quanto às características dos seres humanos, senão nas condições de igualdade para a atuação dos homens de acordo com suas capacidades.

Sem intenção de forçar as reflexões de Rossi – como ao pensar diversas problemáticas com uma série de categorias que correspondem a desenvolvimentos científicos e filosóficos posteriores àqueles com os quais o anarquista contava em seu tempo -, entrevemos uma possível proximidade entre sua concepção da igualdade e uma que resulta interessante para o trabalho que se está realizando. Neste caso, o olhar se coloca na impossibilidade de uma igualdade concreta a partir das diferentes posições simbólicas pela quais se dá a constituição de cada sujeito: de uma série de significantes vigentes em um momento e lugar - e que são os que formam a matriz simbólica doadora de sentido em uma sociedade -, haverá uma apropriação particular por parte de cada sujeito segundo se estabelece a relação entre o mandato do Outro da cultura e como se desenvolve seu investimento subjetivo do desejo.

Essa desigualdade inata nas relações sociais, e que se expressa em uma diferenciada posição dos lugares de enunciação dos sujeitos (e, por isso, na emergência de diversos sujeitos), contém uma diferença nos lugares de construção e reprodução de poder. Não obstante, tais relações diferenciais não necessariamente têm que se tornarem relações de opressão: o poder se apresenta como constitutivo do tecido social e sempre se acha presente em suas instituições, o caso da opressão é uma das possibilidades na estruturação de seu funcionamento. Na medida em que se toma o poder como um elemento flutuante e circulante entre os sujeitos, se amplia a gama de acessíveis ordenamentos sociais, e com isto se quebra a ideia de que sem igualdade só teria lugar a dominação ou, sua expressão mais expandida, a opressão.

Neste caso está o atrativo traço do pensamento de Rossi, que quando nega a igualdade absoluta entre os homens - além de concebê-la como empobrecedora do gênero (dado que lhe resta a potencialidade suscitada pela diversidade)-, o faz afirmando que a mesma não teria uma viabilidade concreta na prática. E esta é uma ideia que aparece contrastando com o que promulga o socialismo em geral. O ideal de comuna que impulsionava o italiano não se dava com a igualação de seus participantes, senão com a obtenção de uma harmonia social lograda a partir de que os sujeitos instaurassem uma comunidade baseada no livre arbítrio individual e na deliberação coletiva como procedimento de regulação coletiva dos conflitos - sempre contando com a autonomia dos indivíduos no momento da decisão e da gestão coletiva. Dessa forma, se destaca a primazia do político na consolidação de um laço social coletivo e que, dadas as características que o constituem, é susceptível de estar em constante re-elaboração.

Durante a experiência da Colônia Cecília, Rossi se deparou com várias temáticas sobre as quais já tinha refletido em seus escritos, sendo a questão da igualdade/desigualdade uma das que, para ele, cobrara maior relevância; especialmente por sua condição de pai e criador da comuna, um dos fatores que mais obstruiu o desenvolvimento do Projeto da Colônia. Esse diferencial simbólico que o colocava como Significante Amo do coletivo (e, com isso, como única palavra autorizada) resultou em que os colonos o posicionassem em um lugar de hierarquia simbólica da qual sempre tentou se evadir. Lembre-se que, já em seus trabalhos de juventude, o italiano tinha resolvido que, para o bom funcionamento da comunidade, nenhum ator particular poderia se converter em indispensável - e isto valia para o próprio Rossi.

Foi aí, então, quando pôde comprovar que a fórmula da igualdade absoluta entre os indivíduos, tão próxima da matriz anarquista, deixa de ter viabilidade ao se levar à prática, e que por si só não asseguraria a felicidade dos homens. Se tomarmos a passagem aplicada por Pellizzetti Lolla, é possível concluir que Rossi esteve atento ao fato de que, para formar um coletivo do tipo que propunha, um marco comum de representações no qual os homens encontrassem sentido para sua existência se impunha como prioridade.

A linha de pensamento que adotava Rossi habilita-nos supor que esse marco de representações coletivas com o qual especulava não era outro senão a formação de uma

consciência de classe socialista, o que em termos marxianos poderia ser chamado de “classe para si”. Não obstante, ainda que Rossi se incline para a procura de uma subjetividade coletiva socialista, não o faria nos termos habituais com o quais costumam lidar os militantes dessa corrente. Tal assunto é abordado por Pellizzetti Lolla (1999, p.80), ao indicar o seguinte:

“No seu materialismo, Giovanni Rossi sempre se conciliava com uma afirmação humanista. Não se conciliaria com o pensamento do materialismo dialético que, ao inserir a explicação dialética da natureza, fez do homem uma coisa, um objeto da história”.

Este trecho permite colocar em correlação alguns pontos de seu marco teórico que, de outra maneira, somente levariam a uma irresoluta conjunção de pensamentos. Daí que, ao tentar localizar um Significante Amo para a Colônia, Rossi pusera em jogo algum significante vazio que cobrara significação ao entrar num campo de flotação composto por um conjunto de sentidos históricos aí vigentes. É importante, aqui, destacar as múltiplas opções das quais se podem conformar uma subjetividade coletiva anarquista. Ao pensar a subjetividade, Rossi não a submete como sendo um produto emergente da base material de uma sociedade: as classes sociais não tinham para ele a relevância que lhe atribuíam outros socialistas, ao exporem a constituição de um marco comum de representações entre os indivíduos. Dessa perspectiva, compreende-se o destaque que o italiano dera à concepção antropológica dos homens, e o porquê de se ocupar tanto em aprofundar suas diferentes formas de semantizar o mundo.

III

Nesse ponto, é possível perceber que as reflexões de Rossi não somente se desenvolvem no plano meramente teórico, mas são submersas e revitalizadas pelas diferentes experiências que atravessa, entre as quais sobressai, obviamente, a da Colônia Cecília. Ainda que a comuna experimental tenha sido um momento de inflexão em sua carreira, uma sistematização de sua obra saindo dessa clivagem se apresenta como uma opção válida para compreendê-lo um pouco mais em profundidade.

Um bom ordenamento da trajetória intelectual e política de Rossi é esboçado por Mueller, indicando três etapas possíveis com as quais é possível classificar o anarquismo experimental do italiano: uma primeira, ancorada em seu escrito utópico de juventude *Une comune socialista*; a segunda que se dá com a vivência na Colônia Cecília; e uma última que a autora considera como a de mais alto grau de densidade teórica, que tem como foco representativo o romance *O Paraná no século XX*. (MUELLER, 1989, p.16)

Na medida em que já trabalhamos a primeira de tais etapas - e não só como apresentação do libertário, dado que os traços gerais que se condensam aí são continuados ao longo da sua vida -, ingressaremos no segundo dos períodos considerados por Mueller, da qual se extrai um dos escritos rossinianos que mais atenção tem despertado: *Cecília*, uma comunidade anárquica. Esse escrito, que foi editado no ano 1893 pelo periódico *Sempre avanti* de Livorno e posteriormente reproduzido em 1902 pelo *Protesta Humana* de Chicago (PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.181), foi uma das principais fontes para os pesquisadores que se ocuparam em reconstruir a história da Colônia Cecília. Nessa obra, Rossi realiza uma exaustiva descrição do processo que envolveu a Colônia: desde os preparativos na Itália até o último momento em que a comuna fez parte de seu Projeto foram narrados pela pena do italiano.

Porém, *Cecília*, uma comunidade anárquica é um trabalho que vai além de seu caráter descritivo: na medida em que discorre sobre as vivências na Colônia, Rossi se preocupa em elaborar uma série de avaliações do que ali estava acontecendo. Radica nesses aspectos boa parte da riqueza do material que o relato reúne: à narração dos fatos

acontecidos, que as palavras do italiano deixam apreciar, se acrescentam as linhas de ação que foi propondo, enquanto a comuna estava em funcionamento.

Evidentemente, as circunstâncias vividas na Colônia permitiam a Rossi uma constante maturação de seu pensamento. Não obstante, essa maturação encontra outra via disparadora, que se irá aprofundando, e que está relacionada com a obtenção da articulação de seus esquemas sociais com ferramentas teóricas que reuniu em seus estudos em ciências naturais. Tal exercício, antes de tudo, lhe permitiu reforçar e refinar suas elaborações direcionadas para a aplicação experimentalista do que denominava laboratórios sociais, ou seja, das comunas socialistas. Junto com isso, vai se transformando já em definitiva a intenção manifestamente prático-propositiva ao longo de sua carreira: a realização de novos mundos possíveis. Daí que o anarquista sustenha: “Vê-se, portanto, que o nosso propósito não foi a experimentação utopista de um ideal, mas o estudo experimental – e na medida do possível rigorosamente científico- das atitudes humanas em relação aos problemas mencionados” (ROSSI, 2000, p.81).

Na medida em que Rossi impelia tal empreendimento sob a forma de comunas agrícolas libertárias, as peculiaridades desta corrente político-ideológica- que enfatiza a liberdade para a ação (e ressalta o lugar da criação) - de alguma maneira provocavam uma ampliação das probabilidades de sua realização, dado que as tornava flexíveis em relação à sujeição de qualquer plano de organização social previamente estabelecido. É nesse sentido que o italiano percebe que seria mediante a experimentação que as comunas alcançariam uma forma sustentável com a qual lograria sua continuidade através do tempo.

Discernia Rossi que, conseguindo que não fosse temporária, ao concretizar uma tentativa desse tipo, somente resultados positivos seriam conquistados, já que se trataria de elementos saídos de uma experiência inédita. Ente eles, destaca-se o grande apoio que concederia à teoria e prática anarquistas, porque se contaria com um caso concreto através do qual demonstrar muitas das afirmações que eram atacadas ou desdenhadas pelos detratores libertários do italiano (ao efetuar essa exposição, Rossi não se inspira na busca de uma reivindicação a título pessoal, mas está pensando genuinamente no crescimento do movimento anarquista). Como extensão do indicado apoio, adicionam-se as

numerosas análises sociais que nela seriam possíveis de ser produzidas, questão que não ficaria limitada unicamente ao âmbito dos socialistas.

Inquietações como as apontadas, e não apenas o imediato processo revolucionário, eram as que motivavam a ação de Rossi após a conformação de comunidades libertárias. Esses posicionamentos devem-se também às continuidades distinguíveis no itinerário do italiano. A esse respeito, Mello Neto (1996, p.67) afirma:

“[Rossi] Defendeu, a partir da adolescência, e desde que abraçou o socialismo, a tese de que não bastava apresentar as idéias libertárias como teoricamente as melhores para a construção de uma sociedade justa; era necessário exibir a comprovação, mostrar sua viabilidade. a comprovação poderia ser demonstrada pelos resultados obtidos nas colônias experimentais”.

Nesta segunda etapa, também se somaria o trabalho *Un episodio de amor en Colonia Cecilia*, romance escrito posteriormente à Colônia. Neste relato, Rossi concentra sua atenção nas relações sensuais, nas de gênero, nos modos de opressão que se estabelecem a partir da dominação simbólica masculina, e na coerção que produzem instituições tais como o matrimônio, conjunto de práticas nas quais o anarquista italiano via o caldo de cultivo dos principais males das sociedades capitalistas. Ao longo de suas páginas, a maior ênfase rossiniana está na proposta da liberação dos vínculos afetivos como a solução principal a essas problemáticas.

Também de forma subsequente à perpetração da Colônia Cecília, e dando início à terceira etapa, Rossi publicaria um pequeno texto chamado *Il socialismo dei margini*, com o qual prosseguiu relatando o ocorrido na comuna. Ao ingressar nesta última parte, percebe-se que as distintas conjecturas e balanços que realiza o italiano têm um enfoque particularmente dirigido para o passado.

Embora isso não implique numa ruptura decisiva com a atuação de Rossi, o uso particular que faz do passado parece ser um fator chave, especialmente pelo peso que tem para Rossi o “depois” da experiência da Colônia Cecília.

Cada um dos itens que fazem parte da teoria anarquista e da formação de uma sociedade socialista passaria a ser visto por Rossi através do prisma da experiência da

Colônia: ela se converteu no ponto de fuga que atrairia o olhar do italiano. Daí que seja grande a tentação de situar sua prática a partir a capitulação, desde a rendição diante das dificuldades que a prática da comuna lhe revelou. Também não se pode ignorar que, nesse período, Rossi já havia se reinstalado na Itália, e que não tentaria (pelo menos não encontramos nas fontes consultadas) um novo empreendimento comunal, tal como era sua insistência em épocas anteriores.

Inclusive, quando Rossi declara sua aprovação dos resultados alcançados na Colônia Cecília, o faz com um registro escritural que não deixa transparecer o mesmo grau de entusiasmo com o qual se manifestara em outros textos (como no evidente caso de sua chegada ao Brasil, um relato que traz toda a expectativa da comuna que estava por ser construída). Mas não é só uma questão de estado de ânimo, pois seu enunciado soa como um rotundo conformismo, especialmente se comparado às potencialidades que demonstrava levar o Projeto. As palavras de Rossi a respeito foram:

“Para mim a Colônia Cecília não foi um fracasso. Foi um experimento, creio novo na história, que durou o suficiente para que a idéia orgânica da anarquia pudesse ser posta em prova. E saiu incólume. Isto do ponto de vista científico” (ROSSI, G., **Utopie und Experiment**. Zurique: Verlag, 1897, p.256 citado por MELLO NETO, 1996, p.236).

Na mesma linha do raciocínio proposto, encontra-se a afirmação de Mueller, discordando de Rossi em sua ideia de que os objetivos gerais da comuna foram conseguidos:

“Questionamos este seu experimentalismo no sentido que ele nos parece um tanto simplista, de comprovação um tanto quanto imediatista. Afinal a vida anarquista que ele queria testar não pode ser vista como uma equação a ser resolvida: implica em uma mudança radical da sociedade como um todo”. (MUELLER, 1989, p.290)

Para terminar sentenciando: “Esta perspectiva é reforçada se a analisarmos desde o ponto de vista da utopia, pois a vivência utópica implica não só na ruptura com o presente, mas também na construção de uma sociedade outra”. (MUELLER, 1989, p.290)

Também Felici (1998, p.38-39) se soma à visão mais crítica de Rossi, indicando que para o italiano:

“...não é fácil aceitar a idéia de que o projeto pelo qual ele se bateu durante toda a primeira parte de sua vida, acabou finalmente em não mais do que um embrião de vida comunitária. E sua recusa manifesta de admitir que a experiência acabou em fracasso, mostra que o desafio lançado é mais um desafio pessoal que um desafio político e que ele se comporta - mais que cientificamente - passionadamente, querendo satisfazer seus caprichos e suas curiosidades e não como um homem de ação que luta por uma sociedade melhor”.

Para além do que possa expressar um exercício de interpretação meramente especulativo, não cremos ser conveniente fazer referência à consternação e ao desengano pessoal de Rossi. É que, assim como continuou praticando dedicadamente sua profissão de veterinário durante alguns anos no Brasil, também não abandonou sua militância socialista libertária, especialmente quando retornou à Itália, onde prosseguiu com a constante publicação de escritos competentes nos dois espaços de que participava.

Não obstante, Felici mencionaria que, ainda vivendo no Brasil:

“Os traços da decepção são bem visíveis nas propostas de Rossi posteriores à Cecília (...) [e] renuncia à idéia de fundar ele mesmo uma colônia, ele não acredita que o projeto seja irrealizável. Ele escreve a Sanftleben que continua persuadido de que uma colônia que nascesse em condições mais favoráveis que as que tinham conhecido a Cecília, poderia viver 20 anos e ser composta de 1000 pessoas”. (FELICI, 1998, p. 42)

Posteriormente à sua saída da comuna, Rossi partiria com destino ao estado de Rio Grande do Sul, onde permaneceu bem pouco tempo, para continuar seu périplo rumo ao estado de Santa Catarina, no qual se radicaria por alguns anos. Ali conseguiu um alto cargo como profissional, tendo sido designado diretor da Estação Agrônômica do Estado, mantendo-se na mesma função entre os anos de 1897 e 1907. Apesar de se afirmar profissionalmente, não desistiu em sua busca por implantar colônias agrícolas experimentais no Brasil: foi um projeto do Mato Grosso do Sul, em uma colônia de

alemães, o que mais o seduziu, mas novamente o conservadorismo dos partícipes truncou seus planos.

De sua produção escrita da época faria parte *Il Paraná* nel XX secolo, relato que data do ano 1895 e que, considerando as modificações que delinearam este momento rossiniano, se distinguiria por conter uma acentuada inclinação para a escritura de registro literário, denotando uma forte aproximação com a narrativa utópica. Não obstante, o escritor de ficções não logra se desprender do filósofo social nem do militante anarquista e, mediante o recurso da intercalação de vozes, Rossi não perde a oportunidade para continuar refletindo sobre os resultados alcançados com a Colônia Cecília. Inclusive, faz parte do texto uma resenha pormenorizada daquelas que, no seu entender, seriam as transformações necessárias para lograr um projeto acabado de comunidade libertária.

Com relação a este ponto, Pellizzetti Lolla (1999, p.199) diz do texto: “...pode ser considerado um testamento político e ideológico – uma utopia de G.R. (Cárdias)”. Uma apreciação interessante da autora, à qual aplicar uma modificação que, por outra parte, se aproxima à interpretação que Vasconcelos (1996) tem do escrito. O fato é que, efetivamente, o texto se constrói partindo de uma ideia de testamento, uma sorte de legado que se expõe e se coloca em circulação. No entanto, o lugar desde o qual fala Rossi faz pensar em uma qualificação próxima ao que se reconheceria como “um testamento do que não foi”: um apontamento do não conseguido na Colônia e que estaria em condições de ser redimido.

Apresenta-se, aí, um híbrido entre as convicções teóricas e políticas de Rossi (sempre otimistas e com uma perspectiva de ação contínua) e o sabor amargo que se desprende dos balanços de alguns de seus empreendimentos. Acertadamente, Vasconcelos (1996, p.60-61) diria:

“Tendo [Rossi] imediatamente atrás de si a desilusão pelo fracasso da Colônia Cecília, ele busca então na narrativa utópica um modo ‘menos indigesto’ para representar suas idéias (...) rompe com a preocupação de apresentar uma imagem verossímil do futuro socialista, dando assim livre curso à expressão de seu desejo”.

No que diz respeito à estrutura do livro, Rossi realiza, novamente, uma obra dividida em duas partes. Na primeira, se dedica ao exame – com base nos sucessos da Colônia Cecília - de matérias correntes de seu repertório: a diferenciação entre agrupamentos socialistas, comunistas e anarquistas, a igualdade entre aqueles partícipes dessas formações, os diversos usos da utopia enquanto mero escrito literário ou como projeto concreto de sociedade - e o rol de crítica social que adquirem em ambas; são estas algumas das questões discutidas.

A segunda parte, intitulada *Visione de un ubriaco raccontata da lui stesso*, é um relato utópico que trabalha a instalação do socialismo durante o século XX no estado brasileiro do Paraná. Assim como o que ocorreu com o trecho anterior, o trabalho teria como referência a experiência da Colônia Cecília; com a diferença de que, pelas características da narração, sua presença deve ser lida, antes, na relação com a figura prototípica do que pode chegar a ser uma comuna anarquista, do que por meio de menções diretas.

Dessa forma, não resulta surpreendente o aprofundamento de Rossi no gênero da utopia, como também não o é o fato de que esteja sensivelmente voltado para a literatura: o italiano era conquistado por seu desejo de plasmar suas ideias e expectativas. Percebe-se que Rossi não aborda essa utopia com a ideia de reprimir o elemento trágico que poderia lhe significar o “fracasso” da Colônia Cecília, assunto no qual aqui se discorda de Vasconcelos, senão – o que não é o mesmo - com o objetivo de que o escrito fizesse as vezes de um exercício de superação do acontecimento traumático em que poderia haver se convertido para ele, a queda do Projeto geral da comuna. A ideia da escritura como prática terapêutica é o que em boa medida parece sugerir o texto.

Esse fato nos permite pensar na posição desde a qual se coloca Rossi como autor, dado que, apesar de descrever uma utopia, na introdução da obra dedica um cuidado particular à construção de uma autofiguração que o localiza por fora do perfil do escritor de utopias estabelecido pelos cânones literários do gênero. Parece que Rossi reforça a ênfase do que foi sua experiência empírica – na medida em que a experiência foi anterior ao relato e lhe imprimiu sua essência-, entendendo que esse movimento lhe permitiria transitar pela

utopia como um autor que, apesar de não chegar a romper com o gênero, também não poderia ser facilmente enquadrado nele.

Percebemos nos escritos do italiano, que nunca deixou de ver com total agrado a utopia e o pensamento utópico, sendo flutuante, ao longo de sua carreira, a valoração que fazia dos mesmos. Com relação a isso, Vasconcelos destaca que na primeira edição de *Un comune socialista* “... Rossi trata o ideal utópico de maneira pejorativa, como etapa a ser superada dentro de um processo evolutivo que levaria a humanidade ao socialismo” (VASCONCELOS, 1996, p.61). Uma mudança notória no ideário de Rossi se apresenta depois da vivência da Colônia Cecília, pois: “Na introdução de *Il Paraná nel XX secolo*, pelo contrário, Giovanni Rossi procura valorizar a narrativa utópica, portadora privilegiada de determinadas verdades”. (VASCONCELOS, 1996, p.62)

Ao mesmo tempo, certo maniqueísmo se revela no uso que Rossi faz da utopia nesse momento: precisa dela para dar continuidade ao seu “encantamento” com a militância libertária, mas sem deixar de julgá-la como um gênero menor, que necessita de uma justificação extraliterária para ser praticada (geralmente um desencargo associado com os possíveis usos políticos que leva). Nesse sentido, são eloquentes as seguintes palavras da introdução:

“Aos vinte anos começar pela utopia, aos trinta passar à experimentação e, aos quarenta, voltar novamente à utopia: o percurso dessa evolução poderia parecer a muitos o caminho em círculo de um espírito desiludido, mas indomável. Ao contrário, ele significa o andamento em espiral de uma consciência que se desenvolve em torno do próprio eixo e ganha o alto”. (ROSSI, 2000, p.131)

Na passagem citada, destaca-se o forte peso que o ideário positivista tem na construção que Rossi faz de sua figura: a imagem da ascensão e do crescimento, que remete ao que amadurace e ao que se desenvolve, desenha o campo de sentidos desde o qual o italiano se dispõe como produtor intelectual (ROSSI, 2000, p.140). Evidencia-se uma distância do fator emotivo do vivido (e do por viver), que redundaria, para o autor, em um alto grau de objetividade.

Esta automistificação não é diferente daquela que se descobre nos distintos trabalhos que abordaram sua pessoa: basicamente recorre a um caminho que se inicia com uma etapa de juventude caracterizada pelo romantismo, se complexifica através das vivências passadas e a constante formação intelectual; e termina em um estado no qual seu pensamento passa a ser sistemático e já não simples “ilusão” ou acumulação de vivências.

Outra operação, com a qual Rossi vai configurando seu retrato de autor, se percebe num fragmento do começo da utopia, no qual menciona:

“O leitor não espere que eu faça uma descrição daquela natureza majestosa; antes de mais nada, porque não é relevante para o assunto, e também porque pode encontrar tais descrições em inumeráveis livros de viagem” (ROSSI, 2000, p.139-140).

Porém, do texto *Cecília, colônia experimental* se extraem os trechos nos quais o autor procede à realização de distintas análises, o que resultaria em não ser outra coisa senão um livro de viagem. Por isso, e ainda que Rossi não faça menção de si mesmo, alude (e parece que não de maneira aleatória) a um gênero que praticou, procurando com isto incrementar seu percurso e assim reafirmar a ideia de uma “obra de autor”.

Depois destas indicações, é interessante citar um parágrafo que encerra o espírito que se esta procurando elucidar:

“A utopia é uma forma, um artifício literário para representar as coisas de maneira mais digerível; e num romance ou num conto pode haver tantas verdades quantas são as mentiras que podem estar contidas num respeitável tratado de economia política. Nesse sentido, não tenho escrúpulos ao acrescentar *O Paraná no Século XX* ao feixe que reúne *Poggio al mare, Citadella e A Colônia Cecília*”. (ROSSI, 2000, p.131)

No parágrafo apontado, surgem novos mecanismos mediante os quais o italiano tenta dar um estatuto diferenciado à sua utopia. Por um lado, Rossi coloca-a num mesmo nível de complexidade e resolução ao de trabalhos que, na sua percepção, são plenamente científicos (como os estudos econômicos), junto com outros que não contam com esse status (romances ou contos). Obtém-se como resultado a equiparação hierárquica das “verdades” que cada uma delas difunde.

Com esse procedimento, o grau de rigorosidade que adquire a utopia ultrapassa sobremaneira sua especificidade genérica, dado que a nenhum dos níveis nos que opera – incluindo aquele da crítica social - se pode atribuir como finalidade desenvolver teses susceptíveis de se tornarem leis – como acontece com o caso das científicas. Na medida em que a utopia é um gênero literário, seria mais conveniente se referir ao verossímil que se edifica a partir da geração de uma ficção do que a verdades surgidas da inspiração do autor. Certamente, na concepção de Rossi está presente seu apego à função pedagógica da literatura, especialmente a desenvolvida pelas correntes do realismo ou do naturalismo, valor que os socialistas antepunham ao crescimento de qualquer outra expressão relacionada com o campo literário.

Nessa linha, não se pode descuidar de como se refere Rossi à literatura utópica: fala de uma mera “forma”, de um “artifício”, conceitos que colocariam o gênero (e, pelos mecanismos resenhados, a literatura toda) em um lugar de subvalorização do que deve ser retirado enquanto se procure por seu intermédio transmitir diversos ensinamentos (entenda “conscientizar classicamente”) aos leitores. A forma é o marco depositário do conteúdo (aspecto privilegiado nas produções socialistas). E um artifício, quando não remete a um engano ou a um estratagema, refere a uma arte ou habilidade, mas nunca a um objetivo e rigoroso método científico.

No trecho citado, a concepção claramente positivista de Rossi continua em seu esplendor: a ideia de “perfeição” da ciência, da “pureza” de seus resultados, é tal – respondendo também a um tempo em que essa era a interpretação predominante- que o italiano se preocupa em ressaltar que a ciência é igualmente susceptível de arrastar erros ou de não ser exata em suas análises. É notório que, a partir desse enunciado, Rossi não caia em um niilismo a respeito da verdade: suspender a certeza científica pode ter sido o caminho que melhor se ajustava a seus interesses do momento.

Porém, longe de se apegar a qualquer tipo de relativismo, Rossi reafirma a noção de verdade, e expõe uma gama de verdades possíveis. Entre elas, claro está, consta o tipo que emerge através do dispositivo utópico e que não precisaria de uma argumentação de autoridade para se sustentar (como poderia ser o caso de um escrito ensaístico) ou de demonstração metódica e contrafática (como os trabalhos científicos). A verdade utópica é

aquela que, produto das mais diversas reflexões, é posta em movimento pelo autor no relato e que aparece de maneira simples e evidente aos leitores: a própria trama da ficção é que vai a legitimar a verdade das utopias.

Outro dos mecanismos que Rossi utiliza para intervir em *O Paraná* no século XX é o de situá-lo em uma linha temporal que se coaduna com a que compete ao percurso teórico e prático do italiano. Se nessa transformação o que se evidencia é um constante desenvolvimento teórico, este relato utópico localizado no final do caminho não estaria indicando outra coisa senão a realização de um acabado relatório na forma de ficção, de suas experiências e pensamentos mais destacados: novamente é a ideia do alumbramento no fim do caminho que se impõe. Com esta operação, não age somente em direção a uma leitura dominante do texto, mas da mesma maneira reafirma sua figura de autor: duplica a ideia do desenvolvimento constante tanto na obra como no autor, ao mesmo tempo em que reforça o plano de continuidade de uma obra executada por um único sujeito assinante.

Ao nos adentrar um pouco mais no relato, encontramos um recurso que Rossi emprega para realçar o alcance de verossimilhança do escrito: está-se diante de uma utopia que transcorre em um espaço existente e com datas pontuadas, próximas ao momento da produção. Com este passo, que desconhece duas das normas básicas do gênero (a do tempo e o espaço distantes dos correspondentes aos do autor), se entende que Rossi aposta em tornar mais “real” a sua utopia e se desapegar do elemento mais quimérico que tanto parecia lhe incomodar. A tal ponto acreditava o anarquista no efeito logrado que, para evitar possíveis más interpretações, deduz que necessita colocar em uma nota de rodapé a seguinte explicação:

“É inútil observar que essas datas não correspondem nem às datas prováveis nem às reais em que se verificaram os fatos, mas respondem a necessidade do relato pois eu não poderia criar o mundo novo do Paraná numa semana bíblica, mesmo que descansasse no sétimo dia”. (ROSSI, 2000, p.176)

O horizonte no qual aparecem contempladas estas apreciações, sobrevoando a ideia de uma potencial realização do narrado, permite localizar *O Paraná* no século XX dentro do conjunto de utopias que começaram a ser escritas entre final do século XVIII e

início do XIX. Nessa tonalidade, e durante a primeira parte do relato, Rossi desdobra sua preocupação em demonstrar que a utopia não tem que ser vista como um desvio da prática política anarquista nem, por outro lado, como uma simples fuga da realidade opressora sob a qual se desenvolviam as condições de vida para vastos setores da sociedade. O italiano afirmaria que:

“Se, ao contrário, na minha maneira peculiar de ver as coisas houver algo de bom, de racional, de possível, então, poderíamos voltar a falar sobre tal assunto e, certamente, o mundo não irá desmoronar se o antigo ideal tiver de ser examinado de um novo ponto de vista”. (ROSSI, 2000, p.132)

Essa passagem, igualmente a outras citadas, volta-se para a pista positivista, tão marcante para Rossi, encarando a crença no progresso, e sempre empolgado sob a asa do racional: capacidade de expansão e crescimento das forças produtivas em harmonia com um relacionamento político baseado na autonomia individual dos homens reunidos através de acordos políticos consensuados pela totalidade dos mesmos. Em nenhum de seus escritos o anarquista propôs um regresso aos espaços compostos por comunidades fechadas e isoladas de qualquer processo de desenvolvimento cultural e material (o que poderia indicar uma forma de cuidar de uma suposta essência de bondade nos homens).

Em distintas seções de *Il Paraná no Século XX* se narra como é que o avanço tecnológico vai se consolidando em diferentes obras referentes à infra-estrutura de serviços sociais e que contavam com viabilidade para a exploração das riquezas naturais do lugar. Assim mesmo, ressalta o fato de que, nessa soma de capacidade racional aplicada na técnica, de autonomia e ação política, e de harmonia com a natureza, esse último fator não seria menosprezado. Como exemplo de uma sorte de consciência ecológica voltada para o protecionismo ambiental – algo não muito comum na época -, aparecem alguns parágrafos nos quais o autor descreve o desenvolvimento de uma reserva natural, na qual também se construiria (sempre em conformidade com o meio ambiente) uma represa hidrelétrica que beneficiaria notavelmente a população do Paraná. É numa passagem como a seguinte que se ilustra o funcionamento da obra:

“Nas proximidades da catarata de Sete Quedas, bem no meio do maravilhoso parque nacional, se ergue a florescente cidade de Electrópolis, onde dínamos de altíssima potência transformam a energia hidráulica de 10 milhões de cavalos de energia elétrica, distribuindo-a para todos os pontos habitados do Paraná, onde é empregada como força motriz e para a iluminação. (ROSSI, 2000, p.154)

Da mesma maneira, há outros trechos, já um pouco mais comuns à escrita do momento, nos quais Rossi consolida sua posição na temática abordada, tais como o que se cita a seguir:

“Dando uma olhada rápida no mapa do Paraná publicado em 1950 confrontando-o com o velho mapa de 1877, de imediato salta aos olhos (...) a densa rede ferroviária que agora se estende por todo o território, ligando todos os velhos centros populosos e tendo como ponto unificador a Catarata de Sete Quedas, da qual sai uma grande linha transatlântica que liga rapidamente Paraguai e Bolívia e desemboca no Oceano Pacífico”. (ROSSI, 2000, p.154)

Na ordem do tratado, de um modo mais que evidente, reaparece neste escrito a confiança que Rossi demonstra no progresso. E escolhe, para imprimir essa certeza, um objeto que tem sido tomado como o símbolo por antonomásia do desenvolvimento material e científico: o trem. Também dará, em diferentes fragmentos da obra, indicações sobre os avanços que, na questão da agricultura, se deram no Paraná - ponto que não ficaria à margem de seus interesses, lembrando a relevância que o autor lhe conferia como base para o crescimento da sociedade.

Não obstante, e ainda que o autor não manifeste de um modo explícito, soma-se, ao mesmo tempo, uma intenção de prevenir-se à queda numa espécie de reducionismo científicista. Por isso deixa aberta a compreensão de que o racionalismo científico, por si mesmo, não conseguiria dar conta da complexidade da vida humana em sua totalidade. De tal forma, Rossi decide incorporar a seu escrito aspectos que estão fora de tal instrumentalismo tecnológico, para dar uma versão de corte mais humanístico ao processo do desenvolvimento social. Um dos pontos onde isto se faz mais notório é no destaque que dá à capacidade humana de uso da linguagem para a configuração de

representações e imaginários atravessados por um número inacabado de variáveis: quanto mais diversificado o mundo simbólico, mais interesse despertava à curiosidade de Rossi.

Com este comentário, não descartamos o anteriormente mencionado com relação à postura do autor de pensar o socialismo como uma ciência que, através do método materialista histórico (e sob uma concepção claramente positivista) seria capaz de contribuir oportunamente para a resolução de grande parte das problemáticas que acometem os homens nas sociedades modernas (ROSSI, 2000, p.145). E não se descarta porque, inclusive em *O Paraná no Século XX*, Rossi se dispõe a manter esse enfoque referindo-se à marca dos intelectuais na institucionalização do Paraná anarquista. De tal forma, os estudos sociais ocupariam um lugar de vital relevância, tal como se percebe no parágrafo a seguir:

“Este movimento científico, do qual participou a intelectualidade do Paraná, não só possuía suas próprias bibliotecas, suas associações, seus jornais e suas reuniões como também exercia tamanha influência na opinião pública que foi instituída uma cadeira de sociologia na Universidade do Paraná”. (ROSSI, 2000, p.145)

Além da confiança de Rossi na sociologia e nas ciências sociais, certos assuntos não são abordados pelo autor com elementos provenientes delas. Uma das matérias chaves, especialmente se considerarmos o conjunto de sua análise, na que não se adentrou –nem sequer como um esboço do que potencialmente pudesse acontecer- é a passagem de uma sociedade capitalista para uma socialista. Seja de modo reformista, revolucionário ou qualquer outro que se queira supor, a passagem do estágio societal tem sido, para os socialistas, um fato importantíssimo e que produziu uma infinidade de análises. Não é nossa intenção aprofundarmo-nos nesses aspectos, senão mostrar que uma questão absolutamente relevante para o socialismo foi deixada de lado por Rossi permanentemente, até nas utopias, escritos oportunos para efetuar descrições sem demasiada sujeição às condições efetivas sobre as que se poderiam dar esses processos.

Neste último escrito literário, Rossi propõe a ideia de um Paraná rumo ao socialismo, partindo de um cenário caracterizado pela tendência geral da humanidade a desejar esse tipo de ordenamento político. O autor descreveria um único momento de

mudança de uma sociedade capitalista a uma socialista, que começaria na Bélgica, durante a terceira década do século XX, para logo se expandir para outras partes do mundo. O estado do Paraná, segundo narra o italiano, seria o lugar onde teria mais força a continuidade desse movimento, que já se apresentava como uma força histórica e mundialmente irrefreável.

Dessa maneira, Rossi menciona que:

“Em 1º de janeiro de 1931, reuniram-se as câmaras para o juramento do novo rei. A sala do parlamento estava abarrotada (...) Por medo de um atentado por parte dos anarquistas, as tribunas haviam sido reservadas para a fina flor da burguesia belga. O nosso criminoso, no entanto, conseguiu entrar através dos subterrâneos do palácio e colocou um gasômetro ligado à sala. Mal o novo rei havia acabado de pronunciar palavras sagradas, um jacto de hidrogênio arsenical encheu a sala. O efeito deve ter sido fulminante, porque não sobrou ninguém para relatar o ocorrido” (ROSSI, 2000,p.150)

Do que não se encarregaria Rossi, em nenhum momento do relato, é de explicar, dedicadamente, como é que se foi gestando e consolidando a subjetividade anarquista coletiva. Apesar de posteriormente o italiano ter realizado uma resenha pormenorizada dos laços e relações que caracterizariam aquela sociedade, um vazio importante permanece em seu relato: como é que se difundiam os valores anarquistas e como se reproduziam uma vez instaurado o socialismo libertário? E tal explicação não necessariamente deveria cobrar um caráter teórico, dado que o tipo de escrita que caracterizava o italiano (oscilando entre o literário e a propaganda partidária) bem poderia haver cumprido esse papel.

Antes de terminar este trecho, cabe acrescentar que, já iniciado o século XX, no ano de 1916, e de volta à Itália, Rossi produziu um último e pequeno livro chamado O socialismo das margens. Neste ensaio, tal como indica Vasconcelos (1996, p.68), Rossi enfrentaria “Na esteira do experimentalismo, os mais diversos temas, como a formação de grupos de produção, a emancipação da mulher e o otimismo com relação às possibilidades do ser humano continuaram também presentes no ideário deste autor”.

Em 1914, depois de transitar por algumas regiões de Itália (e inclusive com uma volta ao Brasil), Rossi se estabeleceu definitivamente em Pisa, onde prossegue sua

atividade como veterinário, e também como anarquista, embora sua atividade nesse plano reduzir-se-ia sensivelmente. A Colônia Cecília seria uma presença permanente em seu pensamento, dado que através de cartas ou pequenos artigos continuou refletindo sobre o que ali aconteceu. E assim sucedeu até o ano de 1943, quando falece naquelas terras italianas (PELLIZZETTI LOLLA, p.232-259).

IV - Eixos

Trabalho

I

Através dos anos, a atividade produtiva dos homens tem sido uma das principais categorias utilizadas para pensar as coordenadas sociais de diferentes comunidades e sociedades. O trabalho humano, como práxis mediadora do homem com a natureza e vínculo gerador de relações sociais, é um elemento central para entendermos as diversas organizações coletivas existentes ao longo do tempo.

Essa mencionada relevância do trabalho não foi alheia aos libertários que fizeram parte da Colônia Cecília, assim como aos pesquisadores que se interessaram por sua reconstrução histórica. Várias questões aparecem em torno do tema: a concepção teórica do trabalho com que se formaram os anarquistas - provenientes de filosofias humanistas, materialistas e libertárias -; o peso que o humanismo possuía no pensamento de Rossi; o lugar que o trabalho ocupava, dentro do Projeto da Colônia, como prática autônoma proclive a potencializar as capacidades criadoras dos homens; as distintas trajetórias laborais de anarquistas e camponeses na Itália, e seu contraste com o espaço físico e social no qual se levou adiante o empreendimento; as formas como cada um dos atores conferiam significado ao trabalho segundo uma visão individual ou coletiva; assim como outros tantos significados que este poderia ter.⁴³

Não obstante, e indo um pouco mais além da comuna libertária no Brasil, pode-se perceber que os enfoques teórico-práticos, por meio dos quais os anarquistas concebiam o trabalho, foram um elemento de vital importância para o movimento. Inclusive em algumas ocasiões propiciaram a fragmentação no interior de diversos grupos libertários (como o anarco-sindicalismo ou anarco-comunismo). Tais diferenças se

⁴³ Porém, conforme a concepção teórica que estamos desenvolvendo, queremos destacar que, aqui, a análise vai enfatizar o fator trabalho, mas de nenhum modo será tomado como uma categoria determinante ou última das relações sociais. Essa mesma esclarecimento vale para qualquer um dos eixos que serão analisados posteriormente ao aqui proposto.

relacionavam com, por exemplo, o modo como deveriam se organizar os trabalhadores: sindicatos, associações mutualistas, cooperativas.

Da mesma forma, questiona-se se as reflexões e ações anarquistas deveriam se focar nos trabalhadores em geral ou nos operários industriais; e, relacionado a isso, a problematização a respeito do grau de alcance que deviam apontar as lutas anarquistas (restringir-se ao âmbito laboral ou às condições gerais de vida dos proletários; se diziam respeito unicamente aos proletários ou eram contemplativas da incorporação de outros atores sociais). (PAZZELLO VALENTE, 1997, p.37)

Essas linhas faziam parte do leque de opções com o qual os anarquistas na Itália procuravam impulsionar seus objetivos políticos. No entanto, as discussões teóricas não atingiram a maioria dos libertários que chegaram à cidade de Palmeira, já que no momento de empreender o projeto comum da Colônia, os anarquistas pioneiros empenhados em pugnar por uma organização e regulação autônoma dos labores. A intenção compartilhada pelos colonos era que cada um contribuísse com seu trabalho individual ao coletivo, seguindo uma orientação dada pelas capacidades e vontades pessoais.

Agora, se repararmos na noção de trabalho sustentada por Giovanni Rossi – representação que, como impulsionador da experiência, foi compartilhada, pelo menos em suas arestas gerais, pelos colonos participantes, e, especialmente, por parte dos membros que se definiam como libertários –, encontraremos um pensamento em sintonia com o marco geral do anarquismo, caracterizado fundamentalmente pela ordem prioritária que esta atividade possuía em qualquer tipo de organização social.

Essa centralidade é dada, em boa medida, pelo cenário em que circulavam aquelas idéias: a Europa ocidental que no final do século XIX mostrava um salto industrializante apoiado em uma massiva proletarização dos cidadãos. Porém, para abordar especificamente o caso de Rossi, também se faz necessário rastrear em fontes filosóficas que não eram das mais comuns entre os teóricos anarquistas.

Dessa forma, deve-se recordar a presença saliente de socialistas utópicos dentro do que foi o arcabouço teórico do italiano. Como se mencionara, Rossi adotou o diagnóstico saint-simoniano com o qual se estabelecia que, dadas as características que foram marcando as sociedades ocidentais modernas, haveria se chegado ao ponto no qual a

organização e a direção coletiva estaria baseada nas propostas que efetuassem os chamados “produtores”. E o que habilitaria que esses produtores projetassem políticas sociais seria, além da objetiva ocupação como industriais na estruturação social, a idoneidade outorgada pela experiência e a sapiência obtida através dos processos que dizem respeito a suas profissões.

No intento de especificar a mirada na qual estava inserido o pensamento de Rossi com relação ao trabalho, podemos incorporar um socialista como Robert Owen que, também com novas concepções para a época, provem o italiano de elementos com os quais desenha sua idéia de trabalho nas comunas. Na passagem que citamos abaixo, aparece uma influência na qual se estabeleceram melhorias gerais nas condições de vida de diferentes atores a partir do crescimento produtivo e econômico, pontos claramente próximos das linhas de ação do anarquista Rossi:

Na experiência de New Lamark, Robert Owen procurou humanizar as condições sob as quais se achavam submetidos seus mil e oitocentos operários. Tendo a firme convicção de que a produtividade aumentaria com o aumento dos salários, a redução da jornada de trabalho, e a dispensa do trabalho das crianças para que estas pudessem freqüentar a escola (VASCONCELOS, 1996, p.43)

Um parágrafo similar se encontra em Mueller (1989, p.48), ao sinalar que:

“Roberto Owen, por exemplo, tenta solucionar o problema [da vida pouco diversificada dos trabalhadores por causa das excessivas jornadas] através da racionalização, propondo melhores condições de trabalho, de moradia, de alimentação, menor jornada de trabalho e abolição do trabalho infantil, juntamente com escolas para crianças. Com isso o trabalhador teria uma vida mais agradável”

Esses assuntos seriam aplicáveis a uma representação comum que os anarquistas possuíam quanto aos - pelo menos em um nível básico - lugares que deveriam apontar para conseguirem uma virada notória no tipo de existência material pela qual atravessavam os proletários. Dessa maneira, Rossi recuperou essas noções como eixos sobre os quais tentaria sustentar os projetos cooperativistas que dirigiu: ressaltava a convicção de que o trabalho efetuado em condições que não fossem as próprias do sistema capitalista melhoraria a vida total dos operários; já que seu interesse seria remarcar a

potencialidade que o trabalho tem como elemento mediador no desenvolvimento de diversas habilidades dos homens.

Nesse sentido, Mueller (1989, p.42) afirmará em relação ao conceito de trabalho para os utópicos:

Exercido com moderação, é tido como um bem para a sociedade, ao permitir sua sobrevivência, e para os indivíduos como parte da sua higiene mental. A moderação é fundamental, pois é necessário que seus habitantes tenham tempo disponível para outras atividades.

O modo como se poderia ponderar a moderação, Mueller o relatará desde uma posição mais abrangente, asseverando que: “No mais das vezes as utopias relacionam diretamente tempo de trabalho com produção das necessidades: se a produção é farta, o tempo de trabalho necessário pode ser diminuído e inversamente” (MUELLER, 1989, p.42).

A autora reforçará seu parecer mencionando outro reconhecido pensador de corte utopista: “Já Fourier é mais radical na direção do prazer: em seu falanstério propõe que o trabalho esteja associado ao prazer: acaba com a especialização objetivando com isso o amplo desenvolvimento das capacidades individuais” (MUELLER, 1989, p.49). Ainda que seja o mesmo Rossi, quem também alude à influência de Fourier na concepção de trabalho que foi construindo:

“A partir de Fourier, temos estudado todos os modos para procurar uma imagem prazerosa do trabalho (...) Se é verdade que o estímulo do interesse individual não pode ser substituído nem pelo espírito da solidariedade, nem pela parcimocidade da produção, nem por auxílios mecânicos...será tão dramático?” (ROSSI, 2000, p.134-135)

Outro ponto fourierano que Rossi articula em seu pensamento, e que seria de vital importância ao longo de sua trajetória, é o fato de propor uma organização espontânea –ou pelo menos não regulamentada – das atividades laborais:

“[...] tanto Fourier como Rossi comparam as comodidades proporcionadas pela livre associação ao que há de melhor no mundo burguês, pois o trabalho, tornando se mais prazeroso, possibilita um

notável aumento da produção, o que não seria possível na sociedade capitalista”. (VASCONCELOS, 1996, p.116)

Da sua parte, Mueller se posicionará de forma crítica às apreciações dos utopistas, passo que possibilitaria separar esses socialistas dos que compunham a ala libertária de participação política. Mueller, em detrimento dos acertos que marcaram os militantes do socialismo utópico, apontará que suas intervenções estavam muito mais ligadas a proclamações humanistas formais, do que a verdadeiras estratégias de transformação das estruturas opressoras dos operários. Nesse sentido, assinalará:

“Notamos, assim, que o trabalho aparece como questão, mas os utopistas deste período ainda estão impossibilitados de perceber sua causa central: a exploração. Ou talvez a percebam, mas não tenham, ainda, condições para acusá-la e assim enfrentá-la. A felicidade e o prazer, dessa forma, continuam sendo abstrações, apesar de presentes no discurso”. (MUELLER, 1989, p.49-50)

Uma visão diferente a esse respeito é a assumida por Beatriz Pellizzetti Lolla (1999, p.6), já que para ela as análises dos que tinham se aproximado dos utopistas traçavam um panorama medianamente acabado da situação em cernes:

“Os utopistas já haviam compreendido plenamente os resultados da divisão do trabalho; de uma parte a deterioração do operário, de outra, do próprio trabalho constrangido à monotonia da repetição mecânica do mesmo ato no decurso da sua vida”.

Como complemento da sua argumentação, Pellizzetti Lolla (1999, p.6-7) assinalará a coincidência que dois dos representantes mais salientes da corrente exibiam nos estudos e propostas com as quais postulavam uma transformação social de fundo:

“Owen, como Fourier, frisa que a condição primordial para extinguir o regime da divisão do trabalho é a abolição do antagonismo entre a cidade e o campo. Ambos aconselham que a população do país seja distribuída em grupos, onde haverá uma economia doméstica comum”.

E complementararia ainda:

“Ambos são a favor de que todos os componentes da sociedade se voltem, necessariamente, tanto para a agricultura como para a indústria. Esta encontra-se representada, em Fourier, pelos ofícios manuais e pela manufatura; todavia, em Owen, já a grande indústria representa o papel fundamental, que é proclamada pela aplicação da força do vapor e da maquinaria ao trabalho doméstico”.

Tais aspectos foram se fazendo presentes nos conceitos teóricos que conformaram a matriz simbólica da qual saíam muitas das premissas dos colonos anarquistas. Em certos escritos, tal é o caso do relato rossiniano de Poggio al Mare, sua aplicação se manifesta de forma evidente. Nesse sentido, a narração utópica do italiano se inicia com a descrição da precária situação econômica em uma comuna agrícola, por parte da personagem Cárdias que tinha sido convocada para se encarregar da direção da empresa. A paisagem do lugar mostrava um grande desaproveitamento de áreas cultiváveis, principalmente pela invasão de insetos e pelo uso de elementos químicos contaminantes. Essa subexploração do terreno se somava ao fato de que nas parcelas em que se obtinham alguma renda, as técnicas de cultivo em curso eram muito antigas e estândares, o que redundava na baixa exploração das margens produtivas.

No entanto, mais do que o menoscabo das liberdades produtivas devido às particularidades do trabalho alienado capitalista e ao atraso das técnicas agrícolas utilizadas, o que destacava Rossi eram a conduta conservadora e a mentalidade tradicionalista dos camponeses que - como se veria anteriormente, era uma das maiores taras que o italiano percebia para o cambio social estrutural. Os camponeses que acompanhavam essa cena eram retratados como ignorantes, ociosos, desanimados, bêbados, sujos e mal alimentados. Suas características representavam uma extensão do contexto geral no qual se desenvolviam suas vidas. Somente o dono das terras e sua irmã Cecília (que simpatizava com o comunalismo socialista), contrastavam com o resto da paisagem e seus ocupantes.

A ação de Cárdias e Cecília – que se tornaria sua companheira de militância e, posteriormente, amorosa – mediante a tarefa da propagação dos postulados anarquistas, modificaria a situação reinante. O compreensivo latifundiário entendera os benefícios de socializar suas terras, e os camponeses saíram de suas ignorâncias e mesquinhez para se

tornarem parte de um todo coletivo. Coletivo que empreendera um trajeto de crescimento material e espiritual ininterrupto.

Nesse movimento de desenvolvimento, a ênfase é colocada em que, tanto o capitalista como os trabalhadores eram capazes de, paulatinamente, desenvolverem uma série de virtudes humanísticas. As mesmas, porém, somente seriam viáveis a partir do momento em que a organização do trabalho e as práticas que lhes atingiam iam sendo modificadas, e seriam ainda muito mais logradas, uma vez que, ao passo de uma sociedade socialista, desaparecesse completamente a categorização entre patrões e operários.

Em consonância com o que se faz menção, Muller (1989, p.234) dirá que em Poggio al Mare: “As mudanças ocorridas são nítidas: a terra esta recuperada, o trabalho é uma atividade prazerosa, as pessoas estão felizes, a organização da vida quotidiana foi transformada pela ausência de uma autoridade, e de qualquer vestígio de relação de poder”.

E que tais transformações foram possíveis:

“Através de uma racionalização do trabalho, não de acordo com uma disciplina ditada desde fora, mas sim de acordo com as vontades e inclinações de cada um. As diversas associações profissionais organizam suas atividades conforme suas necessidades, integradas às da comunidade como um todo”. (MUELLER, 1989, p.234).

Daí, que o trabalho assalariado seria, já nessa etapa de juventude, uma das chaves com as quais Rossi pensaria a dominação entre os homens. Em forma conjunta à exploração, que implica a extração da mais-valia por parte dos capitalistas, o italiano também enfatizaria a duração das jornadas de trabalho. Essa era outra reivindicação muito avançada para a época, e que começava a se delinear entre os objetivos propostos pelos socialistas utópicos. Tais militantes contavam com planos para definir a organização do trabalho a partir da instauração de turnos diários com uma extensão de seis horas de duração. (MELLO NETO, 1996, p.42)

Ao mesmo tempo, outras questões as quais Rossi se manifestaria a favor de uma transformação radical, influenciado pelas reivindicações que impulsionavam os utopistas, seriam as condições materiais em que eram efetuadas as atividades laborais. Com relação a esse ponto, Mello Neto (1996, p.50) indicaria:

“Atenção especial também foi dedicada à salubridade, não apenas com o intuito de alcançar condições de trabalho menos fatigantes, mas também para evitar funções que pudessem produzir mudanças na saúde do trabalhador”.

Esses pontos são problematizados – e posteriormente superados – durante alguns fragmentos da trama de Poggio al Mare, nos quais descreve o modo como se instaurou o trabalho (e as restantes modificações relacionadas a isso), para depois entrar em uma explicação detalhada da mesma, durante a segunda parte do livro. Se na primeira etapa narrava-se uma história, na segunda, Rossi aponta a definição de um programa político de aplicação concreta, mantendo um fio condutor entre ambas, dado unicamente pela menção do espaço físico e algumas outras referências menores. Sobre esse assunto, Vasconcelos (1996, p.47) mencionaria que é nessa segunda parte onde se:

“Descreve a reorganização da fazenda em moldes coletivistas. Contando com um maior empenho dos trabalhadores, organizados em grupos de trabalho de acordo com suas afinidades, e contando ainda com modernos equipamentos e técnicas de agricultura, Poggio al Mare conhece tamanha prosperidade que, passados dez anos, torna-se completamente irreconhecível”.

O italiano demarcaria um esquema de organização do trabalho que, sistematizando reivindicações do socialismo utópico, se aparentaria com as iniciativas gerais do anarquismo comunalista. O mesmo teria como sustento a divisão em associações por tipo de atividade com a intervenção total de cada um dos participantes nas decisões internas ao grupo. Esta instância se obteria através da primazia outorgada a uma ação que fomentaria a tomada de decisões coletivas de maneira vertical ascendente e que teriam que se resolver de forma assembleária. Nesta instância, Rossi conservaria a divisão de papéis organizativos representativos, entendendo sua necessidade para o funcionamento conveniente dos diversos empreendimentos coletivos. (MELLO NETO, p.48)

Se bem que no modo operacional, o autor traçava uma divisão totalmente equitativa em relação às horas a serem trabalhadas, contemplava também uma redução do tempo da jornada para aqueles trabalhadores que se voltavam às tarefas consideradas mais esgotantes. Assim mesmo, em conjunturas especiais, determinados grupos (e sempre que

fora consenso do coletivo) podiam chegar a incrementar o tempo de trabalho, ou sofrer a inserção de pessoas de outras agrupações, com a finalidade de paliar as necessidades comunais. Com uma preocupação por manter a equidade no tempo e no desgaste físico entre os colonos, Rossi desenhou umas tabelas com as quais daria conta das energias que seriam dispensadas por cada um dos membros da comuna, contemplando também diferentes quantias na retribuição. (MELLO NETO, 1996, p.56)

Dentro do contexto apresentado, Vasconcelos segue a pista de uma diferença relevante que Rossi sustentaria em relação a um teórico do socialismo utópico como foi Cabet, no que concerne à organização social e ao trabalho. Enquanto Cabet, assim como outros utopistas, concebia um estado centralizador que regularizasse os tipos e tempos das tarefas, Rossi afirmaria sua confiança em uma ordenação social na qual se daria lugar à livre disposição dos operários nos trabalhos que fossem necessários e que esses escolhessem individualmente – sempre contemplando as necessidades coletivas.

Por isso, Vasconcelos indica que:

“Para Rossi os instrumentos agrícolas pertencem à coletividade, mas cada um trabalha o quanto quer e o quanto pode. Na utopia de Rossi não há lugar para um Estado coercitivo, pois a produção e tudo mais se organiza espontaneamente com base nas afinidades pessoais dos membros da comunidade, como explica Cárrias, personagem principal do romance”. (VASCONCELOS, 1996, p.115)

Para, em seguida, citar uma passagem do texto e argumentar sua posição:

“E o trabalho não poderia ser organizado de modo mais livre ou anárquico. Cada um podia trabalhar onde, como, quando e quanto lhe fosse apazível. Uma vez que todo trabalho tem geralmente seu modo e tempo natural de execução, assim acontecia que os interesses pessoais se harmonizavam espontaneamente entre si, e para os operários sempre valia a pena se encontrarem reunidos para o trabalho”. (VASCONCELOS, 1996, p.115)

Esse cuidado que o italiano tinha com o tema da distribuição dos bens, para que fosse proporcionado a cada trabalhador de acordo com o tempo e o tipo de tarefa realizada, foi algo permanente nos esquemas sociais apresentados por Rossi. No entanto,

o anarquista foi re-elaborando continuamente seus pontos de vista até chegar ao final de sua carreira, onde produziu uma virada notável na sua concepção.

Uma das mudanças mais interessantes aparece na quinta edição do escrito e se refere à saída de circulação do sistema de moeda vigente nas anteriores oportunidades. Em seu lugar, e para manter equilibrada a economia da comuna, emprega um programa coletivo de troca. Quanto às necessidades básicas, Rossi se mostraria mais flexível, e tal como argumenta Mello Neto (1996, p.53):

“Cárdias defendia a tese de que ‘quem não trabalha não ganha’, para posteriormente, e citando ao próprio Rossi, disser: “‘Cárdias de 1891 não esta mais de acordo com Cárdias de 1878. Agora acredita que no salão de refeições, bem como nos magazines sociais, entrar-se-á sem bilhete de ingresso”.

Em vários dos itens que se estamos revisando, também não devemos descuidar a influência que o político italiano Giuseppe Mazzini exercera sobre Giovanni Rossi. Se bem Mazzini não é reconhecido como um clássico socialista utópico, suas propostas não se distanciavam em demasia das deles, incluindo a questão do trabalho. Sobre suas iniciativas gerais na matéria, Mueller (1989, p.85) diria:

“Aos capitalistas seria demandada uma remuneração mais justa para o trabalho, aos trabalhadores seria dado encorajamento para a formação de associações de trabalhadores, livres e voluntárias, que organizariam e fiscalizariam a justa distribuição da remuneração de acordo com o trabalho de cada um”.

E mediante este proceder: "...se atingiria a uma nivelção social, pois a prioridade seria, a seu ver, acessível a todos” (MUELLER, 1989, p.85). A plataforma mazziniana, que tinha como objetivo a socialização dos meios de produção dentro de uma ordem republicana, chegaria a se constituir a partir da: “...transformação do ser humano através da educação para a elevação moral e cultural da classe trabalhadora” (MUELLER, 1989, p.86).

Sem que sejam os mesmos caminhos os escolhidos por ambos italianos, entendemos aqui como apropriada a menção que Mueller faz sobre o assunto. Inclusive, e além da boa recepção que tiveram as práticas mazzinianas por parte de Rossi, vale

relembrar que fora convocado por um mazziniano para a experiência de Citadella, outro ponto que marca a afinidade de ambas as propostas.

Pois bem, os diferentes matizes e as transformações nas formulações expostas por Rossi, podem ser compreendidos tanto pelo maduro pensamento rossiniano como pela mutação constante à qual o italiano submetia seus esquemas teóricos. A variedade de autores dos quais se nutria, era uma característica que se destacava em seus raciocínios. Serão os anarquistas os que, apesar disso, tinham uma forte continuidade em suas diretrizes. Com relação ao tema do trabalho, apreciamos a leitura particular que Rossi fez do pensamento bakuniniano:

“Sem trabalho, afirma Bakunin, não é justo que alguém se aproprie da produção coletiva, apropriação esta que só deveria ser feita na proporção daquele. Ao mote comunista ‘a cada um de acordo com suas necessidades’, ele contrapõe o ‘a cada um de acordo com seu trabalho’”. (MUELLER, 1989, p.115)

Em seu estudo, Mueller aludiu o assunto, indicando que:

“O coletivismo de Bakunin mantém a propriedade individual da terra (sem ser hereditária, no entanto) e dos instrumentos de produção nas mãos daqueles que nela trabalham, porém a distribuição da produção deveria ser feita entre todos os trabalhadores, da cidade ou do campo”. (MUELLER, 1989, p.116)

Na linha deste tipo de coletivismo desenvolvido pelo anarquismo e que adotara Rossi, a autora também recupera uma das propostas de Kropotkin sobre o tema:

“Ele critica o coletivismo como sendo uma proposta incompatível com uma sociedade que considera os instrumentos de produção como um bem comum (...) Na nova sociedade, explica, a posse comum dos instrumentos de trabalho levará necessariamente à apropriação comum dos frutos deste trabalho o que quer dizer a cada um de acordo a suas necessidades e não de acordo com seu trabalho”. (MUELLER, p.116-117)

O trecho citado coloca conjuntamente outro elemento que deve se observar, e que ao sofrer variações de matizes tornou-se recorrente nas diferentes versões de *Une comune socialiste*: a incorporação de diversos avanços tecnológicos ao patrimônio

comunitário. É que junto com a apropriação coletiva dos instrumentos e das produções, os diferentes desenvolvimentos das técnicas de produção e da sua aplicação também fariam parte dos bens compartilhados comunitariamente. As modificações que imprimia o italiano a seus relatos eram, em reiteradas oportunidades, propostas práticas para a melhoria da produção material e para tornar cada vez menos esgotante o trabalho dos homens (MELLO NETO, 1996, p.56). Essa postura adquiriu um caráter regular nos escritos rossinianos: a confiança positivista e sua fé no avanço científico se encontravam permanentemente plasmadas no emprego que Rossi fazia do desenvolvimento tecnológico, entendendo-o como uma maneira de estabelecer a prosperidade da vida material comunitária.

Quanto à relação variável entre o que foram as transformações e as continuidades que aconteceram no interior dos relatos do italiano, e especialmente associado aos assuntos que mencionáramos linhas acima, Mueller (1989, p.234) apontaria que:

“Rossi (...) segue o discurso utópico clássico em termos de descrição da sociedade ideal. Diferencia-se, no entanto, por mantê-lo aberto a atualizações, seja em termos de mudanças de sua forma de pensar, seja para a introdução de novas técnicas e instrumentos de produção”.

Acresentaria, em seguida que: “Nessa edição de 1891, por exemplo, faz referências à utilização, na agricultura, de máquinas apresentadas na exposição de Paris de 1889” (MUELLER, 1989, p.234).

Novamente se torna válido o esclarecimento acerca das inovações propostas pelo italiano, elas não devem ser vistas a partir de fundamentos meramente economicistas (por mais que os contemple), senão com o enfoque na potencialidade que Rossi adjudicava ao trabalho como meio de formação moral, físico e cognitivo para os homens, tanto no sentido individual como coletivo. (MELLO NETO, 1996, p.44-45)

É ilustrativo, com relação ao apontado, uma das passagens da narração na qual a população de Poggio al Mare se envolve no ideal libertário. O episódio aconteceu uma tarde, quando Cecília e Córdias veem chegar aos moradores da comuna desbordando algaravia e ao perceberem o porquê do júbilo, Cecília exclamaria: “Corre para sua saleta de trabalho e dali retorna com uma estupenda bandeira vermelha. Sobre o brocado bordou em

ouro estas palavras: ‘Socialismo Amor-Liberdade-Trabalho’”. Ao que Cárrias diria: “A ti, Cecília, te digo, deves depositá-la nas mãos do povo”(MELLO NETO, 1996, p.45).

Um elemento destacado que faz parte dessa concepção mais ampla do trabalho que tinham os anarquistas da Colônia - e especialmente Rossi - é o tempo de ócio. Neste caso, não se trataria exclusivamente de um momento dedicado ao descanso físico e mental, senão era interpretado de uma maneira contínua juntamente com o resto das atividades gerais dos habitantes da comuna. Isso tem mais força, se considerarmos que o ritmo de trabalho e a duração da jornada de trabalho eram determinados pelos próprios operários. A esse respeito é eloquente a citação que recolhera Mello Neto em Poggio al Mare:

“Mesmo que não estivesse toda a Itália praticando a anarquia, mas apenas uma organização coletivista, um operário poderia trabalhar todo o dia, durante um ano, duas horas a mais do que o necessário para sua manutenção, e, assim, conquistar outros três meses de plena, absoluta e completa liberdade, durante os quais poderia visitar outras cidades da Itália”. (MELLO NETO, 1996, p.42)

E em um trecho que em seguida oferece Mello Neto, se manifestaria claramente a relevância que, para Rossi, possuía o tempo livre dos operários, já que situa o descanso no mesmo plano de outras atividades que foram centrais no momento em que os anarquistas desenvolviam a vida coletiva. Tais linhas foram narradas por Rossi descobrindo Cárrias um entusiasta que, depois de voltar de um dia de trabalho com seus colegas, procedia a indicar:

“Podeis imaginar do que falavam? Não de interesses, não de heranças, não de litígios e de motivos para divisão (...) falavam de trabalhos cumpridos na comuna, daqueles em curso e daqueles que se projetavam; os pais falavam de seus filhos, os jovens de suas namoradas. Discutiam sobre questões agrícolas, artísticas e alguns sobre questões algo científicas”. (MELLO NETO, 1996, p.60)

Parágrafos como o anterior nos permitem apreciar como foi que a escrita possibilitou a Rossi, mediante a execução de romances e relatos curtos, a construção de organizações sociais nas quais as relações de trabalho possuíam os sentidos que privilegiava em sua concepção teórica, e que, pouco tinham relação com as reinantes

naquela época na Europa ocidental. As únicas limitações para esse desenvolvimento ocorriam, obviamente, pelas regras dos gêneros ficcionais aos quais se voltavam. Uma mudança radical de cenário, claro está, fora o que teve de enfrentar quando aplicou seus apontamentos numa experiência concreta.

Um desses empreendimentos, dos primeiros e mais marcantes na carreira de Rossi, como se mencionou, foi o que iniciou no ano 1886 com a cooperativa de camponeses Citadella. Rossi inicia o empreendimento com a finalidade máxima de alcançar o modo de organização geral sob os postulados do ideário anarquista. Dentro desse esquema, e dadas as características de Citadella, a produção livre e autônoma dos trabalhadores era um dos pontos chaves para a obtenção da meta. No entanto, brevemente o objetivo maior foi recortado e apontado à socialização dos meios de produção. Finalmente, e depois de uma série de reformulações nas condições de trabalho - todas que se exerciam em detrimento dos enfoques mais progressistas encarados -, chegando ao ponto de que nem sequer se superara a forma assalariada de trabalho. Em 1889, Citadella se desarticulou: a desconfiança dos camponeses, forjada por uma mentalidade marcadamente reacionária, foi o que segundo Rossi a devastou (VASCONCELOS, 1996, p.88-89).

A circunstância de Citadella coloca Rossi em uma situação particular que, se, por um lado teria sua expressão máxima com o desenvolvimento da Colônia Cecília. Por outro, a situação localiza-ia ele em um lugar dirigente de relevância no projeto político de um grupo, mas sem ter que chegar a capitalizar essa força, a partir de prescindir de voltar ao coletivo simbolicamente dependente de sua figura. Não estamos em condições de afirmar que Rossi contava em Citadella com a mesma centralidade que teria para o caso da Colônia Cecília – pelo contrario, é apreciável que aqui sua hierarquia era mais formal que real –, mas interessa destacar que a lógica de seu proceder se correspondeu em ambas as ocasiões.

O respeito rossiniano para com esse tipo de atuação fez com que se tornasse um fato comum, nos balanços que efetuara desses empreendimentos, a menção de frases que evocavam o conformismo ou a resignação. Ao não avançar mediante a imposição de sua figura, senão dando lugar ao desenvolvimento de lentos processos na tentativa de se formar comunidades de sujeitos anarquistas, Rossi se colocava em uma situação tal que a

mínima apropriação de significantes libertários lhe gerava um entusiasmo, que até se poderia considerar que o radical de sua proposta era meramente ilusório. Para o caso de Citadella, encontraríamos um exemplo esclarecedor: “Depois de um primeiro ano de êxitos, tanto econômicos como técnicos, o empreendimento começava a declinar, e, no dizer de Rossi, chegou-se a socializar o trabalho, mas não se desejava ainda socializar os interesses da convivência”. (PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.18)

Se nos concentramos nestas discussões foi com a finalidade de distinguir entre o que foi a decepção do anarquista em suas tentativas de conformar uma coletividade libertária e os resultados econômicos que a cooperativa possuiu, os quais eram satisfatórios para todas as partes envolvidas. Nessa oportunidade, não se produziram maiores polêmicas em relação ao modo como se trabalhava, ao ponto de Rossi, em uma série de cartas enviadas a familiares que se encontravam em outras províncias, assegurava que em Citadella se havia conseguido um grande avanço na produção, especialmente pela funcionalidade da divisão das tarefas, assim como por meio da compra de novo instrumental. (MELLO NETO, 1996, p.84)

II

Posteriormente a Citadella, e do frustrado intento de Torricella, chegaria o momento do Projeto anarquista da Colônia Cecília, no qual o trabalho seria um dos eixos preponderantes para a conformação do estreitamento dos laços sociais. Nessa experiência, uma das metas estava dirigida à consecução da autonomia e autoregulação do trabalho coletivo por parte de cada um dos colonos. As bases para a execução desse objetivo se assentavam no fato de o primeiro grupo de italianos que viajou para o Brasil ter sido composto por militantes anarquistas.

Não obstante, e como aconteceria com outras práticas na Colônia, a proposta era compartilhada principalmente ao nível da enunciação. Em reiteradas ocasiões, se deixava entrever que, quando as formas de ação anarquistas deviam avançar, os colonos se descobriam perplexos e certamente incapazes para resolver a aplicação do Projeto: era a primeira vez que se deparavam com a possibilidade de materializarem sua convicção libertária numa coletividade concreta e sem nenhum tipo de obstáculo social-político.

Neste ponto, aludimos ao espaço interior do grupo e à sua institucionalização. A ausência de elementos políticos coercitivos externos ao coletivo – ou pelo menos que tivesse uma ingerência direta em seu desenvolvimento – , assim como não ter um “outro” inimigo que não fortaleceria a união interior do grupo, colocava os anarquistas num plano de liberdade de ação que produzia que, al não contar os colonos com inimigos ou opositores que os fustiguem desde o “exterior” da comuna, devieram assumir os conflitos grupais como problemáticas surgidas ao interior do coletivo. Essa situação de não coerção, ideal nos planos teóricos dos anarquistas, repercutiu fortemente nos modos em que se estabeleceram os vínculos afetivos entre os colonos.

Adiante vamos analisar como os fatores apontados afetaram fortemente o devir da Colônia, assim como, o entusiasmo generalizado e as necessidades mais urgentes fizeram com que aquele primeiro grupo de libertários lidasse com os diferentes tipos

de trabalho que lhes incumbiam: desmatamento, construção de vivendas, e outro tipo de infraestrutura. O mesmo ocorreu com as tarefas agrícolas, necessárias para a obtenção dos alimentos básicos para a própria reprodução.

Rossi traduz em relatos parte da pujança com que os colonos iniciaram as diferentes tarefas:

“Em seguida, isto é, durante os primeiros seis meses de permanência, foram construídos uns poucos moveis para prover a casa, e houve grande satisfação quando foram feitas algumas macas, uns enxergões, uns pequenos e sempre insuficientes cobertores”. (ROSSI, 2000, p.64)

E acrescentaria que foi:

“Formada uma pequena horta, consertadas e ampliadas as cercas de defesa contra o gado solto, plantada uma vinha em sulcos, cultivados, entre as fileiras da vinha, feijão e batatas, arrumada a madeira para construção de uma outra casa, construída a cozinha e lavrado um terreno para plantar mandioca, fez-se um pequeno jardim em frente da casa”. (ROSSI, 2000, p.64-65)

Além da produção que destacava Rossi, também retomaria dois dos elementos assinalados linhas acima:

“O trabalho realizado neste período pode ser considerado bastante significativo se levar em consideração o fato de que nenhum de nós tinha experiência nessas coisas, que alguns não se adaptavam a trabalhos pesados e que uma pessoa não tinha, realmente, a mínima vontade de trabalhar”. (ROSSI, 2000, p.65)

Se repararmos no primeiro dos três pontos que se refere o italiano no parágrafo anterior, podemos observar que, mesmo com o voluntarismo demonstrado, o grupo pioneiro de colonos teve muitas dificuldades para realizar seus distintos trabalhos. Não obstante, e produto do ímpeto com que abraçaram o Projeto, os anarquistas efetuaram as diferentes tarefas pensando numa estada prolongada no sítio:

“Foram realizadas obras de utilidade imediata, como as atividades industriais, domésticas e as relativas ao cultivo de plantas anuais; mas foram executados também trabalhos cujos frutos virão num prazo mais ou

menos longo, como a plantação da mandioca, da vinha e a preparação de viveiros”. (ROSSI, 2000, p.83-84)

A problemática maior se enraizava no fato de os integrantes do coletivo serem pessoas que na Itália se dedicavam a profissões liberais ou a ofícios urbanos, que pouco tinham relação com as atividades que se ocupariam no espaço agreste em que foram morar. As dificuldades com que os anarquistas se deparavam ao efetuar os trabalhos agrícolas foram de tal magnitude, que nem sequer recorrendo a seus saberes prévios adquiridos nas cidades, conseguiram colaborar com a comunidade. Somente torneiros ou sapateiros puderam se desprender de tal grupo, mas, enquanto a Colônia se erigisse como agrícola, essas tarefas não satisfariam as exigências mínimas do empreendimento.

Com esse esquema, os libertários da comuna conseguiram levar adiante sua empreitada, tentando se sobreporem ao desconhecimento das atividades fundamentais que lhes competiam. No entanto, e em que pese o empenho colocado, pouco tempo transcorreu até que se notaram as primeiras falências nas atividades realizadas: “Por volta do fim de 1890, derrubado um pedaço de mata para se cultivar o terreno, foi construída uma longa cerca para defender a plantação de milho – cerca essa que, infelizmente, por causa de inexperiência de quem a construiu, não foi concluída, o que a tornou ineficaz para proteger a plantação de gado que, nos primeiros dias de 1891, a invadiu e a destruiu”. (ROSSI, 2000, p.65)

Desse modo, o exíguo acervo que tinham os moradores da comuna, alcançou o mínimo para que permanecessem durante um ano num nível de vida básico de subsistência. Os diversos relatos, aos que se tem tido aceso, enfatizam permanentemente o caráter andrajoso das vestimentas dos colonos, assim como da rusticidade de suas vivendas. Uma vez iniciada a experiência, o que permitiu a sobrevivência foram, principalmente, as doações procedentes da Europa (e em parte produto da prédica de Rossi na própria Itália).

Os errados métodos utilizados para a agricultura, além de condicionar a permanência imediata dos membros da comuna, desmoronavam as intenções dos anarquistas conseguirem um excedente em dinheiro - obtido a partir da venda dos alimentos excedentes nas cidades vizinhas -, e que estaria destinado a amenizar as urgências mais salientes (vivenda, saúde), e a manter e acrescentar infraestrutura para a produção

(moinhos, estradas). Nesses primeiros meses, o resultado produtivo geral foi o de um total estancamento.

Por mais que o rendimento econômico nunca chegasse a ser uma característica marcante da comuna – e menos ainda nesse período inicial de precariedade –, a organização do trabalho (sempre orientada pelas premissas anarquistas), não se conta como um dos fatores que gravitara naquela situação. Desde o início da comuna, o trabalho não tinha uma duração estabelecida, os tempos eram dirigidos segundo o interesse de cada produtor, mesmo que as tarefas se realizassem comumente de modo conjunto.

E, embora cada um deles pudesse trabalhar segundo sua vontade, produto das necessidades imperiosas do momento – e da ilusão do projeto compartilhado –, a maioria dos colonos tinha prolongadas jornadas de atividades. A extensão de cada uma delas, não era regulada por uma medida em horas, senão pelas condições climáticas, a duração da luminosidade solar, e as forças físicas dos colonos. Nessa mesma ordem, se destaca que o tipo de trabalho que se realizava fora deixado à livre eleição dos atores: cada um se desempenharia no que se considerava mais útil e que mais lhe interessara, sem descuidar aquelas necessidades prioritárias do coletivo.

Um interessante comentário em torno da organização do trabalho na comuna é apontado por Mueller (1989, p.275-276) ao indicar que:

“Segundo Rossi, a organização de Cecília se propõe a ser comunista mas também anarquista. Entre os colonos existe um extremo cuidado para que ninguém se destaque dentre os outros, para que não se institua nenhuma forma de representação ou delegação de direitos: todos e cada um representam a colônia, tanto para o ‘exterior’ (o quitandeiro, por exemplo) quanto entre si”.

Com efeito, nenhum tipo de normativa foi aprovada com a finalidade de regular as atividades laborísticas. Essa medida também contemplaria a exclusão de qualquer sistema de incentivo ou punição relacionado à produção, inclusive para aqueles que não demonstrassem interesse em desempenhar nenhum ofício ou para os que priorizassem o usufruto individual que extraíam de seus trabalhos.

A eliminação das hierarquias no âmbito trabalhístico exigia, então, um sentido explícito, sendo que mesmo Rossi mostrou-se surpreendido pela maneira como se produzia, e a ordem que se davam aos colonos. Com relação a esse ponto, Muller (1989, p.276) diz que:

“A hierarquia é recusada, mesmo que em sua representação verbal: nem sequer se fala em diretor, em administrador, muito menos em patrão, pois são todas expressões pertencentes a uma sociedade burguesa e que soariam injuriosas em uma sociedade anarquista”.

Não obstante, devemos lembrar que Rossi repararia que não era unicamente a organização anárquica que mantinha a ordem traçada, senão a opinião dos companheiros num círculo tão pequeno, funcionava como meio de coação para regular a produção (ROSSI, p.64-68).

Apesar do mencionado respeito à preponderância dada à eliminação das hierarquias, vale indicar a situação das mulheres em relação ao trabalho, não só considerando os primeiros momentos, mas a totalidade da experiência. Resultante do que parece ter sido um acordo comum entre os anarquistas, as mulheres que faziam parte do coletivo se dedicaram quase exclusivamente às tarefas de limpeza e cozinha, seguramente pela menor carga física que essas atividades acarretavam. Porém, também se fazia presente a impossibilidade de sair das representações correntes da época.

Não obstante, essa conduta que parecia colocar certos benefícios para as mulheres, não fazia senão reproduzir os lugares comuns do caráter reduzido de sua submissão social. É que, de acordo como foi estipulado esse ordenamento, Rossi sabia que a eleição destruía qualquer possibilidade de desenvolvimento espiritual e moral para as mulheres. Já em um de seus escritos anteriores à Colônia, o italiano tinha denunciado o caso:

“A divisão de trabalho tradicional permanece quando os encargos que ela recebe na nova sociedade continuam aqueles aos quais ela sempre foi vinculada: a limpeza, a cozinha e, mesmo quando chega a desempenhar um papel ‘pensante’, este já lhe está destinado por definição”.
(MUELLER, 1989, p.231)

Novamente, a atitude de Rossi remeteria sua posição pessoal às decisões que tomaria o grupo, por mais que as mesmas não condissessem com os sentidos empolgados pelos libertários. Mas, o pensamento de Rossi sobre o tema, estava inserido em uma representação de época da qual nem sempre conseguia-se evadir. E por mais que se manifestasse proclive à queda da opressão social masculina, escritos como o seguinte, ilustram o tipo de trabalho que corresponderia a uma mulher supostamente libertada:

“Na vivencia socialista descrita são criadas diversas associações de trabalhadores dos diversos setores, dentre as quais a dos trabalhadores do pensamento (médicos, veterinários, engenheiros, etc.) e a das trabalhadoras do pensamento, composta por duas professoras, uma bibliotecária, uma diretora de comercio social e uma secretaria” (MUELLER, 1989, p.231-232)

O transcurso da Colônia não contribuiu com modificações significativas em relação ao lugar que a mulher ocupou no trabalho. Pelo contrario, a chegada de camponeses à comuna, propensos a manter os costumes que traziam da Itália, acentuou as dificuldades para desenvolver um espaço de ação diferente para aquelas.

Distinta foi a repercussão que, no ano de 1891, teve a chegada dos camponeses à Colônia, no que diz respeito ao trabalho e à produção que se desenvolveu ali. A situação da comuna se modificaria notoriamente, especialmente, porque os pioneiros tinham conhecimento das tarefas agrícolas, mas também, ao se ocuparem, principalmente, dos trabalhos relacionados à terra, os anarquistas pioneiros puderam se deslocar para outras funções em que aproveitassem os saberes que traziam de seu país. Podemos citar como exemplo o próprio Rossi, que tinha formação de médico veterinário e que pôde conservar sua linha de atuação analisando a flora e fauna do lugar, além de exercer a docência dentro da coletividade, e que posteriormente assumiria o cargo de farmacêutico da região que lhe foi atribuído pelo Estado de Paraná (passando a ser um emprego assalariado). (FELICI, 1998, p.23)

Logo nos primeiros meses na Colônia, os anarquistas percebiam claramente que a ausência de pessoas que chegaram ao coletivo e de suas forças de trabalho

(especialmente para as tarefas agrícolas), era um déficit que precisava ser coberto o mais breve possível, se pensavam em continuar com o Projeto. Foi assim que, prontamente, os libertários se decidiram incorporar novos integrantes na comuna. Com essa finalidade, Rossi foi eleito pelos colonos pioneiros para viajar à Itália para divulgar a experiência e ganhar novos adeptos à empreitada. O tipo de pessoas as quais o italiano intentaria convencer de se mudar para o Brasil deviam reunir, basicamente, duas condições: que fossem socialistas (anarquistas, se possível) e com conhecimento nas atividades agrícolas. A missão não seria nada simples, dado que o cariz urbano predominava entre os primeiros e o desconhecimento das políticas socialistas entre os segundos, sendo escassos os casos em que ambos cumpriam os requisitos.

Entre as atividades propagandísticas de Rossi na Itália e sua volta para a Colônia, se aproximaram da comuna várias dezenas de imigrantes e, em maio de 1891, o número de moradores era de umas 250 pessoas. Em relação à irregularidade das permanências, vale dizer que no mês de outubro restavam somente 19 pessoas com residência fixa no lugar. Em contrapartida, em novembro se fixaram 20 novas famílias, que chegaram separadas em dois grupos, com pouco espaço de tempo de diferença. (MELLO NETO, 1996, p.162)

Além destes dados numéricos, interessa-nos ressaltar que, das pessoas que se aproximaram da comuna libertária, a ampla maioria correspondia a um grupo de camponeses com pouca ou até mesmo nenhuma experiência nas fileiras do socialismo. Sem dúvida que a presença desses camponeses representou, depois de um primeiro momento de grandes carências⁴⁴, o fortalecimento na produção material da Colônia. Dessa maneira, é válido recuperar as palavras com as quais Rossi descreveu a ação daqueles camponeses:

“Esses camaradas trouxeram à comunidade um enorme aumento de mão-de-obra. Foi nas mãos deles que o arado abriu os campos, até então incultos, para plantar as vinhas; foram seus braços robustos que abateram grandes extensões de floresta, para criar espaços para os cereais e as

⁴⁴ Isso se deveu, nas palavras de Rossi, a que: “Esse afluxo repentino foi desastroso. Muitos desses colonos não estavam habituados à rude vida dos pioneiros; eram na maior parte operários da indústria que, naturalmente, não encontraram na colônia os instrumentos e as matérias primas necessárias para trabalhar com proveito; alguns não eram nem mesmo habituados a ter uma atividade média”. (ROSSI, G. Carta a Sanftleben, 1896, s.d., citado por FELICI, ISABELLE, 1998, p.18-19).

leguminosas; foi por obra deles que os animais tiveram seus estábulos e os campos, seu esterco fertilizante". (ROSSI, G., 1896 citado por FELICI, ISABELLE, 1998, p.22)

No entanto, não acontecia o mesmo em outros planos, já que ao adentrar a experiência cotidiana do tipo de práticas que propunham os libertários, muitos se expressavam como opositores à ascensão desses pressupostos. A questão do trabalho e sua organização seria um dos pontos que marcaram uma forte ruptura para os camponeses, e que devia assentá-los ou inseri-los em um mundo totalmente diferente do que até então conheciam e representavam. Pelo menos, isso é o que Rossi sinalizaria: “Em janeiro de 1891, chegaram à colônia algumas famílias de camponeses. Elas, no entanto, não se entenderam com os primeiros pioneiros pela diferente disposição ao trabalho e pela tendência destes de querer impô-los suas idéias”. (ROSSI, 2000, p.65)

Apesar de tudo, não são frequentes os escritos em que se descrevia o trabalho como um dos principais pontos de conflito dentro do coletivo. Em nenhum momento se fala de enfrentamentos significativos relacionados a esse assunto, e nem mesmo se alude ao desenvolvimento pelo qual se logrou impulsionar:

“...as atividades agrícolas continuaram e deu-se início à construção de um barracão cumprido para o alojamento. Nesse período, alguns homens passaram a trabalhar nas estradas coloniais que a administração governamental mandava abrir, revertendo os ganhos em benefício da comunidade”. (ROSSI, 2000, p.66)

Sobre essa conjuntura, Rossi complementaria:

Em meio a esta triste situação, uma equipe numerosa trabalhou sempre nas estradas, onde, por sorte, graças à tolerância dos supervisores, o esforço exigido parecia maior do que realmente era. Outros trabalhadores terminaram a construção do galpão, fizeram um terreiro, aumentaram a horta comunitária, começaram a fabricação de tijolos e construíram uma extensa cerca para fechar o gado comprado pela comunidade. (ROSSI, 2000, p.67)

Neste sentido, se destaca que, além da importância atribuída à parte agrícola, a infraestrutura não foi uma questão menor para os colonos. Além da construção de

vivendas e artefatos relacionados com a atividade agrícola, vale lembrar que os colonos também construíram estradas e caminhos. Essas obras foram alentadas e financiadas pelo governo de Paraná, sendo essa, outra fonte de recursos econômicos – juntamente a empréstimos e concessão de empregos – que o estado proveria aos colonos para sua manutenção. A maior parte dos operários, ao trabalhar como assalariados, contribuía com seus salários para a ascensão econômica da comuna. Porém, não faltaram os casos de pessoas que, ao não serem obrigadas a realizar uma colaboração para o coletivo, preferiam usar o salário para melhorar suas condições de vida a nível individual dentro da Colônia ou economizar para depois de um tempo poder se mudar para alguma cidade vizinha.

O grupo que trabalhou nos caminhos e que contribuíram com seus salários em benefício de toda comunidade, era composto majoritariamente por jovens que se aproximaram da Colônia a partir da segunda metade do ano 1891. Porém, não foi somente com dinheiro que esses novos colonos ajudaram, mas também quando não recebiam ofertas de empregos por parte do governo, se ocupavam dos trabalhos mais pesados dentro da Colônia. Sobre eles Rossi diria:

“O propósito dos jovens era sublime em sua simplicidade: trabalhar com afinco até que uma boa quantia de produtos alimentares, guardados em armazéns, pudesse garantir a sobrevivência das famílias. E com uma coragem admirável dispuseram-se a realizar esse propósito”. (ROSSI, 2000, p.67-68)

De tal forma, a Colônia toma um fôlego que a revitaliza por completo, talvez seja mais acertado dizer como Felici que: “A Cecília morre assim uma primeira vez. Ela ressuscita em junho de 1891 sob o impulso de sete jovens”, em seguida, menciona que:

“Cappellaro cita os nomes: Cini Egisto (Egizio), de Livorno; G(iuseppe) Zerla, de Milão; J(ean) Géléas, de Brest; G(iuseppe) Maderna, de Milão; A(ntonio) Massa, de Turim; L(uigi) Silano, de Turim; J(ean) Saint-Pierre, de Tarbes. A atividade que eles desenvolvem é tão importante (...) que logo juntam-se a eles quatro famílias da colônia dissolvida (entre as quais provavelmente os Artusi)”. (FELICI, 1998, p.21)

É interessante que a composição desse grupo de jovens, não se diferenciava

em grande medida do primeiro núcleo de colonos anarquistas, já que:

“Eram todos operários urbanos, sem nenhuma experiência de agricultura. Entretanto, em poucos dias, lavraram um bom pedaço de terreno e semearam o centeio; lavraram e adubaram também um outro local, onde plantaram batatas européias; na horta, semearam e transplantaram mudas; no mato, prepararam a madeira para a construção; nos campos, construíram uma cerca comprida de quase um quilometro”. (ROSSI, 2000, p.68-69)

O estímulo que demonstraram foi tão notório, que membros pioneiros da comuna entreviram a possibilidade de uma refundação da Colônia a partir da prosperidade que pareciam encaminhar para um futuro próximo. Além disso, pessoas que tinham desistido de continuar na comuna, reviram sua decisão diante da conjuntura favorável: “Encorajadas a esperar pelo melhor em virtude da atividade desses jovens, quatro famílias que haviam abandonado a colônia pediram para ser admitidas nesse novo grupo e os jovens, não podendo mais persistir em seu propósito inicial, acabaram aceitando-as”. (ROSSI, 2000, p.69)

A presença desses jovens permitiu, inclusive, revitalizar o Projeto geral da Colônia. A organização auto-determinada dos colonos não chegava a se consolidar devido à conduta manifestada pelos camponeses, assim como pelo ressaibo com que os colonos que se proclamavam anarquistas mantinham em relação à sua formação européia. Sobre esse tema, é eloquente o seguinte parágrafo de Rossi, com relação àqueles novos trabalhadores: “Graças ao idealismo e à coragem de um grupo de jovens que reorganizou a colônia experimental, corrigindo os defeitos anteriormente vividos, abandonou a ditadura e o parlamentarismo”. (Rossi, G., **Cecilia: Comunità Anarchica Sperimentale**. Livorno: Tip.S.Belforte, 1893, .p.7 citado por Mello Neto, 1996, p.156)

Esse momento de crescimento material da Colônia se prolongou por alguns meses, sempre com recaídas, mas mantendo uma pequena linha ascendente entre os meses posteriores à segunda metade do ano 1891 e o final do mesmo (MELLO NETO, p.160-161), e os primeiros de 1893 e o final da comuna. Como exemplo disso, podemos citar as produções realizadas nesse último ano:

“Em janeiro de 1893 foi construída uma cerca, bastante comprida, para fechar o pasto onde ficava o gado durante o dia, que, depois, à noite era recolhido ao estábulo. De janeiro a abril, foram feitas cuidadosas operações de capina, plantações de inhame, colheitas de feno, batatas, feijão e tabaco. Foram ainda executados outros trabalhos, como a construção da oficina para os tanoeiros, o conserto das carroças, a correção de uma estrada, a ampliação da horta e outras coisas” (ROSSI, 2000, p.73)

Resulta curioso o acontecido durante 1892, talvez o ano que demonstre mais fortemente a instabilidade econômica da Colônia (sempre pensando no restringido marco definido pelas condições básicas sobre as quais se desenvolvia a comuna), e a procura pelas mais diversas alternativas para se conseguir financiamento para a continuidade da comuna. Assim, Felici assinala que Rossi chega a declarar que a Colônia não consegue se bastar a si mesma, que nesse momento uma numerosa equipe trabalha nos caminhos próximos à comuna, e que:

“Em setembro de 1892, ele [Rossi] informa a seu amigo Vanzolini sobre sua intenção de se transferir a Castro, onde ele teria mantido uma farmácia, exercido seu ofício de veterinário e o magistério. Essa atividade assalariada de Rossi torna-se ainda mais necessária quando os colonos perdem o trabalho nas estradas do Estado, em setembro de 1892”. (FELICI, 1998, p.23)

Ao mesmo tempo, essa autora também daria ênfase ao tema da pobreza extrema sofrida pelos anarquistas em algumas passagens de tal ano, ao ressaltar:

“As advertências que Cappellaro faz chegar por intermédio do *La Révolte* àqueles que desejam alcançar a Cecília, testemunham essas dificuldades materiais: ‘Eu advirto os que desejam fazer parte da colônia, que eles devem estar convencidos de que lá não há ainda abundância: os que para lá se dirigem devem se decidir a fazer grandes sacrifícios na espera das colheitas’”. (FELICI, 1998, p.23)

Em que se pese tais dificuldades, os colonos anarquistas, aqueles que impulsionavam o Projeto Cecília, decidem apostar na continuidade do mesmo. Em um momento onde as condições de existência propiciavam a partida de diferentes participantes, sendo que:

“Em abril ou maio de 1892, e provavelmente bem antes, não havia mais, segundo Cappellaro, que quarenta pessoas na colônia”; os libertários: “[...] retomam os esforços de propaganda para fazer vir novamente colonos à Cecília, como testemunha uma série de artigos que Rossi publica nesse momento: em junho de 1892, na *Critica Sociale* e no *Verona del Popolo*, em julho, em *La Révolte*”. (FELICI, 1998, p.24)

Nesse mesmo sentido, Felici apontaria que:

“É também nesse momento que Cappellaro, que se reúne à colônia somente no fim de 1892, se empenha, a pedido de Rossi, em recrutar novas famílias na Itália. Ele se dirige a Andrea Costa (...) pedindo a ele para intervir junto à Società Navigazione Generale Italiana. Ele queria que os novos colonos da Cecília pudessem trazer (..) as ferramentas de que precisavam”. (FELICI, 1998, p.24)

Lentamente, com o transcorrer de 1892, a população da Colônia foi se incrementando, chegando a ser sessenta e quatro (64) o numero de pessoas registrado por Rossi no último dia desse ano. Dada essa cifra, Felici indicaria que não chegaram todas as famílias que, na Itália, disseram que iam viajar para formar parte da experiência, ou que também:

“Todavia, é possível que essas pessoas tenham efetivamente chegado e depois partido muito rapidamente, ou ainda que a vinda delas à Cecília tenha coincido com a partida de outros membros. Na história da Cecília aconteceu várias vezes que as pessoas esperadas se detivessem no caminho”. (FELICI, 1998, p.26)

Esse acréscimo na quantidade de moradores era um elemento esperançoso para os anarquistas, e especialmente para Rossi, que relatara a conjuntura favorável que estava surgindo:

“Ao final de 1892 chegaram outras famílias. Instalou-se então a sapataria e iniciou-se a fabricação de barris para embalagens, que se vendiam na vizinha Palmeira. Em 31 de dezembro de 1892, Cecília contava com 64 habitantes e apresentava este balanço: Ativo 14.584,995. Passivo 7.564,915. Saldo 7.020,080 francos da época” (ROSSI, 2000,

p.71)

Inclusive, e apesar do que apontamos parágrafos acima, o entusiasmo de Rossi - pelo menos em seus escritos “oficiais” -, parecia não sofrer as debilidades estruturais que espreitavam a Colônia. Daí que em uma outra passagem ele indicaria que:

“Em abril houve a colheita de feijões e foi aberta uma estrada carroçável, nos lados da colina ocupada com o cultivo do milho. Em junho e julho revolveu-se muita terra para a sementeira do centeio; foram ainda plantadas uma centena de laranjeiras e outras árvores frutíferas. Em novembro plantamos parreiras, mandioca e batata” (ROSSI, 2000, p.72)

Aqueles números e situações destacadas autorizavam, em primeiro lugar, um avanço no interior das relações harmônicas entre os colonos; assim como, não somente aumentava a quantidade do produzido, como também deixavam clara a progressão dentro dos modos em que eram realizadas as tarefas. Da mesma forma, deixava perceber a safra que resultou para a comuna anarquista a somatória das produções efetuadas dentro da Colônia e no exterior dela:

“Nos primeiros dias de 1892, uma turma numerosa trabalhava na estrada colonial para prover o mantimento cotidiano da comunidade. Um outro grupo construiu uma grande e eficaz proteção para o plantio, contra os ataques dos animais”. (ROSSI, 2000, p.70-71)

É nesse sentido que mencionamos o bom funcionamento geral da organização do trabalho sem regulações; foram esses momentos de maior produção que destacaram Rossi para dar conta não somente da possibilidade desse tipo de relação, mas até do concreto rendimento da mesma:

“Este trabalho muito cansativo que consistia em levantar, carregar nas costas e empilhar longos e pesados troncos de árvores e a grande barragem que era construída para dirigir a água do moinho próximo faziam-me pensar, involuntariamente, em quantos dizem que na anarquia ninguém quer trabalhar”. (ROSSI, 2000, p.71)

Esses pequenos períodos frutíferos incrementavam o ânimo de Rossi por ver

desenvolver-se o coletivo anarquista. Mais ainda, ao ponto de chegar a cogitar algumas intenções que se localizavam além do potencial desenvolvimento ao que a precária situação da comuna estava cingida. Como exemplo, podem se tomar as seguintes palavras do italiano:

“Quando a horticultura se desenvolver ainda mais e o número de horticultores crescer proporcionalmente, é provável que estes, para que possam entender-se melhor e resolver as coisas de comum acordo, irão reunir-se segundo as seções de terreno cultivado ou, mais racionalmente, segundo o tipo de cultivo a que pretendem dedicar-se, como já previa Fourier”. (ROSSI, 2000, p.73)

Os capítulos de prosperidade pelos quais passavam a comuna, e não obstante a perspectiva de crescimento constante entre os colonos, não impediria Rossi refletir sobre as dificuldades concretas que deveriam ainda se sobrelevar:

“A nossa vida, quanto às condições materiais, é agora bastante miserável, muito mais miserável do que a que levam neste país os operários sob o regime capitalista. E entende-se que deva ser assim, uma vez que nós temos de criar tudo com o nosso trabalho, ao passo que na vida burguesa se usufrui abundantemente do trabalho acumulado pelas gerações passadas, sob a forma de capital, de confortos privados, de serviços públicos e assim por diante”. (ROSSI, 2000, p.75)

Além de contar com a expectativa de criar novas relações sociais, os pioneiros anarquistas da Colônia não desistiam de alcançar um nível confortável de vida, questão que compartilhavam com o restante grupo de colonos que se aproximaram posteriormente. As diferenças entre eles estabeleciam-se no grau de resistência e de confiabilidade que os distintos atores tinham a respeito da possível consecução desse bem-estar material.

Em torno desse tema, nos aparece a variação contínua na quantidade de moradores da Colônia. Um parágrafo saído da pluma de Rossi permite rever em conjunto alguns dos pontos aqui resenhados:

“Essa aglomeração repentina foi um desastre. Muitos dos novos colonos

não se adaptavam à vida rude dos pioneiros. A maioria deles era formada por operários das indústrias que, obviamente, não encontraram na colônia os instrumentos de trabalho e as matérias-primas necessárias para um bom desempenho produtivo...”. (ROSSI, 2000, p.66)

Uma questão central é destacar como somente ao nível conjuntural, ocorreu o desenvolvimento favorável da comuna. A debilidade dos alicerces sobre os quais se erigia era o que estava de fundo, e tal como o apreciava Rossi, a referência não era restrita aos fatores econômicos: a configuração de um entrelaçamento simbólico comum, a matriz simbólica anarquista estava longe de se constituir em uma base comum de se gerar a vida cotidiana na Colônia.

Ante esse cenário, e de acordo com o que se entendia dever ser o processo de socialização dentro da Colônia, o italiano resgatava algumas questões que faziam ao Projeto da comuna. Em suas palavras aparece novamente denotado um matiz de conformismo, o qual pode ser reconsiderado se nos colocarmos na perspectiva que o anarquista tinha:

“Mas esta gente enfraquecida pela alimentação insuficiente, porém livre de patrões e de policiais, trabalhava aquele pouco que sabia que podia; reclamava descontente, mas não cometia violência (...) os jovens apoiavam-se no cabo das enxadas e apreciavam o tremular da bandeira vermelha e preta, içada sobre o alto de um palmito, e diziam entre eles brincando: de um pouco de polenta e de um pouco de ideal se vive”. (ROSSI, 2000, p.67)

Contra essa visão otimista rossiniana, Mueller vai esgrimir um argumento sustentado nas precárias condições materiais nas quais se desenvolvia a Colônia como elemento chave para se dar conta da inviabilidade da organização trabalhística a partir dos pressupostos da autodeterminação e regulação das tarefas. A autora afirmaria que:

“Apesar de todos os esforços, essa liberdade jamais vai se expandir para muito além do desejo dos próprios colonos. A pobreza, a miséria mesmo, vão ser determinantes para esta limitação: a produção da colônia nunca chegou a ser suficiente para satisfazer suas próprias necessidades, exceto as mais básicas como alimentação e moradia e, mesmo estas, precariamente”. (MUELLER, 1989, p.277)

E recorreu às palavras de Rossi para argumentar suas teses:

“Isto porque, nos diz Rossi, desde seu início ela foi pobre, com poucos recursos para se desenvolver uma população em sua maioria não habituada ao trabalho agrícola. Não lhes faltava entusiasmo, mas este se esvaía diante do fracasso das colheitas, da falta de dinheiro para as compras. O isolamento impedia que encontrassem alternativas de trabalho a não ser aquela já mencionada, na construção de estradas”. (MUELLER, 1989, p.277)

Tal como se manifestaria em reiteradas oportunidades, Rossi compreendia que as condições para a prosperidade sustentadas pela Colônia eram muito poucas. Por isso, cada vislumbre de desenvolvimento, era valorizado de forma positiva pelo italiano e considerado um verdadeiro estímulo para a comuna. Dentro desse horizonte, e com relação ao trabalho na Colônia, o anarquista indicaria:

“E, no entanto, sem o auxílio dos modernos instrumentos de produção, sem outro estímulo a não ser o bom senso e apesar da incapacidade geral, foram efetuados trabalhos de todas as espécies. Trabalhos muito pesados, como o corte das árvores, a terraplanagem dos terrenos, o carregamento nas costas, a escavação de poços. Trabalhos pacientes, como capinar, semear, transplantar mudas. Trabalhos perigosos, como quase todos os trabalhos no campo, na execução dos quais, freqüentemente, são encontradas assustadoras cobras venenosíssimas”. (ROSSI, 2000, p.83)

Também não deixara de lado a menção de outros tipos de afazeres, como:

“Trabalhos intelectuais, como aplicações artísticas de retratos, manipulação de medicamentos, ensino escolar, redação da correspondência, registros administrativos. Trabalhos industriais, como a fabricação de barris para embalagem, de calçados, de vinagre artificial. Por fim, trabalhos domésticos coletivos, como a preparação dos alimentos em comum e a limpeza das louças”. (ROSSI, 2000, p83)

Sem menosprezar teses como as de Mueller, aqui nos focalizaremos em assuntos que vão além do meramente economicista, como os sentidos que atravessavam a

conformação dos laços sociais na Colônia. Não obstante, vale esclarecer que o contexto material, essa situação de pobreza extrema em que se desenvolveu a Colônia, pouco ajudava a criar uma simpatia com os ideais do anarquismo entre os camponeses que se aproximavam à comuna. Além disso, seguramente tenderia a desestabilizar a confiança que os próprios libertários tinham em relação à sua empreitada: um exemplo disso foi a partida de muitos dos que se denominavam anarquistas antes de que se fizera explícita a conclusão da mesma.

Em uma das passagens relatadas por Rossi, o autor revela a coerção que a escassez fundamental de qualquer tipo de bem necessário, envolviam aos colonos em uma vida restrita a um nível elementar de sobrevivência. Nesse parágrafo, diria que:

“Por causa da pobreza somos obrigados a nos submeter o dia inteiro à escravidão do trabalho; ainda por causa da pobreza não podemos ser livres na escolha das coisas que contribuem para criar o bem-estar. Ninguém pode gozar a liberdade de obter o supérfluo enquanto falta a todos o necessário. Esse estado de coisas, mesmo que natural, exacerba os ânimos e cansa, porque não se deve exigir que todos, e sempre, sejam mártires”. (ROSSI, 2000, p.85)

Como mencionamos linhas acima, a narrativa de Rossi não deixava entrever demasiadas situações relacionadas com a organização do trabalho em que, sob o amparo das liberdades concedidas por uma colônia libertária, se praticavam condutas que não se aproximavam do coletivo. Tanto os anarquistas, como aqueles que não se assumiam como tais compartilhavam o ritmo geral das atividades e se mostravam de acordo com a inexistência de um sistema de divisão hierárquico. As rixas, os receios, o cuidado para com o individual, se faziam presentes, principalmente, no momento de repartir os bens produzidos: a apropriação particular primava entre os colonos que não conseguiam representar à comuna como coletivo. (FELICI, 1998, p.23)

Na instauração de uma estrutura laboral sem dominação alguma, Rossi deve ter encontrado grande satisfação dentro da Colônia, enquanto que comuna libertária. Se formalmente muitos dos colonos não se chamavam a si mesmos de anarquistas, as suas práticas deixavam entrever uma harmonia coletiva com bases nos pressupostos daquela corrente socialista. Sobre o assunto, afirmaria Rossi que os membros da comuna:

“Tomaram todo o cuidado para que ninguém assumisse a qualidade de representante do grupo perante os fornecedores, fazendo com que todos fossem conhecidos e considerados igualmente responsáveis e combatendo energicamente as tentativas individuais de exercer influência no interior do grupo”. (ROSSI, 2000, p.69)

Ao mesmo tempo, segundo a percepção do italiano, não só eram as práticas e os modos de se organizar nas tarefas laborais o que definia a condição libertária das mesmas. De tal forma, que se refere à presença de uma representação coletiva comum que alentava às mesmas:

“Fica evidente que a produção na Cecília não teve outro estímulo a não ser o desejo de alcançar um bem-estar coletivo, no qual o nosso bem-estar particular está incluído. A atividade produtiva foi desenvolvida, apesar de e contra os egoísmos mesquinhos e, especialmente, contra o egoísmo doméstico, que quer que toda utilidade conflua para dentro da família...”. (ROSSI, 2000, p.83)

A autonomia e auto-regulação do trabalho ficava assegurada pelas decisões que se obtinham nas discussões conjuntas entre todos os trabalhadores que participavam das tarefas. A satisfação de Rossi pelo fato dos colonos não estimularem qualquer tipo de dominação hierárquica no âmbito laboral, pode ser apreciada em parágrafos como o seguinte:

“Dessa forma, as qualificações de feitor, diretor, dono, que na sociedade burguesa são cobiçadas, no grupo anarquista eram apelidos injuriosos que todos buscavam não merecer. Por uma reação natural ao formalismo estéril e funesto do período passado, o grupo não quis ter qualquer tipo de organização. Não foi estipulado nenhum pacto, nem verbal nem escrito”. (ROSSI, 2000, 69)

E ainda, Rossi destacaria a inexistência de polêmicas, tensões ou brigas relevantes que pudessem ter surgido por não contarem com uma ordem hierárquica na qual os colonos devessem se submeter: cada um desenvolvia sua jornada de acordo com sua própria consideração. A esse respeito, escreveu:

“Nenhum regulamento, nenhum horário, nenhum encargo social, nenhuma delegação de poderes, nenhuma norma fixa de vida ou de trabalho. Uma voz qualquer acordava os outros; as necessidades técnicas do trabalho, visíveis a todos, nos chamavam à obra, à qual nos entregávamos ora divididos, ora reunidos; a fome nos chamava à mesa; o sono ao descanso”. (ROSSI, 2000, p.69)

A espontaneidade no ordenamento do trabalho, um dos pontos mais altos associados ao anarquismo que fora desenvolvido na Colônia, motivava Rossi a realizar comentários do tipo:

“Grupos de parceiros tem trabalhado sob o controle recíproco, assim como pessoas isoladas tem trabalhado livres e sem qualquer controle; e, de modo geral, quem tem trabalhado sozinho não tem se poupado, ao contrário, tem produzido mais, pela simples razão de que não perde tempo em conversas”. (ROSSI, 2000, p.83)

Indicava também que:

“Pode-se dizer que o trabalho na Cecília não tem regulamentos nem qualquer organização. Os voluntários do trabalho agrícola conhecem-se entre si e entendem-se rapidamente sem necessidade de chefes técnicos e reuniões de grupo. Todos têm noção dos trabalhos em andamento e, na maioria das vezes, é desnecessário fazer consultas no começo da manhã”. (ROSSI, 2000, p.73)

Inclusive, reforçando sua posição, a escrita de Rossi daria exemplos de projeções que esse estipulava como possíveis, com base no que se poderia chegar a ser a Colônia segundo o plano geral, as condutas que os colonos estavam desenvolvendo e o crescimento material pelo que prosperamente passava a comuna. Sobre esse tema mencionaria:

“E acredito que nem quando as operações agrícolas forem efetuadas em mais larga escala e a população for muito maior será necessário ou desejável qualquer tipo artificial de organização do trabalho agrícola. O cultivo da horta terá seus voluntários, que necessariamente se conhecerão e poderão entender-se rapidamente, como fazemos nós, no momento mesmo do trabalho”. (ROSSI, 2000, p.73)

Em torno ao Projeto da Colônia Cecília, o âmbito de trabalho, cada jornada de atividade conjunta entre os colonos, era um momento oportuno para o intercâmbio de representações sobre os mais diversos assuntos que tinham os operários. Nessa ordem, aquelas horas poderiam se contar como propícias para o desenvolvimento de uma subjetividade anarquista coletiva: a confraternização no trabalho abria margem para a exposição dos libertários com relação a como semantizavam as diferentes práticas e relações que competiam à comuna.

Não se tratava de um doutrinamento, nem de uma linearidade unidirecionada dos pioneiros libertários para com o resto das pessoas da comuna. Também não era um espaço de debate ou de discussão respeito à ordem do político que se intentava instaurar no coletivo. Ao contrário, considera-se num âmbito de interação no qual os anarquistas disputavam um combate diário com a intenção de plasmar uma representação geral dos sentidos com aqueles que procuravam montar seu Projeto de comuna libertária.

Uma boa forma de exemplificar o comentado anteriormente é tomar a descrição que Rossi realiza do que era uma jornada comum de trabalho na Colônia:

“Levantamos mais ou menos quando nasce o sol – alguns um pouco antes, outros um pouco depois. Em determinada época, dada a urgência de certos trabalhos, contamos com uma espécie de despertador –pedimos ao companheiro mais madrugador que nos acordasse. E ele passava em frente das casinhas chamando a meia-voz: ‘*Ei, turcos!*’; mas logo em seguida ressoavam no vilarejo outras vozes mais altas: ‘*Para a vinha! Para a vinha!*’”. (ROSSI, 2000, p.76)

A narração rossiniana continua do seguinte modo:

“Saindo de casa, cada um se dirigia ao seu trabalho, enquanto as mulheres preparavam o café na cozinha comum. Depois de uma ou duas horas de trabalho matutino, um de cada vez, em grupos, todos com ótimo apetite, corremos ao refeitório, para o café com leite –um pouco aguado, mas abundante - com polenta torrada e pão de centeio”. (ROSSI, 2000, 76)

Posteriormente, o italiano indica o único momento que se volta para o descanso, e até para um desfrute exíguo, durante as longas horas de tarefas:

“Voltamos a trabalhar até por volta de meio-dia, quando se dá outra visita ao refeitório, agora para a sopa – esta também sem muito sabor, mas abundante. Em seguida, tiramos duas horas de descanso, o tempo de digerir e fumar um cigarro. Voltamos, então, ao trabalho até o pôr-do-sol”. (ROSSI, 2000, p.76)

O relato termina com uma breve descrição do frugal da sua alimentação, e do cuidado- próprio dos preceitos anarquistas - por não ingerir nenhum tipo de bebidas alcoólicas (além da impossibilidade econômica para se acessar às mesmas):

“O nosso jantar consiste em polenta com alface ou legumes e, raramente, com molho de carne de frango ou de porco. Não tomamos bebida alcoólica de nenhum tipo; primeiro, porque as nossas finanças não permitem, depois porque distúrbios cerebrais perturbam a paz social”. (ROSSI, 2000, P.76)

Com a intenção de aprofundar o apontado, podemos encontrar outra narração de Rossi, na qual comenta um dia de trabalho, em momentos em que na Colônia estava funcionando uma indústria de construção de barris:

“Toda manhã, quando o tempo é bom, dois rapazes, amigos, vão ate o mato. Escolhem um pinheiro com as fibras retas, abatem-no a golpes de machado e serram o tronco em pedaços do tamanho que devem ter as aduelas ou os fundos dos barris. Com cunhas, facão e macete, racham esses troncos de modo a obter umas tabuinhas estreitas, que serão depois as aduelas dos barris”. (ROSSI, 2000, p.74)

O processo de produção continuava da seguinte maneira:

“Normalmente aos sábados à noite, durante o jantar, os dois mateiros voluntários informam à comunidade que estão prontas duas mil, duas e mil quinhentas, três mil tabuinhas, enfim, a quantia que eles conseguiram aprontar. Domingo de manhã, depois do café, vão até o mato os voluntários do transporte, que são a maioria dos homens, e carregam essas tabuinhas sobre os ombros até a estrada carroçável. Enquanto isso, os voluntários do arado atrelam os bois à carroça, descem até o mato para transportar as ripas, levando-as até a oficina dos tanoeiros”. (ROSSI, 2000, p.74)

Nesta crônica, Rossi dedicaria também alguns parágrafos ao processo formativo dos operários:

“Essa oficina não tem organização. Apesar disso, ou talvez por isso, não há casos de alguém que sabe menos deixar de pedir para ser ensinado a quem sabe mais, ou de este se recusar fazê-lo; não há casos de alguém que aprendeu apenas a aplinar as aduelas pretender montar os barris; e nem há casos de desequilíbrio ou desproporção entre as diferentes seções de trabalho”. (ROSSI, 2000, p.74)

O fôlego do italiano nessa conjuntura particular da Colônia era, assim mesmo, empolgado pela diversificação que estavam conseguindo em relação ao produzido dentro da comuna. Dessa maneira, referiria-se a uma nova iniciativa em relação aos labores empreendidos, mas sempre baixo os parâmetros organizacionais que se vinham desenvolvendo na comuna:

“Esse método pode ser aplicado não apenas ao trabalho agrícola, mas também ao industrial. Examinemos a nossa fabricação de barris para embalagem. É uma indústria que se presta muito bem a servir como exemplo, já que começamos extraíndo nós mesmos a matéria prima no mato e terminamos entregando a mercadoria manufaturada”. (ROSSI, 2000, p.73-74)

Entre os membros anarquistas da comuna, existia uma manifesta intenção de que todos os operários soubessem as diferentes tarefas que poderiam chegar a se desempenhar. A finalidade desse interesse estava no fato de que desse modo poderiam ter um sistema de rotação ativo e evitar hierarquizações resultantes do lugar que cada um deles ocupava na cadeia de produção – Evitando assim benefícios individuais por se apropriar de um lugar fixo nela.

Por sua vez, parecia haver na Colônia, uma divisão de tarefas coordenada que potenciava as capacidades de cada um dos colonos que a ela se incorporavam. Com relação a este ponto, e seguindo a escritura de Rossi, podemos entender que essa divisão do trabalho respondia, primeiramente, a uma espontânea eleição dos colonos, que dizia respeito aos lugares onde se colocavam, convenientemente, segundo suas capacidades e gostos.

Tal divisão parece ter alcançado seus frutos, já que como podemos apreciar nas passagens citadas, não se ressalta a escolha do ofício por algum tipo de conveniência da que puderam extrair créditos individuais, sejam baseados em um menor trabalho físico, na ganância de ingerência dentro do grupo ou na obtenção outros benefícios (fossem em dinheiro, comida ou vestimenta, por exemplo).

A narração de Rossi prossegue apontando detalhes dos processos produtivos na Colônia:

“Continuando na oficina a divisão de trabalho que havia sido verificada no fornecimento da matéria-prima, os menos hábeis trabalham na banca, transformando as tabuinhas em aduelas de barris. Os garotos fazem o serviço de limpeza da oficina e empalham as aduelas acabadas, para a secagem. Os operários mais hábeis montam os barris e o mais habilidoso entre todos dá o último retoque”. (ROSSI, 2000, p.74)

O procedimento finalmente culminaria no dia seguinte; e além desse assunto pontual, vale prestar atenção em como termina a descrição do anarquista italiano:

“Na manhã de segunda-feira, se não chove, um voluntário do arado carrega os barris acabados numa carroça e os leva a Palmeira, onde os entrega ao nosso comprador, recebe o dinheiro e, com a quantia obtida, compra os bens que a comunidade precisa. Tudo isso é tão simples, tão elementar, tão natural, quase diria tão infantil, que até parece impossível”. (ROSSI, 2000, p.74-75)

Igualmente a essa última expressão existiram outras que escritas pelo italiano, em que se manifestava a favor da auto-organização dos trabalhadores, considerando também seus ritmos e tempos de produção:

“Qual é a força que faz que todos os elementos da produção se moverem de modo tão harmônico? É o bom senso, que conhece as necessidades e a maneira de satisfazê-las; e, em grau menor, é o medo da crítica que, infalivelmente, atingiria os que se subtraíssem ao trabalho”. (ROSSI, 2000, p.75)

Além dos aspectos relacionados com a produção que implicava a opção

espontaneísta do trabalho, esse procedimento procurava a intervenção ativa dos diferentes atores da comuna de se converterem em difusores para envolver os colonos no Projeto geral do empreendimento libertário. Ainda que a atividade laboral tivesse uma incidência primordial na viabilidade material da empreitada, os laços coletivos e as representações comuns deviam fortalecer-se para a realização total da Colônia Cecília.

Dessa forma, podemos retomar a experiência da comuna anarquista no Brasil, um assunto que Rossi já havia considerado em alguns de seus relatos utópicos: o reconhecimento da importância do tempo de ócio. Tempo que, além de permitir a recuperação das forças esgotadas nas árduas tarefas agrícolas e nos outros ofícios, conotava a oportunidade de unir o grupo através de diversas atividades compartilhadas.

Mas sua relevância, não só se restringia às valorizações positivas que os anarquistas efetuavam do mesmo, já que para todos os colonos esses ócios significavam uma mudança radical de suas experiências, na medida em que eram contrastadas com as opressivas condições de trabalho que muitos deles tinham vivido na Itália. O descanso, longe de ser interpretado como um tempo morto entre trabalho e trabalho, se convertia, na Colônia, num tempo ritual com que se renovava diariamente a expectativa na consolidação e desenvolvimento da comuna, enfrentando assim a angústia surgida das precárias condições de sua existência.

A ideia de um tempo ritual cotidiano próprio da Colônia surge em oposição à notória ausência de comemorações que tivessem uma origem externa à comuna: nos escritos analisados não aparece nenhuma menção a celebrações de aniversários, festas pátrias, carnavais ou qualquer outro festejo coletivo que remetesse à sociedade burguesa. E se isso pode ter respondido a uma seleção temática dos cronistas, seguramente existiu um cuidado especial por parte dos libertários em recuperar as datas comemorativas correspondentes às tradições de seu país, com a manifesta intenção de fundar uma nova sociedade desde sua matriz simbólica. Tal como ocorreria com outras experiências libertárias, a criação de efemérides próprias era uma questão desenvolvida com o tempo, dispositivo que permitiria reforçar os laços identificatórios entre os colonos e propiciar a

formação de sujeitos anarquistas⁴⁵.

Então, tanto pelo que corresponde aos momentos de lazer como aos das atividades de produção, podemos entender que o Projeto era viável, e que contava com possibilidades de formar sujeitos anarquistas nesse âmbito. Ao não ter regulamentos estabelecidos nem hierarquias, as atividades laborais e de lazer tinham que ser definidas a partir do consenso comum: algum traço semântico atravessava conjuntamente as representações dos atores envolvidos no processo.

Ainda que isso fosse algo mais do que vínculo afetivo ou a mera imitação do próximo – ou por simpatia ou por medo à condenação social-, o fato de fazer referência a um convencimento coletivo gerado a partir de uma apropriação dos significantes que componham a matriz de sentidos anarquistas com relação ao modo de organização do trabalho pode resultar algo excessivo. Isso, especialmente, porque nas narrações dos libertários, não se faz alusão à maioria dos colonos se assumiram como anarquistas.

No caso de Rossi, devemos destacar que, apesar de se expressar frequentemente como um partidário da expansão da Colônia (planejando etapas de produção, a incorporação de novas tecnologias para a melhoria da quantidade e da qualidade do produzido e a especialização dos trabalhadores em diferentes tarefas), nunca deixaria de pensar com relação ao objetivo central do Projeto: a possibilidade de demonstrar a viabilidade da vida coletiva em anarquia. Nessa ordem, o italiano contou na Colônia com um número interessante de situações que lhe permitiram desenvolver suas análises, assim como expor a viabilidade da organização espontânea do trabalho: foram os pontos altos na produção que deram conta disso. Portanto, na reprodução das condutas forjadas na Itália, marcadas por um pensamento privatista que atuava em detrimento do coletivo é que se deve entender – e assim o faria Rossi em muitos de seus balanços finais da experiência – que não foi frutífera em sua totalidade esse tipo de organização e produção material.

De igual forma em outros assuntos, de maneira posterior às vivências da Colônia, Rossi retoma em seus escritos a reflexão sobre o tema do trabalho. No romance O

⁴⁵ Nessa mesma tônica, se encontra a passagem apontada linhas acima, aonde se descrevia a valoração que Rossi e alguns dos colonos realizaram da bandeira vermelha e preta que haviam içado como elemento marcante para a identificação dos membros da comuna em tanto que anarquistas.

Paraná no Século XX, o italiano montaria um cenário inclinado ao desenvolvimento de uma organização do trabalho de índole libertária, dado que aquele Paraná seria já, segundo a narração, uma sociedade de tipo anarquista. No escrito, se produziria uma situação, de início, similar à que ocorrera na Colônia Cecília, na medida que em ambos os casos, os libertários não tiveram impedimentos maiores para criar um tipo de relação social inexistente até aquele momento. A grande diferença de fundo – além das condições materiais nas que se apresentavam cada um dos casos -, estava enraizada no fato de que os indivíduos que morariam nesse Paraná, já haviam passado por um processo de configuração de uma subjetividade libertária.

Apesar de que, com O Paraná no Século XX, Rossi volta para um relato de corte utopista, e abre com isso a possibilidade de narrar uma ficção com elementos afastados de suas vivências mais próximas, o anarquista enfatizaria a recuperação de elementos trabalhados em outros escritos ou de sucessos que tiveram lugar em alguns das iniciativas comunitárias das quais formara parte – evidentemente que aquele da Colônia Cecília vai ser o que maior cobre esse esquema. Por exemplo, em uma das passagens, Rossi remite às labores efetuadas em infraestrutura, tal como fora na comuna anarquista no Brasil, porém, em um contexto totalmente diferente: “Outros grupos de voluntários, financiados espontaneamente pelo povo, executaram trabalhos de utilidade pública, tais como estradas, pontes, edifícios públicos, obras de embelezamento em todas as cidades, grandes e pequenas”. (ROSSI, 2000, p.147)

O tema das continuidades rossinianas em relação às formas de organização selecionadas pelos próprios operários, também é abordado por Vasconcelos (1996, p.66-67) na sua pesquisa:

“Em Il Paraná nel secolo XX, Rossi retoma e dá continuidade a diversos temas já presentes em escritos anteriores. Analogamente a Poggio al Mare, no Paraná do século XX o trabalho se organiza espontaneamente, pois lá cada ‘um se mete onde deve e onde quer, e por fim se encontra deste modo em uma situação mais livre do que em uma sociedade igualitária ou comunista”.

Por sua parte, Mueller realizaria uma breve descrição do lugar que o trabalho

assume estruturalmente na nova sociedade libertária, retomando as características que nesse espaço passaria a ter o trabalho que deixou de ser alienado:

“As associações de trabalhadores, portanto, é que assumem as funções de organização da sociedade. Não nos esqueçamos que o trabalho, à medida que não existam mais dominadores, é uma atividade exercida por todos e, pretende-se, da forma mais prazerosa possível. Cada um, no Paraná do século XX, escolhe sua profissão (...) cada um desenvolve seu trabalho de acordo com suas possibilidades. Questiona expressamente a igualdade, seja na produção, seja no consumo”. (MUELLER, 1989, p.296)

A organização do trabalho espontânea ajustada às necessidades coletivas, e estando adequada aos gostos, interesses e habilidades individuais de cada paranaense, brindava também a oportunidade de ampliar as franjas horárias nas quais se desempenhavam – e assim teriam mais opções para escolher os momentos nos quais trabalhariam. Por sua vez, podemos estimar que Rossi estivera pensando em uma redução do tempo da jornada de trabalho vigente até então, o que redundava em uma maior quantidade de horas disponíveis para o desfrute por fora das atividades meramente produtivas. Ao agregar-se ambos procederes, era compressível que surgissem cenas como a seguintes:

“Cada grupo determina a duração da jornada de trabalho, e há uma tal variedade de horários que as ruas da cidade parecem estar cheias de pessoas que não fazem nada, enquanto, pelo contrario, todos trabalham, alguns mais,alguns menos,alguns de manhã cedo, alguns à tarde, alguns durante o dia, alguns à noite”. (ROSSI, 2000, p.168)

A visão geral que Rossi deixa transparecer no escrito, tem um grande componente daquele espontaneísmo desenvolvido pelos clássicos anarquistas, assim como pelas propostas dos socialistas utópicos que resenhamos linhas acima:

“Dessa forma, todos os elementos da empreitada se encontraram reunidos de maneira espontânea e natural, sem a intervenção das autoridades governamentais e dos capitalistas, que já não existem mais. Nem mesmo na execução dos trabalhos se interpõe qualquer forma de autoridade”. (ROSSI, 2000, p.158)

O trabalho, organizado por grupos de tarefas de acordo as preferências de cada operário, longe de se mostrar como um âmbito opressor no qual se restaria qualquer tipo de incentivo às potencialidades criadoras dos homens, se tinha convertido em um espaço para o desenvolvimento de suas mais diversas capacidades. Nesse sentido, a afinidade reinante entre os trabalhadores era um elemento que se destacava: o respeito e o reconhecimento mútuo, por fora de alguma classe de egoísmo e concorrência interna, geravam um clima de camaradagem que potenciava os melhores sentimentos coletivos nos operários.

Sem a imposição de sistemas de prêmios e castigos, o esforço dos trabalhadores era incentivado pela satisfação de uma tarefa bem realizada, assim como pelo reconhecimento de seus colegas e da comunidade toda:

“Entre pessoas que conhecem bem sua profissão, que estão intimamente interessadas no bom êxito da obra pelo crédito que cada uma delas vai ganhar, quer em conjunto, como integrante do grupo 112, quer individualmente, pelo papel que exerce na obra coletiva, entre tais pessoas uma palavra é suficiente para um entendimento imediato. Há trabalhos que exigem uma certa independência entre várias pessoas; assim, por exemplo. Por acaso tem a obrigação de ter uma jornada de trabalho de quatro ou oito horas? De jeito algum. Ele regula-se com base em seu próprio interesse pessoal. Se largar o trabalho antes do tempo, fica prejudicado o crédito do grupo e, conseqüentemente, o seu crédito também”. (ROSSI, 2000, p.158)

A situação seria resolvida da seguinte forma:

“Com toda probabilidade, o grupo não iria querer ter esse prejuízo e o demitiria. Neste caso, resta-lhe a escolha entre duas possibilidades: ou sacrifica sua vontade de ir passear a seu interesse de consumidor e permanece em seu lugar de trabalho, ou satisfaz seu desejo de ir passear enquanto os outros trabalham, mas sai do grupo 112 e começa a trabalhar por conta própria, ou entra num grupo de pessoas menos ativas. Assim, vai ser obrigado a buscar seus próprios fornecedores numa esfera de atividades com capacidades equivalentes. No ato da sua saída, o grupo providencia a substituição dele”. (ROSSI, 2000, p.158-159)

A menção do sistema de créditos está duplamente inserida no sistema de

organização social: por uma parte, remete ao modo de regulação que se dariam os libertários com relação à distribuição da produção e do consumo. Porém, uma maior quantidade de créditos envolvia uma tarefa melhor efetuada, e com isso um reconhecimento mais amplo da comunidade em relação ao valor daqueles homens.

Com respeito a esse último ponto, Rossi não se propôs a pensar na realização de um desejo pessoal dos paranaenses em conseguir uma fama relacionada ao êxito e à série de prebendas que essa posição possibilitava nas sociedades atuais. No Paraná narrado pelo italiano, estava também em jogo o reconhecimento, mas pensava no êxito com diferente sentido. É que ao atuar dentro de um coletivo e subsumindo suas produções a esse todo, os trabalhadores entendiam que seu sucesso invariavelmente impactava no melhoramento geral de todos os paranaenses: a satisfação individual se obtinha com a grupal e vice-versa.

O autor continua explicando essa questão tão delicada relacionada ao êxito no Paraná com a atividade a que cada um se dedicara:

“Desse modo, a fama dos grupos de produção dos diferentes ramos do trabalho torna-se cada vez mais sólida, juntamente com a de cada participante. Isso não representa apenas um estímulo moral, mas também um chamariz para o interesse pessoal: quer dizer, os trabalhadores melhores são reconhecidos por seus próprios pares e aceitos como tais por todos, sem que, por outro lado, isso signifique a mínima desconsideração por parte dos demais. Os grupos da produção dão a estes os melhores o melhor de sua produção”. (ROSSI, 2000, p.159)

Os outros trechos do livro continuaram abordando diferentes assuntos aqui pesquisados, e que foram as bases rossinianas de referência da variável trabalho. E, obviamente, cada um dos aspectos relacionados ao mesmo, encontrou sua possibilidade de desenvolvimento sem grandes determinações. Assim, por exemplo, no Paraná daquela época, foi instaurada uma forma de organização coletivista de trabalho fundada nas concepções anarquistas em detrimento das de tipo comunistas:

“Com o direito que tem cada um de fazer o que mais lhe agrada e, por conseguinte, também de dar de presente os produtos de seu próprio trabalho a quem ele considera merecer mais. Sei que isso fere tuas idéias

preconcebidas de comunismo, mas o tempo é um grande agente de mudanças”. (ROSSI, 2000, p.159-160)

Rossi concede um cenário no qual seus argumentos são compreendidos e aceitados a partir do raciocínio que os mesmos carregam:

“Olhe as coisas um pouco mais sob o aspecto da liberdade: *cada um trabalha como pode, como sabe e, principalmente, com a intensidade que quiser*. Imagine uma pessoa que sabe perfeitamente que pode muito, mas que quer pouco. Numa organização comunista, o infeliz seria objeto de não sei quantas considerações agridoces que lhe infernizariam a vida...”. (ROSSI, 2000, p.160)

Do citado acima, podemos apreender a constante reivindicação por parte de Rossi da autonomia individual, sempre dentro da harmonia coletiva:

“Hoje, no Paraná, o homem que quer fazer pouco ou que aos outros parece pouco ativo é livre e vive tranqüilo como todos os outros. Os grupos e os indivíduos que produzem, conhecem-no, sabem aproximadamente quanto vale socialmente, aceitam suas ofertas ou as recusam, mas sempre sem fazer nenhum sermão” (ROSSI, 2000, p.160)

46

Desta forma, o italiano reivindica muitos dos pontos que foram trabalhados durante a experiência da Colônia como elementos viáveis de ser levados à prática, ao tempo que reafirma seu posicionamento frente a outras posturas socialistas, detratadas de suas propostas.

⁴⁶ Idem. Outro exemplo a considerar, é aquele dos avanços tecnológicos. Mueller referencia ao trabalho e à incorporação de tecnologia neste: “Desta evolução longa e penosa – a data do ‘hoje’ da utopia é 1950- surge um Paraná com uma ampla rede de ferrovias que circulam a produção fazendo com que nada falte em lugar algum. Foi construído um núcleo gerador de energia elétrica, Eletrópolis (significativamente usando a energia de Sete Quedas, hoje Itaipu) com aproximadamente 500 mil habitantes, produzindo energia para as oficinas e fábricas bem como para as cidades”. E continua: “É feito um aproveitamento racional das florestas, extraindo madeira, frutos e ervas (a erva mate principalmente), com um sistemático reflorestamento. E, o que é mais importante: um prazeroso exercício do trabalho e total ausência de autoridades” (MUELLER, 1989, p.297-298).

Amor livre

I

A singularidade da experiência da Colônia Cecília, uma comuna com bases anarquistas, formada inicialmente por militantes libertários, e logo incrementada pela inserção de camponeses que medianamente conseguiam se adaptar a tais preceitos, encontra a partir da perspectiva de Rossi uma boa definição do que seria a mesma: um laboratório de relações sociais. Relações sociais que estariam regidas unicamente pelo livre arbítrio de cada um dos partícipes.

Anteriormente, dedicamos uma secção ao lugar que o trabalho tinha como um dos eixos configuradores das relações entre os colonos, ainda que, ao mesmo tempo, tenhamos destacado que essa pesquisa não se concentraria nesse elemento como o determinante da estruturação social da Colônia: o empreendimento ia muito além da geração de um modo de convivência no qual se eliminava a forma assalariada do trabalho. As liberdades apontadas pelos anarquistas se viabilizavam antes pela fundação de um novo sujeito político. É por isso que, aqui, passaremos a analisar um outro fator que tinha caráter fundante para o laço coletivo entre os indivíduos da comuna: o amor livre.

Aquele horizonte final que se propunham os anarquistas que compunham a Colônia, surgiria da eliminação das diversas opressões vigentes nas sociedades capitalistas ocidentais. Daí a centralidade que tinha o amor livre (assim como outras formas de amor fraternal não convencionais, diferente do modelo burguês de família como estruturador de novas formas de estabelecer as relações sociais.

Não entanto, foi unicamente Giovanni Rossi quem, entre os pioneiros anarquistas, daria ao tema um grande impulso que, como se viu, foi tomado como fundamental ao longo de toda sua atividade militante. Por isso é que, no início destas linhas, recuperamos a ideia do laboratório social: Rossi entendia que se devia testar as formas pelas que cairiam as velhas opressões a partir da experiência, e não sujeitá-las a fórmulas teóricas que não se correspondiam com a prática. A especificação que se cabe

fazer é que, apesar de o italiano expor a centralidade do amor livre, na prática, ele não vai se fechar em nenhuma dessas formulações: ele via na queda do amor burguês o elemento desencadeante da transformação social, por isso a ênfases que conferia a esse assunto.

Essa preponderância que Rossi dá ao tema do amor livre já se encontrava presente em seus escritos de juventude. Na introdução de Poggio al Mare, o italiano discorre sobre o amor livre junto a alguns dos eixos considerados centrais por teorias anarquistas, como aqueles que propiciariam a criação de uma nova ordem social. Dessa forma, Mello Neto assinala que:

“...Rossi estabelece ‘as condições necessárias e a face provável da nova sociedade’, resumidas em: ‘Anarquia nas relações sociais: amor e nada mais que amor na família; propriedade coletiva dos capitais; distribuição gratuita dos produtos no ajuste econômico: negação de Deus nas religiões’”. (MELLO NETO, 1996, 24-25)

A passagem anterior permite observar Rossi localizando o amor livre em um mesmo nível de importância que outros elementos socialistas clássicos no momento de pensar uma mudança social radical. Porém, com a continuidade de seu escrito, vai se tornando cada vez mais destacado o lugar que o italiano atribui à prática do amor livre, como ponto de fuga que aglutinaria a criação de uma nova ordem em detrimento da sociedade burguesa da qual formava parte.

Ressalta-se que a proposta que desenvolvia Rossi a respeito ao amor livre ia além das relações sensuais. Outras formas de amor também eram colocadas em questão, sendo o modelo de amor familiar burguês um dos principais pontos de crítica. Igualmente, em seus primeiros trabalhos, o italiano realiza uma série de ataques à instituição familiar. A respeito deste assunto, Mueller (1989, p.280-281) aponta:

“Sem limitar-se a questionar a família burguesa, como dissemos acima, estende seu questionamento a toda e qualquer estrutura familiar. Desde que haja o sentimento de que, por laços de sangue, um grupo deva ser destacado de outro em uma sociedade, a vida socialista é impossível”.

A mesma autora indica um tipo de limitação nas exposições rossinianas, ao destacar, por exemplo, que “Rossi não faz nenhum estudo sobre as origens da estrutura familiar: critica a idéia de família em si”. (MUELLER, 1989, p.281)

Nesse aspecto, Mello Neto (1996, p.28) ressalta sobre o Rossi de juventude: “Ao mesmo tempo que defende a união livre, combate o adultério e o egoísmo, achados comuns, em seu entendimento, na sociedade familiar burguesa” e cita uma forte diatribe do italiano:

“...burgueses que em quase todas as casas tem adultério, que é a forma de amor livre menos digna, que contaminou a mulher do amigo de *lues sifilítica*, que comprou a filha do pobre, que oprimiu a esposa e os filhos, que daquelas desfolhou distraidamente as rosas da juventude e destas fez definhar as primeiras palpitações da adolescência. Paladinos da família burguesa, defendam-se! Mas honestamente – se for possível! - esta escória, este ninho de egoísmo”. (ROSSI, G. **Un Comune Socialista**, 5 ed. Livorno: Favallini, 1891, p.86 citado por MELLO NETO, 1996, p.28.)

Reforçando a linha argumentativa que estamos desenvolvendo nessa parte do estudo, Mello Neto menciona uma passagem de Rossi sobre a questão do matrimônio:

“...concedamos mesmo que um terço dos casamentos aconteçam por puro amor; os outros dois terços por compromissos, interesses e libidinagem, porque assim querem os genitores, etc. Estes dois terços de qualquer forma representam casos de pura prostituição, que tal pode dizer-se à união dos sexos sem amor”. (ROSSI, G., 1891, p.86 citado por MELLO NETO, 1996, p.28.)

Nessa mesma tessitura, e com relação ao posicionamento do jovem Rossi, Mello Neto diria:

“Nessa etapa de seu raciocínio doutrinário, a família existia, embora devesse ser reformada. Seus limites, no entanto, não eram apresentados com clareza: ‘Entre família, que deveria ser fonte de alegria, e propriedade, que não pode deixar de ser senão causa de dor e de delitos, não há nem pode haver qualquer coisa em comum, nem sentido de solidariedade (...) Não só a lógica, mas o coração nos impele a combater a propriedade individual e a respeitar, ou melhor, aperfeiçoar a família. E a família, entendemos aperfeiçoá-la educando os jovens dos dois sexos,

estabelecendo o amor como única razão possível de união, dando iguais direitos e iguais deveres ao homem e à mulher, suprimindo o matrimônio, livrando os filhos da autoridade, mas não do amor dos genitores” (ROSSI, 1891, p.34 citado por MELLO NETO, 1996, p.38)

Apesar de ser esse um escrito tingido de um ar romântico, ficaram plasmadas as pistas em que circularia continuamente a proposta do autor no que se refere ao tema do amor livre. Com a continuidade de seus trabalhos, as sentenças de ordem moral esboçadas por Rossi perderam parte de sua inocência ou, para dizer de outro modo, foram polidas posteriormente com o aporte de elementos que recuperariam de sua experiência de vida. E procederia dessa maneira, sem se desviar dos fundamentos com os que constrói seus razoamentos e análises das problemáticas envolvidas nas relações humanas.

Para concluir com essas percepções do jovem Rossi, um parágrafo de Mello Neto aponta com clareza que:

“As palavras de Rossi são uma repetição eterna em defesa da liberdade do amor, da espontaneidade e do exclusivismo do amor como fator essencial na constituição e continuidade da aliança conjugal: ‘Em uma palavra, queremos que o amor seja o único vínculo que una a mulher ao homem e que, cessado este, a união seja considerada como uma torpeza moral’”. (MELLO NETO, 1996,0 p.26)

Porém, essa candura com que se expressa Rossi deve ser matizada e pensada em função do espaço discursivo pelo qual circulava. Para as ideias vigentes na época (e para as atuais seguramente também), os planos do italiano comportavam uma radicalidade que dificilmente os poderiam fazer aceitáveis de forma massiva, especialmente pelas representações com que a família cobrava sentido naquele momento. Evidentemente, é no interior das discussões libertárias, e círculos adjacentes como outras correntes socialistas ou reuniões conformadas por diferentes grupos boêmios, onde se pode pensar como ativo o debate da escrita rossiniana.

Dessa forma, e tal como menciona Beatriz Pellizzetti Lolla (1999, p.87), seria por volta daquele período que entrariam na cena pública alguns temas concernentes às relações familiares, como o do divórcio ou a questão feminina:

“A discussão sobre o divórcio também chegava a seu bem sucedido lugar, nos meios urbanos, no final do século XVIII. Não se pode esquecer Claire Démar com sua *Ma loi d’avenir* (1803) e romances de George Sand a favor da independência feminina, (...) como o grupo *Le droit de femmes* (1881) e o periódico *La citoyenne*, fundado por Hubertine Auclert (...)“Hubertine Auclert foi considerada a ‘sufragista’ francesa mais ativa e notável, como escreveu Michelle Perrot, lembrando ainda, com Duby, que, em geral, porém, a mulher dessa época, do final do século XIX, vivia ainda à sombra silenciosa da maternidade doméstica. Por esta situação do sexo feminino, na sua maioria, é que Rossi tecera reivindicações nos seus textos, sobre um seu justo posicionamento, na própria sociedade do século XIX.”

Sem desestimar completamente a argumentação de Pellizzetti Lolla, tomaremos a indicação de Vasconcelos (1996, p.57), que declara que as críticas ao modelo familiar burguês não eram um assunto que ainda não tinha sido trabalhado: “O tema, portanto, não era novo na época de Rossi, tanto assim que este não hesita em eleger a família, e não a estrutura econômica, como o verdadeiro fundamento da sociedade capitalista”.

Na realidade, o que aparece entre as afirmações de Vasconcelos e Pellizzetti Lolla é uma diferente compreensão das temporalidades, do período que um tema demora a ser reconhecido como uma problemática social: ambos situam a aparição da discussão com relação à mulher e à família burguesa em um mesmo momento histórico. Da mesma maneira, Vasconcelos continuaria sua exposição afirmando:

“Podemos entender a crítica à autoridade no seio da família como parte de um processo de emancipação da mulher, que se torna particularmente evidente a partir da segunda metade do século XIX, e que tem suas raízes no pensamento anarquista (...) ficou imune às transformações sociais advindas da industrialização, especialmente no que dizia respeito às classes médias”. (VASCONCELOS, 1996, p.57)

Finalmente, o autor não deixa de mencionar a complexa trama pela que atravessava a concepção da infância nessa conjuntura:

“Havia, por exemplo, uma maior preocupação com o controle da natalidade, pois os filhos, a partir de então, passavam a representar um peso no orçamento sem que fossem percebidas vantagens

compensadoras. Isto se acentua com as progressivas leis concernentes ao trabalho infantil, que diminuía ainda mais a minguada renda complementar proporcionada pelos filhos menores que trabalhavam nas fábricas”. (VASCONCELOS, 1996, p.57)

Dentro desse marco geral, se retoma a ideia de que as propostas do italiano iam além do que se estava gestando no momento. Por exemplo, se se consideramos o caso do divórcio como um elemento saliente da época, verificamos que Rossi em nenhum momento o supõe como uma solução progressista aos conflitos matrimoniais. Para o anarquista, a resposta a esses casos devia ser mais contundente, era preciso que o problema fosse cortado pela raiz, e, para isso, o caminho indicado não era outro senão o da eliminação da instituição matrimonial - junto à dissolução do formato burguês de família.

Com uma proposta crítica às observações registradas mais acima, Helena Mueller (1989, p.288) comenta:

“A defesa do amor livre é realmente questão bastante avançada para a época. O divórcio sim, a possibilidade de acabar ‘com a farsa de um matrimônio sem amor’, este é aceitável; é mesmo uma das faces da luta socialista. Mas Rossi nega o divórcio como sendo parte da luta pela liberdade, à medida que não questiona a família. No fundo mantém a essência familiar: um homem, uma mulher, os filhos”.

Nessa sentido, encontramos a seguinte citação de Mueller (1989, p.225) com relação ao amor livre:

“Se permanece o vínculo formal, necessariamente entra em cena o fingimento e a traição e, portanto, a violência moral. Propõe, como alternativa, a dissolução do casamento assim que o amor acabe. Vai mais além, porém, ao acrescentar uma nota escrita já em 1891 em defesa da pluralidade de afeto, uma de suas questões essenciais de então”.

Por enquanto, muitas vezes Rossi se mostra radicalmente contrário à existência da família. Sua posição contrária à família instituída chegaria a ser tão aprofundada que, em um momento de sua carreira, escreveria:

“Da minha parte, estou convicto que a família é o maior foco de imoralidade, de maldade, de ignorância. Se me fosse permitido escolher destruir um dos grandes flagelos humanos – a religião ou os gafanhotos, a propriedade privada ou o cólera, a guerra ou os mosquitos, o governo ou as chuvas de pedra, os parlamentos ou as fístulas, a pátria ou a malária -, eu escolheria, sem hesitar, destruir a família”. (ROSSI, 2000, p.121)

O que nos leva à impossibilidade de concretizar uma sentença a respeito da direção que contém sua postura é que em poucas ocasiões Rossi se manifesta explicitamente como na passagem citada. Talvez como referência para a obra geral do italiano, é válido tomar a seguinte frase: “Longe de mim fazer o processo contra a vida em família e escrever a sua requisitória. A família se processa a si própria todos os dias e se descompõe e rui a cada minuto”. (ROSSI, 2000, p.121)

Portanto, temos que, apesar dos conceitos de Rossi serem evidentemente contrastantes para o período, algumas vezes não alcançavam o grau de ruptura que caracterizavam o italiano, ficando preso das mentalidades de época. Um desses casos foi mencionado na seção anterior, e refere a sua militância a favor da liberação da mulher: constante reivindicador e impulsor dessa causa, no momento de forjar uma hipotética situação em que as opressões masculinas se houvessem eliminado, em suas narrativas, o italiano atribuiu à mulher tarefas e trabalhos que não precisam uma grande especialização intelectual. Nesse caso em particular, Rossi intenta fazer prevalecer a ação feminina. Esta ação permite ser lida em sintonia a outros temas que impulsionou ativamente, mas nos quais não achou avanços destacados, seja pelas limitações de suas propostas ou por não encontrar uma recepção acorde com as inquietudes que transmitiam.

Para investigar mais um pouco a afirmação, uma citação de Mello Neto (1996, p.27) a respeito de Rossi menciona:

“Além da defesa da plena liberdade dos sexos, sua visão está mais acentuadamente para os direitos da mulher. Os exemplos que procura dar para a união dos sexos – o casamento poliândrico - mostram o relacionamento de dois ou mais homens com uma mulher, dando mais destaque, mais valor, aos elos nascidos na esfera espiritual, consubstanciados em admirações afetivas, intelectuais, etc.”

Aqui se vê um outro caso de Rossi no sentido do que se vem trabalhando, já que, embora haja uma preocupação por estabelecer a igualdade dos sexos, para reivindicar o lugar da mulher e sua participação em relações de amor livre, o italiano dá ênfases nos valores associados à afetividade, ao sentimento, à sensibilidade.

E o que se deve ressaltar antes de tudo é sua oposição primeira à instituição da família, como parte de um processo geral de transformação social. Por isso, a família:

“...só seria destruída pela mudança da consciência popular, pela autodestruição interior, o que se daria pela prática do amor livre, que anularia os sentimentos egoístas de posse. Para ele, sendo a família o principal esteio do capitalismo, era ela incompatível com a concepção socialista de sociedade e, se não fosse extinta, destruiria o comunismo”. (PAZZELLO VALENTE, 1997, p.90)

Desse processo geral fazia parte a liberação da mulher em sua totalidade, e não só dentro da esfera econômica:

“Por isto, não era a emancipação econômica da mulher e a proposta de uma livre união, que deveriam constar de todo programa socialista, simplesmente porque as Uniões não eram livres. O que deveria constar no programa era a destruição da família e, na moral socialista, dever-se-ia compreender o amor livre”. (PAZZELLO VALENTE, 1997, p.90-91)

Apesar de sua predileção pelo fato das uniões sensuais se darem dentro dessa atmosfera incluir tanto homens como mulheres, ao estar tratando o tema do estamento feminino, o anarquista nunca chegou a indicar a possibilidade de uma liberação sexual total da mulher, em que ela disponha completamente de sua vontade para decidir sobre si mesma. Especificamente, o que procuramos ressaltar é que Rossi não consegue apartar a mulher de sua imagem de candura, inocência e temeridade, questão que pode ser claramente colocada sob a influência romântica a que já fizemos alusão em outras partes de esse trabalho.

Para a autora Helena Mueller (1989, p.284), o que está de fundo é a impossibilidade de Rossi pensar em uma autêntica liberação feminina:

“Para ele [Rossi] é necessário que, ao nos pronunciarmos pela liberdade, coerentemente ajudemos aos outros a serem livres. Este ‘outros’ no caso tem endereço certo, e neste momento quem fala mais alto é o homem Rossi: é preciso que os homens ajudem as mulheres a serem livres também no amor e não só economicamente autônomas”.

A apreciação crítica de Muller continua quando afirma como é o homem quem assume o processo ativo da liberação feminina, reproduzindo com isso a sujeição da qual as mulheres procuravam se deslindar. O homem continua sendo quem define as condições de possibilidade de determinados atos, a partir do exercício do seu poder de dominação simbólico:

“É necessário que o homem ensine à mulher a prestar atenção a seus prováveis afetos, além daquele que ela dedica a seu marido (...) coloca a possibilidade de transformação da mulher sob a tutela do homem, no momento é o quanto pode abrir seus horizontes no tocante à posição da mulher. Por outro lado, cremos, exige um pouco demais do homem, talvez por confiar irrestritamente na sua capacidade de mudança?” (MUELLER, 1989, p.284)

Em consonância com a pista proposta por Mueller, e as limitações assinaladas à exposição rossiniana, aparecerá um assunto a aprofundar, em quanto se decide abordar o caso da situação masculina. Preocupado em desenvolver esse caso da mulher, o italiano não repara que a liberação no plano do sexual também devia se dar por parte dos homens, o que nos leva a pensar sobre uma lógica própria desse processo. Os acontecimentos da Colônia Cecília lhe demonstraram na experiência como a situação masculina no assunto carregava uma carga de complexidade não menor do que a feminina. Rossi, sem se adentrar no fenômeno particular, somente incluiu os homens quando efetue raciocínios que abarcavam a humanidade como totalidade, sem fazer diferenciação genérica alguma. Esta menção também se estende ao questionário que o italiano aplicara a um colono que formou parte de uma experiência de amor livre na Colônia, já que a mesma não tentava cindir aspectos que se refeririam a uma singularidade masculina, senão levantar informação sobre uma das partes que intervinha em dito ato.

Em seu trabalho de pesquisa, Mueller (1989, p.285) realiza uma interessante reflexão com relação ao que se esboçara pouco mais acima:

“Aliás, em nenhum momento ele [Rossi] faz referência à necessidade de mudança do homem em relação ao amor livre: talvez porque já o veja livre? Se sim, ele se enquadraria na concepção social burguesa de que o homem jamais tenha sido tolhido de sua liberdade amoroso-sexual; a ele sempre foi dada a possibilidade da infidelidade, até mesmo necessitando dela para afirmar sua virilidade”.

Essa segunda parte de sua exposição não só é rejeitada de plano pela autora, mas também lhe permite posicionar sua argumentação com relação a como as mentalidades da época continuavam sendo marcantes para Rossi. Tal determinação se tornava especialmente visível para Muller (1989, p.285), quando o italiano se referia a problemas relacionados à autoridade e à liberdade:

“Estaria, para usar suas palavras, mentindo pois, se o que se coloca em questão é a (in)fidelidade, não se pode falar em liberdade mas sim em manipulação da autoridade. Rossi é, assim, o exemplo vivo de suas teorias: como é difícil a mudança para o ser humano, como é difícil para ele despir-se de suas questões culturais, principalmente aquelas tidas como ‘naturais’ dentro da sociedade”⁴⁷.

A autora sustenta sua posição a partir de análises de um artigo da época com relação à mulher:

“Sugere, assim, à mulher que sacuda esta situação, que não se deixe ser admirada como a uma estátua, que rompa com o falso pudor que lhe é imposto. Se assim o fizer, diz o autor –certamente um homem- esta companheira só teria aplausos e palavras de encorajamento. Finaliza dizendo confiar na mulher; espera, no entanto, não confiar em vão!.Este é um dos artigos sobre a mulher mais radicais dos que encontramos, apesar de colocar a emancipação da mulher sob a tutela do homem (...) Como podemos ver, nem sempre a questão está clara para os militantes, nem respeito da mulher nem sobre a questão racial...”. (MUELLER, 1989, p.163)

47

A autora sustenta sua posição a partir de análises de um artigo da época com relação à mulher: “Sugere, assim, à mulher que sacuda esta situação, que não se deixe ser admirada como a uma estátua, que rompa com o falso pudor que lhe é imposto. Se assim o fizer, diz o autor –certamente um homem- esta companheira só teria aplausos e palavras de encorajamento. Finaliza dizendo confiar na mulher; espera, no entanto, não confiar em vão!”. Para assinalar o seguinte: “Este é um dos artigos sobre a mulher mais radicais dos que encontramos, apesar de colocar a emancipação da mulher sob a tutela do homem (...) Como podemos ver, nem sempre a questão está clara para os militantes, nem respeito da mulher nem sobre a questão racial...”. Mueller, Helena, Op. Cit., p.163.

Os temas da liberação feminina e da opressão exercida pelos homens em diferentes âmbitos eram já um assunto discutido e polemizado de maneira extensa na época. A própria Mueller oferece o exemplo de um caso no qual a imprensa anarquista aborda aquela situação, denunciando o débil das intervenções que até o momento se tinham executado:

“La Favilla, jornal da ‘Associazione generale dei contadini italiani’, de tendência anarquista, publica, por exemplo, um interessante artigo sobre a mulher. Intitulado ‘La Donna’, faz a ponte entre a emancipação da mulher e a do operário. Diz o artigo que muitas coisas mudaram no mundo mas a condição da mulher, assim como a do operário, continua a mesma”. (MUELLER, 1989, p.162)

Assim mesmo, outra autora que consultamos neste estudo, Pazello Valente (1997, p.128), também se encarrega de ressaltar que a temática da mulher não era algo desconhecido em absoluto naquela etapa, e afirma que “A emancipação feminina era vista como imprescindível para o sucesso da causa anarquista” e procede, para afirmar seu comentário, à transcrição de um trecho de um periódico libertário: “Seria tempo que nos ocupássemos da emancipação e da educação social do sexo feminino, que pelo estado de abjeção em que agora é tido, é, a meu parecer uma das causas da degradação do proletariado”. (A mulher. In: **Il Diritto**. Curitiba, v.2, n.17, p.2, 25 março, 1900 citado por PAZELLO VALENTE, 1997, p.129)

Como pode se perceber pela passagem citada, como na seguinte, com a qual continuará o artigo (artigo) relacionado à liberação da mulher, está colocado em um nível enunciativo em conformidade ao que apresentava Mueller linhas acima. Outra vez, é o homem que, a partir de seu lugar supostamente já liberado, se pronuncia a favor de uma série de ações que teriam que fomentar o desenvolvimento intelectual e físico da mulher:

“De facto, a questão feminista é interessante, tanto do ponto de vista dos sofrimentos morais e materiais aos quais é submetida (...) como da nefasta influência que ela possui sobre a materialidade do homem, e creio que seria urgente que nós trabalhássemos para elevá-la ao nível intelectual e revolucionário de todos aqueles que querem a emancipação da humanidade (...) Elevada a mulher ao nível moral do indivíduo consciente, não impedirá mais o caminho da revolução”. (A mulher. In:

Il Diritto. Curitiba, v.2, n.17, p.2, 25 março, 1900 citado por PAZELLO VALENTE, 1997, p.129)

A própria Pazello Valente (1997, p.129) ressaltará três pontos que, segundo seu entendimento, definem o modo no qual a matéria se concebia na época: “A mulher é causa da degradação do proletariado; Exerce uma nefasta influencia sobre a materialidade do homem; É necessário educar a mulher para que ela não impeça o caminho da revolução”.

A partir desses elementos apontados pela autora, abre-se um caminho para uma ampliação das análises a respeito da posição da mulher. Já não se recorta o olhar ao que seria seu agir como ser humano e, por isso, portadora de uma série de liberdades que a conseguiriam realizar como tal. Neste aspecto, a discussão busca situar-se em torno da necessidade de uma abertura de suas capacidades para que tome uma parte ativa no processo de transformação ou revolução social que impulsionavam os anarquistas. Manifestou-se a intenção de incorporar a mulher às diferentes lutas encaradas como um sujeito político ativo.

Se o que se propunha era a criação de novas ordens sem opressões, os atores envolvidos não deviam assistir às mudanças como meros espectadores neutros, e não somente porque mais forças eram necessárias para fortalecer os frentes de combates, senão porque o marco de ação, no qual se pensavam, tinha que acarretar o compromisso total de todos os participantes – entendendo não unicamente o engajamento político, senão também os diversos laços emotivos que se desenvolviam entre os mesmos. Acerca do indicado, Pazello Valente (1997, p.129) aprofunda seu parecer mediante a seguinte série de comentários:

“Encarada sob este prisma, a educação da mulher aparecia como uma exigência: se ela não se conscientizasse politicamente, ocasionaria obstáculos para que a revolução se estabelecesse porque impediria que os homens a ela ligados exercessem a tarefa que a militância lhes impunha. Sendo ignorante, a mulher era presa fácil da religião, amedrontava-se com as ameaças e criava barreiras para a prática política”.

Ao mesmo tempo, essa autora culmina sua exposição a respeito das polêmicas e debates relacionados com a questão feminina na época recuperando militantes da tradição anarquista que lhe permitem esboçar um conceito que, de alguma maneira, estaria indo em uma posição contrária à que anteriormente se viu com Mueller:

“Para muitos – Bakunin, Malatesta e o próprio Rossi - a mulher só poderia ser considerada verdadeiramente livre a partir do momento em que pudesse dar livre curso à expressão de seus afetos. Esta era, inclusive, uma das idéias pregadas insistentemente por Rossi na comunidade anarquista por ele fundada no Paraná, não sem resultados concretos”. (VASCONCELOS, 1996, p.58)

A perspectiva de Rossi propendia, sem margem de dúvidas, para a liberação da mulher. A problemática, e em parte é o que se tem podido observar com os diferentes enfoques dos autores que temos citado, surge com o modo em que o italiano tende a fazer visível o conflito. Neste ponto, radica uma das problemáticas que mais relevância tem tido neste trabalho e que continuamente reaparece, dado que quando a tendência é afirmar certa visão a partir da qual, teórica e politicamente, Rossi coloca em circulação suas propostas, a heterodoxia do italiano se faz relevante.

Dessa forma, parece se vislumbrar uma separação do anarquista de uma posição de destaque para com a mulher, no parágrafo que se citou a continuação, volta a se demonstrar uma sujeição às diferenças de gênero, ocupando aquela um lugar de inferioridade frente ao espaço social masculino de dominação. Com efeito, Rossi (2000, p.124) indica que:

“A harmonia das relações econômicas entre o indivíduo e a sociedade só poderá ser natural e espontânea quando todas as mulheres forem consideradas como possíveis amantes e todas as crianças como possíveis filhos. Então, o afeto das mulheres mais belas e mais gentis será o prêmio desejado por todos os homens; será o estímulo que substituirá a riqueza e a glória...”.

Inclusive, sua postura claramente positivista, novamente se faz presente: “A concorrência sensual – tão importante na luta pela existência e no aperfeiçoamento da

espécie - romperá as divisórias artificiais, espalhando-se novamente na vastidão natural da vida”. (ROSSI, 2000, p.124)

Não é somente nas temáticas, como neste caso a de gênero, das que Rossi entra e sai permanentemente, também o fará em seus enfoques: percebemos que, de elaborações feitas sob um olhar humanístico passa, como no final do trecho anterior, a encaixar suas ideias com um forte traço positivista. Mais ainda, a continuidade da parte citada recupera questões como o progresso e a autoridade que imprime o exercício da razão por sobre qualquer outro tipo de conduta:

“E os indivíduos melhores juntar-se-ão, melhorando a espécie, porque as virtudes têm seu lado artístico, seus atrativos de beleza. E mesmo hoje, apesar de toda a fatuidade do sexo e da educação, a mulher, espontaneamente, sem a idéia fictícia do dever social, vem, não raro, se interessando mais pelo homem inteligente e bom do que pelo perfumado e enrijecido fantoche de Norimberga”. (ROSSI, 2000, p. 124)

Para deixar mais claro o que se intenta sustentar, e embora não seja específico para o tema da mulher, por mais que o inclua, tomamos as seguintes palavras de Mello Neto (1996, p.41) acerca do italiano:

“O empolgamento do autor na defesa dos valores sociais e morais do cidadão e sua confiança na existência do altruísmo como bem inato em todo ser humano vão alimentando o discurso doutrinário, utópico, até mesmo ingênuo, muita vezes, mas sempre partindo do princípio da aceitação dos valores morais e sociais acima dos interesses pecuniários”.

É essa destacada impressão romântica, assim como esse tipo de mistura entre radicalidade e candor que é ser comum nos escritos de Rossi, que complica o fato de revelar com certeza qual era o estamento a partir do qual o italiano enunciava suas prédicas. De tal forma, distiguirmos facilmente em seus desenvolvimentos, sobre o que seriam as posições que ocupariam os diversos atores nas novas formas de se estabelecerem as relações sociais, um especial cuidado em prestar maiores benefícios para aqueles que nas sociedades anteriores sofriam os estados de maior opressão. Assim, em algumas ocasiões ele descreveria que as mulheres trabalhariam junto com os homens, em atividades que

demandassem – segundo seu parecer - esforços intelectuais, mas não sobrecargas físicas. Igualmente, as mulheres teriam relações sexuais abertas tanto como as tinham os homens, sendo elas mesmas as que poderiam propor os encontros, ao mesmo tempo em que Rossi não menosprezava que superassem aos homens na quantidade de relações.

Essas considerações não se contrapõem ao indicado no que refere ao marco de sentidos que muitas vezes determinava o raciocínio do italiano porque ainda quando fazia ataques ao senso comum da época, avistava-se a ingerência dos socialistas utópicos deixando sua marca. Nessa direção, Vasconcelos recuperaria uma declaração de Fourier, que serviu como exemplo para ressaltar tal influência manifesta:

“Fourier critica a condição de inferioridade a que são relegados a mulher e os filhos: ‘O que devemos pensar’, questiona ele, ‘de uma instituição criada pelo sexo forte, tão enojosa para ele e ainda mais para o sexo débil ao qual não se permite o menor lamento?. Com medo da infidelidade feminina, quase inevitável, segundo Fourier, considerando os impulsos que a natureza dota uma donzela que se casa aos dezessete ou dezoito anos, o homem se comporta no lar como um verdadeiro déspota doméstico’”. (FOURIER, CH. **Teoría de los cuatro movimientos y de los destinos generales**. Barcelona: Barral, 1974, p.150 citado por VASCONCELOS, 1996, p.93)

O registro com o que se constrói o raciocínio anterior é o que aqui se entende que está atravessando as tentativas de denúncia de Rossi, e que também remetem a algumas marcas de sua formação: um romantismo que buscava reivindicar heroicamente aos mais explorados das sociedades burguesa-capitalistas, acompanhado de um enfoque diferenciado por um alto grau de moralidade. Como exemplo disso, e em concordância com o exposto por Mueller, Mello Neto (1996, p.27) argumenta:

“O amor múltiplo e contemporâneo é defendido como fonte de dignidade e honestidade (...) O amor masculino, e sua liberdade de amar várias mulheres ao mesmo tempo, não recebe destaque na obra de Rossi. Parece entender já ser habitual entre os burgueses essa possibilidade nos fins do século XIX, porém com as características de infidelidade, que condena duramente”.

Esse mesmo autor, na continuação do parágrafo citado, faz uma síntese a respeito de como entendia Rossi a mistura em que se conjugam o ataque contra o autoritarismo, a centralidade de reivindicar a partir daí as transformações no plano das relações entre os sexos - e as instituições que decorrem desse processo - e o elemento moral normativo que deve principiar nelas:

“Admitindo a união homem-mulher como o primeiro núcleo social, entendia Rossi ser necessária, aqui, a defesa incondicional do princípio de liberdade, a luta contra qualquer tipo de presença autoritária; a defesa da liberdade vem sempre acompanhada da obediência aos princípios de honestidade, com o ferrenho combate ao adultério, a seu ver, admitido nas famílias da alta burguesia: ‘A autoridade, danosa quando constituída pelo Estado, é ainda mais danosa na família, seja exercida pelos genitores sobre a prole. Assim, na família nós queremos banida qualquer autoridade. Como não devemos ser proprietários na vida social ampla, assim não devemos ser dentro da vida doméstica’”. (ROSSI, G. 1891, p.9 citado por MELLO NETO, p.27)

Por sua vez, Mello Neto (1996, p.38) se volta para esse primeiro momento rossiniano, delimitando o alcance que ele havia conseguido:

“Propriedade individual, direitos hereditários, família, emancipação da mulher, estímulos à produção, privilégios pecuniários, temas sociais tão a gosto das discussões teóricas dentro do socialismo, iam desfilando nas reflexões de Cardias. A família já encontrava, nessa época, lugar de destaque no seu ideário”.

E afirma sua argumentação com o uma passagem de Poggio al Mare na qual Córdias declara:

“Mas penso que quando as mulheres encontrarem na vida socialista a sua emancipação econômica, liberadas da obrigação de uma fidelidade real ou aparente que hoje é o preço de seu pão cotidiano, seguirão livremente e publicamente a sua inclinação e então...adeus paternidade verdadeira ou suposta, adeus ninho de egoísmo doméstico, adeus instinto de propriedade renascente”. (ROSSI, G., 1891, p.34 citado por MELLO NETO, 1996, p.38)

Muitas das apreciações que se realizaram em relação ao pensamento e à prática rossiniana estão em concordância com a linha interpretativa que propõe Mello Neto.

No entanto, diferem-se aqui pelo fato de considerar manifestações relatadas pelo italiano como sendo próprias de uma inicial etapa de juventude, que se distinguiriam por uma certa inocência, ou imaturidade, vinculada à falta de experiência na prática e de questionamentos para com determinadas posições ideológicas. Apesar de ser inegável que posteriormente, e tal como deixamos assinalado em capítulos anteriores, Rossi tenha atravessado um longo processo de complexificação de suas propostas, também é correto apontar que em nenhum momento o anarquista se afastou de suas premissas básicas e dos aspectos (gerais de seus enfoques).

Ou seja, vimos que Rossi nunca se alinhou dogmaticamente a sistema ideológico algum, e que se algo caracterizou o seu referencial teórico foi, antes, a conjunção de postulados com que conformou seu pensamento, do que seu posicionamento como um discípulo ou seguidor até o fim de determinadas correntes teóricas ou partidárias. Daí que, nas pesquisas que servem de corpus para este trabalho, sejam reiteradas as menções das fontes das que se valeira Rossi para a criação de seus esquemas, ao mesmo tempo em que nenhum dos autores se arriscou a apontar o pertencimento do italiano a algum tipo de ortodoxia. Na medida em que se delinea uma alienação concreta de Rossi por alguma escola ou movimento específico (anarquista, anarco-comunista, comunista, ou socialista utópico, entre outras), os resultados de suas afirmações tenderiam a ser muito mais classificáveis sobre determinados elementos fixos; ao mesmo tempo em que a evacuação de seus procedimentos estariam recobertos por uma menor capa de conjecturas.

Da mesma forma, anteriormente citamos um parágrafo no qual Rossi injuria o fator monetário, entendendo-o como o elemento sobre o qual as pessoas nas sociedades burguesas colocariam suas maiores motivações para se lançar à ação, uma afirmação que evidentemente pode ser pensada como associada a um raciocínio caracteristicamente juvenil – especialmente pela sua simplicidade. Não obstante, e tomando esse exemplo entre tantos outros, o que devemos ressaltar é que nessa mesma passagem, um trecho correspondente aos começos de sua escritura, já estava presente em Rossi a confiança no caráter bondoso que os homens, reunidos em sociedades estruturadas sobre outras bases materiais e ideológicas que não fossem as capitalistas, seriam capazes de alcançar.

Esse envasamento, esse tipo de suporte sobre o qual Rossi erige seu horizonte de expectativas ao longo do tempo encontra as ressonâncias mais profundas no socialismo utópico, ainda que sejam questões que concernem aos fundamentos mesmos de diferentes doutrinas socialistas e libertárias. O que posteriormente haveria de acontecer com as reflexões do italiano seria que, apegado àquele olhar sobre as potencialidades humanas, complicariam-se suas especulações, entendendo as variedades e múltiplicidades que caracterizam as mediações que intervêm no processo de reorganização das estruturas sociais.

Nesse sentido, o caso do dinheiro deixou de ser colocado por Rossi como elemento finalístico que orientaria a conduta humana, mas não perdeu relevância no momento de estabelecer sua importância nas agrupações humanas. Uma apreciação parecida se pode efetuar sobre suas propostas em torno da família, já que, embora desde sua época de juventude o italiano tenha se mostrado como um combatente dessa instituição, foi com no decorrer de suas experiências que tais críticas iriam se fundamentando de um modo mais acabado e sendo inseridas em diversos sistemas de relações sociais, chegando ao ponto de, ao final de sua carreira, se reivindicar definitivamente como um saliente promotor de seu desaparecimento – aproximando-se assim às posições mais características do anarquismo ortodoxo.

Nesse mesmo contexto também se encontra o concernente ao tema do amor livre, mesmo que o destaque que continuamente lhe atribuía Rossi gerasse a necessidade de tratá-lo de maneira mais detalhada. O italiano realizou uma profusa produção escrita mediante a qual foi explicando minuciosamente como era sua concepção do amor livre, os impactos que, individual e socialmente, poderia exercer e, junto a isso, colocou conceitos sobre como seu desenvolvimento afetaria os relacionamentos familiares, sempre se valendo de pensadores e militantes com posições teóricas e em contextos bem diferentes.

Neste caso do amor livre, por exemplo, cabe assinalar que, quando o italiano começa a se interessar pelo assunto, nas utopias já se fazia menção de diferentes formas de praticar o amor sensual, que pouco tinham a ver com as relações burguesas vigentes naquele momento. Um breve resumo das transformações que teve o lugar do sexo nas utopias é apresentado por Mueller (1989, p.41):

“Inicialmente a liberdade sexual é timidamente proposta e ainda regulamentada: o presente ainda é muito forte para poder ser rompido. Um exemplo é a vigilância em relação à mulher. A sedução pelo novo vai forçando a queda de barreiras morais, surgindo utopias que propõem a plena liberdade sexual, que consideram a monogamia como uma hipocrisia e como provocadora de conflitos”.

Por outra lado, se destaca o tema das transformações de conteúdo que iam sofrendo as utopias a medida que diferentes ideologias apareciam com força no espectro das crenças sociais desenvolvidas a partir das mudanças de épocas. A incorporação de situações nas que teriam lugar situações de amor livre foi, em grande medida, propiciada pelas perdas de intensidade das ideias religiosas tradicionais. Daí que não somente surgiria uma tolerância dentro dos escritos relacionados com essas formas de se manifestar o amor entre as pessoas, como também passaria a converter-se, como no caso de Rossi, em um dos fatores mais destacados para pensar a realização espiritual dos membros que compunham as comunidades de cada um desses relatos.

Um dos pensadores que, assim como Rossi, conferiu uma grande relevância às relações abertas foi Fourier. Em sua pesquisa, Vasconcelos (1996, p.41) retoma alguns dos pontos dos utopistas, especialmente de Fourier, em torno da família:

“Fruto das relações de uma sociedade degenerada, a família monogâmica se apresenta no pensamento fourierista como algo anti-natural, cujos propósitos são os de submeter a mulher a uma condição de submissão, promover o individualismo, e fornecer operários que se submetam a quaisquer condições de trabalho”.

E, nesse mesmo sentido, acrescenta:

“Por fim, Fourier condena a família monogâmica pelo fato de ser fonte de egoísmo e mentira. Constituindo uma unidade voltada para si mesma, a instituição familiar tal como a conhecemos, estaria ainda de acordo com o ‘mestre da atração passional’, em antagonismo com a sociedade em sentido mais amplo”. (VASCONCELOS, 1996, p.93)

A necessidade de que os indivíduos dessem liberdade às suas paixões para poder viver harmonicamente, foi um dos elementos mais destacados de suas teses, no que compete tanto a seus escritos literários como a seus programas de ação política. Acerca das proximidades entre as concepções deste socialista utópico e as de Rossi, Vasconcelos (1996, 95-96) menciona o seguinte:

“Para Fourier, a sociedade futura veria nascer uma nova paixão – a mariposeante ou alternante -, a partir da qual se poderia experimentar o prazer da variedade: ‘ao tomar a mulher de seu vizinho, cada um cederia a sua, de que esta cansado’ (...) isto não é outra coisa que a proposta de Rossi, para o qual, ‘amar diversas pessoas contemporaneamente é uma necessidade de índole humana’”⁴⁸.

Junto à questão do conteúdo, e à afirmação que estavam adquirindo essas novas expressões nas utopias, também devemos lembrar a virada quanto às finalidades que carregavam as utopias: aquele passo no qual deixavam de ser lugares espetaculares para serem propostos como organizações possíveis de vida para os homens. Nesse ponto, Vasconcelos (1996, p.42), continuando com a influência de Fourier para Rossi, faria uma indicação do amor livre nas comunas que esse desenhara: “A unidade política da nova ordem social de Fourier é o Falansterio, termo por ele criado, e que designa um grupo de cerca de 1600 pessoas vivendo em um regime comunista, com liberdade de relações sexuais e regulamentação da produção e de consumo dos bens”.

Interessante é que, além desta série de apreciações, Vasconcelos (1996, p.94) acabaria afirmando que tanto Fourier como Rossi não haveriam sugerido o fim da instituição familiar. O que procura Rossi, principalmente, é sair daquele tipo de família burguesa e monogâmica. Um dos poucos desenvolvimentos que o italiano efetuara sobre como seria uma nova concepção da família, ou, por caso, de que forma se reorganizariam as funções que dela conviriam ser conservadas, se encontra em *O Paraná no Século XX*,

⁴⁸ Vasconcelos, José Antonio, Op. Cit., pp.95-6. De forma complementa à sua exposição, Vasconcelos acrescenta: “A família monogâmica, em Fourier, é tida como algo antinatural. Oprimidos pela monotonia da vida domestica, os cônjuges buscam freqüentemente na infidelidade a seus parceiros a distração de que necessitam. Tanto assim que ‘os maridos, apesar das distrações que lhes são proporcionadas por seu trabalho, acodem em massa aos lugares públicos, cafés, círculos, espetáculos, etc., para ressarcir-se deste fastio que se experimenta, segundo diz, *ao comer sempre do mesmo prato*’”. (VASCONCELOS, 1996, p.92).

onde, já estabelecida uma sociedade encaixada em um projeto anarquista, o italiano afirmaria:

“Assim, há maternidade e paternidade conscientes. Uma mulher quer amamentar e educar seus filhos? Muito bem, nem por isso ela deixa e ser operária. Em vez de produzir gravatas ou meias, produz gente, um trabalho não menos importante (...) Os grupos de produção lhe enviam todo o necessário para cumprir sua tarefa de mãe” (ROSSI, 2000, p.172).

Nessa instância, Rossi se insere em uma temática que foi, dentro da tradição anarquista, uma das que mais atenção recebeu: a questão da natalidade e a da maternidade. Brevemente, convém advertir que, para os libertários, o lugar da mãe proletária estipulada pela sociedade capitalista subordinava a mulher a uma dupla opressão: por um lado, a da trabalhadora assalariada, dado que, diferentemente da mulher burguesa, sua condição a fazia sair ao mercado a vender sua força de trabalho. Por outro, cumprir com os requisitos de mãe – com toda a carga semântica que o termo tinha na época, associada a um ideal de responsabilidade e abnegação-, deixava a mulher submetida à dominação da autoridade do homem no lar, impedindo o desenvolvimento de suas diferentes capacidades, sendo destinada a cumprir com suas tarefas caseiras.

No que diz respeito à natalidade, os anarquistas desenvolveram diferentes argumentos para defender a instauração de métodos anticonceptivos, especialmente nos setores proletários. Entre os mais destacados, se contam aqueles de raiz economicista, posto que na sua prédica refletiam que, quanto maior fosse quantidade de filhos por família proletária, mais cresceria o exército trabalhístico de reserva e, com isso, se favorecia as condições para a exploração burguesa para com os operários. Assim mesmo, se cada família contava com muitos filhos, e sendo que por suas condições materiais de vida não conseguiam outorgar uma boa alimentação conveniente a sua etapa de crescimento, no futuro próximo não se poderia contar com militantes devidamente formados física e

intelectualmente. Dessa forma, suas intenções estavam encaminhadas a concentrar suas forças em poucos filhos, mas bem formados⁴⁹.

Agora, se retomarmos a visão de Rossi sobre a família, e o parecer dos autores mencionados, um ponto de encontro se apresenta entre a afirmação de Vasconcelos em relação ao que Rossi não ataca, a erradicação da família, e a anteriormente indicação de Mueller nesse mesmo sentido. Não obstante, enquanto que para Mueller se trataria de um caso de falta de alcance da crítica para com as instituições, para Vasconcelos seria o resultado do forte peso dos utopistas no pensamento rossiniano e um compreensível procedimento de acordo com momento histórico no qual se encontrava Rossi.

Dessa maneira, seria na tradição anarquista onde o tema das formas alternativas do amor ganhariam um fôlego maior dentro das correntes que se estão relevando. Como em outras matérias, os socialistas utópicos aparecem determinados por um momento de transição entre grandes formações políticas, culturais e econômicas, que os localizam como aqueles intelectuais que vislumbraram as mutações, mas que, ao mesmo tempo não conseguiram intervir nelas com a profundidade que se lhes impunha⁵⁰. Assim, diria Vasconcelos (1996, p.91): “... a partir de Bakunin, Kropotkin, Malatesta, etc., podemos perceber um repúdio ao casamento com vínculo religioso ou legal, em favor de uma forma mais livre de relacionamento afetivo e contra a idéia de que a mulher deveria ser submissa, em tudo obediente ao marido”

E, já entrando no agir anarquista, Pazello Valente contextualizaria o quão avançadas, para a época, as lutas a favor de relações afetivas por fora dos marcos instituídos comumente:

“(...) O amor livre talvez seja o princípio mais polêmico; difundido pelos anarquistas, dadas as implicações de ordem moral. No terreno político-econômico, as discussões davam-se em um plano racional,

⁴⁹ Para aprofundar em esses assuntos, entre outros, ver BARRANCOS, Dora. **Educación, cultura y trabajadores (1890-1930)**. Buenos Aires: CEAL, 1991 e SURIANO, Juan. **Anarquistas.Cultura y Política Libertaria en Buenos Aires, 1890-1910**. Buenos Aires: Manantial, 2004.

⁵⁰ Dessa forma, apesar de podermos mencionar a atividade de Fourier na matéria, aparecem casos como aquele de Owen, que se afastaria completamente de uma posição coletiva a respeito: “...no sistema teórico oweniano não há lugar para o cristianismo ou para a indissolubilidade do matrimônio”. (VASCONCELOS, 1996, p. 44).

enquanto que, em relação ao casamento, era difícil à sociedade burguesa e mesmo aos próprios anarquistas desligaram-se do emocional”. (PAZELLO VALENTE, p.1997, p.89-90)

Circunscrito a determinadas condições de possibilidade, a sua proximidade com o anarquismo, mas sem descartar o próprio de sua heterodoxia, a matéria do amor livre – junto às questões da mulher e a família em um ordenamento social no qual se houvessem superado diversos tipos de opressões, como as masculinas - era, para Rossi, um dos aspectos destacados que estavam jogando mais fortemente na concepção central de sua proposta da Colônia Cecília. Desde aí, também se inclina a pensar o ponto de partida para a procura da criação de um novo ordenamento social.

A causa do amor livre será desenvolvida profusamente por Rossi, nos espaços correspondentes aos círculos anarquistas, e nas diversas experiências comunais que tentou implementar, ao mesmo tempo que também procurou divulgá-la aos setores que não se encaixavam dentro da asa socialista geral. Um dos mais acabados documentos nos quais o italiano deu conta de seus fundamentos teóricos, e que ao mesmo tempo abordou as práticas concretas desse tipo de relações, é o livro *Um episódio de amor na Colônia Cecília*, escrito durante o desenvolvimento da comuna libertária. Esse trabalho foi concebido por Rossi não só como um livro de difusão do amor livre, senão também como uma espécie de manual para ser usado como ilustração sobre a temática, assim como insumo no momento de serem promovidas as possibilidades de aplicação.

De tal maneira, e a grandes rasgos, podemos asseverar que por amor livre Rossi entendia a aptidão que os indivíduos têm de contar com múltiplos afetos de maneira simultânea. Tal ideia de múltiplos afetos estende a concepção de Bakunin, que propunha a liberdade de opção para aquele que decidisse ter algum tipo de relacionamento amoroso. Segundo a pista desse anarquista, Pazello Valente (1997, p.88) explicaria que Bakunin:

“... fez esta proposta em seu *Catecismo Revolucionário* e configurava o amor livre, como amor consensual. Amor que não se prendia a nenhum outro laço, a não ser nele mesmo, e que se fundamentava na liberdade de opção (...) não havia sentido em legalizar uma união (...), porque os anarquistas não reconheciam como legítimas estas esferas institucionais”.

É que, com efeito, essa postura, uma das pioneiras na matéria, tinha como finalidade principal, atacar a necessidade de instaurar um marco legal à relação que se resolvia empreender. Pela sua parte, Rossi assume essa posição, mesmo que mais concentrado nas relações mesmas, e amplia a situação à possibilidade de ter várias pessoas com as que se relacionar, sem sofrer nenhum tipo de censura, legal ou moral.

Nesse sentido, as relações não necessariamente seriam espúrias e transitórias, mas poderiam dar-se na forma de relacionamento estável entre os membros de um casal, e ter outros múltiplos afetos. No caso em que um homem e uma mulher – devemos lembrar que Rossi sempre se referiu a uniões e encontros de tipo heterossexual - tivessem decidido estabelecer um vínculo duradouro, para que a opção do amor livre fosse frutífera, ambos participantes deveriam dar seu consentimento à consumação de uma relação com alguma outra pessoa.

Esse procedimento era contemplado para evitar ferir os sentimentos daquele membro que não participaria do amor múltiplo em um momento e o outro sim. O amor livre rossiniano previa que caso se sofresse pela intervenção de um terceiro, consensualmente poderiam ser rompidos os laços amorosos entre o casal. Daí que o italiano trate aos votos matrimoniais como proibições feitas com irresponsabilidade.

Como cabe observar, o amor livre que incentivavam os anarquistas, e neste caso particular o italiano Rossi, nada tem a ver com as representações que, a partir do senso comum, comumente se atribui a esse tipo de relações, emparentadas diretamente com a lascívia, as perversões, e que são associadas com a queda em um estado de animalidade primitiva. Longe disso, e, por exemplo no caso da concepção de Rossi, a abertura para diversas relações simultâneas estava sustentada pelo grande benefício espiritual e pelo crescimento moral – individual e coletivo- que essa prática acarretava⁵¹.

Esse mesmo assunto é abordado por Pazello Valente (1997, p.88), ao dizer:

⁵¹ Essa imagem, inclusive, foi desenvolvida por pessoas que se aproximaram ao tema da Colônia Cecília. Dentro dessa configuração, podemos mencionar o referido à Casa do Amor. A mesma era a casa comunitária na qual se reuniam os colonos para ter as assembleias e outras atividades coletivas. Porém, e tal como aponta Silza Maria Pazello Valente: “Schmidt, quando fez a reconstrução literária da Colônia, afirmou que a Casa do Amor foi construída com o propósito de encontro amorosos, embora ressalve que isto não aconteceu. Parece-nos que esta interpretação de Schmidt possibilitou que se construísse uma imagem lusa da Casa do Amor, pois, como Mezzadri sustenta e faz questão de frisar, não era o amor sexual, todavia o amor fraterno que ali tinha lugar”. (PAZELLO VALENTE, p.87-88)

“No entanto, o amor livre é comumente interpretado como libertinagem. Entendemos que esta interpretação, totalmente inadequada, distorceu a concepção anarquista de ‘casamento’ e refletiu, por outro lado, na carga preconceituosa que devia fazer parte do imaginário burguês, no tocante à conduta dos anarquistas. Refutando esta postura, o que transparece no depoimento de Ivone Mezdri é que havia fidelidade e as uniões eram permanentes. O que não impedia que, nos casos onde um dos parceiros quisesse romper a união, isto se desse sem maiores conflitos, denotando tal atitude a grande coerência entre a teoria e prática”.

É em um trabalho posterior, o já mencionado O Paraná no Século XX, onde Rossi deixa elucidada a sua perspectiva sobre o amor livre. Nesse momento, esclarece sua posição ajustando contas com algumas manifestações suas anteriores e com os interlocutores não socialistas com os quais discutia, mas também busca esboçar uma diferenciação definitiva com as concepções que sobre a matéria tinham desenvolvido outros anarquistas. Dessa forma, ele indicaria:

“A expressão *amor livre*, adotada neste trabalho, não é a mais apropriada, porque com estas mesmas palavras se designa outra coisa e porque livre pode ser considerado uma qualidade inerente ao conceito de amor. Seria útil encontrar uma expressão adequada àquela forma de relações afetivas que indiquei como a que surgirá com a morte de qualquer família, sendo-nos útil pela brevidade de linguagem e pela clareza da idéia”. (ROSSI, 2000, p.126-127)

Destaca de tal forma a multiplicidade de sentidos com que se soube carregar ao conceito, procurando estabelecer uma denotação exclusiva para o que era seu parecer:

“Excluídos os termos *união livre*, que significa outra forma de família, *poligamia poliândrica*, que seria apenas uma união a quatro ou uma família mais numerosa, restam-nos os termos *matrimônio complexo*, já usado em Oneida, e *casamento comunal*, usado por Morgan e por Kropotkin”. Em seguida, afirma: “Da minha parte, preferiria a expressão *abraço anarquista* ou, melhor ainda, *beijo amorfista*, que parece significar mais claramente a negação de toda forma doméstica de relações sexuais”. (ROSSI, 2000, p.127)

A categoria com a que Rossi apoiava sua teoria do amor livre era a do “querer bem”. Um conceito com o qual o italiano apontava para incrementar aqueles sentimentos que mencionamos no parágrafo anterior, e que deve ser pensado desde uma perspectiva que é aportada por Mello Neto (1996, p.197): “O querer bem, na interpretação de Rossi, deve conter desprendimento e deve eliminar os egoísmos. Quem quer bem não pode querer bem só para si, pelas alegrias que lhe são proporcionadas, pelo agradável calor acrescentando a seus sentimentos”.

Sobre a categoria do “querer bem”, Rossi daria uma definição muito detalhada, na que se destacariam não somente os traços associados às formas amorosas humanas, mas também, recorrendo a sua formação em ciências naturais, um viés cientificista a seu conceito. De tal modo, diria ele:

“Querer bem é a forma fisiológica, normal e comum da afeição. Querer bem esta entre os 20 e os 80 graus centígrados do amor. Mas baixo (abaixo) esta o capricho, a simpatia de um dia, de uma hora, que –gentil e ligeira- chega, beija e passa. Acima dos 80 graus está a loucura sublime ou a ridícula estupidez. Querer bem é uma mistura apetitosa de volúpia, sentimento e inteligência, em proporções que variam entre os indivíduos que se querem bem. Em suma, querer bem é o que deveria bastar à felicidade emocional desta pobre espécie humana”. (ROSSI, p.108)

Posteriormente, Rossi realiza uma indicação de como o “querer bem” é, antes de tudo, uma forma de amor sensual que se constrói em relação, buscando o desfrute a partir do que se obtêm por meio da participação ativa conjunta dos envolvidos, e não por um mero prazer individual: “É nesse sentido que quero Eleda bem. Quero-a bem de modo subjetivo e objetivo, ou seja, quero-a bem por ela e por mim” (ROSSI, 2000, p.108). E para acentuar sua concepção a respeito de interpretações nas quais se prioriza o caráter subjetivo do amor, Rossi especificaria:

“Se a quisesse bem apenas por mim, pelos prazeres que me dá, pelo ardor que trouxe aos meus sentimentos (...) deveria eu dizer, com mas (mais) exatidão, que me quero bem. Seria um afeito (afeto) muito nobre, tanto quanto a gente quisesse, mas seria egolátrico, tal como o afeto que temos por nossos pulmões (...); como o afeto que se tem pelas flores recém-colhidas...”. (ROSSI, 2000, p.109)

A linha argumentativa rossiniana, prosseguiria entrelaçando a alternância de elementos filosóficos e enfoques cientificistas, nos que se iniciara durante sua passagem pela universidade e que continuaram sendo um aporte permanente nos seus raciocínios. Dessa forma, para se expressar contrariamente ao que era instituído como norma das relações amorosas na época, Rossi apelaria à falta de questionamentos com que se formam as crenças do senso comum, e trataria por dogmático o fato de não tentar se abrir a – ou pelo menos aceitar- novas formas possíveis de amor: “Mas quando todos, ou a maioria, crêem em uma besteira, não há necessidade de prová-la. Tudo que fazem é fortalecê-la com algum provérbio vulgar, já que de tais provérbios a ignorância popular tem sido fértil. Cabe aos hereges a refutação do dogma, a demonstração de que a verdade está do outro lado”. (ROSSI, 2000, p.111)

A explicação do italiano continuaria, posteriormente, afirmando-se com base em elementos positivistas. Sem perder seu traço provocativo, a estratégia com a qual monta seu discurso de defesa do amor livre tem seu sustento nos desenvolvimentos de diferentes processos biológicos que têm sido profundamente pesquisados pela biologia, e que guardam um rigor dificilmente negável segundo a visão do italiano anarquista. Sua ideia é extrapolar esses resultados ao mundo humano, ressaltando o pertencimento dele ao mundo da natureza, e além das determinações que impõe a ação da cultura:

“Amar várias pessoas ao mesmo tempo é uma necessidade da condição humana (...) Fisiologicamente, o amor é a procura da volúpia, cuja consequência involuntária é a perpetuação da espécie. Segundo os princípios fisiológicos, um macho possui, dentro do limite de suas forças, quantas fêmeas ele encontra dispostas ao acasalamento. E as fêmeas, durante a época do cio, se entregam a todos os machos que procuram. Entre as plantas fanerogâmias –nas quais os sexos são melhor caracterizados- a promiscuidade é a lei e a monogamia a exceção”. (ROSSI, 2000, p.111-112)

O mundo da natureza contém suas regras, e os seres humanos, segundo Rossi (2000, p.112), estariam desconhecendo boa parte das mesmas, e por isso a um aspecto central de sua própria constituição biológica –o que também repercutiria em outros aspectos de sua personalidade: “As flores negaram a fábula da monogamia e da fidelidade conjugal.

Mesmo entre os animais, a monogamia é uma exceção, quase toda encerrada na espécie dos pássaros, onde o trabalho de incubação e os cuidados com os filhotes tornam-na necessária”.

É o ordenamento que os homens dão à cultura o que conduz a tergiversar a ordem natural da qual não pode escapar a vida humana. Não é que Rossi esteja marcando um determinismo biologicista neste caso, mas o que o encoraja é o desenvolvimento harmônico entre os lados biológico e psíquico humanos, os quais, de acordo a sua percepção, têm estado desequilibrados a partir da intervenção de programações disciplinares não convenientes para o crescimento conjunto de ambos. Esse entrecruzamento de elementos biologicistas e culturais é advertido em diversas frases, tal como a que indica:

“A liberdade de amar pertence à categoria das liberdades corporais, que são as mais essenciais, as mais urgentes e as mais dificilmente suprimíveis. Enquanto não se reintroduz o princípio jurídica da escravidão – o que é o mesmo que dizer: nunca, será impossível negar o direito e a faculdade de dispor livremente de si próprio, tanto no que se refere ao corpo quanto ao sentimento” (ROSSI, 2000, p.116).

A cultura, e com ela a série de instituições políticas que se impõem, é entendida convenientemente por Rossi como necessária para a viabilidade da vida social, mas não os ordenamentos e as representações coletivas preponderantes em cada período. O italiano pensa desde um lugar não essencialista, sabendo que as instituições contêm um caráter histórico, e que elas respondem a uma opção possível entre outras tantas. Assim, ele revelaria o papel fundamental que teve a mulher em tempos passados, e como diferentes variáveis propiciaram a adoção de um tipo particular de relações nas sociedades europeias ocidentais: “Na história primitiva da humanidade encontramos o matriarcado. Muito mais tarde, e sob a influência de fatores econômicos e políticos, aparece o patriarcado polígamo e, na seqüência, o casamento monogâmico”. (ROSSI, 2000, p.86)

Nessa mesma linha, ele ainda comentaria, respondendo a uma voz opositora às suas ideias, e destacando o caráter ilustrado do mesmo:

“E o senhor acadêmico Francesco Coppee, que tem receio de que se queira voltar à promiscuidade primitiva, deve saber, já que é douto, que os povos promíscuos eram também comunistas e anárquicos. Deve saber certamente que o matriarcado correspondeu a propriedade do clã, ao patriarcado a comunidade doméstica e à família monogâmica a propriedade individual”. (ROSSI, 2000, p.86)

E prossegue em sua argumentação, já não mais focando as particularidades do amor livre, senão o aspecto histórico das instituições e sua susceptibilidade a ser transformadas ou substituídas por outras novas:

“...assim como as velhas formas da família se desmantelaram, a família cristã também está morrendo, e inúmeros sinais estão anunciando sua agonia. O que os senhores estão temendo, nós o desejamos; e neste centro experimental estamos convencidos de que tão-somente quando a molécula familiar estiver decomposta nos átomos que a constituem, a propriedade dos meios de produção voltara ao clã”: “... mas o clã da nova era será o gênero humano; somente então as relações sexuais livres, à completa autonomia individual corresponderão, necessariamente, sem contradições, a solidariedade econômica e a liberdade política. E isso, para nós, quer dizer comunismo e anarquia”.

Embora no momento de marcar as influências maiores no processo, Rossi se inclina a mencionar a relevância da luta por ser o sujeito histórico legitimado na produção da palavra de cada época. Em torno disso, começa esboçando uma incisiva denúncia que abarca a todos os que de alguma forma têm tido influência no processo de produção do sentido dominante da ideia das relações monogâmicas e da família nuclear burguesa:

“Os charlatões da moral, os impostores da religião, os embusteiros da arte, os cretinos do magistério, enfim, toda a numerosa corja que animalizou a natureza humana tem contraposto à pútrida condição das famílias a imagem abstrata, poética, meiga e sagrada da *família*. Educaram-nos a sonhar com um ideal irrealizado e irrealizável enquanto, na vida real, nossa família se atolava na dor e na infâmia”. (ROSSI, 2000, 119)

Tal como se verificaria em outras passagens, o tema das mentalidades, da construção de um imaginário que sustentam determinadas visões de mundos possíveis, era considerado plenamente relevante por Rossi. Inclusive, muitas vezes, e a diferença das

tendências comuns dos anarquistas, o italiano favorecia a desconstrução de representações que atentavam contra o desenvolvimento de um espaço libertário, antes que privilegiar a organização política revolucionária.

Isto é, ainda que os anarquistas alentassem a construção de um novo universo simbólico, comumente o faziam a partir de significantes correspondentes ao campo semântico da luta de classes entendidas sob o ponto de vista da relação antinômica do burguês e o proletário no campo econômico; a partir de então, se desprenderiam uma quantidade de lutas, que acompanhariam o processo transformador radical. Por sua vez, Rossi traz a novidade de que, sem perder essa relação antinômica, amplia-se a margem de ação para a qual deviam apontar os anarquistas: evita-se algumas determinações, como as economicistas e, principalmente, presta-se atenção nos momentos de conformação de subjetividades com elementos que não eram tão tidos em conta pela tradição libertária.

Essa abertura proposta pelo italiano, e destacada, por exemplo, em conceber a luta pelo amor livre como formando parte de um passo revolucionário e, mais ainda, como dirigindo uma potencial ação transformadora de fundo, é recuperada por Mueller: “Na medida em que ele é informado antes pela noção de dominação –mais abrangente- do que pela de luta de classes, mais limitante, admite pensar a revolução como uma conquista da liberdade da exploração econômica” (MUELLER, 1989, p.282). Essa amplitude maior de combatividade aproxima Rossi à tradição anarquista que enfrenta mais as opressões gerais, procurando desenvolver um caminho dirigido para as mais diversas questões que incumbiam aos libertários: “Pode atentar, também, para expressões da dominação que estão tão entranhadas na cultura de uma sociedade que praticamente se tornaram invisíveis, ou insensíveis, para a grande maioria das pessoas” (MUELLER, 1989, p.282-283).

Sua consideração continuaria se assentando no tema das representações e na importância que a elas atribuía:

“...Rossi chama a atenção para as dificuldades que surgirão para conseguir-se romper com estas estruturas. Para que esta ruptura seja possível, diz ele, será necessário que se busque antes a transformação da mentalidade dos seres humanos fazendo com que aceitem, tomando consciência da dominação, buscar a liberdade. O experimentalismo seria

uma das maneiras de se tentar mudar a mentalidade...”. (MUELLER, 1989, p.283)

Dessa forma, a solidificação de representações que na prática se manifestam em determinados hábitos e costumes era um ponto ao que se deviam dedicar grandes esforços, conquanto se queira modificar a cena desde sua raiz. Assim, se expressaria, em relação à família, afirmando:

“Mas a família não é uma daquelas instituições que podem ser destruídas de fora e muito menos valendo-se da violência. A resistência, a reação seria imediata, geral e invencível. Ela é uma instituição que deve ser primeiro destruída na consciência popular para que, depois, possa cair, materialmente, por auto-destruição interna” (ROSSI, 2000, p.121).

Não obstante, Rossi em momento algum traça linhas de ação sobre como e que lugar se poderia intervir nos aspectos discursivos indicados. E, com certeza, o melhor exemplo tenha sido a própria Colônia Cecília; onde as práticas cotidianas eram deixadas à livre resolução de cada um dos colonos, tentando os anarquistas que seu modo de se conduzir serviria de ensino ao resto dos moradores da comuna. A este respeito, um trecho escrito por Rossi, deixa às claras a ausência de uma interpretação de como se encararia o processo para destruir os antigos laços familiares e as expressões de afetividade que surgiriam:

“Sei ainda que, quando a aristocracia intelectual e moral da humanidade e a multidão interessada das mulheres, com a prática visível do amor livre, limparem da face da Terra a mentira da paternidade, a família será feita pedaços e deverão surgir, espontaneamente, as relações sociais capazes de substituí-la”. (ROSSI, 2000, p.121)

Um dos poucos exercícios com o que o italiano revela a contraposição aos (re)produtores dos discursos dominantes na matéria é o traçado de uma linha histórica na qual situam diversos atores que, a partir da defesa do amor livre, têm disputado a hegemonia do discurso amoroso privilegiado em cada época – nunca associado à multiplicidade de afetos. O modo que Rossi (2000, p.113) enuncia o tipo de combate que tais atores desenvolveram suas lutas, sem dúvida, propicia o alinhamento dos anarquistas

dentro da sequência: “Mas escolas filosóficas, seitas religiosas e revoltas isoladas defenderam em todos os tempos, até chegar ao nosso, o amor livre como insurreição da natureza e da razão”.

Nesse mesmo traçado, Rossi realiza um esboço em defesa do amor livre, concentrado em aspetos claramente humanistas aleijados de qualquer tipo de positivismo, e que terão validade para as diversas agrupações humanas que se tenham instaurado relações matrimoniais ou casais fixos entre um homem e uma mulher. Novamente, em sua exposição, o italiano aproveita para reservar um lugar ativo à mulher – ao mesmo tempo em que denuncia privilégios históricos masculinos - em um processo no qual se vê seriamente envolvido: “O que deve ser levado em conta é que a mulher sempre amou outros além de seu marido e que os homens também tiveram sempre outros amores além do de sua mulher. Excepcionalmente, o novo amor afeto matou o anterior” (ROSSI, 2000, p.113). E à naturalidade desse comportamento Rossi aplicará a denúncia que a repressão social de dita liberdade carrega:

“Se fosse de outra forma, nenhum marido seria amado por sua mulher e nenhuma mulher por seu marido. Na maioria das vezes, os dois afetos coabitam em paz o mesmo coração, um fazendo com que o outro fique mais terno e expansivo. É o amor livre sem a lealdade, ou com a mentira, a agradável mentira. É a sofisticação do amor livre. É o adultério”. (ROSSI, 2000, p.113)

O empenho com que Rossi vai construindo sua exposição não só se demonstra na potência que vão tomando suas palavras, à medida que se avança no texto, senão também no compromisso com que assume cada uma de suas afirmações. Continuando com o tema da mulher, e tentando abrir uma passagem tendente ao equilíbrio entre os gêneros, o anarquista remarca a necessidade de assumir, em sua totalidade, a ideia do amor livre e de não se contentar com algumas outras relações furtivas. Desse modo, diria:

“Para introduzir esta reforma em nossos costumes, não basta divulgar a verdade inquestionável de que a plena liberdade de amar é uma necessidade natural e um direito pessoal (...) Não é suficiente contentar-

se com os meios termos, com as meias-soluções do preconceito é do egoísmo no seu pior sentido. É necessário assumir com convicção uma ou outra posição (...) É preciso amar profundamente nossa mulher, amá-la para a nossa satisfação e a felicidade dela. É preciso desejar-lhe que tenha outros afetos que a conduzam para mais perto da felicidade, manifestando claramente este nosso desejo”. (ROSSI, 2000, p.117)

Ao saber das reações e interpretações que suas teses podiam suscitar, e preocupado por obter uma clara recepção de suas exposições, Rossi opta por não deixar margem do assunto sem tratar. De tal maneira, o italiano sugeriu, através da pergunta “E como o amor livre pode deixar de se impor?”, o fato de como virar dominante, por meio de um consenso generalizado, a sua interpretação do imperioso desenvolvimento do amor livre para que os seres humanos estejam prontos a alcançar sua plenitude física e espiritual.

A resposta que daria àquela questão pode ser lida aqui – e em termos contemporâneos -, como uma explicação da insatisfação permanente a que se vê reduzido o sujeito social, cujo desejo se vai investindo de distintos objetos procurando alcançar sua realização impossível. Entre essas diferentes formas que pode adotar, o amar a diversas pessoas também seria parte desse curso.

E se, como manifestou o anarquista, nenhuma pessoa é capaz de reunir a totalidade das qualidades que possam ser vistas como virtudes, Rossi responderia a sua pergunta assinalando:

“Amamos uma pessoa por determinadas qualidades que ela tem: a beleza, a espiritualidade, a bondade, a inteligência, a força, a coragem. E quanta gradações, quantas nuances, quantos modos de ser existem para cada uma destas qualidades! Amaremos aquela pessoa que possui, entre estes atributos, aquele que mais apreciamos”. (ROSSI, 2000, p.113)

E se até esse ponto tudo resultaria de boa forma com uma relação monogâmica, Rossi se encarregaria de apontar que, depois de certo tempo:

“... acabaremos encontrando várias outras pessoas com as mesmas virtudes e os mesmos encantos, em graus maiores ou menores, e não poderemos senão amá-las. A moral hipócrita conseguirá, algumas vezes, nos condenar a um ridículo martírio, mas isso só servirá, na maioria das

vezes, para destruir a essência da monogamia e conservar dela apenas a forma”. (ROSSI, 2000, p.113)

Na medida em que o anarquista continua sua formulação, percebemos que volta aos aspectos biologicistas - no que parecera ser uma iniludível fonte para fortalecer sua tese-, para localizá-los entremesclados com suas apreciações filosóficas relacionadas às paixões humanas. Desse modo, diria o seguinte:

“O amor é único e exclusivo apenas nos seres inferiores por se resumir todo em uma união que mata os amantes e dá vida à prole”. Já com os humanos: “... elevando-se, por certos aspectos, acima da condição animal, aprimorou (partindo do simples ao composto) suas sensações primordiais (...) o amor deixou de ser uma necessidade simples e primitiva de um mero acasalamento e entre uma só mulher e um só homem se tornou impossível experimentar todos os elementos do amor”. (ROSSI, 2000, 113-114)

A alternativa ao amor livre que indica o italiano, aquela que chama de “amor único”, é mencionada unicamente para, por oposição, reforçar as potencialidades que acarreta a multiplicidade de afetos. Definitivamente, ao que vá apontar, é a sustentar a continuidade de sua argumentação fazendo ênfases em esse ponto que para ele é prioritário: a viabilidade do crescimento pessoal dos indivíduos ao abri-se as distintas sensações que, de ser reprimidas não fariam senão estancar qualquer oportunidade de desenvolvimento. A esse respeito, Rossi (2000, p.114) mencionaria que o amor único somente pode se manifestar permanentemente em dois casos pontuais:

“... quando, na pessoa amada, não se busca outra coisa a não ser o sexo, e é necessário contentar-se em viver nos mais baixos degraus da escala humana para que isso possa acontecer; ou quando, na pessoa amada, está concentrada toda a beleza, toda a bondade, toda a inteligência –em uma única palavra, quando nela estão todos os atrativos do outro sexo, e é preciso ser bem néscio para crer que isso possa acontecer”.

Da mesma maneira que se percebe a partir de outros escritos, Rossi não só demonstra uma tendência a enaltecer o desenvolvimento das diversas capacidades humanas, mas também a destacar e reivindicar às pessoas que favorecem esse crescimento.

Para o caso que aqui estudamos, a complexidade da vida sentimental, o anarquista se vê impelido a expor favoravelmente o estilo – tantas vezes atacado - de vida dos burgueses. Rossi entende que, em que pese a sua hipocrisia em muitas oportunidades manifesta quanto à solenidade das formas respeitáveis da instituição matrimonial, aqueles autores haviam conseguido ir além das exigências morais vigentes:

“De fato, nas classes sociais mais abastadas, nas quais, em certos aspectos, a índole humana foi elevada, o sentimento amoroso assume uma forma mais complexa, mais rica em linhas, em cores, em nuances, em penumbras, que cada vez mais dificilmente pode vir a realizar numa única pessoa o tipo sonhado”. (ROSSI, 2000, p.114)

Embora Rossi reconhecesse haver certo tipo de pessoas que se animavam, naquele momento, em viver mais de uma relação amorosa, afirmaria que, apesar de seu caráter mais avançado na matéria, as determinações sociais impunham que as mesmas seriam não só efetuadas a escondidas, senão também imersas em uma complexa trama de intrigas com a finalidade de manter as aparências da monogamia. Inclusive, o autor propunha que, nos casos em que se optava por romper com os laços matrimoniais, a situação não variava em demasia:

“Esta é uma coisa [acabar com uma relação monogâmica] que as pessoas conhecem muito bem e que, todos os dias, é por elas posta em prática. Só que tal direito é exercido às escondidas, como a fraude. E aquilo que deveria ser o livre comércio assume o caráter agradável e provocante – mas pouco digno- do contrabando”. (ROSSI, 2000, p.116)

Como recurso final para validar sua posição em defesa do amor livre, o anarquista utilizaria um recurso inédito em sua linha argumentativa, e que se refere ao que se apresentaria como o elemento definitivo na comprovação da necessidade do amor livre: trata-se de um diálogo imaginário do autor com sua consciência. E na medida em que Rossi concebia os homens como portadores de uma bonomia natural que era corrompida unicamente por determinados interesses perversos, a consciência dos homens não corruptos – e ele se posicionava como um deles- somente lhe poderia dizer a verdade do caso:

“Dize-me, dize-me consciência minha –estamos a sós e ninguém nos ouve - se no mundo não existissem o dever e o pecado não teria eu a necessidade de amar outra pessoa sem magoar quem eu amo? Consciência minha, responda ao menos esta vez com sinceridade. E se a consciência disser, a você quem me lê, a verdade, este livro estará concluído”. (ROSSI, 2000, p.115)

Posteriormente, o italiano arremeteria contra o peso que a família burguesa tem na rejeição generalizada ao amor livre. Não só atacaria o matrimônio, senão a instituição familiar completa, incluindo os âmbitos nos que esta encontra seu desenvolvimento mais forte: o interior do lar. Esse espaço privado atenta, para ele, contra as mais diversas possibilidades de expressão que carrega o espaço do público e as ricas relações que aí se entrelaçam, comparando-o à mesquinhez e ao egoísmo que se reproduzem internamente a cada lar. Parafraseando a metáfora platônica da caverna, Rossi apontaria:

“Se a família pudesse viver ao ar livre, sob o controle severo da sociedade ou, como alguém já disse, em uma casa de vidro, poder-se-ia então minimizar um pouco sua ferocidade, sua vileza, sua corrupção. Mas o casal unido pelos laços da família tende a isolar-se na caverna, na cabana, no tugúrio, no palácio ou em qualquer outro lugar que encontre”. (ROSSI, 2000, p.119)

A família era, para Rossi, o lugar onde se geravam os principais males que atentavam contra o espírito humanista. Seria mediante a menção e descrição de diversas situações que o anarquista daria conta da série de vícios que se iniciavam e se expandiam ao interior do âmbito familiar:

“É no santuário da família que o marido força a mulher às vilezas das meretrizes, é nesta santa arca inacessível que se consuma o incesto (...), que se embrutece na masturbação, o vício da virtude. É na monarquia absoluta da família que a mão do covarde espanca a face da mulher, que os jovens crescem no triste hábito da obediência e da simulação, alimentando o desejo de um dia, quando chegar sua vez, mandar nos outros. Foi nas trágicas brigas entre os pais que as crianças –tomando partido de um ou de outro- aprenderam a inveja e o ciúme. Foi nas primeiras lições maternas que aprenderam o egoísmo, a superstição e a

mentira. Na família, a prole repete a perpetua os clichês estúpidos dos pais”. (ROSSI, 2000, p.120)

Em algumas passagens deste texto, costuma-se demarcar um Rossi cada vez mais apegado a uma convicção anarquista mais definida. Seus embates continuam injuriando ferventemente a família, incluindo os modelos impulsionados por algumas correntes do campo socialista (das que seguramente teriam acabado conhecimento, dada a passagem que teve na sua juventude pelo Partido Socialista Italiano): “Não me contraponhas à família a união livre dos socialistas, suas famílias livres. São famílias assim como as demais. Nelas, não há e não pode haver nada mais do que uma larva teórica de liberdade, porque família e liberdade são termos antagônicos”. (ROSSI, 2000, p.120)

Neste caso, e seguramente devido ao tocante que lhe resultava o tema pela sua experiência, assim como por seus espaços de militância, Rossi desenvolve mais um pouco a relação da família, o amor livre e o socialismo. Realiza isso, não só através de cogitações de índole teórico, mas com base em alguns exemplos históricos, pensando também na historicidade do assunto: “Se não nos descartamos da família, ela destruirá o comunismo. Provavelmente é isso que tem acontecido em muitas colônias comunistas dos Estados Unidos, fundadas sobre o princípio da família, que se desfizeram, ou sobreviveram anêmicas, ou tiveram que se apoiar no sentimento religioso”. (ROSSI, 2000, p.123)

Distinto foi o que aconteceu em outras colônias, onde eram fortemente restringidas ou até proibidas as relações sexuais:

“No entanto, quase todas que estabeleceram o celibato prosperaram. Mas o celibato casto é uma aberração fisiológica e moral, embora, dentro da vida comunista, seja preferível a família. Também na Colônia Cecília quase todas as dificuldades de ordem interna nasceram do egoísmo da família e deveriam desaparecer com o amor livre”. (ROSSI, 2000, p.123)

O anarquista reivindicaria unicamente a seguinte comuna: “A inteligente população comunista de Oneida viveu às mil maravilhas 30 anos de amor livre, ao qual chamavam de matrimônio complexo, e só caiu, apesar deste regime, por razões de outra natureza”. (ROSSI, 2000, p.123) De tal forma, Rossi menciona uma das escassas comunas nas que o amor livre teve forte apoio e cujo término aconteceu por causas que nada tinham

a ver com tal prática. Esse caminho, obviamente com um final no qual o amor livre se impusesse, era, para o italiano, um dos principais a serem percorridos pelos anarquistas, na medida em que quisessem alcançar essa vida libertária que proclamavam.

II

Além de quais tenham sido as experiências de amor livre em outras comunas, a centralidade que Rossi conferia ao assunto fez com que, na Colônia Cecília, uma experiência inédita, em quantidade e qualidade de casos, acontecesse. No entanto, viveu-se uma situação diferente, dado que a ausência de proliferação dos casos de amor livre, e até do limitado impulso para o mesmo, teria sido uma das razões principais que atentaram contra a comuna enquanto Prometo libertário. Com efeito, para Rossi, como para alguns dos colonos anarquistas, o assunto era de grande importância, ainda que a prática tenha demonstrado que, para a maior parte destes, não tinha um caráter prioritário enquanto reivindicação a ser alcançada.

E assim foi que, já desde os primeiros tempos, além da própria formação que os anarquistas traziam de sua socialização na Itália, onde praticavam o amor monogâmico, existiam na comuna complicações de caráter meramente prático: a pequena quantidade de mulheres em relação ao número de homens. É válido lembrar que, no primeiro núcleo de colonos, viajava somente uma mulher, que recentemente havia contraído matrimônio e que, portanto, estava longe de pensar em romper com essa aliança e os comportamentos que tinha assumido com a mesma (MELLO NETO, 1996, p.178). Tratava-se de uma mulher que não era anarquista e que se havia casado com alguém que se definia como libertário e que não conseguiria quebrar sua matriz cultural constitutiva (algo bastante comum entre os participantes libertários da comuna).

Dadas essas condições, ocorreu que, nesse primeiro caso, nenhum de seus membros se abria a uma relação de amor livre. A mulher não pensava em se relacionar sensualmente com outros colonos, e o homem não somente aceitava isso para agradar a sua esposa, como também não a alentava a tomar uma atitude diferente. Tal comportamento deixa entrever que o anarquista, certamente, não compartilhava da ideia da colocação em prática do amor livre, uma vez que havia acedido a formalizar sua relação por meio do casamento.

Por isso, e também de acordo com a ausência de qualquer referência a encontros homossexuais na comuna, é que podemos entender a quantidade de parágrafos que, em seus relatos dessa primeira etapa, destinaram-se a descrever os profundos pesares de que padeciam ao ver transcorrer seus dias envolvidos em uma solidão amorosa total. Como produto dessa situação, originou-se um dos episódios mais reconhecidos da Colônia Cecília.

O mesmo faz alusão a uma das tentativas às que recorreu Rossi, em uma situação extrema, para paliar a marcada falta de mulheres: levar para viver na comuna uma jovem meretriz que trabalhava em um prostíbulo de Palmeiras. Supomos que a particularidade desta situação tenha sido uma das mais trabalhadas pela literatura ficcional que abordou a comuna anarquista e que, por isso mesmo, tenha se tornado um dos pontos que mais fortemente se instalou no imaginário da Colônia: uma extraordinária combinação de elementos próprios do gênero da picaresca, assim como as deformações que cada narrador foi imprimindo ao caso acabam por construir uma série de enredos que pouco têm a ver com a genuína ideia desenvolvida por Rossi.

Os cronistas “oficiais” da comuna não abundaram quanto aos detalhes do sucedido na ocasião. A esse respeito, duas hipóteses poderiam dar conta do porquê desse procedimento: uma delas estaria relacionada com o fato de terem decidido omitir o episódio a partir do pouco afortunado resultado da manobra e o humilhante que deve ter sido para eles essa situação – tanto pelo fato de se contratar a uma prostituta, quando sua doutrina ia diretamente contra esse tipo de ação, como por ficar expostos publicamente ao elevadíssimo nível de solidão à qual se achavam submetidos.

A outra possibilidade, que não é excludente senão complementar à anterior, seria a de que, na medida em que algumas pessoas se aproximavam da Colônia – coisa que de fato acontecia- iam sendo influenciadas pelos comentários circulantes entre os colonos, a respeito de como se sucederam os fatos em torno desse assunto. Em todo caso, é melhor deixar aberta a interrogação, e citar uma afortunada reflexão de Mello Neto, na qual diz: “A leitura do que foi escrito sobre a Colônia impõe seria reflexão: os fatos históricos podem dar, e com freqüência dão, origem a romances; os romances é que não podem dar origem à descrição de fatos históricos” (MELLO NETO, 1996, p.183).

No entanto, quem iria comunicar um testemunho da chegada da meretriz à comuna seria justamente uma pessoa externa a ela, como Ermelino A. de Leão, um jovem advogado que já tinha colaborado com eles. De tal forma, e narrando uma visita à Colônia, de Leão mencionou: “O sistema de amor livre produziu uma crise, faltavam mulheres. Para preencher essa lacuna foi mister contratar uma hetaira que pensavam converter aos seus ideais. Por sua vez essa mulher os abandonou”. (De Leão, Ermelino, in: **Dicionário Paranaense**, v.I. Curitiba: I.H.G.E. paranaense, 1926/8, p.388-389 citado por MELLO NETO, 1996, p.180)

Mais ainda, De Leão mesmo fez referência também a outra tentativa dos anarquistas para conseguir levar à frente a instauração do amor livre e, junto com isso, paliar a ausência de mulheres com as que manter relações sexuais. Dessa forma, diz ele: “A comuna decretou então a maioria de uma menina, filha de um dos colonos comunistas, para praticar o amor livre. O instinto paternal superou o sonho anarquista e o colono com a família deixou o núcleo, para preservar a filha do regime que com tanto ardor defendia”. (De Leão, 1926/8, p. 388-389 citado por MELLO NETO, 1996, p.120)

Sem indagar em demasia esses comentários, podemos afirmar que os documentos analisados sugerem que a ideia tenha surgido do doutor Grillo e que foi aceita por Rossi, não sem que se desviasse de seu enfoque humanitário. Ou seja, por um lado, o italiano entendia que a presença da jovem na Colônia traria, certamente, satisfação sexual e espiritual aos homens solteiros da comuna. Também, ao ser somente uma mulher para vários homens, esperava que a conjuntura fosse mais que propícia para fomentar o desenvolvimento do amor livre entre os colonos – situação que se via ainda mais favorecida pelo fato de a prostituta não ter vínculos afetivos com nenhuma das pessoas que moravam no coletivo libertário.

Ao mesmo tempo, e dados o caráter e as preocupações que inquietavam Rossi, obviamente, manifestou-se nele a ideia de redenção da jovem. E isto não só pelo fato de retirá-la do trabalho que exercia como prostituta, mas também pela série de liberdades que a ela se abria, no caminho de uma vida diferente, na qual, junto aos libertários, poderia explorar e desenvolver suas capacidades. Neste sentido, como aponta Mello Neto, existia uma clara delimitação entre o tipo de relações livres que propunha o anarquista italiano e

outras possíveis que, apesar de flexibilizarem os laços amorosos, mantinham alguma forma de opressão: “Rossi procurava estabelecer distinção entre o que defendia como amor livre e o amor libertino, predominantemente sexual; a prostituição era por ele considerada como fruto da estrutura familiar burguesa”. (MELLO NETO, 1996, p.179)

Transcorrido o acontecimento, e em que pese a chegada de novos integrantes à comuna, a situação não se modificava no tema específico das relações amorosas. Isso se deveu, principalmente, ao fato de as pessoas que se somavam ao coletivo integrarem casais estáveis, e ainda mais pelo fato de tratar-se de camponeses que não compartilhavam a ideia do amor livre. A esse respeito, Mello Neto apontaria: “O segundo grupo a chegar, o primeiro de agricultores, era integrado por três famílias, duas delas parentes entre si”. (MELLO NETO, 1996, p.178)

Com relação a essa situação, Mello continuaria descrevendo:

“O primeiro é o do amor livre que, entendido conforme o conceituado por Rossi, continuava até essa época no papel. Os colonos integrantes de Colônia Experimental Anarquista adaptavam-se aos princípios comunossocialistas anárquicos, porém mantinham-se ainda apegados aos ‘preconceitos burgueses’ da estrutura familiar. Comungavam o trabalho, a mesa alimentar, o lazer, o patrimônio, até a caixa social, para a qual colaboravam, inclusive, com o ganho individual; mas as mulheres e de suas filhas. As crianças pertenciam à família e não à comunidade como teoricamente era desejado por Rossi”. (MELLO NETO, 1996, p.175)

E se a chegada de novos integrantes pode ter sido um atrativo para os primeiros moradores, o fato de não comungarem os ideais socialistas ia obstruindo a harmônica convivência, questão que se acentuava negativamente ao não se chegarem mulheres comprometidas com a concepção do amor livre ou que, medianamente, estivessem comprometidas com a prática do mesmo.

Inclusive, a falta de mulheres – e já não só mencionando a aquelas dispostas a exercer a multiplicidade de afetos - foi uma das características permanentes do que constituiu o coletivo. O assunto seria ressaltado por Mello Neto, quem também citou as palavras de Rossi:

“A desproporção entre o número de mulheres e a população masculina parece ter sido uma constante na vida da Cecília. Em março de 1892, quatro meses, portanto, após a chegada do grande grupo de Torricella, Rossi ainda lamentava, em escrito publicado no *L'Eco do Popolo*: ‘Aborrece-nos a monotonia de sermos poucos’, escreve ele [Rossi], se declarando, no entanto, esperançoso com a perspectiva da chegada de outras companhias, o que leva a acrescentar: ‘especialmente daquelas amáveis, que aqui nos fazem falta’. A população naquela época totalizava vinte homens, nove mulheres e dez crianças”. (MELLO NETO, 1996, p.179)

Em uma carta de Cappellaro, aparece de modo explícito o relato dessas questões, começando pela dificuldade manifesta de que a Colônia Cecília se convertesse em hábitos comuns às propostas libertárias como a do amor livre, até chegar a de declaração da necessidade de presença feminina:

“...o amor livre não penetrou no coração dos nossos companheiros, o que produz muitos aborrecimentos aos que estão sós. E, malgrado isso, ninguém faltou com o respeito às mulheres. Ficariamos bem alegres se algumas mulheres convencidas viessem nos encontrar logo”. (CAPELLARO, A.. Cecilia. In: *La Révolte*. Paris: 1892 citado por MELLO NETO, 1996, p. 174)

A tal ponto parece chegar a asfixia amorosa pela que passavam os colonos homens e solteiros que Cappellaro reconheceria, em um exercício de sinceridade absoluta: “No momento não podemos aceitar outros companheiros, senão dois ou três sapateiros (com família), um ferreiro –já pedidos- e algumas mulheres emancipadas dos preconceitos de sociedade burguesa” (CAPELLARO, 1892, citado por MELLO NETO, 1996, p. 174)⁵²

Essas palavras de Cappellaro geraram grande polêmica na Europa:

“...em particular nos números de fevereiro de 1893 de alguns jornais parisienses: *Le Journal, Paris, L'Eclair, Le Journal des Economistes*”. *La Révolte* comenta[e] (...): ‘(A carta de Cappellaro) continha uma confissão ingênua que, considerando-se o espírito burguês, não podia deixar de ser

⁵² Com relação à data da carta, e como introdução aos casos de amor livre, Mello Neto apontará: “A carta de Cappellaro precedeu a experiência amorosa vivida por Rossi. Adele e Annibale, também protagonistas do Episódio d’Amore, chegaram à Colônia em novembro de 1892, e as primeiras informações sobre o casamento poliandrico que se sucedeu são fornecidas por Rossi em janeiro de 1893”. MELLO NETO, 1996, p.175).

mal interpretada, e devia assim fornecer aos caluniadores a ocasião de dizer as maiores besteiras sobre a idéia anarquista. Também nossos jornais burgueses não perderam a ocasião e se atiraram em cima, como porcos sobre...uma pérola". (FELICI, 1998, p.29-30)

Diferente, ou pelo menos mais contemplativa, foi a recepção de alguns meios anarquistas que, "... como o jornal *Sempre Avanti!* de Livorno, pensam que Cappellaro tinha simplesmente se expressado mal" (FELICI, 1998, p.30). Porém, dentro do campo libertário também aparecem as críticas: "...em particular Malatesta que 'segue com interesse as (...) tentativas de reforma dos costumes sexuais' que se deram na colônia, mas pensa que o amor livre, tal como foi praticado ali, não era mais do que promiscuidade" (FELICI, 1998, p.30).

Para conseguir desterrar interpretações como a última mencionada, os anarquistas da Colônia não só deviam tomar grandes precauções em suas manifestações acerca do amor livre, mas de igual forma, na prática ativa, necessitavam se apegar ao que enunciavam verbalmente. Nesse sentido, retomamos um episódio que acontecera antes do que viria a ser a primeira relação de amor livre - de acordo com a que postulava Rossi -, no qual uma pessoa da comuna estabeleceu relações múltiplas com outros participantes. É um caso que, da mesma forma como foi assinalado logo acima, propiciou a mais diversa gama de anedotas e comentários. Para tomar uma fonte confiável (ou pelo menos uma que autorize um material correto para análises), encontramos as seguintes palavras de Rossi que, citadas por Mello Neto, fazem alusão ao caso. Mello Neto indicaria que:

"O surgimento, na Colônia, de um relacionamento amoroso 'libertino' é por ele narrado e apontado como um dos motivos do desaparecimento da experiência anárquica: 'com o grupo dos camponeses parmenses chegou uma jovenzinha precoce, que começou a namorar com todos os machos da Colônia. Resistir foi fácil a quem já tinha companheira; mas os solteiros que, em meio a mulheres virtuosas, viviam de dois a três anos em uma castidade forçada, não resistiram'". (ROSSI, G. 1896 citado por MELLO NETO, p.179-180).

A esse respeito, Mello Neto acrescentaria: "O utopista confessa-se vítima da situação: 'eu estava entre esses, porque Adele não tinha ainda chegado à Colônia. Também

dois ou três casados caíram em pecado⁵³””. (ROSSI G. 1896 citado por MELLO NETO, 1996, p.180).

Os escritos que descrevem esses momentos, especificam que a jovem foi, com efeito, recebida gratamente pelos colonos. Muitos destes conseguiram desenvolver relações com a nova integrante e assim atenuar sua solidão amorosa. Não obstante, esta satisfação foi produzindo em alguns homens o desejo de estabelecerem uma relação monogâmica com a jovem, e ocorreu como com a meretriz de Palmeiras, muitos se preocuparam mais em agradar a jovem com os mais diversos cuidados e atenções, do que em atender o andamento da Colônia que, obviamente, nas precárias condições em que transcorreria, não podia permitir essas licenças.

Ao mesmo tempo, como eram vários os homens que se envolviam amorosamente com a jovem, emergiram competições e descontentamentos, que terminavam por inimizá-los, atentando contra a harmonia geral da comuna. Por outro lado, os relatos revelavam que a atitude da jovem, entendendo o que sucedia a seu redor, aproveitou as diferentes vantagens que extraía de sua posição no grupo libertário, e longe de intentar se somar à experiência coletiva, se dedicava ao desfrute pessoal que lhe permitia sua situação. Com relação a essas últimas apreciações, Mello Neto remete-nos a uma carta enviada por Cappellaro, na qual ele discorre sobre as relações sensuais na Colônia: “Cappellaro não a menciona e, naturalmente, pode-se deduzir que ao apelar por mulheres ‘convencidas’, não o faz com a intenção de que sejam repetidos os exemplos da ‘parmense’”.(MELLO NETO, 1996, p.175)

Então, se concentramos a atenção no que fora essa relação libertária de amor livre na Colônia Cecília, um primeiro aspecto que destacamos é, e em consonância com outras iniciativas da Colônia, a participação ativa de Rossi. Junto a ele, um casal de colonos com pouco tempo de residência no lugar, seriam os responsáveis por darem vida a essa forma de se relacionar. Alguns detalhes são apontados por Mello Neto: “A narrativa de Córdias (Giovanni Rossi) parece deixar claro que Elèda (Adele) e Annibale vieram à

⁵³ Como marca FELICI (1998), Eleda é um anagrama de Adele, verdadeiro nome da pessoa. Felici, Isabelle, Op. Cit., p.28.

Colônia Cecília como dois socialistas, conscientes do seu propósito, incluindo nele a instituição do amor livre defendida pelo seu criador”. (MELLO NETO, 1996, p.188)

Tal qual fora seu costume, Rossi não só se dedicou as análises dos diversos assuntos que incumbiam à Colônia, como também, sempre que tivera possibilidades deixou minuciosos registros de suas atividades. Dessa forma, em Um episódio de amor anarquista, o italiano relataria passo a passo a sequência que conduziria à realização do amor livre na comuna:

“Foi uma tarde em novembro de 1892 que Eleda e Anibal chegaram à Colônia, e foi uma chegada pouco alegre. Os novos companheiros estavam exaustos da viagem e com resistência em relação à Colônia –os dissidentes, vamos chamá-los assim, estabelecidos em Curitiba, haviam-na descrito como uma colônia pobre e pouco socialista, menos do que de fato ela era”. No entanto, Rossi reconhece sua parte de responsabilidade no modo como se deu esse encontro: “Também de minha parte houve um pouco de frieza, porém acreditado que eles haviam hesitado na hora de vir, o que não era verdade. Assim, naquela tarde, Eleda não me deixou outra impressão além da de uma pessoa cansada e muito triste. No entanto, aqueles novos companheiros eram merecedores de toda a minha simpatia”. (ROSSI, 2000, p.93)

É destacável que Rossi tivesse essa reação, já que somente em páginas posteriores faria menção a esse momento; o italiano faria saber que já havia mantido algum contato com Eleda:

“Eu havia conhecido Eleda um ano antes, numa conferência pública na qual eu expusera algumas idéias sobre o amor livre. Lembro-me que, entrevistando-a sobre tais idéias reservadamente, ela me respondeu com muita simplicidade que as admitia. Poucos dias depois, voltei a vê-la em um hospital (...) plantada ao lado do leito de morte de um destemido jovem socialista, que por cinco anos lhe foi o amado companheiro (...) Sua simplicidade, sua tristeza e sua força de ânimo me despertaram um certo sentimento de simpatia e de admiração, mas não senti o menor desejo pela mulher (...) Os momentos destes meus primeiro encontros com Eleda foram poucos, breves e dolorosos, mas as impressões que tive dela ficaram gravadas com grande precisão e assim pude transmiti-las à boa amiga Gianotta”. (ROSSI, 2000, p.93-94)

Nesse sentido, a continuidade do relato narrava como foi criado um ambiente de correspondência entre os participantes da experiência do amor livre. Ao mesmo tempo, Rossi traçaria um perfil de Eleda em concordância com as características dos retratos que em diversos escritos literários ou historiográficos socialistas, são dirigidos aos militantes de suas fileiras: simplicidade, austeridade, sofrimento, inteireza, inteligência, convencimento, altruísmo, toda uma série de elementos sobre os quais se monta o imaginário do herói (e mártir) comprometido com as lutas sociais.

Parágrafos seguintes, Rossi continuaria com a descrição laudatória para com a italiana Eleda: “É uma mulherzinha de trinta e três anos que, quando está tranqüila e nada a incomoda, demonstra ter vinte e cinco. Os seus olhos e seu rostinho delicado têm qualquer coisa de menina. A expressão de seu rosto é quase sempre grave, de uma triste gravidade”. (ROSSI, 2000, p.94) E se repararmos no aspecto físico poderia parecer de uma certa futilidade, mas Rossi se encarrega de acrescentar elementos que não ressaltam unicamente a sua aparência:

“... com freqüência me agradava perguntar-lhe se já se habituara à solidão de campos e matas, à monotonia e à pobreza desta vida. Respondia-me que se esforçava para isso e que com certeza logo estaria habituada a tudo. Nestes momentos, encontrava nela a imagem da socialista inteligente, corajosa e boa que me ficara de nosso primeiro encontro. Assim, uma simpatia e uma afeição meiga e cortês cresciam em mim” (ROSSI, 2000, p.93-94).

E concluiria a construção da figura Eleda, em seguida, colocando uma questão que poderia ser pensada por muitos dos colonos e por vários dos leitores do escrito na medida em que não estivessem inteirados das proposições que a idéia de amor livre rossiniana continha. Esse aspecto, aspecto que era muito sensível para Rossi, não é outro senão aquele da inteireza moral de Eleda: ela entendia “corretamente” a multiplicidade de amores enquanto prática libertária e não como simples prática libertina, o amor livre era uma práxis política transformadora e não puro gozo:

“Não se pense que Eleda é uma mulher de amor fácil e muito menos um destes fenômenos patológicos nos quais é inútil buscar as leis fisiológicas

da vida. Ela representa muito bem o tipo médio das operárias inteligentes das grandes cidades, sintonizada com os ideais socialistas, dos quais tem clara e íntima compreensão”. (ROSSI, 2000, p.107)

Dessa mesma maneira, o italiano passaria a dar algumas das características, que poderiam ser descritas diretamente como virtudes, de Aníbal, o companheiro de Adele. Como podemos apreciar, são outros os pontos que Rossi destacaria em comparação com as apreciações feitas a Adele, porém, em nenhum momento perderia seu caráter laudatório para com seu colega:

“...é um bom companheiro, daqueles que na agitação socialista se habituaram a perder muito e a ganhar nada. Embora não tenha um intelecto vulgar, o seu coração é maior do que tudo o mais. Sob uma aparência rude, há um sentimento refinado. Foi um dos primeiros e dos poucos que apoiaram firmemente a iniciativa desta colônia socialista (...) Aníbal é uma pessoa a quem amo e estimo e que recebe toda a minha consideração”. (ROSSI, 2000, p.94)

Posteriormente, Rossi se preocupa por destacar como é que os adeptos do amor livre não somente viviam mais plenamente sua vida sentimental, como também, essas práticas envolvidas em um processo geral de lutas e transformações, os faria diferentes e “melhores” em relação aos outros indivíduos:

“Que este caso de amor ocorre entre três amigos sossegados? Se alguém pensa isso, está caindo num erro, em nossas veias fremente o sangue do mundo moderno (...) Se estivermos deslocados alguns graus, não estamos, com certeza, abaixo da média do resto da humanidade, e sim um pouco acima, aquele um pouco acima que a sociedade tem de alcançar porque o seu princípio eterno não é descer, mas ascender”. (ROSSI, 2000, p.110-111)

Se o relato, e com isso a imagem que Rossi constrói de Eleda, são posteriores à realização da Colônia, o escrito parece dar conta de que o anarquista já possuía elementos que lhe permitiram entrever naquela comuna a possibilidade de se estabelecer uma relação de amor livre. Desse modo, Rossi mencionaria a como foi produzido o encontro:

“Ouça, Eleda – disse-lhe, uma noite, em sua casa –, você é uma mulher séria com a qual se deve falar de forma direta.

Ela me olhou e compreendeu minhas intenções.

-Por que você também não poderia me amar um pouquinho?

-Porque tenho medo de dar demasiado desgosto a Aníbal.

-Conte tudo a ele.

Separamo-nos sem ao menos um beijo”. (ROSSI, 2000, p.95)

Os parágrafos que se seguiam, expunham os pormenores da situação e também eram usados pelo autor para cultivar nos leitores sobre uma série de sentimentos que atravessavam as pessoas que, formadas na concepção monogâmica do amor, decidem dar um passo em direção a essa outra perspectiva do amor. As dificuldades que tem Aníbal para poder, sem nenhum tipo de ressentimento, aceitar a relação múltipla de Adele servem para exemplificar essa situação. Ao mesmo tempo em que a seriedade, responsabilidade e sinceridade de Adele, demonstraram por excelência como deveria ser assumida a multiplicidade de afetos: “Eleda conversou com Aníbal como uma companheira amorosa, mas livre e sincera, deve conversar com o homem que ama e estima. Aníbal, por sua vez, respondeu como o homem que coloca acima de suas paixões o meticuloso respeito pela liberdade feminina” (ROSSI, 2000, p95). As certezas que Rossi esboçava se davam com um entendimento acabado dos sentimentos que corresponde a cada etapa do desenvolvimento do amor livre:

“-Sofre, me disse Eleda.

-Era o esperado, respondi. Mas você acha que o que sobre é a melhor ou a pior parte do seu coração? A sua dor é de natureza humana, é social, é indestrutível? É a dor do punhal que mata ou do bisturi que cura?

-É isso que se deve apurar – respondeu-me Eleda”. (ROSSI, 2000, p.95-6)

Nessa situação, seria o próprio Aníbal, quem assumirá suas fraquezas, ante a oportunidade de que sua companheira se relacione sentimentalmente com Rossi, ao mesmo tempo que manterá o vínculo amoroso que os une. Aníbal, se vê subordinado a colocar a relevância de sua crença política acima dos conflitos afetivos aos que é exposto nessa situação. Esse procedimento é utilizado por Rossi, para realçar a importância da proposta

que seria transformadora no plano coletivo: as renúncias às quais se submete Aníbal marcam o procedimento correto para aqueles que abraçam os novos ordenamentos sociais. Dessa forma, Rossi sustentaria: “Poucos dias depois, os demais companheiros ficaram sabendo de nossa iniciativa de amor livre. Quanta delicadeza, quanta lealdade e quanta renúncia eram necessários para vencer um dos mais respeitados e ferozes preconceitos sociais”. (ROSSI, 2000, p.96)

Então, na trama argumentativa que vai se construindo, e que ao mesmo tempo se converte em uma explicação geral das vicissitudes que envolvem o processo de instauração do amor livre, a personagem de Aníbal é colocada como um lutador abnegado que combate abertamente com o objetivo de afirmar sua condição de libertário. Seu lugar na narração: que em qualquer outra história poderia ter sido o de vilão que, através de suas ações dificultaria os desígnios de felicidade de Eleda e Rossi, ou aquele de um anti-herói que se afoga em sua derrota e em sua tristeza deixa acontecer a felicidade do novo casal; é situado num mesmo plano de afetividade que corresponderia a todos os envolvidos. Aníbal não está aí para alterar as etapas da história, inversamente é tomado por ela, para acompanhar um processo que parecera ser iniludível.

Não obstante, e como se sucederem os fatos na Colônia que Rossi se dedicou a relatar – a hesitação de Aníbal ante a decisão de sua mulher, afirmando a marca que suas convicções políticas lhe impunham –, para manter a posição outorgada a seu companheiro, o anarquista se vê obrigado à construção de uma trama de tom trágico. Nela destacaria os aspectos valiosos de Aníbal, e que são elevados ao ponto de erigir o personagem numa figura emblemática do altruísmo necessário para a realização da transformação social.

Dessa forma, é comum a aparição de trechos rossinianos como o citado abaixo:

“[Aníbal] - É o preconceito, o costume, um pouco de egoísmo ou qualquer outra coisa que queiram. A liberdade, no entanto, deve prevalecer e vir sempre antes de tudo. Amo Eleda e não há nada que me faça amá-la menos. Sofrirei com isso, mas me sentirei bem. Você, Córdias, vive triste e sem amor. Eleda poderá dar algum conforto. [Rossi]-Você nutre algum ressentimento por mim ou por Eleda?

[Aníbal]-De modo algum”, e ainda assinala Rossi: “Naquele dia, Eleda e eu trocamos o primeiro beijo e, à noite, ela veio à minha casa. Aníbal chorou em sua desolada solidão”. (ROSSI, 2000, p.96)

Ou também aquele outro onde o desespero pelo amor de Aníbal se manifesta:

“Eis aí porque me torturavam as explosões de desespero que, no principio, venciam Aníbal, fazendo com que abraçasse e beijasse Eleda, sussurrando-lhe entre lágrimas: - Quanto sofro e que louco sou! Sei que continuas querendo-me (...) tenho medo, medo de que venhas a amar Córdias mais do que a mim, por ser ele mais inteligente do que eu”. (ROSSI, 2000, p.110)

O escrito, concebido por Rossi não como uma mera ficção, mas formando parte do gênero do realismo pedagógico tão próximo aos romances impulsionados por escritores militantes do socialismo, constantemente transitaria entre o literário e o propagandístico da defesa do amor livre a partir da utilização de diversas fontes científicas e filosóficas. O italiano efetua uma operação de escritura consistente na literaturalização de uma experiência que poderia ter sido plasmada em um outro escrito que circulava como manifesto no qual se proclamara a efetivação do amor livre. Daí que afirma Mello Neto (1996, p.186):

“A obra esta didaticamente dividida em duas partes. A primeira descreve o episódio propriamente dito, traçando perfis psicológicos de suas personagens; a segunda tem a pretensão de ‘registrar a teoria no pensamento e na moral socialista’. Para o autor, a obra deve ‘encerrar um vivo documento humano’”.

Além de Rossi ter escrito o relato no calor dos acontecimentos, impulsionado pela necessidade de difundir sua enriquecedora experiência, há que se considerar o fato de que não houve um impacto multiplicador da situação redundando uma proliferação desse tipo de relação. Só depois de vários meses se repetiria um caso de amor livre, e, portanto, foi somente com base no vivido por ele mesmo, que Rossi concebeu a suas análises.

Dessa forma, se apresentaria num intertexto consistente em um questionário que, Rossi lhe aplicara a Eleda e a Aníbal para relevar informações sobre suas sensações

em torno das vivências na multiplicidade do amor. As preocupações científicas de Rossi, encontram aqui um ponto alto de seu desenvolvimento: “Daí me pareceu necessária uma espécie de análise psicológica, à qual Aníbal e Edela aderiram com a mais completa sinceridade, respondendo aos dois questionários...”. (ROSSI, 2000, p.98)

A ideia de conferir uma entidade objetiva a um caso que se mostrava claramente sentimental, embora uma marca do autor, também poderia ser considerada como uma situação avançada para tratar o tema, especialmente, se considerarmos que na época os estudos das ciências sociais a esse respeito, não eram muito comuns. Sobre o assunto, Mello Neto mencionaria a relevância do enfoque e os insumos produzidos pelo italiano, ao mesmo tempo em que saudaria certa valentia de sua parte por se ter animado a deixar tais registros:

“Os documentos a disposição do historiador, sobre este episódio, ficam limitados aos escritos do próprio Rossi (...) Rossi, no entanto, como verdadeiro cientista de laboratório, faz-se inocular e abertamente expõe-se à crítica de seus contemporâneos. Nem mesmo seus inimigos, testemunhas vivas da experiência, encorajam-se a relatar os fatos com a invejável transparência oferecida por seu próprio criador”. (MELLO NETO, 2000, p.183)

Em relação a isso, argumentaria de maneira correta, e considerando o posicionamento dos escritos de Rossi:

“As pressões exercidas pela média cultural da época necessariamente atingiram o experimentalista (...) Isso fica evidente nas exaustivas argumentações que oferece, com claro sentido de defesa. Preocupa-o o fato de não ser bem compreendido e teme que suas idéias de amor livre possam ser confundidas com simples saciedade sexual. Suas teorias são sempre precedidas de um arazoado científico”⁵⁴.

⁵⁴ Mello Neto, Candido de., Op. Cit., p.190. No entanto, as análises de Mello Neto não chegaram a se fechar convenientemente, tanto que se veria tentado a apontar (inclusive em um registro de escrita próximo ao rossiniano), que: “Apesar de uma aparente disposição prévia ou até de uma predeterminação, a instalação do episódio de amor livre aconteceu com muita poesia, com uma corte comparável a um namoro tradicional. O minucioso Córdias fornece aos seus leitores esses pormenores líricos”. Essa ambientação artificiosa que faz correr Mello Neto é da mesma tessitura que marca a poética do italiano, saturada de lirismo romântico e de escasso vôo literário. Dado o caráter do trabalho realizado por Mello Neto, podemos entender a operação discursiva que efetua ao colocar no centro da cena, valores como o engajamento político de Rossi ao produzir textos para divulgar na esfera pública, ou a coloração marcadamente científica, sustentado numa ideia de

Os questionários e suas respectivas respostas são transcritos abaixo, começando pela vez de Aníbal:

“Seu amicíssimo Aníbal:

-Você admitia, na mulher, a possibilidade de amar nobremente mais de um homem?

- Sim, mas não em todas as mulheres.

- Você reconhecia em Eleda este direito?

- Sim.

- Você considerava o amor livre útil ao progresso da moral socialista e da paz social?

- Sim, eu acreditava nisso e acredito ainda, porque senão onde estariam a liberdade e a igualdade?

- Você imaginava que a prática do amor livre pudesse causar dor a um dos dois participantes.

- Sim

Principalmente a qual deles?

Talvez aos dois.

Você admitia que o companheiro da mulher pudesse sofrer dor com o novo amor de sua mulher?

Sim, se a amasse de verdade.

(...)

Quando Eleda revelou meu pedido, você sentiu dor?

Não.

Surpresa?

Não, nós já havíamos conversado sobre isso na Itália e eu já estava preparado.

Desprezo?

Não, nunca.

Humilhação?

Também não.

Algum ressentimento para comigo?

Não ressentimento, mas paixão de você.

Ofendeu a sua vaidade?

Não.

E seu instinto de propriedade?

Nunca me imaginei proprietário de Eleda, isso seria uma ofensa a ela.

narração transparente dos fatos - de narrá-los fielmente, “tal qual foram”. Ao proceder dessa maneira, Mello Neto deixa de lado a série de mediações que atravessavam cada produção escrita, onde não só há um recorte da realidade a partir do que se narra em uma seleção possível de elementos disponíveis para construir discursivamente o acontecimento; como também se conta a opacidade própria da linguagem que impossibilita a transparência e o esgotamento da *semiosis* social ao ser plasmada num relato. Esta consideração foi comentada páginas acima, e é uma linha que percorre o estudo aqui proposto: os textos de Rossi que são usados aqui como fontes são documentos produzidos por um sujeito, e não sem descuidar de todos os procedimentos que os constituem, e mais ainda, ao ser os mesmos assinados, o que implica já colocar em jogo a figura de um autor, e com isso, todo o entrelaçamento discursivo que essa figura acarreta.

Egoísmo ou desejo de exclusividade?
Egoísmo não, mas medo de que ela pudesse diminuir seu amor por mim.
Temor de passar por ridículo?
Um pouquinho.
De lesar a castidade matrimonial?
E por acaso fui casto eu?
O consentimento foi espontâneo?
Com toda certeza, sim.
(...)
Você sofreu mais antes de saber que eu estava com Eleda?
Não.
E a primeira vez?
Sim.
E em quais outras?
Sempre. Às vezes mais, às vezes menos.
Você chorou?
Sim”.

Em seguida, Rossi entrevista Adele:
“A afeição por L., a mais breve e a menos profundamente sentida, foi exclusiva?
Naquele tempo, me interessei por outra pessoa, mas, tal como se diz, de forma inocente.
A afeição por Aníbal foi exclusiva?
Sim, até o momento em que conheci você.
Faz bastante tempo que você aceita a possibilidade de amar contemporaneamente outras pessoas?
Sim.
Você nunca foi ciumenta?
Algumas vezes, mas os meus ciúmes foram brevíssimos.
Você já se entregou a alguém sem amá-lo?
Nunca sem simpatia.
E apenas por sensualidade?
Nunca.
Você tolerou violências morais?
Não.
Minha solicitação amorosa causou surpresa?
Um pouco.
Desagradou a forma breve e direta que usei?
Ao contrário, me agradou.
Você aceitou o meu pedido por piedade?
Um pouco.
Por simpatia?
Sim.
O receio de desagradar seu companheiro era realmente o único obstáculo?
O único.
(...)
Quando você se entregou a mim, o seu companheiro estava plenamente de acordo?

Sim.
Você precipitou um pouco os acontecimentos?
Não.
A dor de seu companheiro era justificável?
Eu a considereei como resultado dos preconceitos que, queiramos ou não, pesam sobre nós.
Esta dor estava destinada a desaparecer?
Sim.
A nossa conduta às claras pareceu sincera a você?
Sim.
Acrescentei um pouquinho de felicidade à sua vida?
Sim.
(...)
Desde o primeiro dia o amor que você sente por mim cresceu um pouco mais?
Cresceu muito mais.
Você ama mais a Aníbal.
Sim”. (ROSSI, 2000, p.104-106)

Nesses questionários se reuniam de modo sintético, diferentes questões de amor livre que pareciam a Rossi serem as mais determinantes no momento de pensar e difundir o assunto. Com efeito, temos visto que alguns dos itens já apareciam em outras partes de seu escrito, sejam formando a trama do relato ou como reflexões em decorrência da necessidade do amor livre. Podemos afirmar que Rossi também entrevistava esses textos como modo de difundir e impulsionar aquilo que com suas exposições não conseguia que se levasse à prática:

“Na Colônia Cecília, desde o seu início, havia sido feita a divulgação da propaganda teórica do amor livre, entendido não como união ilegal – ou casamento divorciável sem padre e sem juiz –, mas como a normalidade de aflições múltiplas e contemporâneas, como verdadeira, inquestionável e factível possibilidade de amor (...). Foram então discutidas as razões e as necessidades desta reforma dos costumes”. (ROSSI, 2000, p.96)

Até aí, esses eram os passos que Rossi achava que se tinham obtido favoravelmente ao Projeto da Colônia, mas a questão era como se resolver seu andamento, e esses documentos eram, sem dúvidas, um elemento central para poder intervir nos costumes tão arraigados e que contrariavam a proposta rossiniana: “Teoricamente, tais conceitos eram admitidos, embora na prática fossem adiados para o dia de São Nunca, em

função das dores que os maridos temiam, dos preconceitos das mulheres, das rotinas domésticas (...) Mas o principal fator parece ser a força do hábito, que dificulta e dificultará sempre o progresso humano” (ROSSI, 2000, p.55-56). A esse respeito, Pazello Valente comentaria: “Parece-nos que, embora os anarquistas aceitassem o posicionamento de Rossi no plano das idéias, no plano das atitudes agiam mais em consonância com a postura de Bakunin. Tanto que os casais, em sua quase totalidade, não eram casados, mas os parceiros permaneciam fiéis”.(PAZELLO VALENTE, 1997, p.91)

Daí que, sem entrar em detalhes, parece um pouco excessivo o peso que Mello Neto confere ao encontro amoroso entre Rossi e Edela: “A Colônia Cecília completava, assim, mais uma etapa – a última – que a mente libertária de Rossi criou (...) Na prática de vida ceciliana, precisava apenas derrubar o hábito da vida familiar (...). O passo que dava aquela noite com Eleda, autorizados por Aníbal, era um marco rumo à nova estrutura social”. (MELLO NETO, 1996, p.189) Segundo o olhar aqui proposto, e tentando destrinchar alguns dos pontos sobre os quais repercutiram esse acontecimento, haveria uma primeira incisão entre o que pode ter representado o encontro ao Projeto geral da comuna como aplicação de uma idéia teórica ou como desenvolvimento em ato de um laboratório social e, por outro lado, o impacto efetivo que teve na rotina da Colônia Cecília.

Rossi marcaria essa bifurcação surgida a partir da relação amorosa entre Eleda e o pioneiro da Colônia. De seu relato, depreendemos percepções encaminhadas a traçar a viabilidade do amor livre dentro da comuna ao ser realizado um primeiro ato. Ao mesmo tempo, sua nula multiplicação na experiência da Cecília denotava a complexidade de sua instauração:

“Com tais predisposições de ânimo na colônia, a notícia daquilo que aconteceu foi recebida com um sentimento de grata surpresa, turvado apenas pelo receio de que Aníbal, apesar de sua inteligência e de sua bondade, viesse a sofrer. As mulheres, de maneira geral, não mudaram seus comportamentos para com Eleda e tudo me leva a crer que não houve nenhum sentimento –interior e velado - de desprezo por ela. Quando, em seguida, todos viram o modo respeitoso com que tratei Eleda e que as atitudes desta não deixaram, em nenhum momento, de ser afetuosas com Aníbal e reservadas comigo, quando viram a amizade fraternal entre Aníbal e eu (...) quando em suma, perceberam que o amor livre não é vulgaridade animalesca e sim a mais alta e agradável

expressão de afetividade, dissiparam-se até as últimas hesitações”.
(ROSSI, 2000, p.97)

A forma de comentário, aparecia o fato de que não aconteciam novos casos de amor livre, depois de aquele primeiro encontro. E isso, pese à grande aceitação que entre os colonos haviam tido: “E o nosso caso – que até o presente momento não foi ainda seguido por outros – acabou sendo considerado um episódio normal na vida da colônia”.
(ROSSI, 2000, p.97)

Dessa maneira, sucedeu o segundo caso de amor anarquista, contando com quase os mesmos protagonistas que o anterior: Rossi e Adele, agregando-se um jovem francês que tinha chegado na Colônia. Sobre o rapaz, Mello Neto (1996, p. 203) apontaria: “O ‘jovenzinho Geleoc’, identificado a Sanftleben como bretão, deve ser Jean Jelèac, que segundo as informações levadas ao conhecimento público por A. Cappellaro, em *La Revolte*, integrava o grupo de jovens que, quando da crise de 1891, conseguiu reorganizar a Colônia”. Quem decidiu sair daquele primeiro encontro foi Aníbal, companheiro de Adele, que não conseguiu sobrelevar a situação de formar parte de uma relação livre uma vez que já tinha constituído uma relação assim.

Sobre a segunda relação de amor livre, é convincente a passagem de uma carta que Rossi envia a seus irmãos: “Vosso irmão está feliz, porque a vida se faz serenamente alegre, chegou o amor de uma moça gentil, inteligente, instruída e boa. E é o primeiro fato de amor livre chegado na Colônia, com tanta delicadeza, com tanta lealdade, quase direi com tanta castidade constituído por ela, ela, eu e um jovenzinho francês que amanhã entrara na nossa família poliândrica”. E conclui afirmando: “Nos queremos bem, assim livres de ciúmes e assim resguardados, que toda Colônia nos admira, nos estima, nos ama e esperamos que de imediato ou depois nos imite”. (ROSSI, G. 1893 citado por MELLO NETO, 1996, p.185)

No tocante a Aníbal, cabe destacar que ele não se colocou em uma posição contrária à impulsionada pelos anarquistas, mas assumindo pessoalmente a impossibilidade de se abrir a um novo tipo de relacionamento, decidiu ir embora da comuna. Não obstante, sua ação colocou fim a relação, e pessoalmente se inclinaria a expressar que: “o que resultou deste episódio amoroso foi representado pelo lado bonito, inteligente e altruísta de

Eleda”. (ROSSI, G., et. al. **Utopie und Experiment**. Organizado e traduzido por A. Sanftleben (Slovak). Zurique: 1897, p. 263 citado por MELLO NETO, 1996, p. 208)

Esse último apontamento permite fazer aqui um parêntesis e indicar a inverossimilhança da construção que Rossi realiza de Aníbal nos diferentes escritos onde aborda sua pessoa. Dessa forma, vimos o que seriam textos “oficiais” de e para a comuna, Rossi sempre localiza a figura de Aníbal montada sobre características que engrandecem uma série de virtudes que lhe pertenciam. Inclusive – e ainda - quando hesita ante o sofrimento amoroso, é reconhecido como um homem valioso que se aventurou e arriscou uma transformação total de seus vínculos sentimentais, contrapondo-se a qualquer interesse pessoal para poder ver o desenvolvimento da anarquia em suas diversas facetas.

No entanto, e tal como aponta Felici, existe uma ampla variação de conceitos entre o que Rossi escreve para publicação e o que conta para as pessoas com que tem mais intimidade:

“Nas respostas ao questionário muito detalhado estabelecido por Rossi, o ciúme de Aníbal aparece pouco e com delicadeza. Mas quando Rossi evoca o episódio algum tempo mais tarde, em uma carta a Sanftleben, ele se exprime mais livremente e dá informações complementares. Ele é então muito mais severo em relação a Aníbal. Ele diz que o ciúme dele é baseado no egoísmo, no orgulho e na tolice...” (FELICI, 1998, p.28).

O desafortunado desenlace do episódio de amor livre é descrito por Rossi da seguinte maneira:

“Aníbal não conseguiu se manter na Colônia Cecília e fora dela se tornou alcoólatra. Já que não conseguiríamos viver todos juntos, Eleda resolveu viver com ele, pois não queria me machucar, mas achava ele um pobre diabo, e ele, devido à separação, afundar-se-ia ainda mais no alcoolismo e morreria como um cão. As coisas andando deste jeito, com as mulheres escolhendo seus pares, a seleção da sexualidade andar de ré. Eu esqueci de contar que o jovem Geleoc, um bretão, do qual nasceu Hebe, tomou rumo ignorado”⁵⁵.

⁵⁵ ROSSI, G., 1897, p. 262-263 citado por MELLO NETO, 1996, p. 241. Essa decepção continuou além do período da Colônia. Por exemplo, podemos tomar o mês de janeiro de 1896, quando Rossi morava em Taquari (Rio Grande do Sul), onde dava aula na Escola Superior de Agricultura, já que como indicaria Felici: “Esse período é muito triste para Rossi. Adele e suas crianças ficaram em Curitiba com Aníbal (...)

Com isso também caem muitas das ilusões de Rossi, já que à boa recepção do acontecido, tinha empurrado Rossi a considerar aberta a porta a novas formações amorosas. O caminho, para o italiano, parecia começar a se abrir na procura da desconstrução das, até esse momento vigente, representações e práticas amorosas. Assim, comentou:

“Mais ainda, quer me parecer que o velho edifício do amor único e exclusivo, da pretendida ou real paternidade, tenha aqui sofrido uma rachadura, desde o teto ao chão (...) Neste episódio, a instituição família teve o espírito assassinado, restando-lhe apenas o corpo – para usar as expressões dos velhos metafísicos”. (ROSSI, 2000, p.97)

O tema da família prosseguiu ao longo da comuna, sendo um dos pontos que o italiano dedicava maior atenção. É que a construção de um universo simbólico diferente que se propunha na Colônia Cecília, não se alcançaria até que se lograr a desarticulação total da configuração simbólica burguesa dominante que primava na maior parte do “ocidente”. E, na medida em que para Rossi a família e o amor burguês eram a pedra fundamental para a queda do aparato de dominação burguês, é que nos é possível entender sua permanente preocupação com o assunto.

Segundo uma carta de Rossi a Sanftleben, Aníbal havia afundado no alcoolismo e corria o risco de ‘morrer como um cão’. Na verdade é Rossi que vive ‘só como um cão’”. E ainda que a autora refira a passagem da carta em que Rossi menciona a escassa quantidade de pessoas residentes na zona e a ausência total de lugares para a diversão e o entretenimento (teatros, cafés), a solidão do italiano se faz mais pronunciada, já que: “Ele vive à espera das visitas de Adele e das crianças, que acabam por juntar-se a ele definitivamente. Mas a tristeza não o deixa, porque uma das filhas de Adele e de Rossi, Pierina, morre à idade de catorze meses, no fim de 1896. (FELICI, 1998, p.45). Essas e outras cartas são documentos que permitem preencher algumas lacunas com relação ao exposto por Rossi em seus outros escritos ou para jogar luz sobre o outro tipo de interpretação que, por autocensura, entendia não ser conveniente difundir. Com esse texto, além de expressar seus sentimentos mais internos, Rossi dá um passo que os interessados no caso do amor-livre na Colônia estavam esperando e do qual não puderam saber: o desenlace definitivo do relacionamento. É que tal como menciona Felici: “*La Protesta Umana* havia reproduzido em 1902 e 1903, ‘Un episodio d’amore’ (...) Mas os leitores tinham ficado ansiosos e desejavam conhecer a continuação das peripécias da Cecília. A resposta de Rossi é, segundo Ciancabilla, de um ‘ceticismo desolador’: Rossi pede que se deixe enfim a Cecília ‘entre as coisas mortas e enterradas que não valem a pena exumar’. Assim, a autora aproximaria as sensações de Ebe Rossi, filha de Adele que nasceu na comuna anarquista, apontando que: “... sabe muito poucas coisas sobre a colônia, como aparece em uma entrevista oral de 1974, conservada no *Instituto Ernesto De Martino* de Milão. Seus pais não falavam nunca sobre o assunto porque, segundo ela, eles tinham tido muitas decepções com essa experiência e não guardavam dela uma lembrança muito feliz. Giovanni Rossi quis esquecer a Cecília...”. (FELICI, 1998, p.43).

Inclusive, esse aspecto cobra grande relevância ao interior mesmo da comuna, já que Rossi interpreta, em reiteradas ocasiões, que é a impossibilidade de intervir na estrutura familiar explorada na Colônia, que impediu um melhor desenvolvimento da comuna.

Dessa forma, passaria a descrever alguns itens nos quais a família teve ingerência durante a Colônia:

“Mais o pior ocorre por causa da família. As mulheres, que em razão do desenvolvimento intelectual atrasado são decididamente conservadoras e pouco sensíveis aos ideais de renovação humana, na Cecília, de modo geral, representam o egoísmo doméstico. Instaladas na cozinha e no armazém, sempre competiram para tirar proveito da propriedade coletiva. As parentes procuravam entre si monopolizar aquelas pobres coisas das quais podiam dispor. Viam com maus olhos os recém-chegados, que eram encarados como usurpadores dos poucos meios de sobrevivência. E recebiam as novas companheiras com frieza, fazendo-lhes grosserias de todo tipo. Estas, sendo tratadas tão mal, descarregavam na família seus ressentimentos, e, desse modo, acabavam irritando os respectivos maridos”. (ROSSI, 2000, p.85)

Algumas modificações que foram alcançadas não faziam, senão, alterar a ordem de uma cena que devia ser reestruturada desde suas raízes:

“Quando, então, conseguiram revoltar-se e derrubar a velha oligarquia, o descontentamento passou para as famílias do ministério deposto (...) Quem possui família tem um medo tão grande da pobreza que acaba causando aborrecimentos ao outro, que sempre lhe parece não estar produzindo o suficiente ou estar consumindo muito. Os solteiros, nunca os vi contaminados por tamanho egoísmo”. (ROSSI, 2000, p.85-86)

Esse ponto era de tal relevância para Rossi, que na parte final de Comunidade anarquista experimental e, em forma de conclusão para ser compartilhada com os colonos, mas também para ser deixada como testemunha da experiência, o italiano já olhava o futuro próximo: “É coisa difícil, e freqüentemente vá, adivinhar o futuro. O que será da Cecília? Talvez morra. Mas de qual doença? Geralmente, morre-se por falta de respiração; e quase ninguém procura mais do que isso. Mas nós precisamos saber”. (ROSSI, 2000, p.88) E uma vez mais atacaria ao egoísmo familiar como o elemento notável

sobre o qual se levantam as maiores opressões sociais: “O egoísmo familiar poderia desenvolver-se a tal ponto que conseguiria destruir o que se tem feito até agora, despedaçando a coletividade ou reduzindo-a a forma de uma vulgar cooperativa. Mas isso nada provaria contra a aplicabilidade de nossos princípios...”. (ROSSI, 2000, p.88)

Assim sucederia que, efetuando um balanço final da Colônia, Mello Neto sustenta: “O sistema desagregou-se, permitindo que os componentes readquirissem sua autonomia. A unidade social, que a maioria não havia abandonado, voltou a ser representada pela família. A família poliândrica experimentada por Rossi, seguida apenas por um exemplo isolado, desapareceu com a Cecília”. (MELLO NETO, 1996, p.243) Além disso, o autor fazia menção aos casamentos que ocorreram entre colonos e descendentes da Colônia Cecília. Pelo que não somente não se eliminou a instituição da família, como também se reproduziu nos termos e aspectos que eram majoritariamente atacados por Rossi: “Muitos destes sobrenomes se entrelaçaram, via casamentos, estabelecendo parentescos ou, no dizer de Rossi, fortalecendo os ‘egoísmos familiares’”, e cita o caso inicial: “Evangelista Benedetti foi o primeiro a estabelecer o vínculo de parentesco entre integrantes da Colônia. Incorporando-se aos pioneiros da experiência, viajou com a irmã, Cattina, que, casada com Achile Dondelli, enfrentava a aventura experimentalista como única mulher do grupo, e isso em plena lua de mel”⁵⁶.

Essa atitude contraria as proposições dos anarquistas, também foi aplicada a partir do uso de instituições como os Registros Cíveis, estreitamente vinculados com a família burguesa. Com efeito, os anarquistas optaram por deixar documentados os nascimentos, bodas e disfunções que ocorreram nas proximidades de Palmeira. A esse respeito, Mello Neto indicaria: “Um fato historicamente importante deixou de ser registrado nos relatórios de Rossi. Em 25 de setembro de 1890 é registrado, no cartório da cidade de Palmeira, sob o nº419, no livro 03, folhas 17-verso, o nascimento de Giuseppe, filho de

⁵⁶ MELLO NETO, 1996, p.243. Además de esos casos, Mello Neto ampliará su lista apuntando: “Os exemplos foram se sucedendo: Aldina Benedetti, oura irma de Evangelista, casou-se com Egizio Cini; Tranquillo Agottani veio casado com Adele Artusi, irma de Carlo; Pasquale Talegnani veio casado com Aquilina, irma de Carlo e Adele (...) Irma Artusi, filha de Carlo, casou-se com Luigi Concetto Crollanti. Estes entrelaçamentos familiares entre cicilianos continuaram nas gerações seguintes”. Idem.

Achille Dondelli e Catharina Benedetti”⁵⁷. (MELLO NETO, 1996, p.146-147) Cabe mencionar que o nascimento se deu dentro do marco da família burguesa, e que os três e seu primo, permaneceram nesse tipo de vínculo.

Além do reacionário dessas ações, podemos arguir que, de acordo com o desenrolar dos acontecimentos, Rossi não deveria de ter-se surpreendido pela experiência frustrada nesses assuntos, assim como na não expansão das relações de amor livre. É que, segundo Mello Neto, podemos encontrar:

“Os princípios defendidos por Rossi em relação à família e ao amor livre encontravam oposição até mesmo entre teóricos do socialismo italiano. O próprio defensor da família poliândrica preocupa-se com a reação que suas teorias pudessem desencadear entre os companheiros (...) A aceitação do amor livre, sendo difícil até entre os socialistas europeus, não deixaria de provocar curiosidade, espanto e até mesmo revolta em uma sociedade conservadora, obediente aos princípios clericais, como a que constituía grande parcela do Estado do Paraná”. (ROSSI, G. carta de Giovanni Rossi a Sanftleben, 06.06.1896, publicada no jornal *Freiheit* de Nova Iorque citado por MELLO NETO, 1996, p. 180)

A aceitação do amor livre foi um tema não só não se instalou entre os colonos, como também - e apesar do impulso que recebiam do socialismo e do anarquismo

⁵⁷ O pesquisador continuará seu listado agregando os seguintes casos: “O cartório de registro civil de Palmeira registra para o ano de 1893, com relação à Colônia Cecília, os seguintes dados:

Óbitos: 13.03.93 – Gentile Artusi, 24 anos, casada com Aniceto Artusi, 25 anos, filha de Carlos Mezzadri e Pia Ganazzoli, naturais de Sissa – Itália; faleceu no Núcleo Cecília, enterrada em cemitério da Colônia.

Nascimentos: 01.01.1893 – Livro 03, n° 246. – Nela, filha de Dante Mansani e Amelia Mansani.

17.05.1893 – Livro 03, n° 272, p.162 e verso. – Gea, filha de Crollanti Concetto Luigi e Irma Artusi, moradores na Colônia Cecília – duas horas do dia.

20.10.1893 – Livro 03, n° 304, p. 176 e verso. – Herculano Jacob, filho de Jacob Luiz e Izella Eletra, italianos, ele de profissão ferreiro.

Casamentos: 24.03.1893 – Livro 02, n° 131, p. 147. – Fransisco Talegnani, 21 anos, filho de Pasquale Talegnani e Angelica Talenani, italianos, moradores em Porto Amazonas, e Narciza (Adelgisa) Agottani, de 21 anos, filha de Pacífico Agottani e Caterina Mezzadri, italianos, moradores em Porto Amazonas.

24. 04.1893 – Livro 02, n° 135, p. 149 e verso. – Fransisco Nicola, 22 anos, filho de Fransisco de Francesqui e Maria de Francesqui, italianos, moradores neste município, com Thereza Talegnani, 21 anos, filha de Pasquale Talegnani e Angelica Ferrary, italianos, deste município.

23. 09.1893 – Livro 02, n° 155, p.162. – Menotti Pettinati, 23 anos, filho de Onofre Pettinati e Amelia Laurelia, italianos, destemunicípio, com Maria Benedicta Pinto”. Mello Neto, Candido de, Op. Cit., pp.211-2.

-, existiam facções que na Europa se manifestavam contrárias às posições de Rossi. Helena Muller notaria que:

“Novamente será Malatesta o porta-voz da resistência, confundindo o amor livre de Rossi com promiscuidade, palavra que este identifica como sendo digna somente de uma sociedade burguesa: jamais de uma sociedade socialista. Também os jornais socialistas discutem a questão, alguns defendendo a proposta de Rossi contra ataques dos defensores da moral vigente”. (MUELLER, 1998, p.288-289)

Evidentemente também não faltaram os exemplos de pessoas que, pertencentes a setores socialmente conservadores, não concordavam com a ação dos anarquistas. Definitivamente, e pelo expressado por Rossi, se tratava do maior número de moradores no Paraná da época, que estavam circunscritos à existência da comuna libertária. Dessa maneira, um membro desse extrato diria:

“Os habitantes da Santa Cecília viviam, como era de esperar, na constante pratica do canalhismo congênito, dos vícios inveterados, adquiridos nos meios lamacentos em que haviam vivido, e por isso a sua vida efêmera foi mais do que suficiente para torná-la indesejável, principalmente para os vizinhos. Assim, sem autoridades, sem família, pois as relações entre os sexos não eram regulares pelo amor livre, mais sim, simples ligações de puro impulso, começaram logo os choques, devido à inaptidão para a luta pela vida manifesta, principalmente, no que diz respeito à agricultura. Não entrara mesmo nos seus cálculos o trabalho braçal!”. (MURICY, J. **Viagem ao País dos Jesuítas**. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, p. 68-69 citado por MELLO NETO, 1996, p.182)

Não obstante, existem registros de que um setor da elite intelectual paranaense, que abraçava os ideais do liberalismo, via com agrado aos anarquistas e as práticas com as quais constituíam o Projeto da Colônia experimental. Inclusive, uma pessoa pertencente a essa fração, visitou a comuna e deixou por escrito algumas de suas impressões com relação aos colonos. Sobre o assunto Mello Neto diria:

“Depois de apresentar informações gerais sobre a Colônia, elogiar seus integrantes e exaltar Rossi como ‘insinuante e bom propagandista’, e já tendo compartilhado da alimentação comum, depõe como testemunha

auricular sobre o amor livre praticado, citando fatos que, se verdadeiras, foram omitidas nos relatórios de Rossi, de Cappellaro e outros repórteres oficiais da Colônia. O sistema de amor livre produziu uma crise, faltavam mulheres. Para preencher essa lacuna foi mister contratar uma hetaira que pensavam converter aos seus ideais. Por sua vez essa mulher os abandonou”.(de LEÃO, E.. In: Dicionario Paranaense, v.I. Curitiba: I.H.G.E. paranaense, 1926/68, p.388-389 citado por MELLO NETO, 1996, p.180-181)

Logo repassaria outro caso que demonstraria as dificuldades de muitos dos mesmos anarquistas para instalar na prática o desenvolvimento do amor livre: “A comuna decretou então a maioria de uma menina, filha de um dos colonos comunistas, para praticar o amor livre. O instinto paternal superou o sonho anarquista e o colono com a família deixou o núcleo, para preservar a filha do regime que com tanto ardor defendia”. (de LEÃO. In: **Dicionario Paranaense**, v.I. Curitiba: I.H.G.E. paranaense, 1926/68, p.388-389 citado por MELLO NETO, 1996, p.180-181).

Agora, é muito interessante notar que, em alguns momentos, a absoluta certeza de colocar o amor livre como elemento central - ou pelo menos necessário em um nível de grande importância - para a instauração de um modo de vida libertário, tem algumas fraquezas. O relevante do caso parece ser, não tanto pelo que poderia afetar o seu referencial teórico e seus planos de ação política, já que essas quedas foram poucas e não alteraram aqueles programas, como também por trazer a Rossi um plano mais conveniente aos sofrimentos e debilidades que poderiam ter qualquer ser humano, além do compromisso e o convencimento ideológico que tenha desenvolvido. E isso é algo que o grande número dos pesquisadores acadêmicos deixa de lado, parece ser de um modo, mais ou menos, fortuito.

Assim, a já mencionada – e bastante reproduzida nos diferentes trabalhos científicos - situação na qual Rossi cede diante aos encantos sensuais da Colônia parmesana tendo diversas relações simultâneas, aparece outro caso ainda mais chamativo, especialmente por todas as teses teórico-políticas defendidas e proclamadas pelo italiano. Novamente descrita em uma carta escrita a Sanftleben, e recuperada por Felici, acontece uma situação que Rossi: “... não está mais muito seguro, entretanto, sobre o fato de que esse gênero de experiência seja útil. Em 1896, ele apóia, de forma muito limitada, um projeto de

vida comunitária no estado de Mato Grosso, elaborado pelo jardineiro da escola onde ele ensina, em Taquari”. (FELICI, 1998, p.43)

E se assim reforça sua ideia de que a opressão da mulher segue sendo o maior impedimento para a vida libertária, Rossi: “... elabora um estratagema do qual ele próprio se envergonha. Tratar-se-ia de comprar jovens índias em troca de aguardente e iniciá-las no amor livre”. (FELICI, 1998, p.43) Porém, os escrúpulos sobre o plano não parecem somente haver impactado em Rossi, senão também em seu biógrafo oficial e grande confidente, dado que: “É assim que ele descreve esse projeto, sem dúvida jamais concretizado, em uma carta a Sanftleben de novembro de 1886, que ele não reúne à sua seleção de 1897 e que é conservada no Internationaal Instituut voor Sociale Geschiedenis de Amsterdã”. (FELICI, 1998, p.43)

Será no O Paraná no Século XX aonde, igual que com o trabalho, Rossi dará lugar à representação de seus planos acabados, mesmo daqueles que não chegaram a se concretizar nas oportunidades possíveis. Vasconcelos desenvolve o amor livre em Il Paraná no Século XX, e destaca o lugar da mulher no Paraná naquele momento: “[A mulher] Esta, gozando de plena liberdade no futuro socialista preconizado por Rossi, tem o direito de criar os filhos – um trabalho como qualquer -, ou entregá-los à comunidade, que não lhes deixará faltar coisa alguma (...) Não mais o fim da família, mas maternidade e paternidade voluntárias constituem a nova orientação que Rossi dá a esta questão em *Il Paraná nel XX secolo*”. (VASCONCELOS, 1996, p.67)

Esses últimos desenvolvimentos efetuados por Rossi permitem recuperar a relevância que tinham os laços sentimentais para o anarquista italiano para se pensar uma transformação radical da sociedade até então vigentes. Por isso, a instauração do amor livre, a queda do modelo burguês de família e a liberação da mulher da dominação masculina se localizavam como prioridades num momento de transformação profunda. O que resulta ainda mais interessante, e que podemos ver ao longo dos últimos parágrafos, é que, apesar de Rossi ter se caracterizado por uma heterodoxia no âmbito de sua prática política, os assuntos que apontamos foram sempre os eixos aos quais sempre deu ênfase: desde os escritos juvenis, até O Paraná no Século XX, passando por Citadella e a Colônia Cecília, esses temas nunca se deslocariam do centro de sua cena.

V - Anarquia

I

Nesse capítulo indagaremos sobre o lugar que a Anarquia assumiu durante o processo da Colônia Cecília. A leitura predominante que efetuaram os pesquisadores das problemáticas da Colônia tende a enfatizar as análises do plano estritamente material, em detrimento das questões de índole simbólica. Inversamente, procuraremos recuperar esses elementos simbólicos, não para trabalhá-los de maneira exclusiva, mas para desenvolvê-los em sua articulação.

Antes disso, devemos lembrar que o enfoque teórico com o qual trabalhamos aqui, procura superar os abstratos e empíricos. Isso não é sustentar ou aderir à algum tipo de idealismo, mas sim recuperar as lógicas de funcionamento que Ferdinand Saussure estabeleceu para a linguagem: as relações sintagmáticas e as paradigmáticas são as que definem a constituição de elementos a partir desse entrelaçamento e não por fora dele. Apesar de os desenvolvimentos desse autor focarem o mundo da linguagem, suas propostas tinham um horizonte semiótico muito mais abrangente, de tal forma que, posteriormente, foram recuperados por alguns teóricos para pensar questões sociais contemporâneas.

Daí que boa parte das pistas para entendermos a queda da experiência possa ser identificada a partir de os colonos não conseguirem encaminhar muitas de suas práticas sob o desígnio de um significante libertário comum. A tese central, então, seria que a obtenção de um universo simbólico constituído pelo encadeamento de significantes capturados no campo de flutuação anarquista era o nó que tinham que resolver os libertários: o horizonte do Projeto se vislumbrava a partir da solução dessa questão.

Por isso, se sustenta que, apesar das condições de existência materiais, tinham uma gravitação impossível de desconhecer na vida dos membros da Colônia, seu peso poderia ficar subordinado aos sentidos com que se investiam. O roubo da colheita de milho, por exemplo, em vez de implicar um recuo nas forças dos colonos a partir do desânimo que tal ação portava, poderia, pelo contrario, ser fonte de vigor se fosse interpretada como uma ação própria de todos aqueles que queriam transformar, mas que eram submetidos ao sistema burguês dominante (egoísmo, imoralidade, enriquecimento

peçoal às custas do coletivo). E esse era o grande objetivo da Colônia, já que, embora, o desenvolvimento econômico afirmado no tempo era uma matéria obviamente necessária, as intemperanças sofridas por seus membros também poderiam contar com uma resolução futura. A proposta era tão radical que, a imediatez de muitas problemáticas surgidas, seguramente teriam adotado um cariz diferente. Porém, como se veria mais para frente, as distintas demandas que se privilegiavam no coletivo inviabilizaram essa articulação, a consecução de um objetivo comum definido.

Apesar do ganho de um entrelaçamento simbólico ser algo primordial, pensando em um processo de construção social baseado na autocondução e a organização sem hierarquias, também não devemos desconhecer algumas outras questões relacionadas com o fazer da comuna, e que foram de grande ingerência. Entre essas, uma das que mais nos interessam aqui, está relacionada com o plano de ação da Colônia, ou o que se poderia chamar de planificação geral da comuna.

Entenderemos aqui a planificação como um processo organizativo que, partindo de um cenário sócio-histórico determinado se propõe, por meio de uma série de intervenções, alcançar no curto, médio e longo prazo, as condições projetadas. Nessa planificação se recupera o acontecido para se chegar a esse hoje e apontar para o que pretende ser amanhã: passado, presente e futuro se penetram em seu transcorrer. Por sua vez, a planificação deve conter um diagnóstico da situação equilibrando os diversos recursos com os quais se conta; conhecimento das potencialidades e os obstáculos para avançar na conquista dos objetivos; assim como as diversas linhas de ação que se deveria adotar para alcançar as metas estipuladas. Destaca-se que a planificação não é uma fórmula linear e estática, mas um processo constantemente revisado e suscetível de ser alterado durante seu desenvolvimento.

Se tomarmos, então, o exemplo da Colônia Cecília podemos reparar que no momento em que surge o projeto da comuna existia toda uma construção discursiva em torno de como seria a realização de uma colônia libertária. Cabe lembrar, por exemplo, que Rossi publicou uma ideia precoce, Poggio al Mare, um escrito que se refere a formação de uma colônia experimental. Mesmo que esse tenha sido um modelo muito geral, no qual pouco se reparava nas condições materiais, além de os postulados se edificarem com base

no que deveria ser os sujeitos libertários (regidos a partir de um férreo autodisciplinamento individual), e não no que efetivamente podiam ser na prática.

Com relação à organização que o texto apresenta, Mello Neto diria:

“O empolamento do autor na defesa dos valores sociais e morais do cidadão e sua confiança na existência do altruísmo como bem inato em todo ser humano vão alimentando o discurso doutrinário, utópico, até mesmo ingênuo, muitas vezes, mas sempre partindo do princípio da aceitação dos valores morais e sociais acima dos interesses pecuniários. Juntamente com as referências aos cientistas, descobridores, grandes artistas (...), salienta também o desprendimento de médicos, engenheiros, naturalistas que, movidos por uma convicção inabalável, nunca abandonariam seus doentes, seus cálculos, seus desenhos ou o laboratório, se fosse banido ‘esse famigerado dinheiro’”. (MELLO NETO, 1996, p.41-42)

No sentido do que foi apontado, notamos que desde o início da Colônia Cecília há a ausência de uma planificação, de algum programa que desse conta das linhas gerais de como essa deveria funcionar. Como um exemplo entre tantos, podemos destacar que tanto Rossi, como o resto dos colonos anarquistas, pareceram não conferir grande importância ao lugar específico para onde queriam avançar com a comuna. Portanto, apenas o conhecimento das condições sócio-políticas e do meio ambiente foram favoráveis para resolver o assunto, deixando à margem a contemplação minuciosa que as condições empíricas e culturais exerceriam sobre a realização dos projetos. Nesse caso, a perspectiva que se impôs foi perceber o convencimento do militante anarquista superior a qualquer determinação.

Parece evidente que Rossi, como o restante grupo de libertários que se proporem à formação de uma comuna anarquista, não tinham muitas oportunidades de escolher tempo, lugares e recursos com os quais iriam desenvolver a colônia. Muitos padeciam das precárias condições de vida que caracterizavam o proletariado da época, situação que se agravava devido ao número considerável de perseguidos por suas atividades políticas. Diante desse cenário, como esses socialistas libertários iriam desperdiçar a

oportunidade única que lhes foi apresentada no Brasil? No entanto, vale perguntar se tratou-se certamente de uma oportunidade única para a realização do projeto⁵⁸.

Com efeito, o modo como foi abordado o Projeto da Colônia por parte dos libertários, contribuiu para que vários assuntos gerais da organização da comuna não fossem considerados pelos militantes libertários. As palavras do próprio Rossi dão conta de que o que pareceu ter sido uma falta de atenção dos anarquistas, se tratou de parte de seu plano de ação:

“Pois bem, em começo de 1890 ficou estabelecido que uns poucos pioneiros iriam para América do Sul com a finalidade de escolher o lugar adequado para fundar a colônia socialista; os outros companheiros nos alcançariam conforme as notícias que enviássemos. Não havia, e nem queríamos que houvesse, um programa organizacional preestabelecido. Procuraríamos, por via experimental, uma forma de convivência social que respondesse da melhor maneira possível às nossas aspirações de liberdade e de justiça”⁵⁹.

Inclusive, Mello Neto destaca a maneira como surgiu a convocatória para participar da Colônia com base em uma ideia programada de funcionamento da mesma: “Já no apelo era definida a intenção de apenas alguns poucos pioneiros integrarem o primeiro grupo de colonizados, e há, inclusive, o estabelecimento de alguns conceitos” (MELLO NETO, 1996, p.108-109). Tais conceitos, manifestados nas palavras de Rossi, estão mais relacionados com a definição de uma concepção geral do Projeto do que com a exposição detalhada de como seria a Colônia:

⁵⁸ Essa ideia de oportunidade dada teria real apoio na versão que se sustentava de que o imperador Pedro II convidou os anarquistas a imigrarem para o Brasil. De não ser assim, deveria moderar essa posição e entender a oportunidade como conjunção entre os benefícios que o governo brasileiro outorgava aos imigrantes, como à criação daquela (oportunidade) por parte dos anarquistas de se decidirem viajarem (inclinando a sair tanto de seu meio precário de vida como pelo impulso de um modo de vida libertária).

⁵⁹ Rossi, Giovanni, *Op. Cit.*, p.22. Sua declaração continuaria da seguinte forma: “-Não somos muito diferentes de vocês. Como vocês, somos filhos da mesma terra, dos mesmos tempos, dos mesmos costumes. Crescemos e fomos educados como vocês; como vocês, temos sentimentos, odiamos e amamos; seus preconceitos foram nossos também; temos as mesmas virtudes e os mesmos vícios; temos o espírito de uma mesma raça”. Para concluir, apontaria: “Se nós somos capazes de viver bem livres e aqui, vocês serão capazes de fazer o mesmo aí, eliminando os obstáculos que não estão dentro de vocês, mas em volta. E se não ficarem persuadidos nem com o exame de suas condições miseráveis e da exploração da qual são vítimas, nem com os argumentos veiculados pela propaganda socialista, nem com o exemplo prático oferecido por nós, tanto pior para vocês, tanto pior para todo mundo”. *Idem*.

“Nele não existem preconceitos sectários; propõe-se a organizar-se, a trabalhar, e a viver do melhor modo que os seus sentimentos e os seus padrões o permitam. Apenas preparado teto e pão para outros, acolherá todos os socialistas que a miséria empurra todo ano para a imigração do povo. Estes novos elementos se agregarão ao primeiro núcleo de pioneiros, ou constituirão outros e diversos grupos com uma forma socialista particular de organização, segundo suas tendências e suas idéias. Com a sorte os assistindo, teremos a exposição permanente e viva do socialismo comparado”. (ROSSI, G., “Aiuto ai Pioneri”, **L’Eco del Popolo**, n.52., s.d., In BETRI, Luisa. Cittadella e Cecilia: due Esperimenti di Colonia Agricola Socialista. Milão: Gallo, 1971 citado por MELLO NETO, 1996, p.109).

Na sequência do que se descreve, Mueller destacaria o fundo utópico da Colônia Cecília que encerra o Projeto da comuna concebida pelo italiano:

“Rossi, ao buscar fazer e ao fazer a colônia experimental, mantém viva a função utópica: ele jamais obedeceu a um plano mais elaborado ou, sem dúvida, mais ambicioso, que o da procura constante da liberdade. Note-se: falamos em procura e não em pleno exercício da liberdade, pois, ela tal como o desejo que quando se realiza deixa de ser desejo, quando se julga plena é porque está cerceada”. (MUELLER, 1996, p.272)

É a partir dessas menções que podemos começar a entender o modo como se desenvolveu a Colônia, questão que de outra forma seria de difícil compreensão, dado que os anarquistas eram meticolosos em seus debates político-sociais, assim como no tratamento de seus planos. Por exemplo, vale citar o caso de como lidam com a higiene na utopia rossiniana de Poggio al Mare: “Toalhas de lavanderia, talheres limpíssimos e cristais compõem as mesas. Escolhidos os lugares, são distribuídos os guardanapos da família, que se guardam com todos os outros em prateleiras próprias, dispostas em ordem alfabética. Os guardanapos devem ser trocados a cada três dias”. (ROSSI, G. In: GOSI, 1977, p.72 citado por MELLO NETO, p.60-61).

Essa minuciosidade compete também ao Projeto da Colônia Cecília, já que andando um tempo pelo lugar, os anarquistas adquiriram conhecimento dos recursos da zona; especialmente Rossi que, tal como consta em Cecília, comunidade anárquica experimental, sabe em detalhe sobre as possibilidades de cultivo, criação de animais,

utilização de madeira para fazer vivendas e demais infra-estruturas na área em que residiriam. E, notemos, em momento algum reparamos em qualquer das problemáticas cruciais que poderiam ter o lugar no desenvolvimento da comuna.

Além disso, as distintas pesquisas apontam que a Colônia fora instalada em um espaço que, aparentemente, contava com os recursos naturais necessários para prosperar (inclusive a moderada temperatura da zona favorecia a residência de pessoas no lugar). Porém, devemos recordar que os primeiros comuneiros não somente não contavam com uma experiência mínima em tarefas agrícolas, como também não possuíam as ferramentas adequadas para, pelo menos, tentar realizá-las.

Dessa forma, a Colônia foi se desenvolvendo, sempre nas mais precárias condições de vida. Os relatos rossinianos que referem o assunto mantiveram constantemente a mesma tônica a esse respeito. Podemos tomar, por exemplo, a seguinte passagem do escrito do ano 1893, com a comuna já avançada:

“No que diz respeito às edificações, o nosso vilarejo *Anarquia* é coisa miserável. Umhas vinte cabanas de madeira dispostas simetricamente ao longo de uma rua ao redor de uma praça. Esse vilarejo é habitado exclusivamente por nós. Cada cabana, à qual damos o pomposo nome de casinha, mede seis metros, na frente, por quatro de profundidade e três de altura. Algumas dessas cabanas têm piso de tábuas, enquanto outras apenas de terra batida. O mobiliário consiste, ao todo, em camas mais ou menos macias e melhores ou piores cobertores; em algumas casas, uma mesa pequena, bancos e banquinhos”. (ROSSI, 2000, p.75)

Além desses relatos, podemos destacar que o ano de 1893 foi de um constante declínio no que se refere ao número de moradores: “Novas defecções ocorrem, entretanto, visto que, segundo o representante das autoridades italianas no Paraná, existem aproximadamente cinqüenta pessoas na Cecília em fevereiro de 1893. (ROZWADOWSKI, C. no Ministero degli Affari Esteri, São Paulo, 17 de fevereiro de 1893, Archivio Storico del Ministero degli Affari Esteri, Roma, Serie Polizia Internazionale, pasta 47. citado por FELICI, 1996, p.26-27) O ano de 1893, chamado por Felici como “ano de balanços”, resulta marcado pela decisão de Rossi de sair da Colônia, assim: “O quadro que ele [Rossi] esboça é semelhante ao de Cappellaro. Encontra-se ali, entretanto, um tom desiludido que

contrasta fortemente com o entusiasmo manifestado no primeiro balanço de 1891. Rossi deplora, por exemplo, a lentidão do processo de transformação comportamental dos colonos: a mentalidade que eles herdaram da sociedade burguesa demora para desaparecer. (FELICI, 1998, p.27)

A vestimenta também pode ser tomada como um indicador da pobreza que os acometia permanentemente: “O nosso vestuário é ainda o que trouxemos conosco de nossas terras e hoje está colorido de remendos; a roupa íntima é pouca; não se dá o mesmo com os sapatos, pois os sapateiros da colônia procuram consertar os velhos e fornecer novos no tempo certo”. (ROSSI, 2000, p.75)

E no limite da precariedade da situação, cabe assinalar que em alguns momentos:

“os meios de subsistência eram absolutamente insuficientes para uma população excessivamente numerosa para as estruturas da colônia. As pessoas tinham que ficar amontoadas num grande barracão e os alimentos eram comprados a prazo dos negociantes da vizinha Palmeira, com a garantia do crédito que os colonos adquiriam diariamente do governo pelo trabalho nas estradas coloniais. Mesmo assim, os alimentos faltavam ou havia escassez de um tipo e sobra de outro, em parte pela precariedade dos estoques dos fornecedores, pela chuva obstinada que dificultava o abastecimento e pela incapacidade administrativa de quem soube se impôr e foi escolhido como provedor, mas também e, principalmente, pelo desinteresse da maioria”. (ROSSI, 1996, p.66)

Resumindo o que foi acima exposto, Rossi outorga uma sentença ilustrativa: “Todos sabem que a luta pela existência se torna feroz sempre que as necessidades ultrapassam os meios para satisfazê-las” (ROSSI, 2000, p.66). Nela também podemos reconhecer as características dos militantes libertários já não de um lugar idealizado, mas a partir da experiência da comuna, o que não restará relevância à necessidade da conformação de sujeitos anarquistas na Colônia, e não unicamente da mera soma de indivíduos:

“Assim devia ser e assim foi também entre aqueles colonos, que não eram monges pacientes nem resignados, nem heróis da abstinência, mas homens apenas, iguais a todos os outros. Foi uma luta intensa, apesar de

não ter sido violenta pelo fato de aqueles homens se encontrarem unidos por um ideal comum, o que afastou qualquer ato de selvageria. Vieram à tona, contudo, os egoísmos familiares...” (ROSSI, 2000, p.66-67)

E, novamente, aparece a explícita posição de Rossi que estamos desenvolvendo ao longo desta pesquisa, como aponta Mueller (1989, p.280):

“Na denúncia que Rossi faz ao que chama de ‘egoísmo camponês’, como sendo uma das causas da desagregação da colônia Cecília, está embutida uma crítica mais profunda: a crítica à família enquanto instituição. Não só à família burguesa, que considera como ‘principal sustentação e principal razão de ser do regime capitalista’...”.

Mas, além das críticas, a complexidade da Colônia se deixava entrever na variedade de atores que a compunham e, a esse respeito é ilustrativa uma passagem escrita por Rossi na qual mencionaria:

“... tivemos a possibilidade de efetuar a experiência com mais de trezentas pessoas que, por períodos mais ou menos longos, viveram na Cecília. No meio dessas pessoas encontravam-se não apenas os representantes das duas classes sociais mais numerosas, a dos camponeses e a dos operários, mas também pessoas das classes médias, que exerciam profissões liberais ou eram funcionários. Quanto ao grau de instrução, tivemos gente de todos os níveis, desde analfabetos a pessoas com instrução secundária. Quanto às qualidades morais, têm-se encontrado lado a lado na vida quotidiana pessoas egoístas e altruístas; com a crença religiosa, indiferentes e cépticas; indulgentes e intolerantes (...) Em relação às aptidões técnicas, tivemos pessoas com capacidade de trabalho e habilidades diferentes” (ROSSI, 2000, p.82)

Os parágrafos citados apontam para a necessidade que tinham os anarquistas de alcançarem uma articulação simbólica que servisse como matriz de sentido para suas práticas e que, dessa forma, trouxesse uma visão de mundo compartilhada, que garantisse a reprodução da comuna. Podemos compreender, revistando o contexto geral da Colônia, que foi nesse sentido que os libertários demonstraram sua incapacidade para colocarem em prática seu Projeto.

Dos membros da comuna, Rossi era um – seguramente que junto com outros pioneiros anarquistas – dos que, sem deixar de sofrer e se preocupar com as condições de

existência material na qual se desenvolvia a Colônia Cecília, enfatizava a ideia do Projeto. Decorrendo daí, observações do tipo:

“É verdade que, nos últimos dias, passaram fome, não porque faltassem os meios e sim porque o indispensável Dondelli não previu em tempo o abastecimento, porque a chuva havia estragado o moinho e até porque as mulheres se recusavam a polir os utensílios de cozinha e os homens se recusavam a trazer a água para pôr na polenta. A prova que a culpa foi dos colonos e não de Colônia é que nós vivíamos discretamente e milhares de outros colonos viviam como os mesmos recursos dos quais dispúnhamos (...) malgrado isso teríamos podido viver muito bem com o subsídio extraordinário e com o subsídio diário. (“Miei cari, Dalla Colonia, 12 ottobre 1891” carta de ROSSI, G. Citado por MELLO NETO, p. 158-159).

Nessa declaração se apresenta um Rossi mais arriscado, contrariando a que era seu costume de delegar culpas já que mencionara responsáveis e os erros acontecidos, mas ao preço de manter imaculado o ideal da Colônia.

A operação consiste em situar a comuna num plano para além do concreto. Com isso, lhe resta relevância ao caráter fático ao análises da Colônia: Rossi afirma que são os homens e não a comuna que fracassou, questão que só poderia estar certa se concebermos a comuna como uma supra-entidade, uma entidade para além dos sujeitos que a conformam. O que se evidencia, é que esses homens - entre os quais, obviamente, não devemos descartar a Rossi -, não souberam ou não puderam fazer um uso apropriado dos recursos materiais e simbólicos com os quais contavam. Nesse sentido, chama atenção a menção do autor no parágrafo citado indicando que os recursos econômicos não eram tão exíguos como a maior parte dos escritos faziam supor, e que foi o desacerto dos colonos o que inviabilizou a experiência.

Os documentos revisitados, e a sabendas das extremas limitações às que se viam submetidos, evidenciam que os anarquistas estavam em condições de ter mantido a comuna, mesmo que fosse em um nível básico de sobrevivência. Mas é claro que essa não era a Colônia Cecília que havia traçado Rossi, como também não era a que esperavam alcançar seus companheiros militantes quando pensavam em uma comuna rica em produções materiais e intelectuais. Percebe-se que o que demonstraria essa miséria - e aqui

se acompanha em alguma medida as reflexões que Rossi fez como balanço da empresa -, não era a incapacidade dos homens para conseguirem se auto-sustentarem fora das normas e leis estabelecidas pelas formas de organização baseada na dominação de uns sob os outros: o que se manifestou foi a insolvência de alguns homens para efetuar na prática suas idéias.

Inclusive, Rossi mencionaria um final anterior da Colônia Cecília que não corresponderia ao final real da comuna. Isto é, o italiano diferenciaria entre a extinção do Projeto e a finalização material do coletivo, pois, na medida em que se assegurou a reprodução material, a Colônia continuaria por vários meses: “E para Rossi a história da Cecília ficou encerrada um ano antes de sua dissolução: ‘Eu considero aqui o fim da história da Cecília. Permanece um pequeno grupo de recém-chegados, e isto foi o que restou dela, o resto não vi e, portanto, não posso narrar’” (ROSSI, 1896 citado por MELLO NETO, p.238).

A referência posterior que Rossi fez com relação ao final da comuna, marca claramente a diferença entre a tentativa de formar uma comuna anarquista arraigada em uma matriz libertária e a mera criação de uma colônia agrícola com subjetividades encontradas em seu interior: “Sei que naquele pequeno grupo existiram rivalidades; que um outro pequeno grupo o substituiu depois de seis meses e que neste último pequeno grupo a discórdia foi muito grande, obrigando-os à dissolução, em abril de 1894. O ativo da Cecília foi vendido a um grupo daqueles camponeses parmenses que provocaram a crise, servindo para pagar os débitos da comunidade...”. (MELLO NETO, 1996, p.238-239)

Com esses elementos podemos repensar a questão da oportunidade com que se empreendeu a comuna. Esse tema encontra uma difícil resolução, na medida em que se percebe que a Colônia não se tratou de um simples "pulo ao vazio", do contrário, principalmente, da aplicação de um plano de ação primeiramente regido pelo “espontaneísmo”. Por isso, a pergunta respeito a si é válido, como neste caso, falar efetivamente de um plano. Mais ainda, quando os resultados saídos de dita organização, não alcançaram alguns dos desenvolvimentos básicos que os movimentavam⁶⁰.

⁶⁰ Entemos essa consideração como válida na medida em que podemos pensar a Colônia anarquista como uma contra-instituição à sociedade capitalista institucionalizada, algo mais que uma colônia agrícola

Esse apontamento não deve se confundir com as críticas contra por Malatesta, no que diz respeito àqueles tipos de comunas socialistas que debilitavam o processo geral de luta pela revolução social; assim como pela inviabilidade do Projeto da Colônia, já que, segundo Malatesta, deveriam se desenvolver em um cenário onde as condições materiais de existência se encontrassem em um alto grau de desenvolvimento e com possibilidades viáveis de expandir seu impacto. Outros anarquistas também europeus (italianos e franceses) atacavam os que consideravam o carácter meramente utópico da comuna, localizando-a atrás das fracassadas utopias promovidas pelos socialistas que posteriormente adquiriram essa denominação. A separação espacial da comuna com relação ao continente de origem dos colonos, igualmente, dava um toque romântico à empreitada.

Com tais apreciações, se propõe que o lugar da estruturação do projeto foi o correspondente ao da fantasia: essa era a estruturação necessária que impulsionou os anarquistas para o Brasil. Fantasia que, por outro lado, sempre existiu e estava presente. Não se coloca a fantasia aqui como uma espécie de deslumbramento, de decolar inocente da realidade, mas sim preferimos adoptá-la numa visão mais de acordo à sua versão psicanalítica, e pensá-la como o núcleo duro de resistência ao analisar a permissão de estruturação do desejo. Nas palavras de Zizek: “... en la escena de la fantasía el deseo no se cumple, no se ‘satisface’, sino que se constituye (dados sus objetos y demás) –*mediante la fantasía, aprendemos a ‘cómo desear’*”⁶¹. Através da fantasia, um objeto qualquer é envolvido e elevado ao nível do desejo. Esse desejo, no que toca à comunidade de iguais, é o que mobilizava os libertários, e a partir de aí, onde se suturavam os sentidos da Colônia, como já acontecia desde seu batismo, sua nomeação. Então, é a partir desse caminho onde começaremos a indagar.

tradicional. Nesse sentido, se considerarmos as palavras de René Lourau, ao afirmar que: “... la contra-institución no puede costearse el lujo de ser o de pretender ser una ‘alternativa’ si no dispone un mínimo de medios, o si se contenta con utilizar el modo de acción contra-institucional en un sector limitado de la práctica”. LOURAU, R.. “Instituído, instituyente, contra-institucional”, In: FERRER, CH. (comp.). **El lenguaje libertario**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2005, p.133. E, com efeito, a Colônia não tinha nem esses médios necessários nem também não era concebida, para alguns de seus impulsionadores, como a base a partir da qual poderia se expandir um novo modo de comunidade.

⁶¹ ZIZEK, S. **El sublime objeto de la ideología**. México: Siglo XXI, México, 1992, p.163. Ênfases no original. Para a pesquisa que estamos desenvolvendo, inclusive, se trataria de um tipo particular de fantasia, aquela que Zizek chama de fantasia ideológica, e que é o caso aonde não só se estrutura o desejo, mas que, ao confluir com o plano da ideologia, esse desejo é colocado na estruturação geral da realidade dos sujeitos. Ver ZIZEK, 1992, p.58-61.

II

Parágrafos acima mencionamos que os anarquistas tinham como principais objetivos para a proliferação da comuna a construção de um entrelaçamento simbólico libertário, sendo esse um dos aspectos que dedicaram grande consideração. Ingressamos num terreno no qual os libertários efetuaram permanentes análises, diagnósticos, revisões e transformações para a ação. É a entrada num processo que se apresenta como central para a formação de sujeitos e subjetividades libertárias construídas em oposição, e a partir da ruptura com aqueles significantes que os constituíram na sociedade capitalista europeia. Em última instância, e como mencionamos anteriormente, o núcleo da experiência se fez visível pela configuração de uma cosmovisão simbólica e imaginária anarquista.

Se levarmos em conta os principais eixos que atravessavam a teoria anarquista - e a socialista em geral -, como por exemplo: propriedade, religião, família, ensino, relações políticas, relações laborais, organização da produção e do consumo; distinguimos que cada um desses temas foram abordados em discussões e decisões da Colônia. E todos encaixados dentro da ação libertária apostando na luta anti-institucional, já que: “...en la lucha anti-institucional se crean modos de organización de la vida cotidiana, de la producción, de la distribución, eventualmente del combate militar. Nuevas formas sociales aparecen en lugar de las antiguas: son las contra-instituciones”. (LOURAU, 2005, p.132)

A partir disso, os membros pioneiros da Colônia Cecília se dispuseram a construir suas bases: destruindo as ficções de origem que legitimavam a sociedade burguesa europeia. Esse aspecto, sendo relevante nas diferentes correntes socialistas, cobrava com a realização da comuna, um caráter de grande centralidade. Era uma oportunidade para que os libertários acentuassem (e ampliassem) a ênfase na formação, que através de diferentes meios e formatos já haviam levado adiante na Europa:

“A preocupação com a educação política, com a construção de um discurso pautado pela crítica, denota claramente que os anarquistas procuravam despertar em seus leitores condições para conseguirem

enxergar a exploração a que eram submetidos. Pretendiam formar o trabalhador consciente e crítico...”⁶². (PAZELLO VALENTE, 1997, p. 27)

Agora, a anti-institucionalidade que habilita a compreensão do direcionamento, do fundo sobre o qual se montou o Projeto da Colônia, levava um paradoxo que costuma apresentá-lo aos militantes libertários: aquele que se dá entre o anti-institucional próprio do anarquismo e a necessidade de institucionalização das relações humanas (seja por normas, regulamentos ou códigos de convivência). Então, como podemos ordenar sem dominar? Como criar instituições, espaços necessários para a clivagem dos sentidos sociais e, portanto, do funcionamento de todo o coletivo?⁶³.

Daí, que Rossi mencione as dificuldades para se desenvolver uma forma de subjetividade anarquista:

“A nossa vida moral não é um mar de rosas, e isso também se entende. Saímos ontem da vida burguesa, na qual para ficar de pé era necessário usar as atitudes mais anti-sociais: o egocentrismo, a violência, a simulação, a avareza, a prodigalidade, todos os setenta pecados capitais que proporcionaram o paraíso neste mundo e, segundo alguns, o inferno no outro”. (ROSSI, 1997, p.76-77)

O longo prazo com o qual se constroem as mentalidades, afetava os planos de muitos anarquistas, de tal modo que Rossi continuaria a referência anterior da seguinte maneira:

⁶² Em seu trabalho, Pazello destacará a ingerência que os anarquistas davam à formação e à educação, e o especial cuidado que colocavam no desenvolvimento das capacidades intelectuais dos proletários. (PAZELLO VALENTE, 1997, p. 27-8)

⁶³ Como aqui não se detalharam as diferentes posições que desenvolviam os teóricos anarquistas para superar essa instância obstaculizadora, se apresentará uma visão geral de como abordar a questão nas palavras de Jaques Ellul: “Lo colectivo es necesariamente represivo. Si fuese totalmente permisivo, no existiría más como colectivo (...) Si suprimimos el cuerpo social en su estructura, su organización, su especificidad, su persistencia en el poder (por lo tanto, su represividad), terminamos por volatilizar, literalmente, la libertad individual: esta se vuelve o un fantasma interior o bien una incoherencia, una fantasía privada de significado”. Sua proposta indica que: “Jamás se sabrá si el hombre es libre a menos que se lo confronte con aquello que está más allá de la libertad, con esa realidad precisa que la niega. Lo colectivo es, por lo tanto, el lugar en el que la voluntad de la libertad individual -que se podría llamar en última instancia la metafísica de la libertad- está obligada a revelarse en su realidad y contemporáneamente en su verdad, o sea volverse histórica”. Ellul, Jaques, “Las estructuras de la libertad”, In: Ferrer Christian (comp.), **El lenguaje libertario**, Buenos Aires: Anarres, Buenos Aires, 2005, p.274-275.

“Essas qualidades, transmitidas por nossos antepassados ao nos dar à luz e nos educar (...), não podiam ser abandonadas nas fronteiras da Cecília como se fossem um trapo sujo(...) contra os preconceitos e as deformações morais não há outro remédio senão a ação lenta e contínua de um ambiente social moralmente sadio – coisa que, indiscutivelmente, o nosso é” (ROSSI, 2000, p.77)⁶⁴.

Mas não é só o paulatino que pode resultar a construção de uma matriz simbólica coletiva que deve ser colocado em consideração, assim como também se projetava que a comunidade de libertários tivesse como plataforma o ordenamento social em uma série de pautas que o regeriam e que, inevitavelmente, cooptavam o anseio anarquista da liberdade absoluta. Porém, essas pautas, essas regulações eram necessárias, mas nem por isso deixavam de marcar posições diferenciadas entre os membros do colectivo.

Por esse motivo, é que os libertários da Colônia enfatizaram o caráter histórico das instituições, e com isso na sua sujeição ao câmbio, para dessa maneira evitarem possíveis fortalecimentos grupais ou individuais exacerbados (e enquistados). Seus interesses estavam na obtenção de um entrelaçamento social que não deveria ocorrer sob formas de dominação por meio da apropriação simbólica, exclusiva e continuada, por parte, somente, de alguns dos atores da comunidade (legitimada por capitais como saberes, carisma, trajetória).

Os anarquistas da Colônia deram muita atenção ao tema do anti-autoritarismo, chegando ao ponto – como uma de suas maiores finalidades - de querer levar até o fim a proposta bakuniana que diferenciava a autoridade natural e a autoridade artificial, e Mueller (1989, p.107-108) recuperaria:

⁶⁴ Rossi, Giovanni, Op. Cit., p.76-7. Também ver Pazzello Valente, Silza, Op. Cit., p.103. Aliás já tenha se tratado o assunto dos sentimentos e dos laços afetivos, resulta de interesse trazer aqui a influencia de Fourier em Rossi no que respeita a essa matéria: “Todos os males sociais teriam origem, segundo Fourier, na moral tradicional, que prega um ideal ascético e reprime o livre curso das paixões. Sua utopia funda-se, portanto, no principio de que uma relação harmônica entre os homens, e dos homens com a natureza, só pode se dar a partir do momento em que o homem começa a agir de acordo com seus impulsos naturais”. (VASCONCELOS, 1996, p.41)

“A ação ‘natural’ da sociedade, ou seja, a autoridade social (ou natural), é suave e não apresenta o mesmo caráter imperativo que a autoridade artificial e oficial –o Estado- mas nem por isso é menos oprimente e funesta (...) É uma tirania envolvente, diz ele, que se apresenta ao ser humano desde seu nascimento e, por isso mesmo, dele exige um grande esforço para com ela romper, talvez mesmo um esforço maior que aquele dirigido contra a tirania do Estado, pois requer que se revolte, muitas vezes, contra si mesmo”⁶⁵.

Portanto, a intenção manifestada pelos libertários de não colocar sob regulamento nenhuma de suas atividades; a harmônica convivência devia se alcançar através da obtenção de pautas autoconsensuadas entre os membros da comuna. Com efeito, estavam diante de normas que limitavam o ideal de liberdade absoluta e, por isso, a regulação tinha que ser considerada a partir de não obturar essa meta. Um dos modos de fazê-la era concebendo normas que não fossem arbitrárias nem que respondessem a interesses alheios ou desconhecidos para aqueles que se colocavam abaixo da ação das mesmas. Essas normas eram elaboradas e executadas pelos colonos para se aproximarem da consecução de um estado de plenitude, que entendiam ser factível na comuna.

No entanto, podemos entrever que a própria dificuldade de romper com as autoridades, as hierarquias e os sentidos vigentes, se via atravessada pelo modo como foi encarado, de forma geral, o Projeto, baseado no espontaneísmo. Mais que isso, essa linha de intervenção estava inserida no contexto geral da época, do qual mesmo Rossi não era uma exceção – pelo contrário, sua heterodoxia indicava um ethos do momento, os outros colonos que se chamavam de anarquistas também não o foram.

Em um intento de classificação do coletivo libertário, Pazzello Valente arriscaria: “...sobressai do acontecido a concepção da organização econômica da Colônia, fundamentada no princípio do anarco-comunismo, introduzido por Kropotkin e difundido por Malatesta” (PAZELLO VALENTE, 1997, p.104). Justamente a referência a Malatesta, com quem Rossi tinha tido algumas polêmicas em torno da realização da Colônia Cecília, porém, pelo que aponta a autora é uma concepção mais global de onde se pensaria a comuna libertária, de modo tal que acrescentaria:

⁶⁵ Cabe apontar que a ‘natural’, é uma autoridade que se transmite por tradições, costumes, preconceitos, hábitos materiais e espirituais.

“O comunismo anarquista é considerado avanço em relação às idéias coletivistas de Bakunin, porque, introduzindo a solidariedade como elemento primordial das relações humanas, passou a considerar que o fruto do trabalho, ou seja, a produção, deveria ser distribuída, segundo as necessidades. Ao negar tanto o direito de posse, proposto por Proudhon, quanto o de propriedade coletiva, apregoadado por Bakunin, Kropotkin passou a considerar os homens como absolutamente iguais no tocante ao usufruto da produção coletiva, independentemente de sua cota de participação no total produzido (...) [a Colônia Cecília] mescla elementos do coletivismo bakuniano e do anarco-comunismo”. (PAZELLO VALENTE, 1997, p.104-105)

Da mesma forma, cabe distinguir outra possível classificação, que se relaciona com a noção do cooperativismo. Sobre o assunto, foi Mueller (1989, p.240) quem esboçou algumas apreciações ao indicar dois de seus sentidos e como entendê-los com relação à experiência da Colônia:

“Primeiro como uma pretensa forma de emancipação, nada digna de atenção e segundo, como uma prova da tendência que a humanidade tem a socializar-se. Para ele, de qualquer maneira, está claro que a cooperativa não representa um avanço no sentido da revolução social, ao contrario, denuncia que ela só beneficia aqueles que com ela lucram”.

Não obstante, afirmaria que: “... é interessante notar como ele [Rossi] vai conseguir quase recuperar sua experiência de Citadella como uma tentativa de provar a segunda maneira de ver o cooperativismo, ou seja, como uma tendência da humanidade”. (MUELLER, 1989, p.240)

Igualmente, apesar de Rossi nunca ter procurado alinhar o coletivo libertário no Brasil com alguma seção específica das correntes libertárias – pelo contrario, como se mencionara acima, a abertura de sentidos que englobava o conceito era o que o distinguiu, dado que ao longo de sua trajetória procurou refletir sobre como entender, do ponto de vista teórico e prático, a anarquia. Dessa maneira uma das primeiras definições que Rossi concebe da anarquia é:

“Anarquia é desordem, hierarquia e ordem são escritos de vossos dicionários de sinônimos. Nós, porém, distinguimos a ordem natural da

ordem superficial. As vossas ordens de cadeias, nas quais uma infinidade de hierarquias pressiona com terrível peso a coletividade, modelando seu espaço, com os meios gigantescos que possui, o pensamento, o sentimento, os costumes, o caráter, opondo-se com a força da autoridade religiosa, política, econômica, judiciária, militar, científica, artística ao desenvolvimento livre e integral da individualidade”. E concluiria afirmando: “O que é a anarquia senão a verdadeira liberdade plena, completa, a quinta-essência da liberdade?”. ROSSI, G. 1891, p.86 citado por MELLO NETO, p.25.

Por sua parte, Pellizzetti Lolla (1999, p.118) também se empenharia em pensar a anarquia com Rossi:

“A seu ver, o homem é tanto capaz, seja do ponto de vista fisiológico quanto do psicológico, de viver de qualquer maneira – da mais racional à mais ingênua. O que desejaria colocar em dúvida é se de fato o comunismo anárquico garantiria a liberdade total. A igualdade (...) não chegou a ser exercida na realidade. A fórmula ‘cada um segundo sua vontade e cada um segundo sua necessidade’, diz Rossi, mais anárquica não poderia ser, - traduzida na prática, porém, hesita. Não se recusa a dizer que declarou ser o comunismo, bem como outra forma de sociedade, realizável, pois pôde observar a primeira em seu estágio embrionário, por três anos, na Colônia Cecília”.

Porém, é interessante destacar aqui algumas palavras que Mello Neto recupera de Rossi relacionadas às divergências dentro do primeiro grupo de colonos. Isto não só remete à diferenciação dentro do próprio grupo dos colonos pioneiros (e não somente entre esses e os restantes membros não libertários que se aproximaram posteriormente), como também permite detectar que, por mais que se chamassem libertários, ainda não estavam constituídos como tais, sobressaindo à variedade de sentidos com que podiam significar à anarquia. Foi então que: “Com exceção de Rossi, que era de Pisa, os demais componentes do primeiro grupo eram procedentes de Bresser. Em comum tinham o socialismo; mas o passar do tempo mostrou logo as diferenças, distanciando-os”(MELLO NETO, 1996, p.139). E tomando as palavras de Rossi (2000, p.65) saberíamos que:

“‘Apenas reunidos, começaram a constatar-se certos incidentes desagradáveis’ (...) Não tivemos qualquer organização social, nem regulamentos, nem chefes. Frequentemente decidíamos juntos como bons

amigos; algumas vezes cada um agia segundo o seu capricho. Não faltaram, naturalmente, as disputas, mas não se chegou à coisa séria”.

A expressão apontada por Rossi encontra seu sustento no que fora manifestado por outro membro da comuna, Cappellaro, quem em um relato sustenta uma visão muito similar dos acontecimentos daqueles primeiros momentos:

“Nós levamos uma vida inteiramente livre, sem nenhuma lei, sem nenhuma regra e nos encontramos perfeitamente bem, salvo algumas pequenas chicanas entre as mulheres, ainda não convencidas dos princípios anarquistas. Mas isto passa. Todo mundo trabalha segundo suas forças, estimulado somente pelo desejo de bem-fazer, e, como vês, cai por si mesma a acusação que nossos adversários nos lançam quando dizem que na Anarquia ninguém trabalhará”. CAPELLARO, A. **La revolte**. Paris, s/d, citado por MELLO NETO, 1996, p.175)

A partir de comentários como esses, percebemos que um dos principais eixos que afirmava a viabilidade do projeto, estava relacionado com essa possibilidade de autonomia com que contava cada um dos participantes da comuna: já que em nenhuma das atividades que se sucederam na comuna, não se vislumbrara nenhum tipo de autoritarismo nem de representação. Esse pressuposto era cumprido a tal ponto que, inclusive, nas vezes em que se adotava uma significação muito diferente da proposta pelos anarquistas membros da comuna, não intervinham modificando as práticas. Nesse caso, podemos mencionar o episódio relatado por Rossi (2000, p.68):

“- Ensina-me como é que se capina – pedia o fabricante de massas a um velhote, seu companheiro de trabalho. - Aqui não se pode ensinar ninguém. Cada um faz como bem entende – respondia o pobre velhote, julgando-se assim um anarquista. Para justificar um capricho qualquer, era comum o seguinte tipo de afirmação: Em homenagem à anarquia faço o que quero. Pobre anarquia, como, naquela época, sua concepção ficou rebaixada”.

É esse o ímpeto encarnado pelo tipo de ações iniciadas, por essas que Loureau se refere afirmando:

“Estas formas [las de la lucha anti-institucional] se caracterizan por su maleabilidad, su capacidad de cambio, de adaptación. Ponen su legitimidad en las iniciativas de la base y no en un principio político o jurídico fijo. Son ante todo dinámicas, a la búsqueda de fórmulas cada vez más alejadas de las normas instituidas. Combaten la división del trabajo existente entre viejos/jóvenes, hombres/mujeres, dirigentes/dirigidos, docentes/alumnos, gestores/ejecutantes, etc. Bien contemplen la totalidad de la existencia o solamente un aspecto de ella (por ejemplo la producción), tienden todas hacia la autogestión, hacia la puesta en común de los servicios”. LOURAU, R. Instituído, instituyente,constrainstitucional. In: FERRER, CH. (Ed.). **El lenguaje libertario**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2005, p. 132.

Por isso a intenção de não regulamentar algumas atividades: a ordem necessária para a convivência comum deveria se alcançar mediante a obtenção de normas auto-consensuadas entre os sujeitos da Colônia.

Uns poucos casos em que se designaram - de comum acordo - pessoas para cumprir funções específicas foram as exceções a tal conduta. Como aconteceu com o manejo da caixa social (na qual os anarquistas depositavam seus recursos econômicos), em que Evangelista Benedetti foi escolhida para a função; ou mesmo quando Rossi foi selecionado pelo coletivo para se apresentar frente às autoridades locais e negociar as condições em que funcionaria a Colônia. (MELLO NETO, 1996, p.221)

Pelos motivos expostos, com a finalidade de que essas práticas anti-institucionais fossem viáveis, é que o tema da formação se mostrava aos anarquistas como uma das chaves para compartilharem uma subjetividade. Antes da comuna, pensadores utópicos como Fourier e Owen, já destacavam sua relevância, algo que posteriormente Rossi recuperaria:

“Ambos sustentam que, tanto na agricultura como na indústria, os indivíduos devem mudar com maior frequência viável de ocupação e que, portanto, a educação dos jovens tomasse o rumo da maior universalidade técnica. Ambos são da opinião que o homem deve praticar suas atividades de maneira universal, e que o trabalho precisa recompor o estímulo atraente que a divisão o fez perder. (PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.7)

Ao se referir de forma pontual à instrução dentro da Colônia, Pazello destaca a importância que os anarquistas da comuna davam tanto à formação como à educação geral dos colonos: “...em consonância com os ideais anarquistas, a educação era um aspecto fundamental (...) preocuparam-se tanto com a educação formal quanto com a informal, desenvolvida através das palestras, da convivência diária e dos periódicos recebidos dos grandes centros”.(PAZELLO VALENTE, 1997, p.92)

Neste ponto, podemos recuperar o trabalho dedicado especialmente a Rossi e sua particular ênfase na formação geral das pessoas - as biografias e resenhas que apresentava em seu periódico serviam como um guia para familiarizar os leitores com diversos pensamentos e teorias que o italiano acreditava serem imprescindíveis para se desenvolver as capacidades de raciocínio dos homens.

Igualmente, Rossi continuou plasmando essa idéia iluminista em outros momentos de sua vida, por exemplo, ao pensar os modos de transformação social, e a formação geral e libertária em particular para conseguir isso:

“Rossi, evidentemente, não acredita que a nova sociedade se instauraria de modo súbito, *ex nihilo* (...) No Paraná, além dos imensos recursos naturais e humanos disponíveis, Rossi reconhece ainda uma lenta preparação da consciência popular, através da leitura de textos de Darwin, Wallace, Spencer, Letourneare, sobre a evolução natural e social; de Marx, sobre o gênese do capital; e, como não poderia deixar de ser, de teóricos do anarquismo, como Diderot [?], Fourier, Proudhon, Bakunin, Réclus, Kropotkin e Grave”. (VASCONCELOS, 1996, p.67-68)

E se a menção corresponde à última etapa dos escritos rossinianos, quando se remete aos inícios de seu périplo, também ressalta seu interesse em abordar o tema da formação, como aconteceu em Poggio al Mare. Sobre o assunto, Mello Neto indicaria que:

“O trabalhador, na ótica de Rossi, deve alcançar não somente o conforto material usufruído pelo rico burguês, como também ter à sua disposição os meios para desenvolver o gosto pelas artes e pela literatura. Córdias aproveita a presença do visitante para mostrar que, espalhados pela casa,

são encontrados livros de poesias, e para informar que, principalmente estes, são encontrados em muitas casas” (MELLO NETO, 1996, p.63)⁶⁶

Nesse mesmo escrito, e tal como o aponta Pellizzetti Lolla, a formação assume para Rossi uma relevância vital, ao mesmo tempo em que a educação aparece como um instrumento de melhoria total dos indivíduos. Podemos notar que, seu destaque é tal, que até serviria para atenuar os males que provém daquela instituição que foi virulentamente atacada de forma permanente pelo italiano: a família. Essa última questão marca, claramente, que ainda estamos diante de um escrito de juventude rossiniano:

“... entende que a família se aperfeiçoa educando os jovens, ‘livrando os filhos da autoridade, mas não do amor dos genitores’ (...) refere-se a caminhos dos aperfeiçoamentos pedagógicos através da escola libertária, com associações profissionais, culturais e estudos seguindo a racionalização de métodos de reprodução, (...) passando o trabalho a se transformar num verdadeiro passatempo” (PELLIZZETTI LOLLA, 1999, p.84)⁶⁷

A narração de Poggio al Mare vai se fundamentar no tema da educação. A projeção que realiza no texto em relação à estrutura dedicada a esse fim e o envolvimento dos atores com a ideia de se formar continuamente permitem uma noção da importância que tinha essa temática para Rossi ao longo de sua vida. Uma das passagens descritas dessa utopia indicaria que:

“Em frente à Coluna há um grande edifício onde funciona um educandário para jovens de ambos sexos, até os 17 anos: ‘Ali os jovens devem receber, em um período do dia, a instrução intelectual e técnica, e no restante devem trabalhar. A atuação deve ser espontânea em todas as funções, e até mesmo em trabalhos considerados desprezíveis (...) Antes do retorno às suas casas, devem voltar ao Instituto e trocar as roupas, após um banho geral. Em suas funções reservam-se ainda a guarda dos jardins

⁶⁶ Mello Neto, Candido de, Op. Cit., p.63. E continuaria mencionando: “Procura chamar atenção para o fato de que os livros pertencem à biblioteca comunal, e são colocados à disposição dos interessados: ‘Nós não cultivamos somente a terra, mas também a inteligência e o coração’”. Idem.

⁶⁷ Posteriormente mencionaria a influencia de Fourier nessa questão: “Nisto, aproximava-se de Fourier, que além das críticas magistrais dos vícios da civilização burguesa, compreendia a liberdade do matrimônio por amor, educação conjunta dos filhos e mencionava a sociedade ‘harmônica’ que iria substituir o capitalismo, chegando o trabalho a ser um estímulo e um prazer criador”. Idem.

públicos, o atendimento nas mesas no refeitório, o recolhimento, nas casas, das roupas sujas e a entrega das limpas. Todas as roupas brancas, recolhidas para a lavanderia comunitária, devem ter o nome do usuário para evitar atrapalhos na hora da devolução”’. (ROSSI G. apud GOSI, R., 1977, p.74 citado por MELLO NETO, 1996, p.61)

Cabe reparar no especial cuidado que Rossi coloca na higiene geral e, inclusive, é relevante que apareça mais do que como uma questão necessária, como um valor e indicador de desenvolvimento da sociedade – inclusive o lugar do branco -. De igual forma, o relato oferece mais detalhes da utopia: “Após o educandário, o visitante toma conhecimento de outro importante edifício que abriga a Biblioteca Comunal. Ao seu lado fica um salão de ginástica e, mais à frente, há dois novos edifícios destinados a oficinas e armazéns” (ROSSI G. apud GOSI, R. 1977, p.74 citado por MELLO NETO, 1996, p.61) Assim mesmo, há descrições sobre a atividade de teatros e outros espetáculo que, além de ser gratuitos, são fomentados como elementos formativos.

Muitos dos temas tratados nesses primeiros escritos foram continuados e aprofundados por Rossi com o correr dos anos e das experiências das quais participou. No que pontualmente se relaciona ao tema da educação e da formação de sujeitos libertários, Mueller (1989, p.297) mencionaria o processo geral que atingiu O Paraná no Século XX:

“De acordo com Rossi houve no Paraná um longo período de aprendizado de vida socialista: escolas populares foram multiplicadas assim como as organizações de trabalhadores e muita experiências nuclear de vida socialista. Não abandona, portanto, o experimentalismo, mas insere-o em outro contexto: era este, afinal, seu projeto original: fazer dos núcleos (colônias) socialistas escolas de vida anarquista”

Depois do pormenorizado estudo sobre o lugar que o cientificismo teria naquele Paraná, Rossi vai encarregar-se de demonstrar que a intenção de formar as pessoas não atingia somente a suas capacidades intelectuais. Apesar de apontarem esse objetivo, uma formação completa incluía a preocupação pelos assuntos públicos e, principalmente, a participação dos mesmos – questão fundamental de todo socialismo. O trecho citado continua ilustrando essa temática, ao mesmo tempo em que reforça a importância que a leitura e outras práticas intelectuais assumem naquela utopia:

“A questão social foi então estudada e discutida por todos os ângulos possíveis, tornando-se para todos os paranaenses a preocupação dominante. Em Curitiba, publicou-se um jornal socialista em edição portuguesa, italiana, alemã e polonesa. Esse jornal chegou até os lugares mais distantes do Estado e trouxe as novas idéias, os elementos de estudo e de discussão, as informações sobre o movimento social” (ROSSI, 2000, p.146)

E, se a citação não fosse o suficientemente elucidativa, a continuidade do relato marcaria com maior ênfase o apresentado: “... um número muito grande de associações artesanais e profissionais, que se uniram (...). Essas associações publicaram vários seminários que tratavam (...) [as] particularidades de cada profissão; Essas organizações e jornais não apenas prestaram um grande serviço à propaganda socialista como também prepararam os elementos para a grande formação do futuro. As discussões passaram dos jornais e dos livros para as numerosas e animadíssimas assembléias populares que, logo que as pessoas tinham tempo, eram realizadas em milhares de lugares diferentes”(ROSSI, 2000, p.146)

Nesse mesmo texto, Rossi faria alusão à relação entre educação, saúde, segurança e como todos eles se desenvolviam de uma maneira espontânea:

“Grupos de voluntários do movimento popular abriram e fizeram funcionar escolas populares nas quais a educação era a base mesmo nos mais racionais métodos pedagógicos. Outros grupos voluntários (...) executaram trabalhos de utilidade pública, tais como estradas, pontes, edifícios públicos (...) Livres associações organizaram a assistência sanitária, em domicílio e em hospitais-modelo (...) o serviço de segurança pública e de justiça não foi organizado, já que se deveria começar a prender e linchar os governantes, os magistrados e os policiais, os criminosos de profissão... e isso não podia ser feito (...) Estas iniciativas espontâneas espalharam-se como germes da nova vida social”(ROSSI, 2000, p147)

Uma vasta quantidade de elementos foi colocada em circulação quando Rossi abordava o tema da educação e formação, sempre tendo como estandartes a ciência e o positivismo. Essas práticas, além da mencionada transformação no interior da família (transformação que com o transcorrer de seu pensamento iria radicalizando até elevar um

ataque que finalizasse com esta instituição), encontrariam outro adversário bem distinguível ao qual se sobreporiam: a religião. Desde sua mocidade, e dentro do marco geral do socialismo, Rossi se envolve na bandeira de luta contra esse tipo de crenças.

No entanto, e novamente destacando o que seria sua heterodoxia, Rossi não necessariamente propõe sua eliminação de uma maneira direta. Na sua concepção, o caminho dos coletivos de crentes dirigidos para um universo ácrata, tinha que ser realizado por etapas em um processo continuado. Durante o mesmo, seriam os avanços e as demonstrações científicas que iriam despojando os sujeitos de qualquer tipo de discurso sagrado. Destacaria Vasconcelos que, em Poggio al Mare:

“[Rossi] apela para os argumentos da ciência. Por meio desta, comprova-se a eternidade da matéria e uma força a ela inerente, responsável pela maravilhosa harmonia do universo (...) Porém, afirma ele, como a sociedade anarquista deve garantir a liberdade individual e a diversidade de opiniões, a crença em Deus é uma idéia que poderia, eventualmente, ser mantida” (VASCONCELOS, 1996, p.53-54)⁶⁸

Se até agora apontamos as concepções sobre a formação e a educação que tinha Rossi, as considerações seguintes serão válidas tanto para o italiano, mas também para alguns dos outros membros anarquistas da comuna. É que os anarquistas, tal como indica Pazello Valente (1997, p.95), achavam nos escritos de Bakunin uma de suas principais fontes de formação em relação à matéria, e destaca os seguintes pontos: “... ensino integral, entendido como união do intelectual com o manual; educação igual para os dois sexos; o entendimento do homem como um ser eminentemente social; a compreensão de que, sem a emancipação econômica, é impossível a emancipação intelectual; e a laicidade”⁶⁹.

⁶⁸ Apesar de Rossi ser um crítico opositor às religiões, Mello Neto mencionaria uma circunstância que, ainda que chamativa, se corresponde ao caráter altruísta das ações de Rossi. A mesma aconteceu na Citadella: “Aproximava-se a despedida de Rossi do território bresciano. Quando de sua chegada a Gavardo, despertou o interesse da Igreja Católica, pelas idéias que defendia e pela ação desenvolvida, principalmente junto aos camponeses. Como não podia deixar de ser, também sua saída movimentou o clero do município” (MELLO NETO, 1996, p.80). Dado que, entre o material revisitado para a pesquisa, não aparecem outros indícios de alguma suposta proximidade de Rossi com qualquer tipo de religião, tudo fazia supor que o assunto se concluiu com a partida do anarquista do lugar.

⁶⁹ Como breve apontamento do tipo de instrução que impulsionavam os anarquistas, em seu trabalho Pazello Valente iria se referir à criação da Escola Moderna anarquista como proposta superadora da Escola

Outro dos aportes importantes que realizaria essa autora ao tema da educação na Colônia, seria o testemunho de um descendente de um morador da comuna que apontaria seu parecer a esse respeito:

“A fala de Mezzadri é pródiga na exemplificação das ações desenvolvidas pelos anarquistas da Cecília com esta finalidade: preocupação com a educação, tarefa à qual seu tio se dedicou desde a chegada na Colônia; preocupação com a propaganda, já que os periódicos anarquistas consistiam em fonte constante de leitura”, e isso porque os anarquistas entendiam que: “... educando-se politicamente, haveria uma reação contra o sistema, já que, segundo ela: eles achavam muito importante manter esses jornais onde o povo pudesse ler e se emancipar nessa doutrina”⁷⁰ (PAZELLO VALENTE, 1997, p.100)

Um interessante dado é colocado em circulação por Mezzadri, e que se relaciona com as pessoas que trabalhavam como docentes dentro da Colônia:

“Na família Agottani que veio na segunda leva, veio Zeferino Agottani com 12 anos, André Agottani com 10 anos e Aldino Agottani com 8. Zeferino Agottani já havia freqüentado alguma escola na Itália (e) tinha capacidade para dar aulas às crianças da Colônia. Eles se preocupavam em educar as crianças. A escola deles era na Casa do Amor”. (PAZELLO VALENTE, 1997, p.92)

Na continuidade da entrevista, Mezzadri relataria a seguinte anedota:

“As aulas eram com começo de ideal anarquista (...) já ensinando as crianças o anarquismo (...) Quando foram para Santa Bárbara (havia) uma escola de freiras e ninguém pôs as crianças na escola porque era contrário aos ideais deles. E as crianças ficaram sendo educadas por eles mesmos, por tio Zeferino”. Entrevista efetuada pela autora (PAZELLO VALENTE, 1997, p.92)

Uma das questões que se destaca nesse comentário, é que nem nos escritos de Rossi, nem nas produções de seus colegas – pelo menos entre as que se teve acesso -,

Nova liberal, sendo que a primeira propunha um ensino: “Integral – desenvolvimento harmônico do individuo nos planos intelectual, físico, manual e profissional; Racional – fundamentado na razão e na ciência; Misto – co-educação de meninos e meninas; e Libertário – educar em liberdade para a liberdade, suprimindo o autoritarismo” (PAZELLO VALENTE, 1997, p.98)

⁷⁰ Entrevista efetuada pela autora.

aparece descrição alguma de como era o procedimento pelo qual eram dadas as aulas na Colônia. Nessa ordem, destacaria-se, seguramente, segundo os lugares de origem e a classe social de pertencimento, a alta taxa de analfabetos com que se contava entre os comunheiros.

Essa indicação poderia ser específica para os membros camponeses da comuna e, particularmente, para os não libertários, mesmo sem contar com a informação precisa, não se afirmariam uma sentença desse tipo. Porém, e tal como podemos ver em algumas passagens deste trabalho, foram constantes as manifestações de Rossi em relação ao nível intelectual pobre com que se foi desenvolvendo a comuna anarquista. Nessa linha, a ênfase foi colocada, por exemplo, no caráter embrutecido dos camponeses que chegaram depois do primeiro grupo de anarquistas. E esse processo se mantém, apesar das tentativas para revertê-lo: “Cada grupo parte com sementes, utensílios e instrumentos de trabalhos, alguns dos quais provenientes do Museu Cívico, de Gênova, e do jardim botânico da Universidade de Pisa. Levam também duas caixas de "bons livros" coletados pelos socialistas de Critica Sociale (FELICI, 1998, p.17)

O italiano se expressaria, entre o conformismo e a denúncia, com relação àqueles companheiros da Colônia, procurando não deixar-se arrastar pela soberba, apesar de entender que as desigualdades entre ambos eram profundas:

“... as pessoas de menor inteligência se comprazem em acusar-se reciprocamente. Eu acho – nem por isso me considero mais inteligente -, que todos fizemos o que melhor pudemos, cada qual segundo sua capacidade. Um pouco de bem, um pouco de mal fizemos todos, porque todos somos um pouco sábios e um pouco beatos; um pouco bons e um pouco maus”. ROSSI, G. et al. **Utopie und Experiment**. s/d, p.248 citado por MELLO NETO, 1996, p.236.

Por momentos, Rossi apelava à simpatia como modo de entendimento dos camponeses. Quando procedia dessa maneira, um tipo de piedade se apoderava do italiano, já que compreendia as limitações espirituais que os camponeses estavam submetidos por sua condição, assim como pela pobreza na qual se desenvolvia a comuna. No entanto, em momento nenhum Rossi recorre à empatia ou ao “estranhamento” como meios para entender as mentalidades dos camponeses: seu lugar é o do iluminismo e somente a partir

dessa posição é que tentaria entender os membros não anarquistas. Isso demonstra, evidentemente, que sempre teria um olhar lastimoso, de pena, com relação a esses atores. Para situar nas palavras do italiano, existiram casos em que se pronunciou da seguinte maneira:

“E o pai de família contenta-se, porque ao menos os filhos por quinze dias não morreram de fome (...) A educação e a instrução não foram feitas para ele (...); nunca, nunca cultivará no coração paixões queridas e gentis (...) Filho do camponês, a sociedade humana se compadece de ti com as lágrimas de crocodilo, mas te deixa escravo, ignorante e miserável”. ROSSI, G. **Un Comune Socialista**. s/d, p.20 citado por MELLO NETO, 1996, p.34.

Extraídas da observação cotidiana dos fatos acontecidos na Colônia, essas expressões de Rossi tem, não obstante, alguns antecedentes em relação à visão que o italiano tinha dos camponeses. É assim que, em uma de suas utopias, Rossi iria se referir à ação dos camponeses de um modo bastante próximo de como o faria anos depois na comuna anarquista no Brasil; nesse sentido, apontaria Mello Neto:

“Mas abandonado, sem cultura, com poucos e rústicos contatos, quase isolado do resto do mundo, alimentado com polenta de milho, acrediteis, mesmo que possuísse o gênio de Dante ou Galileu, restaria sempre um camponês ignorante. Quantas mentes privilegiadas morrem apenas nascidas (...) não auxiliadas por circunstâncias favoráveis. Dizeis se a vida destes camponeses é vida humana?”. ROSSI, G. **Un Comune Socialista**, s/d, p.18 citado por MELLO NETO, 1996, p.32.

Ao finalizar o terceiro ano de existência da comuna, Rossi realiza um balanço da vida intelectual que lá se desenvolveu, no qual percebemos o pouco que se tinha avançado em relação a essa questão na Colônia: “A nossa vida intelectual é algo pobre e resume-se a conversas no trabalho e durante as refeições, reuniões noturnas, leitura de jornais socialistas e políticos ou de algum livro e escola para as crianças – nem sempre regularmente” (ROSSI, 2000, p.76) . Dentro da sua perspectiva e do que pensava para o Projeto, várias práticas com intuito de fomentar a formação intelectual estavam ausentes e sem muitas perspectivas de realização: “Instrução, musica, teatro, bailes, diversões de vários gêneros, gostaríamos muito de tê-las, mas até agora não foi possível. O trabalho

produtivo nos tem absorvido totalmente. Nem mesmo podemos pensar em melhorar nosso vilarejo, que terá uma aparência bem mais simpática quando tiver em sua frente um pequeno bosque e canteiros floridos”(ROSSI, 2000, p.76).

No entanto, vale deixar claro que, o marco iluminista que envolvia vários dos colonos pioneiros, era próprio da sua concepção intelectual e política. Além das diversas apreciações que desenvolviam nesse sentido, encontramos o comentário feito por Beatriz Pellizzetti Lolla (1999, p.170), em relação à importância que os anarquistas do coletivo davam à leitura como meio de formação espiritual assim como libertária:

“Em junho de 1891, Rossi trouxe da Itália duas caixas de livros que Filipo Turati e Leonilda Bissolati haviam selecionado para auxiliá-lo. Outros livros e um alambique foram doação do marquês Giacomo Doria, solicitando que lhe fossem enviados do Brasil elementos para contribuição à História Natural do Museu Cívico de Gênova”.

Agora, a preocupação dos anarquistas pela formação através da leitura, não se referia unicamente ao âmbito da Colônia: “Talvez por este motivo tenha ocorrido entre os anarquistas, que foram para Curitiba, a preocupação em editar periódicos. Sentiram, quiçá, que, sem consciência crítica, era impossível a pessoa ter os horizontes sociais alargados”(PAZELLO VALENTE, 1997, p.92). O destacado lugar que ocupavam os periódicos libertários na comuna poderia ser percebido dessa maneira no comentário seguinte: “Eles recebiam muitos jornais da Itália e um de Montevideú chamado El Libertario. Recebiam muita correspondência de São Paulo (...) Recebiam do Rio, onde era José Oiticica o diretor, Ação Direta; e recebiam também um jornal de Nova York escrito em italiano chamado La Adunata Reffratari”⁷¹ (PAZELLO VALENTE, 1997, p.92)

A formação geral dos colonos anarquistas, e especialmente sua atração dirigida ao cultivo das capacidades intelectuais, destacava-se no cotidiano dos membros anarquistas da Colônia e dos camponeses que também foram parte dela. A visita de um paranaense, que não era membro da comuna, reforça esse conceito, na medida em que as impressões que levou-se da comuna, amplamente favoráveis, tiveram a ver com a colocação dos colonos numa linha que correspondia ao Projeto geral da experiência, e não

⁷¹ Entrevista feita pela autora.

com o que acontecia especificamente – isso último se consideram as reflexões que sobre o assunto esgrimiu Rossi.

A respeito desse fato, Mello Neto diria:

“O tratamento dado por Ermelino de Leão a Rossi e aos demais integrantes da Colônia é sempre respeitoso. A sua admiração e o seu respeito podem ser encontrados na forma com que ele se reporta aos integrantes da Colônia: ‘ilustrados anarquistas’, com ‘instrução sólida’, que constituíam um ‘núcleo de italianos inteligentes e idealistas’”. (De LEÃO, E. In; Dicionário Paranaense, v.I. Curitiba: I.H.G.E. paranaense, 1926/68, pp.388-9 citado por MELLO NETO, 1996, p.181)

Não devemos perder de vista algumas outras ações que realizaram os anarquistas e que poderiam ter chamado a atenção dos visitantes que não estavam muito informados sobre o que acontecia no lugar. Além das já revisitadas, mais uma pode ser somada a esse conjunto e é a que vai relacionar a educação e o lugar que a mulher tinha na Colônia. Sobre essa questão, evidentemente avançada para a época, Mezzadri declara:

“Eles consideram muito as mulheres. Não tinha isso de dizer a mulher inferior...Já a começar pela minha escola. A gente já começou uma educação diferente onde as mulheres eram umas mulheres assim [...] emancipadas. A gente igualava (com o homem...) Inclusive o meu tio Zeferino já pregava a emancipação da mulher”. (PAZELLO VALENTE, 1997, p.100)

De acordo com as disposições gerais que os pioneiros libertários traçaram, as decisões eram discutidas e decididas nas assembleias comunais, com participação direta dos colonos. Pazello Valente faz menção aos primeiros momentos complicados da organização política na Colônia e seu posterior acomodamento:

“Os primeiros tempos da colônia tiveram como objetivo maior a organização e nele foram muitas as discussões, a maioria delas absolutamente estéreis. No entanto, (...) ninguém jamais pretendeu impor suas idéias. Passado algum tempo e com o amadurecimento das discussões, estas tornaram-se produtivas. Optou-se, finalmente, por um tipo de associação que pautou pela informalidade: não havia regulamentos...”. (PAZELLO VALENTE, 1997, p.78)

Não obstante, no início de 1891, a organização anárquica da Colônia atravessou uma conjuntura destacada pela grande quantidade de moradores que se estabeleceram no local. Nesse contexto, aquela disposição que haviam obtido os colonos sofreu sensíveis modificações:

“Quanto à organização, neste período prevaleceu um sistema grotesco de referendums, obrigando as pessoas a perderem muito tempo em assembleias ociosas, das quais resultavam tão-somente promessas não cumpridas, ambições mal dissimuladas e mexericos ridículos. Elegiam-se comissões, votavam-se regulamentos, discutia-se até o embrutecimento. A colônia, naquele tempo, por não ter a consciência anarquista que podia salvá-la, estava destinada a morrer” (ROSSI, 2000, p.67)

Nesses momentos, estas assembleias, longe de apresentarem-se como o ideal grego da democracia direta, se tornavam densos debates que pouco agregavam ao tratamento dos assuntos para as que eram convocadas. Ao ponto de nem sequer os problemas cotidianos mais simples puderem ser resolvidos operativamente.

Quanto a essas dificuldades, diferentes questões podem ser destacadas. Uma seria o fato da falta de experiência em uma prática desse tipo e, com isso, a necessidade de uma aprendizagem durante a ação que deviam efetuar os colonos. Outro item está relacionado com a não conformação total dos membros da comuna enquanto sujeitos anarquistas - mais além do que se designavam - e, com isso, o fato de não abraçarem com convicção diversas práticas⁷². Por último, e tendo repercussão nas matérias anteriores, devemos considerarmos o fato de haver pessoas não libertárias que foram se aproximando da comuna, como no caso citado a seguir, de onde se plasma a divisão que no interior do coletivo exerciam esses novos atores: “É verdade que a família Dondelli impôs-se e mandava, mas os cecineses, como os outros, em vez de eliminá-la, idolatravam-na. É verdade que algum comeu ‘à tripa forra’ e fez provisão de alimentos para dois ou três dias, mas os cecineses estavam entre eles”. (ROSSI, G. “Dalla Colonia 17 ottobre 1891”, Carta ao irmão, citado por MELLO NETO, p.158-159)

⁷² Aqui, estamos dando por certa a factibilidade desse tipo de assembleia, algo que foi tradicionalmente complicado de ser realizado pelos anarquistas, não importa qual seja sua corrente específica.

Cada um desses pontos mencionados, aliás das mínimas diretrizes que outorgava o desenho do Projeto, dadas a amplitude e a flexibilidade de seus fundamentos, encontra uma superfície de emergência na medida em que, simbólica e imaginariamente, os atores participantes estavam localizados em diferentes posições de constituição. Ainda que este seja um processo que sempre acontece, devido à irredutibilidade do diferencial simbólico, de acordo com as diferentes trajetórias dos sujeitos, o que propomos aqui é a impossibilidade de que isso fosse uma acabada interpelação da anarquia que se concebesse como lugar doador de sentido da comuna.

Alguns trechos da escrita rossiniana, marcadamente afetados por elementos relacionados com a qualidade de vida que levavam os colonos, tendem a destacar sua relevância, em detrimento da necessidade de compartilhar e de construir uma subjetividade comum entre os atores. Não obstante, e aliás tais circunstâncias foram resenhadas, se contemplava a importância de conseguir um entrançado de sentidos anarquistas para o desenvolvimento da Colônia. Como exemplo disso, podemos tomar algumas partes onde Rossi (2000, p.70) fala da sociabilização na comuna libertária:

“Contudo, havia em todos uma vitalidade transbordante e uma grande excitação. O celibato forçado, a gravidade da situação, a decidida vontade de ter sucesso num empreendimento que havia se tornado tão difícil e a irritação causada pelas próprias dificuldades punham-nos meios agitados. Éramos de uma alegria estardalhante e estávamos marcados por um sistemático espírito de contradição que, de noite, conferia às nossas reuniões o caráter de um clube revolucionário – o barulho de nossas conversas normais era ouvido a um quilômetro de distância da casinha mantida fechada. Tivemos de adquirir o hábito de falar em voz altíssima até para dizer as coisas mais inocentes...”.

E, cada vez que Rossi se aprofunda nos sentidos compartilhados, parece dar maior ênfase no bom transcorrer da Colônia, inclusive rememorando determinados “momentos”, tidos como mais marcantes pela afinidade coletiva que se gerava na comuna:

“Mas no meio de tantas palavras violentas e gritadas, nunca foi desferido um murro sequer; teríamos nos sentido envergonhados e desonrados se isso viesse a acontecer – seria um ato por demais infame. Em conclusão, foi um período bem simpático aquele, só perturbado por uma epidemia

de tifo que acometeu três de nossos companheiros, que, por sorte, se recuperaram”. (ROSSI, 2000, p.70)

Por isso é que ressaltamos as diferenças que se davam na comuna – por exemplo, as que se imprimiam nas assembleias: os posicionamentos diferentes quanto à identificação com o Projeto da Colônia portavam distintas representações para os três atores centrais (Rossi, militantes anarquistas, camponeses) do que era a comuna. Em reiteradas ocasiões falamos que o que Giovanni Rossi buscava era desenvolver um laboratório social que concretasse a possibilidade de convivência em uma ordem de tipo anarquista; e que, no caso de resultar efetiva, serviria para difundir a propaganda anarquista pelo mundo: “Nosso propósito não é a experimentação utopística de um ideal, mas o estudo experimental – e o quanto possível rigorosamente científico – das atitudes humanas em relação a um determinado problema”.(ROSSI, 2000, p.81)

Dessa forma, a Colônia Cecília, apesar de ter cometido seus erros, segundo seu entendimento, alcançou o que queria provar aos militantes socialistas (de todas as correntes) como a seus diferentes críticos: que a autogestão dos sujeitos, sem leis formais, padrões, nem dominação alguma entre eles, era uma iniciativa viável. Rossi estimava que a construção de um universo simbólico diferente daquele no qual se haviam formado, esse que traziam de origem, era um processo denso, complexo e que dificilmente se conseguiria até que não se desarticulasse totalmente a configuração simbólica burguesa dominante que primava na maior parte do “ocidente”. Por isso, a ênfase com que atacava a família e o amor burguês: essa era a pedra angular para a queda do aparelho de dominação. Sua posição era, mais uma vez, afastada da ortodoxia socialista, aquela que via na exploração do trabalho pelo capital a raiz de todas as desigualdades.

Em sua concepção teórica, Rossi não desconsiderava esse e outros aspectos, tais como o ensino (a formação geral e não unicamente a instrução) ou o tema da habitação, mas seria o amor livre o que hegemonizaria a cadeia de equivalências das lutas anarquistas. O significativo Amor que emergira desse acionar político se elevaria ao lugar de universal, constituindo uma nova configuração social que pouco teria a ver com as anteriores. E porque Rossi não esperava que esse processo acontecesse no sul do Brasil, com a Colônia

Cecília, é que considerou o período de tempo pelo qual perdeu a colônia como suficiente para provar suas teses⁷³.

Não obstante, Felici semearia uma ampla margem de dúvida sobre esta questão, já que:

“... em um artigo escrito algum tempo antes do texto de abril de 1893 e que apareceu no jornal de Livorno, *Sempre Avanti!*, um membro da Cecília que se apelida C... Zappaterra (da colônia Cecília), talvez o próprio Rossi, não hesita em dizer claramente que o objetivo está longe de ser atingido”. Seguidamente, a autora cita alguns trechos desse artigo: “Nós sabemos que não é ainda a hora de anunciar conclusões definitivas (...) É necessário, para começar, que nos tornemos suficientemente numerosos; que possamos gozar de um bem-estar, ao menos igual ao que se pode gozar nos centros burgueses vizinhos; que consigamos encontrar na nossa vida de todos os dias relações pessoais e coletivas tais que a permanência na Cecília seja agradável para todos”. E termina a declaração com um chamativo: “Trabalhamos com esse objetivo, mas ainda não o atingimos; por isso, não temos ainda o direito de apresentar a Cecília como um argumento de propaganda”. (FELICI, 1998, p.38)

Distinta, entendemos, era a situação na que se achavam seus companheiros, os pioneiros que, com formação anarquista (ou socialista de outras correntes), tentaram, com a Colônia Cecília, a construção de um mundo distinto do que conheciam até o momento. Essa era sua premissa, e evidentemente que foram atrás dela. O que em momento algum se menciona, nos poucos escritos que os colegas de Rossi deixaram, é sua compreensão da noção de “laboratório social”, com que Rossi empolgou a realização da comuna, e os alcances teóricos e práticos que se esperavam dela.

Como Rossi também não cita que os pioneiros e outros anarquistas que se somaram à experiência estivessem imbuídos das mesmas expectativas do mentor, não devemos descartar que outros foram os motivos que mobilizaram esses libertários. O italiano faz menção de que entre os libertários não existia uma paridade de conceitos a

⁷³ Polemizando com esse argumento, Mueller assinala: “Questionamos este seu experimentalismo no sentido que ele nos parece tanto simplista, de comprovação um tanto quanto imediatista. Afinal a vida anarquista que ele queria testar não pode ser vista como uma equação a ser resolvida: implica em uma mudança radical da sociedade como um todo”. A autora propõe que o tempo pelo que transcorreu a Colônia não é indicador do bom desenvolvimento dela; para a autora, o aproximar-se do modo de vida libertário era o que definia a situação da comuna, e, no entanto, ela entende que isso não foi atingido, por isso acaba qualificando a experiência como fracasso. (MUELLER, 1989, pp. 290-293)

respeito de como entender a Colônia, ainda que a referência principal seja para anarquistas que não formaram parte da comuna, suas palavras tranquilamente poderiam haver lhes alcançado:

“Até agora seu propósito foi mal compreendido. Alguns julgavam que tivéssemos vindo aqui para fabricar o modelo, o espécime da sociedade futura, para depois apresentá-lo, com ou sem patente, à humanidade, de maneira que, logo após a revolução social, esta não tivesse outro incômodo a não ser o de encomendar sua fabricação por atacado. E nos desfiaram todos os princípios que já conhecíamos havia muito tempo por serem os mesmos que nos moviam. A saber: que uma organização social não é o produto arbitrário de vontades individuais ou coletivas, que não é a realização de um ideal filosófico (...) mas a transformação espontânea de toda a humanidade, que encontra em si as necessidades, os meios e as maneiras de se transformar”. (ROSSI, 2000, p.79)

No entanto, um desses motivos que entusiasmaram os pioneiros e demais anarquistas que se somaram à experiência, e que com certeza era o de maior peso, era que a Colônia poderia ser o momento e o lugar indicado para plasmar na prática muitas das ideias libertárias pelas quais se haviam manifestado ativamente na sua Itália de origem. E isto fica sugerido, principalmente, na medida em que longe de divisar-se um mínimo de aproximação para com essa meta, acompanhado do desenvolvimento global no qual se afundou a comuna (que pouco lhes aportava no plano individual e coletivo), convidava aos colonos a marchar-se antes que persistir com o empreendimento.

De algum modo, o Projeto que na teoria reconheciam esses militantes, e que se modelou na comuna, muito longe esteve de suas expectativas. Somente nos diferentes balanços realizados por Rossi se verifica uma conformidade com os frutos rendidos pela Colônia. Frutos que se recolheriam em outro lado e não aí, tal como seguramente o pretendiam os libertários que chegaram até as proximidades de Palmeira para fazerem parte da Colônia. Com Rossi compartilhavam a ideia de que a anarquia tinha que ser a guia de suas ações, a anarquia⁷⁴ e um significativo vazio capaz de ser sobredeterminado pelas

⁷⁴ Isso pensando no campo de flutuação de sentidos que aqui interessa, já que, como significante flutuante, podemos inserir em outra cadeia de equivalências e dirigindo um processo hegemônico recuperado por setores políticos de direita (Robert Nozick) ou por movimentos com demandas particulares relacionadas, por exemplo, com o ambientalismo.

questões (políticas, econômicas e culturais) que atravessam o anarquismo, sempre considerando a liberdade e a anti-institucionalidade como eixos aglutinadores de sentidos que serão dados aos sujeitos que se conformaram.

Distintos, claro está, eram os motivos dos imigrantes que se foram incorporando à Colônia com o transcorrer da experiência. Aqueles que, em suas terras, deixavam pouco materialmente, mas com certeza muito do ponto de vista afetivo, para tentar uma –ainda que levemente - melhor qualidade de vida. Eram especialmente camponeses não formados na teoria e na militância anárquica os que privilegiavam na comuna mais essa possibilidade de melhoramento do que a consecução do Projeto da autoprodução da vida.

Esses camponeses foram os que se jogaram à vida da Colônia a partir da necessidade material, e que, ao não encontrarem uma transformação a respeito do que sofriam na Itália, trocando fome por fome, evidentemente não residiram por um tempo prolongado na comuna.

E por mais que o modo de pensar e relacionar-se com o (e no) mundo pudesse transformar-se radicalmente, abrindo-lhes novas perspectivas favoráveis ao desenvolvimento de suas potencialidades, não era esse o ponto que os mobilizava. Para eles, a atração dos relativos bons salários que ofereciam as cidades adjacentes em pleno crescimento, apesar de deixá-los em condições de vendedores de mão-de-obra sob a égide do capital, se justificava mais do que aderir ao projeto libertário. A partir daí é que, entre os colonos não anarquistas, por exemplo, continuava havendo o primado da ideia do desenvolvimento material individual sobre o coletivo (assim aconteceu no que se referia à apropriação das colheitas ou às divisas que se geravam na mesma).

A respeito do apontado sobre dificuldades para a conformação de uma subjetividade coletiva libertária, Mueller (1989, p.273-274) destaca:

“É bastante provável, também, que muitos dos que chegaram à colônia nada tivessem a ver com o projeto de Rossi: a vida anarquista lhes dizia pouquíssimo. O que lhes falara alto quando escolheram imigrar para o Brasil e para o Paraná em particular, fora a possibilidade, ilusória ou real, de chegarem a ser proprietários de um pedaço de terra ou simplesmente de sair da Itália”.

O atrativo principal para os camponeses vinha dado pela possibilidade de superar suas precárias condições de vida que tinham na Itália. Suas demandas, poderíamos pensar, estavam estruturadas em torno desse objetivo, com a possibilidade de atenderem suas necessidades de alimentação, de vestimenta, assim como poderiam se agregar ou se tornarem donos de casa própria, tanto como de terras. Então, e pelo que evidenciam os diferentes relatos relacionados à descrição da vida cotidiana na Colônia, verificamos que a interpelação que buscavam gerar os libertários mediante a colocação em circulação de sentidos e valorações anarquistas pouco representava para aqueles, pelo menos em seu início.

A esse respeito, vale observar que, na conjunção dos sentidos e práticas coletivas menos determinantes, onde era factível estabelecer um entrançado comum, foi essa a condição de possibilidade que permitiu a convivência durante anos entre Rossi, os anarquistas e os camponeses. Uma das reflexões de Rossi (2000, p.78) permite seguir essa pista: “Muitas pessoas abandonaram a Cecília, depois de uma permanência mais ou menos longa. As causas deste abandono são muitas e variadíssimas (...) Mas me resta seguro que ninguém haja abandonado a Cecília por oposição aos fundamentais princípios econômicos e políticos sobre os quais a Colônia se assenta”.

Parece-nos interessante mencionar o proposto por Felici (1998, p37-38), que retomando essas últimas palavras de Rossi aponta:

“...ele expõe longamente, ele afirma que nunca os princípios anarquistas foram a causa de uma partida. Mas Rossi evita o problema, porque, na realidade, a dificuldade não foi a do respeito aos princípios anarquistas, mas a da própria instauração deles (...) deixar a colônia porque não se concorda com os métodos de trabalho, porque uma garota semeou o pânico nos lares, partir armado, levando os animais da comunidade, tudo isso demonstra que as teorias comunistas anarquistas sobre as quais deveria repousar a colônia não foram postas em prática”.

Por outro lado, aquela sentença que esboça Rossi permite reafirmar o fato de que alguns significados da vida coletiva libertária eram desenvolvidos pela totalidade dos colonos. E que não só se poderiam haver prestado à oportunidade da configuração de uma

subjetividade coletiva senão, mais ainda, daquela instância de articulação entre as diferentes demandas em uma cadeia equivalente. Daí é que Rossi (2000, p.78-79) afirmaria:

“... e a maioria não teria partido se possuísse máquinas e instrumentos agrícolas, se houvesse oportunidade para o exercício das mais variadas profissões (...) garantido uma prosperidade não inferior àquela que encontramos no centro da vida burguesa. Pela tendência à propriedade individual da terra, não se separaram da comunidade senão poucos colonos”.

Esse parágrafo citado aparece como chave para observarmos que as expectativas de Rossi de conformar um laboratório social não se restringiam a uma experiência de curta duração temporal, ou pelo menos de alcance médio, e que finalizaria assim que se concordasse que demonstração do laboratório já estivesse realizada. De suas palavras se depreendemos a viabilização de um projeto a longo prazo, um ponto que sem dúvida se achava imbricado com os horizontes que os colonos pioneiros, e restantes anarquistas, entreviram para o Projeto geral da comuna.

De igual forma, ressalta-se que Rossi reservava um lugar de privilégio à conformação da subjetividade coletiva para o desenvolvimento fértil da Colônia: o economicismo é colocado em um segundo plano no momento de dar conta dos pontos que deveriam ser fortalecidos na comuna. Ou seja, o que queremos dizer é que Rossi compreendia que o aspecto econômico poderia ser desenvolvido paulatinamente ao longo do tempo com a Colônia funcionando perfeitamente; questão que não se comparava com os aspectos simbólicos, que eram fundamentais para a amálgama do coletivo e sua necessidade de criar as condições a partir das quais se pudesse impulsionar o coletivo.

Por isso, eram constantes as intervenções dos colonos anarquistas em prol de conseguir estabelecer uma semantização da comuna que fosse inclusiva dos sentidos que cada um dos atores portavam de suas diversas práticas. E, assim, cada momento que permitisse essa consolidação a partir do grupal teria de ser aproveitado pelos anarquistas para o desenvolvimento do objetivo coletivo. Dessa forma, vale mencionar os tempos dedicados ao ócio, os quais deveriam se tornar em um dos principais veículos para a sociabilização na comuna: “Mas a vida da Colônia não se resumia a trabalho, estudo e

assembléias. As pessoas, que lá moravam, latinas, alegres, expansivas apreciavam o canto, a dança as conversas. O relacionamento entre elas era bom e os que saíram do núcleo voltavam com frequência” (PAZELLO VALENTE, 1997, p.101). Não obstante, a procura assinalada encontrava suas dificuldades com as diferentes vicissitudes que atravessavam à Colônia, especialmente sua constante modificação no número de moradores:

“Com o tempo, o número de participantes aumentou e surgiram as dificuldades inerentes à convivência grupal, quando nem todos partilham as mesmas convicções. E foi, justamente, a confiança ilimitada na boa conduta das pessoas que causou sérios problemas à Colônia e constituiu num dos motivos de sua desagregação”. (PAZELLO VALENTE, 1997, p.101)

Na sua pesquisa sobre a Colônia, Pazello Valente (1997, p.102) conseguiu manter contato com descendentes de membros da comuna, e acertadamente abordou a temática do ócio:

“O lazer deles era a dança e o canto (...) eles recebiam muita visita, porque depois os que foram para Curitiba: Romani, Codega, Zilli, Cini, eles voltavam para a Colônia fazer visita. Então as mulheres se incumbiam de fazer um bolo, um bolo frito, hoje eles chamam de ceroula virada [...] sei lá o nome daquilo, é um bolo frito muito gostoso. E café para as visitas e eles ficavam então cantando e dançando. Eles eram muito alegres. O relacionamento das pessoas era muito bom, não havia brigas. Começou a haver briga quando começou a vir muita gente da Itália, mas não veio gente para participar da experiência, veio gente para ver se seria melhor”⁷⁵.

No entanto, de uma maneira ou de outra, todos os colonos sabiam que a vida libertária e anti-institucional era o horizonte da Colônia (ainda que não nesses termos, uma referência geral que tinham do tipo de colônia na qual se estabeleceriam), era o que propiciavam os anarquistas. Daí, uma tensão se antevia para os camponeses, entre o que eram e o que poderiam chegar a ser: resistência, aceitação, resignificação, quanto pesaria cada uma delas, marcaria às claras a sorte mesma da comunidade. Dessa maneira, Lourau comentar: “...en la lucha anti-institucional se crean modos de organización de la vida

⁷⁵

Pazello Valente, Silza, Op. Cit., p.102. Entrevista efetuada pela autora.

cotidiana, de la producción, de la distribución, eventualmente del combate militar. Nuevas formas sociales aparecen en lugar de las antiguas: son las contra-instituciones” (LOURAU, R. Instituído, instituyente, constrainstitucional. In: FERRER, CH. (Ed.), 2005, p.132). E sobre esse lugar a Colônia Cecília pensava edificar seus cimentos: destruindo as ficções de origem que legitimavam a sociedade burguesa europeia.

Se os camponeses tinham conhecimento (pelo menos superficialmente) do tipo de comunidade à qual se incorporavam, das condições da institucionalidade que propulsavam os anarquistas, também entendiam que não estavam em posição para impor suas demandas de forma absoluta - e, com isso, de serem incorporados ao Projeto sem exercer demasiada oposição. De acordo com o Projeto, era a livre construção conjunta de normas e regulações pelo que deveria se primar. E esta não era uma questão menor, dado que quem conseguisse liderar o processo hegemônico, colocando a sua demanda particular como universal, e costurar os sentidos que conformariam a ideia de comunidade, definiria a condição da Colônia Cecília.

Ressalta-se aqui que a colocação em questão do dado poderia ficar em um exercício crítico vazio se não fosse acompanhada pela intenção de debelar o poder instituinte, dar conta dos elementos que coaccionam as relações, sendo esta uma parte fundamental para a consecução do ordenamento que se estava tentando como uma relação social nova. Porém, e apesar da excepcionalidade do caso, existe sempre uma opacidade impossível de ser explicitada, um núcleo duro que escapa ao entendimento por sobre o qual se tece o equilíbrio que se denomina sociedade. Se efetivamente há um poder explícito encarnado nas figuras repressivas da sociedade, Castoriadis aponta: “Anterior a todo poder explícito y, mucho más, anterior a toda ‘dominación’ la institución de la sociedad ejerce un *infra-poder radical* sobre todos los individuos que produce. Este infra-poder -manifestación y dimensión del poder instituyente del imaginario radical- no es localizable (...) A su alrededor la sociedad instituyente, por radical que sea su creación, trabaja siempre a partir y sobre lo ya constituido, se halla siempre -salvo por un punto inaccesible en su origen- en la historia”. (CASTORIADIS, C., Poder, política, autonomía, In: FERRER CH. [comp.], 2005, p.142-143).

Como o poder instituinte constantemente está recuperando a história, uma necessária genealogia se impõe para investigar as bases fundamentais do social instituído e

achar os sentidos e valorações que permanecem e que reproduzem esse poder. Sempre que se preste à representação, essa instância deve ser investigada, para que o instituinte encontre um âmbito propício a seu desenvolvimento.

Pode ser que não seja válido referir-se a uma planificação simbólica por parte dos anarquistas, mas podemos destacar que houve um cuidado, um reparo especial, com os sentidos circulantes na Colônia e com modo com que o faziam. A partir daí, e contando com o mencionado, é interessante passar ao momento da política, entendendo a política como a instância que, produto de uma desarticulação da sociedade, implica a possibilidade para os atores de lutarem por outras regras que definam o ordenamento do mundo⁷⁶.

Nesse plano é que a consecução de um entrançado simbólico libertário se tornava uma questão fundamental, dado que, de outro modo, a realização do Projeto não conseguiria alcançar os fundamentos que o animavam. A esse momento se chega quando as demandas particulares conseguem articularem-se e pararem em oposição a um Outro comum (antagonista): tal potência pode levar à desarticulação e nova configuração do entrançado social.

Esta desarticulação - que é o desequilíbrio entre o simbólico inscrito como dominante e o lugar doador de sentidos socialmente reguladores - é a colocação em cena de contradições e conflitos de todo equilíbrio, e é o que marca, para Laclau, a abertura para a possibilidade de conformar uma nova hegemonia⁷⁷. Chegar a essa nova hegemonia seria o resultado de uma série de ações conflituosas e apropriações particulares em espaços muitas vezes compartilhados por atores com diferentes subjetividades: a hegemonia, que é o resultado de um processo de ação política que engloba diferentes interesses e objetivos (racionalis e irracionais), não deve ser pensada como prática política “pura” que os anarquistas alcançariam a partir da racionalização de suas propostas coletivas.

Se os anarquistas procuraram primeiramente lograr aquela desarticulação, a aproximação das subjetividades articulando as demandas circulantes na Colônia foi central para conseguir esse objetivo, e poder obter assim um fechamento simbólico a partir de um

⁷⁶ Sobre essa concepção de política, ver a “Introducción” de Laclau, Ernesto, (2005) *La Razón Populista*, FCE, Buenos Aires.

⁷⁷ Sobre o conceito de hegemonia, e a visão que seguimos neste trabalho, ver Laclau, Ernesto y Mouffe, Chantal, 2004.

“nós” coletivo sob a interpelação de um significante Amo pertencente ao campo semântico da anarquia. Quanto a esse ordenamento, não devemos pensar que se destinava a gerar uma comunidade sem ação política, um entrançado em que as relações entre os participantes e suas práticas tenham perdido toda mediação e opacidade, de modo que houvesse uma transparência absoluta que tira-se total senso político às atividades dos atores. De acordo ao que se vem trabalhando, Castoriadis menciona: “La autonomía surge, como germen, desde que la pregunta explícita e iluminada estalla, haciendo hincapié no sobre los 'hechos' sino sobre las significaciones imaginarias sociales y su fundamento posible. Momento de la creación que inaugura no sólo otro tipo de sociedad sino también otro tipo de individuos”. (CASTORIADIS, C. In: FERRER, CH, 2005, p.155)⁷⁸.

Então, enquanto os libertários apontavam o processo da Colônia para a reestruturação do simbólico, as práticas ao nível imaginário se apresentavam como uma opção para reconfigurar as subjetividades não anarquistas vigentes. É a partir da semantização que tais práticas começam a ser executadas na Colônia, e do entroncamento dos sentidos em representações comum que aparece a configuração de um imaginário anarquista: os sujeitos se reconhecem nos outros na atividade cotidiana, sob o difuso signo da anarquia. Difuso enquanto ainda não é um signo unívoco, permite organizar os esquemas de percepção dos atores, mas ainda não lhes garante seu reconhecimento, e com isso sua afirmação como sujeitos. Com o desenvolvimento dos laços de solidariedade a nível horizontal, cada um dos colonos se sente anarquista, na medida em que se vê no “outro”, conhece-o por e nas mesmas práticas.

Por isso, o chamado permanente de Rossi dirigido ao reconhecimento mútuo dos membros da comuna, não somente pelo fato de serem companheiros, senão como anarquistas que construam um experimento a partir da ação conjunta. Mas na medida em

⁷⁸ Como nos manifestamos linhas acima, a noção de imaginário que se toma é a que corresponde a um ponto de vista afim ao psicanalítico, mas que, não obstante, já o mesmo Freud utilizou para pensar problemáticas de ordem coletiva. Entendemos que Castoriadis desloca o sentido de imaginário localizando-o em uma zona entre o que, aqui, temos recuperado como o simbólico e como o imaginário. Poderíamos dizer que certo apego à teoria sociológica no marco de referência de Castoriadis é o que faz que posicione o imaginário, quiçá, com mais força que outros autores, especialmente se falarmos dos pós-estruturalistas. E ainda que aqui não sigamos ao pé da letra o procedimento de Castoriadis com esse conceito, ele será trabalhado igualmente enquanto não se chegar a correr o risco de envolver uma ruptura total do sentido, assim como pelos ricos aportes que o autor desenvolve por meio de essa noção.

que os colonos camponeses não se reconheciam nessas interpelações, ao terem uma margem de ação apenas limitada – por mais que a Colônia se denominasse libertária -, escapavam com certa facilidade do compromisso com o Projeto da Colônia e do peso do mandato do Outro (anarquia).

Não obstante, houve um momento como que de comunhão anarquista, caracterizado pelo deslocamento das representações entre as já formadas antes da Colônia e as que se punham em circulação durante a mesma, mas sem que cheguem a constituir uma nova subjetividade. Uma demonstração disso é o fato apontado de que as práticas, impulsionadas pelos anarquistas militantes foram aceitas, mas de nenhum modo empolgadas pelo grosso dos colonos. Constantemente, a referência que verificamos nos estudos analisados é que se institui na Colônia Cecília um tipo de atividade distinta do que se trazia das cidades europeias (italianas), que eram instituídas, mas que não chegavam a ser apropriadas na sua totalidade pelos colonos.

Mais ainda, quando essas práticas pareciam assentar-se e ser assumidas pelos membros da comuna como parte de seu cotidiano, se suscitavam diferentes acontecimentos, que terminavam entorpecendo seu processo de continuidade. Um dos assuntos que impactava com mais força essa configuração era a permanente chegada de pessoas à comuna. As mesmas não só alteravam o frágil equilíbrio econômico que por momentos alcançava a Colônia – provocando o desagrado de alguns colonos-, senão que não sendo anarquistas a maior parte dos indivíduos, se retrocedia na configuração dos sentidos libertários que se colocavam em circulação. Isto é, os avanços que ao redor do Projeto conseguiam os anarquistas recuavam, pois a instalação das práticas burguesas que traziam os camponeses fazia com que os camponeses que viviam na comuna se retrocedessem as suas práticas anteriores, procurando manter os benefícios que haviam alcançado.

Bem poderíamos supor que estes camponeses transmitissem suas experiências e, assim, colaborassem com os libertários em sua finalidade, porém, os relatos rossinianos parecem jogar por terra essa hipótese. Às passagens citadas mais acima sobre o tema, cabe acrescentar o parágrafo extraído de uma carta enviada em outubro de 1891 para seus camaradas na Itália, e cujo conteúdo estava especialmente dedicado a quem recrutava pessoas para a comuna:

“...diga a Cartei que da sua famosa caravana nenhum permaneceu conosco. Cioli e Mansani estão em um pequeno grupo à parte, com um livornese e declararam querer fazer dinheiro. São três tipos feios que prometem sempre facadas e descargas de espingardas. Todos os outros estão em Curitiba trabalhando por conta. Roubaram a Colônia o quanto puderam; Venturini, até oito machados. Trabalhadores eram, mas não socialistas, sequer gentis-homens. Por caridade, não mandem outros da mesma laia. Queremos tipos como foi Griselli Pietro. O bom Gavarri foi transviado por Venturini”.ROSSI G., Miei cari, carta, citado por MELLO NETO, 1996, p.159.

Com relação a essa conjuntura, Rossi teria palavras de elogio para Curzio Corsi, um dos camponeses que se aproximou da comuna e que o italiano colocou como exemplo a ser seguido: “...precisa-se de elementos que sejam não só trabalhadores como os cecineses, mas também bons de caráter, inteligentes e convencidos do ideal socialista, como é o caso de Curzio Corsi, que permaneceu conosco” (ROSSI G., Dalla Colonia 17 ottobre 1891, Carta ao irmão citada por MELLO NETO, 1996, p.159)

A ausência de escritos posteriores que façam referência à chegada de camponeses ou outro tipo de trabalhadores que se envolvessem com o desenvolvimento da Colônia, assim como o posterior devir dos acontecimentos, parece indicar que foram comuns os casos como os de Corsi. A paisagem que parecia impor-se em cada etapa era a que marcava a impossibilidade de uma saída das práticas burguesas que tinham os novos colonos produto das formações em seus lugares de origem: “Lembro-me de como três parentes, que eram do grupo, muitas vezes se uniam, formando uma facção à parte. Lembro-me de como o ciúme de um marido, já naquele momento, chegou a provocar tristes incidentes”. (ROSSI, G., 2000, p.77)

A somatória que se dava entre a vigência das antigas práticas, organizações, representações e a pobreza que não deixava de assolar a comuna fazia retroagir permanentemente o desenvolvimento da Colônia. Quanto a isso, Rossi relataria: “Na cozinha, entre as mulheres, há gulodice, pequenas invejas, arrogâncias, fofocas. Nos campos, um pouco de teimosia e ressentimento contra os que tem menos vontade de trabalhar. Nas oficinas, alguns episódios de rivalidade. Nas famílias, muito egoísmo domestico”. (ROSSI, 2000, p.77)

Fiel ao seu costume, o italiano não somente descrevia em seus escritos os acontecimentos pelos que atravessava a comuna libertária, mas também esboçava algumas cogitações sobre os mesmos e o potencial desenvolvimento que teriam. Dessa maneira, e continuando a citação anterior, Rossi diria:

“Em todos estes lugares há um certo descontentamento, atitudes de desconfiança e agressividade. De vez em quando, uma queixa, uma repreensão, uma acusação; simpatias e antipatias; espírito de facção. Muitos desses maus humores são ocasionados pela miséria contra a qual devemos ainda lutar e pelas privações que ainda temos de sofrer. Uma vez eliminadas essas causas, permanecerão ainda duas outras, reais, intrínsecas, mas, por sorte nossa, transitórias: os hábitos contraídos numa sociedade que é o oposto da nossa, transitórias: como mencionei antes; e a vida em família, origem mais fecunda dos egoísmos e das rivalidades”. (ROSSI, 2000, p.77)

E essa confiança, esse otimismo rossiniano, incrementava-se de acordo com o momento pelo qual passava a comuna. Sem dúvida, foi esse tipo de refundação que se deu a meados do ano 1891, com a chegada dos jovens operários libertários, que provocou maior entusiasmo do italiano na medida em que algumas práticas pareciam encaminhar-se definitivamente para a ordem anarquista procurada. Rossi iria referir-se sobre como foi que os jovens empreenderam com grande ímpeto a renovação da Colônia:

“[Em] junho de 1891, as sete famílias (...) anunciaram sua saída, sob o pretexto de reconstruir a colônia com elementos melhores, apoderando-se do capital social (...) Alguns rapazes se organizaram para continuar o empreendimento e fizeram isso com muita coragem, enquanto o restante da população, em parte desconfiando e talvez constrangido diante dessa iniciativa...”. (ROSSI, 2000, p.68)

Sobre esse grupo de jovens que chegaram, Mello Neto recupera um relatório de Cappellaro:

“Este grupo de jovens inteligentes e corajosos levantou a bandeira do comunismo anarquista (...) eles decidiram formar de novo a Colônia Cecília, menos numerosa que antes, contudo cheia de juventude, com muita experiência e com braços fortes e corajosos. A fraternidade, então,

reinou entre todos os colonos...”. (CAPPELLARO, A., s/n, citado por MELLO NETO, 1996, p.158)

Da mesma maneira, Rossi também destacaria o modo em que os jovens intervieram na reorganização da Colônia: “Sem a ditadura e o parlamentarismo, cada um encontrou facilmente a maneira de matar a fome, e o entusiasmado grupo de rapazes também conseguiu arranjar comida (...) era sublime em sua simplicidade: trabalhar com afinco até que uma boa quantia de produtos alimentares, guardados em armazéns, pudesse garantir a sobrevivência das famílias (...) E continuaria apontado que “Foram combatidas energicamente as tentativas individuais de assumir influências dentro do grupo; assim os nomes de feitor, diretor, patrão, almejados na sociedade burguesa, eram apelidos injuriosos no grupo anárquico...”. (ROSSI, 2000, p.68-69)

Inclusive, Rossi mostra, por essa passagem, uma grande crença na consecução de um entrançado de sentidos anarquistas, principalmente com relação ao que entrevia que acontecia nas relações cotidianas dos colonos: “Mas mesmo que a nossa vida moral não seja um idílio, podemos considerá-la um pouco superior à vida moral do mundo burguês. O fato de nos sabermos livres e iguais tem fortalecido o nosso caráter. A vida em comum nos tem ensinado a ser reciprocamente mais tolerantes para com as fraquezas alheias. A comunhão dos interesses (...) faz com que cada um de nós se interesse pelo bem-estar dos demais. Por fim, a aplicação pratica da idéia de liberdade nos tem levado a um maior respeito no tratamento com o outro, diminuindo significativamente os atos de prepotência que, normalmente, são comuns nas relações familiares”. (ROSSI, 2000, p.77-78)

As sensações que transmitia Rossi por esses tempos, através de seus escritos, também contavam com entusiasmados trechos, como o seguinte: “Quanto à moral dos indivíduos, podemos francamente dizer que aqui ela está muito melhorada, pela sociabilidade e pelo espírito de benevolência refletidos em nossos atos e semblantes, pela tolerância mútua aos defeitos que cada um herdou; enfim, vivemos todos em boa harmonia, bem melhor que em uma só família da sociedade burguesa”. (CAPPELLARO, A., Cecilia, 8 dezembro 1892, s/l, citado por MELLO NETO, 1996, p.174)

Por isso, deve resaltar-se que apesar de os anarquistas terem conseguido avançar em um deslocamento nas representações imaginárias dos colonos não anarquistas, isto se viu frustrado por não terem conseguido os libertários articular uma subjetividade comum aos outros imigrantes que lhes permitisse, unificados, posicionarem-se ofensivamente ante o Outro (burguês). Essa foi uma questão fundamental, porque os colonos anarquistas e não anarquistas foram companheiros de comuna, compartilharam as regras e muita das valorações vigentes nesse lugar.

Nesse contexto, por exemplo, em muitos dos colonos camponeses teve primazia aquela ideia de crescimento material individual em relação ao coletivo, seja erigindo-se como um tipo de líder – como no caso de Achille Dondelli- ou pactuando com, ou fazendo parte de, algumas facções internas. Definitivamente, o Projeto libertário da Colônia Cecília parecia despertar-lhes bem pouca atração.

Da mesma maneira, Rossi se refere ao fato da Colônia, mesmo tendo conseguido em alguns momentos uma, ainda que pequena, amplitude econômica, assim como o desenvolvimento fortuito das assembleias, não ter conseguido promover uma cosmovisão anarquista na Colônia:

“A vida moral da comunidade não tem correlação, nem pode tê-la ainda, com a sua organização econômica e política. As faculdades anti-sociais que necessariamente se desenvolveram na vida burguesa ainda perduram, enquanto as faculdades morais correspondentes à nova vida social não tiveram ainda tempo para se desenvolver e consolidar. A essa contradição entre as tendências pessoais e o esquema da vida coletiva é preciso acrescentar a ação irritante da pobreza e o efeito nocivo das relações de parentesco” (ROSSI, 2000, p.85)

Dessa forma, no final de 1891, a situação novamente voltaria a apresentar-se desalentadora para os anarquistas:

“As dificuldades enfrentadas foram tantas e assumiram tal grau de intensidade que, muitas vezes, sufocavam os princípios teóricos que a fizeram nascer. A luta pela sobrevivência tomava o lugar do ideal. As famílias continuavam monogâmicas, o núcleo familiar mantinha as tradições ‘egoísticas’ de autoproteção. Lembro-me de como três parentes, que eram do grupo, muitas vezes se uniam, formando uma facção à parte.

Lembro-me de como o ciúme de um marido, já naquele momento, chegou a provocar tristes incidentes”.(ROSSI, 2000, p.65)

Uma das formas, entre outras possíveis, com que os colonos regularam suas condutas, foi mediante a observação, o olhar de cada um para com outro, o que para Rossi se traduz na palavra egoísmo. Esse egoísmo que muitos dos membros do coletivo arrastavam desde sua socialização europeia, e que seria, para o italiano anarquista, um dos fatores mais relevantes entre os que detonaram o fim da Colônia:

“Como podia funcionar, e como funcionou este egoísmo em uma comunidade anarquista? Somente comparando a produtividade do próprio trabalho com a produtividade do trabalho alheio. Esta comparação era fácil e desfavorável aos companheiros não agricultores, porque estes eram pouco habituados ao trabalho dos campos”. (ROSSI, 2000, p.75)

O italiano continua desenvolvendo alguns trechos em que descreve a situação de controle entre os colonos, o que contrastava radicalmente com os pressupostos que tentavam imprimir os anarquistas:

“...cada um sentia a responsabilidade de controlar o seu próprio companheiro, responsabilidade esta mais insuportável, mais pesada, porque mascarada e silenciosa, do que exercida por um mestre de obras em uma oficina burguesa. Faltando virtualmente o ócio, a anarquia não passava de uma palavra; a permanência na Cecília, para alguns, tornou-se moralmente penosa”. (ROSSI, G., *Caro mio Sanftleben*, s/d, citado por MELLO NETO, 1996, p. 237)

A partir de sua visão libertária, Rossi prestava atenção à formação de bandos dentro da comuna, que nada tinham a ver com o espírito anarquista. Justamente, esses agrupamentos iam contra o livre arbítrio individual e coletivo. A leitura que Rossi faz desse período é a da construção de grupos que, no interior do coletivo, disputariam a hegemonia política de um processo social que bem distante encontrava-se das propostas que aqueles esboçavam. De tal modo, Rossi indica uma situação na qual:

“...eles ‘formavam partido; isto era natural, pois uma espécie de identidade de interesses os unia. Este partido, que conglobava os trabalhadores mais eficientes, era reforçado com outros unidos por laços de amizade ou de novo parentesco (...), rivalizava com os menos trabalhadores, com os mais débeis no trabalho manual (...) e comigo, que não os apoiava, porque jamais desejei ser o *Boulangier* da Cecília. O sociólogo percebeu aqui a crise orgânica, ideológica: ‘... o sarampo invadiu o *mícron* anarquista’”(ROSSI, G., *Caro mio Sanftleben*, citado por MELLO NETO, 1996, p. 237-238)

Dentro dessa configuração ao interior da Colônia:

“... projeta-se a figura de um chefe, ‘aquele que se impôs como administrador’ e que Cappellaro definiu como ‘um protetor que tinha o bom coração de prometer, mas que não tinha a energia nem a memória necessárias para manter’”. Enquanto que: “Em uma carta de Giovanni Rossi a sua família, datada de outubro de 1891, entende-se que esse ‘gerente’ é Achille Dondelli. (Carta de Giovanni Rossi, de 17 de outubro de 1891, Arquivos particulares Pardini, citada por Marcello Zane na sua intervenção no colóquio sobre Giovanni Rossi, realizado na Biblioteca Franco Serantini de Pisa, no dia 27 de março de 1993 citado em Felici, Isabelle, *Op. Cit.*, p.19-20)

A continuidade de sua exposição evidentemente que se constrói com base no que estava acontecendo entre os colonos camponeses que tinham adquirido uma certa relevância grupal (econômica e política) internamente ao coletivo, ainda que, ao final, volta para uma questão na qual parece-nos interessante reparar. Mello Neto indicaria: “Com clareza e sensibilidade, procura interpretar as reações do grupo. A dissolução parecia ser um fato, mas ninguém queria pessoalmente assumir a responsabilidade de propô-la. Pois, para isso, ‘o egoísmo teria que ser confessado, e ele era negado por todos’”. (ROSSI, G., *Caro mio Sanftleben*, citado por MELLO NETO, 1996, p.238).

A questão aqui é que, aparentemente, eram alguns os camponeses os que - pela força de suas ações - atentavam contra o coletivo. Não obstante, esse egoísmo, esse receio muitas vezes manifestado entre os membros da comuna, também poderia abarcar colonos que se chamavam libertários. Podemos recordar, por exemplo, o que aconteceu em relação ao amor livre e como os casais e matrimônios continuavam com seu caráter monôgamo.

Uma diferença fundamental que vale observar é que os camponeses conseguiam organizar-se sem maiores problemas, além de umas situações conflituosas, que geralmente se estabeleciam com a renovação dos camponeses que chegavam à Colônia. Superado esse primeiro momento de disputa, e uma vez definida as relações de poder entre eles, os sentidos e as valorações pareciam encaixar-se de cheio em torno de uma subjetividade comum. Assim, por exemplo, em 1893, ocorreu a chegada de um grupo grande de camponeses:

“Os recém-chegados se chocam com o grupo de camponeses de Parma, chegados um ano antes, e as rivalidades que se manifestaram no período precedente continuam. As opiniões de Cappellaro e de Rossi sobre a atmosfera da Cecília durante esse período são bastante abrandadas, mas parece que os colonos da Cecília tinham finalmente encontrado um *modus vivendi*”. (FELICI, 1998, p.26)

Por isso, a mentalidade tradicional conservadora, mas também a impossibilidade de muitos colonos romperem com boa parte de suas valorações, jogava contra a conformação de um entrançado de sentidos anarquistas. Colonos que tendiam à conservação desse Outro lugar simbólico de constituição que, enquanto não fosse destruído ou colocado em evidência, sustentavam os sujeitos sociais, ainda que mais não fossem do que meros reprodutores de uma ordem que os mantinha como seres oprimidos e passivos. Daí que os libertários construíssem esse outro como sendo a Burguesia Europeia, mãe de todas as explorações de que a comunidade inteira que residia na colônia padecia, mas a interpelação realizada não conseguira articular as demandas particulares que se configuravam no interior da Colônia.

E na medida em que não conseguiam ir formando a cadeia de equivalências, mais próximo se apresentava o final da experiência, do Projeto. Esta situação, que foi mencionada mais acima, é a que diferencia a extinção da Colônia Cecília como coletivo libertário e sua finalização como colônia agrícola. Tomando as palavras de Rossi, Pazello Valente, se refere ao final da Colônia: “No final da exposição, Rossi pergunta-se sobre o que sucederá à Cecília. E aventura que ela provavelmente morrerá. Para explicar o motivo de sua morte, levanta algumas hipóteses. Entre elas, o egoísmo da família que poderia fazer

com que a Cecília se transformasse em uma ‘vulgar cooperativa...’”. (PAZELLO VALENTE, 1997, p.104)

Esse laço simbólico, essa relação com o Outro, é a relação do significante Amo. Significante Amo, Nome do Pai que exige uma obediência aos sujeitos que interpela. Esse significante, para os Colonos, devia colocar-se em forma antagônica com a do Universo Simbólico Burguês: tinha que quebrar com a concatenação de significantes que estruturava os sujeitos sob a fantasia burguesa da ordem baseada na lei de direito, na propriedade e numa concepção de liberdade e igualdade diferentes (e até oposta) à que propõe o anarquismo.

Aqui, temos a anarquia como o Outro, Outro que – como o sujeito barrado - erige sua constituição sobre uma falta, mas que é velada pelo universo que representa como aparência do fechamento total de sentidos, e que será o ponto a partir do qual interpelará os sujeitos como lugar para sua constituição. O que oferece este Outro em troca da sujeição do sujeito é uma ilusão de completude, que para o caso aqui pesquisado estaria baseada nos princípios socialistas libertários. A oportunidade de realização do imaginário e do simbólico era a o que apontavam os militantes anarquistas. Mas não compreenderam, ou não souberam, como articular as demandas pontuais dos camponeses (comida, teto, vestuário) com todas as potencialidades que, segundo seu entendimento, a anarquia encerrava.

No entanto, se afirmamos que os colonos não anarquistas não foram totalmente indiferentes aos sentidos dos libertários, isso se deve a terem eles encontrado na Colônia outro significante Amo: deram com a presença de Rossi. Para eles, a anarquia não representava mais do que um dos significantes vazios dentro do campo de flutuação que fechava a figura paterna do italiano. Rossi foi quem idealizou a Colônia, quem obteve os elementos para desenvolvê-la e, definitivamente, quem os convocou para que se instalassem ali. Ele mesmo foi quem viveu a primeira experiência de amor livre, quem muitas vezes ensinou as crianças e quem foi escolhido como representante do núcleo para ir apresentar-se ante as autoridades locais e para viajar à Itália para propagar a experiência.

Nessa linha, Mello Neto diria: “Sua viagem, sem dúvida, provocou um vazio na Colônia. Lorenzo Arrighin, um dos seis pioneiros, já nos primeiros meses abandonou a

experiência, retornando a Itália. Cattina deveria ainda ocupar-se em tempo integral com o filho recém-nascido. Restavam poucos braços para tantas tarefas”⁷⁹. Esse vazio denotava, nessas condições, a impossibilidade de autocondução do grupo sem a figura do líder⁸⁰. Rossi sabia disso e, a partir daí, passou delegar papéis e funções. Não obstante, e além de sua predisposição, Rossi não conseguiu romper seu mandato paterno. O Nome do Pai continuou ligado a sua pessoa, e se no nível imaginário os colonos identificavam-se como representantes de uma mesma ordem comum, no nível simbólico era a palavra de Rossi aquela dava sentido às representações do mundo que desenvolviam. Mas o grande desafio era que os colonos todos fizessem parte do processo de autonomização individual e coletiva.

¿Por quê não podia ser Rossi esse significante Amo? No primeiro lugar, devido a que como demonstraram os acontecimentos da Colônia, a heterodoxia anarquista de Rossi poderia resultar em uma interpelação laxa ou pelo menos, não suficientemente ajustada ao Projeto da Colônia. Seu chamado ia dirigido mais para o que os camponeses (e os colonos em geral) optasen por realizar, que para impulsar uma radicalização dos costumes e práticas assim como de suas representações.

Se fez enfases em que os anarquistas não adoctrinarían as pessoas na Colônia, mas aquí estamos num outro nível. Uma questão é que um grupo de anarquistas formando militantes pasivos reproductores de uma doutrina e outra diferente é o que acontece com o lugar de Significante Amo que marca uma diretriz sobre a construção dos sujeitos, sem chegar a determiná-los, mas sim marcando a sua constituição a partir de certos significantes.

Outra situação é a que vivenciaram aqueles que, com um espírito anarquista, socialista, ou partidários de um humanitarismo livre, buscaram na Colônia Cecília o desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e espirituais e a construção de um mundo distinto do que conheciam até o momento. Não obstante, nos assuntos nos que se afundou a comuna, não lhes aportava nada em absoluto. Sacrifícios fizeram, mas a irresolução geral convidava-os, antes, a irem embora do que persistir com o experimento. O plano que

⁷⁹ Mello Neto, Cândido de., Op.Cit., p.147.

⁸⁰ Como exemplo, vale tomar o caso das fontes aqui estudadas, trabalhos (acadêmicos como literários) que concentram suas análises em Rossi, dedicando-lhe uma atenção preferencial, e alguns deles o fazem em detrimento do que em primeira instância propõem como seu objeto principal, que é a Colônia Cecília.

reconheciam desde a teoria e o papel, e que chegou a moldar-se medianamente na comuna, longe esteve de suas expectativas. Somente para uma parte ou, melhor dizendo, unicamente para Rossi, a Colônia rendeu os frutos necessários: “Já no fim da carta, o mentor da Colônia procura manifestar a conclusão do pesquisador social: ‘Para mim a Cecília não foi um fracasso. Foi um experimento, creio, novo na história, que durou o suficiente para que a idéia orgânica da anarquia pudesse ser posta em prova. E saiu incólume. Isto do ponto de vista científico’”. (ROSSI, G. et al., citado por MELLO NETO, 1996, p.236)

Frutos que seriam recolhidos em outra parte, e não aí, tal como o pretendiam os que por diversos motivos chegaram às proximidades de Palmeira, para fazerem parte disso que se denominava Colônia Cecília. Nesse ponto é que notamos que a interpelação de Rossi foi débil ou não correspondeu às potencialidades que o Projeto ocasionava; existia uma ideia mais próxima a “Conviva com os anarquistas” do que “Seja um anarquista”.

No entanto, e além de como se foi desenvolvendo a experiência, diferentes balanços foram efetuados em torno do acontecido:

“Nem os amigos foram mais felizes em entender a nossa obra. Desde a *Révolte*, que nos considera ‘descrentes do futuro’, à *Crítica social*, que nos aclama como ‘Robinsons do ideal’, todos, de maneira geral, nos consideram um punhado de poetas impacientes, enquanto os malévolos nos comparam àquele rato que, desgostoso com as iniquidades do mundo, foi levar uma vida eremita numa grande fôrma de queijo”. (ROSSI, 2000, p.80)

É que, de acordo a como mencionamos em outras partes deste trabalho: “Rossi reage contra aqueles que esperavam surgir da experiência laboratorial o homem do futuro, ‘o modelo ideal que poderia ser produzido em série para a sociedade da pós-revolução social’”. (MELLO NETO, 1996, p.221-222)

Deixando de lado esse comentário, vale afirmar que Rossi não podia ser o Significante Amo pela simples razão de que essa não era a meta do Projeto. A gesta era para edificar a anarquia, para seguir a procura da liberdade permanentemente. Permanentemente porque a liberdade está sempre por construir-se: nunca se alcança, e esse é seu paradoxo. Como diz Ellul (In FERRER, 2005, p.281): “La contradicción es radical; la libertad no puede ser, por su misma definición, una condición estabilizada, una situación

adquirida; ella comienza cuando sucede un cambio de estado, cuando una situación es puesta en discusión, cuando la atribución de la libertad es negada por el uso mismo que se hace, cuando el límite de la institución es transpuesto”⁸¹.

Falar que se alcançou a liberdade é ajustar-se a algo instituído e, justamente, quando algo está instituído se perde a base de autonomia e capacidade de autocriação. Nesse sentido, caracterizar Rossi como a encarnação simbólica da anarquia seria mitificar um recorte de sentidos atentando contra aquela permanente ressemantização do significante (e com isso das práticas que se materializam através do campo discursivo em que se atua). Mueller (1989, p.127) recupera de Bakunin a ideia de uma sociedade libertária:

“Não se coloca a hipótese de se vir a construir uma sociedade de liberdade absoluta, fechando um percurso histórico, não se coloca o fim de uma revolução diante de uma nova sociedade acabada. Este não esgotamento da liberdade, na medida em que ela pode, e deve, ser constantemente reinventada, é a garantia da permanente desestruturação de um possível autoritário. A sociedade libertária, portanto, seria uma sociedade em permanente transformação, daí também a impossibilidade de defini-la antecipadamente”.

A anarquia propõe a procura permanente da autoprodução dos sujeitos com relação coletiva: é um lugar a ser construído, não realizado, aglutinador de sentidos costurados em torno de uma subjetividade comum, mas que não é dado como fórmula resolvida: um sujeito político que se outorgue as condições de vida que considera desde a discussão e o intercambio coletivo - condições que não lhe ofereciam as coações externas à experiência - é parte do assunto.

Os clássicos anarquistas têm como premissa a destruição como forma de criação. E se algo havia que ser destruído na Colônia, esse algo era essa subjetividade de origem com as que os camponeses chegavam à comuna. Mas a subjetividade coletiva a construir-se não deveria ser concentrada por uma pessoa, por um chefe simbólico que possuísse o saber, a palavra autorizada. A nomeação e, com ela, o poder de criação,

⁸¹ Ao que em seguida acrescentaria: “La primera certeza que se podría tener es que la libertad no puede ser sino movimiento, cambio, voluntad de avanzar, de transformar. No se puede ni siquiera concebir una libertad estática, consuetudinaria, repetida, estabilizada”. ELLUL, J., Las estructuras de la libertad. In: FERRER, CH. (Org.), 2005, p.288.

poderia circular livremente entre os sujeitos. Ao não se constatar essa situação, é que se comprova que efetivamente um corrimento ao nível imaginário das representações dos sujeitos se produz, mas só para mudar de amo: da lei do direito burguês para a formação de um novo amo, Giovanni Rossi.

E verificamos que se fala como se fosse um novo amo, mas que não se tem como um amo mesmo, dado que no caso da comuna houvesse tido a Rossi como amo, estaria em condições de colocar-se na cena a formação mesma de sujeitos anarquistas na Colônia. Essas posições flexíveis que demonstraram os camponeses em diversas situações não aconteceram. Por exemplo, o amor livre poderia ter sido o ponto de maior desenvolvimento dentro do coletivo, especialmente por ser ao qual com mais ênfase se dedicou o italiano.

Não obstante, aquele deslocamento dentro do imaginário, sem dúvida validou a experiência, mesmo que bem afastada tenha ficado a grande meta consistente de quebrar com a cadeia de significantes de um universo simbólico que devia ser derrubado. A ação de acabar com os amos é justamente o que caracteriza o anarquismo, o que não se conseguiu obter na Colônia e que significou a impossibilidade de realização do objetivo de máxima dos colonos libertários.

VII- Considerações finais

Com o transcorrer da pesquisa, foram aparecendo diferentes assuntos que seria desejado recuperá-los brevemente, antes de dar por finalizado o trabalho. Dentre esses pontos, um dos que se destaca é a mitificação que se constrói sobre a comuna libertária, como um dos principais fatores que impulsionam sua vigência no imaginário popular de diferentes partes do mundo e, especialmente, no sul do Brasil. Tal mitificação, como apontamos, é efetuada a partir das produções ficcionais que em torno da comuna se desenvolvem. Romances, filmes, peças de teatro e outras obras não científicas, como podem ser os escritos ensaísticos, colaboram com a formação da memória ativa de uma experiência que, paradoxalmente, acontece dentro de um movimento que, faz décadas, saiu do centro da cena política.

Essa memória não somente dá lugar à mencionada vigência, mas vai também acompanhada da construção de uma visão particular do empreendimento. Pelo exposto, é, antes do mais, a representação dos anarquistas como românticos, aventureiros e sonhadores o enfoque privilegiado. Inclusive, e aproveitando algumas questões singulares da Colônia (como promover o amor livre), os relatos ficcionais tomam esses dados para armar as tramas conflituosas sobre as que girarão os argumentos nas diferentes situações. Com esse mesmo movimento, se deslocam e deixam de lado as propostas políticas de fundo que os libertários traziam consigo.

Apesar de este procedimento poder ser compreendido através da sua referência à especificidade de tais obras, assim como pela circulação a que se vem recortadas, o interessante do caso é que, na maior parte dos trabalhos científicos e acadêmicos que têm sido de utilidade para a investigação, é mínimo o deslocamento discursivo a partir do qual se enuncia a realização da Colônia. Desse modo, o caráter utópico, a associação ao pensamento romântico e o pensamento libertário tingidopergenhado de um tipo de idealismo são algumas das posições desde as que os estudiosos colocam à comuna e os anarquistas que dela fizeram parte.

No entanto, algumas questões que aconteceram com a Colônia parecem ter gerado algumas coordenadas através das quais podemos localizá-la, e que são as que decididamente tomam a atenção de quase todos os pesquisadores acadêmicos que se dedicaram à análise da experiência anarquista. Um destes assuntos foi que os libertários não

tiveram, nem antes nem durante a realização da Colônia, um plano de ação concreta ou algum tipo de planificação que lhes permitisse reconhecer as condições possíveis para a viabilidade da experiência. Dessa forma, deu-se lugar a que, desde o início, os anarquistas fossem pensados como um punhado de arriscados militantes que, guiados pela mera idealização de seus preceitos políticos, se jogaram à construção de uma comunidade, sem mais que as intenções de cumprir com essa ilusão. Mais ainda, o fato de os anarquistas não deterem a menor informação do local no qual iriam desenvolver a comuna (chegando, inclusive, a modificarem subitamente a localização da mesma) não faz mais que colaborar com o aumento da tipificação.

Foi a partir desta mesma linha de raciocínio que os principais líderes anarquistas da época, como Malatesta e Reclus, conceberam o experimento social e a criticaram a forma em que a comuna foi colocada em prática. E isso não só pelas dificuldades que percebiam em sua concretização material, mas, principalmente, pelo atentar contra as organizações anarquistas estabelecidas na Europa. Tais organizações contavam com a projeção de planos de longo alcance, ao mesmo tempo em que realizavam ações pontuais que estavam levando para frente em um cenário convulsionado - entre outros fatores, pela reprodução do capitalismo em sua forma expandida, assim como pelos processos de unificação nacional que estavam acontecendo em muitos países daquele continente, e que precisavam de cada vez mais militantes atuando nas zonas de conflitos.

Porém, não era unicamente a execução da colônia no Brasil o que podia chamar a atenção dos anarquistas. A própria figura de Rossi como militante político teve uma trajetória por demais instável, marcada por sua heterodoxia libertária. Uma heterodoxia que muitas vezes o afastava dos aspectos centrais dessa corrente, dando vez à denúncia de seus camaradas. Uma das questões mais chamativas de sua posição é o fato de haver tido uma passagem pelo Partido Socialista Italiano, sendo este um partido político institucionalizado e que tinha como principal bandeira o socialismo reformista.

A extensa presença de pensadores utópicos no referencial teórico rossiniano é outro assunto a considerar. Socialistas utópicos como Saint-Simon, Fourier e Owen, ou escritores como Bellamy, já foram apegados ao gênero da utopia, e suas influências caracterizaram a anarquista italiano; isso não aconteceu em detrimento do conhecimento

que Rossi tinha dos clássicos libertários. Ademais, não podemos nos esquecer de que outra fonte destacada da que se nutriu foi as leituras de corte positivista, especialmente aquelas relacionadas com a veterinária, a medicina e a biologia em geral, nas que se adentrou para obter sua titulação como veterinário.

Além dos conceitos e categorias, essa formação imprimiu muitas vezes um ponto de partida positivista a suas elaborações teóricas, ponto que se acentuava mais ainda, dada a forte presença do positivismo como cosmovisão geral do mundo predominante na época. Porém, e se retomarmos o apego de Rossi pelos utópicos, podemos observar que, na maior parte das vezes, seus argumentos entravam e saíam de uma corrente a outra, de acordo como iam desenvolvendo-se os fatos, e reiteradamente sem mediar transição alguma entre o passo de uma para outra.

Além dessas particularidades, também comprovamos a extrema dificuldade que é adentrar-se pormenorizadamente na Colônia Cecília, sem tomar em consideração a referência que envolve a figura de Rossi. Não somente, como dissemos anteriormente, por seu lugar de mentor e fundador, mas também porque sua presença imantava os diferentes assuntos da Colônia, desde os que tinham a ver com as ações relacionadas à produção, à organização política, até, obviamente, a realização do Projeto Cecília enquanto comunidade anarquista.

E isso acontecia sem que Rossi se designasse como líder, chefe ou diretor da comuna. Em seus planos particulares, assim como naqueles compartilhados com os anarquistas da comuna, o que promulgava era a organização sem nenhum tipo de dominação ou representação. No momento de tentar aplicar esses conceitos na Colônia, o desafio passava, principalmente, pela não delegação das decisões em representantes internos. Da mesma maneira, se fazia presente nos anarquistas procurar alcançar um tipo de comunidade libertária sem recorrer a doutrinação algum das diferentes pessoas que se aproximavam a formar parte do coletivo - inclusive, era descartado qualquer tipo de castigo para quem não se adequa-se convenientemente às sugestões que efetuavam os libertários.

É aí, quando Rossi passa a arvorar-se como um elemento simbólico de coesão dentro do grupo, na medida em que é colocado como o elemento que toma a representação do Projeto, o nome capaz de dar sentido à Colônia, em uma palavra, foi o

signo que se estruturou como o mais próximo a uma Lei dentro do coletivo. E por mais que Rossi não o propusesse, e ainda buscasse evadir-se dessa posição - sabendo que o processo deveria encarnar-se em elementos simbólicos que traçassem uma amálgama coletiva, procedente dos sentidos que os colonos reivindicassem como próprios-, tanto os libertários como os camponeses que se somaram com o decorrer da comuna viam unicamente em Rossi a instância capaz de interpelar e resolver as inquietudes que os mobilizavam.

Dessa forma, tal situação aparentemente ocorria em decorrência de um leve nível de sujeição, já que pudemos verificar que os diferentes grupos ou facções nos que medianamente se cindiam os membros da comuna também não responderam à interpelação rossiniana do modo em que ele o propunha. Por um lado, os libertários não só não pareciam entender com clareza a ideia do laboratório social que expressava Rossi, assim como, no momento de por em prática as noções anarquistas com as que se haviam formado politicamente, e que Rossi entendia como centrais para o êxito do Projeto, não conseguiam assumi-las como condutas próprias (como o caso saliente do amor livre).

Assim mesmo, os camponeses aceitavam a consigna dos libertários, mas de um modo limitado. Suas atitudes passavam por favorecer muitas das teses impulsionadas por aqueles, mas sempre subordinadas aos sentidos das representações gerais que originaram da Itália. De tal modo, e relacionado com os diversos documentos revisitados, bastante longe estiveram de quebrar com suas matrizes simbólicas. No caso destes grupos, também pudemos observar que sua permanência na comuna se deu até que suas valorações não fossem colocadas em um alto grau de agitação – excetuando aqui as questões meramente econômicas.

Nestes pontos que vimos mencionando é que se ingressam os diversos balanços efetuado pelos pesquisadores da comuna libertária tendiam a resolver-se dentro de uma grande amplitude, que abarca desde notórias reivindicações para o Projeto todo - incluindo os anarquistas participantes - até um outro extremo no qual se acham aqueles que o chamam de pleno fracasso – contando com o escrito rossiniano apontado por Felici, no qual, com pseudônimo, o italiano indica o frustrado da experiência, como não o fizera em nenhum outro texto.

Para os que sustentavam esta última posição, a ênfase é colocada no caráter libertário da Colônia. É que se, por exemplo, pensamos no fator econômico, vale dizer que, apesar de a mesma ter permanecido ativa por quatro anos, não teve um grande crescimento econômico que a fortalecesse, mesmo que tenha permitido a chegada de muitos italianos nas cidades em volta e tentar, assim, alcançar melhores condições de vida que as que tinham na Itália.

Então, o assunto remete a essa condição libertária da comuna. Vimos que algumas das propostas anarquistas conseguiram ser plasmadas, especialmente aquelas concernentes ao trabalho: sem horários, sem chefes, sem castigos, os relatos dão conta de uma harmonia bastante pronunciada neste aspecto. Um pouco diferente foi o acontecido com o amor livre, em que somente os mesmos participantes formaram parte dos fatos, sem que outros membros se incorporassem. Ainda que também não tenham havido denúncias por imoralidade, por preconceito, ou pessoas que deixaram a comuna por sentirem-se afetadas por causa dessas práticas.

Quiçá, outro elemento alcançado tenha vínculo com o sistema de organização política, embora Rossi tenha mencionado algumas vezes que as assembleias se viam obstruídas por discussões fúteis, também diria que, em certas passagens, as mesmas foram frutíferas e permitiam manter a ordem no interior da comuna. Porém, e como contrapartida, aparece de igual modo apontada a resistência dos camponeses em integrarem-se completamente e conformarem partidos ou subagrupações dentro do coletivo.

O que vale reconhecer é que uma série de valorações, sentidos, visões tem sido compartilhada pelos diversos membros da comuna. Evidentemente, não podemos falar de que aí tenha emergido a constituição de um sujeito anarquista produto da configuração simbólica que procurava estabelecer-se na comuna. Do mesmo modo, dificilmente se deu a construção de uma subjetividade coletiva única na Colônia, baseada em valorações anarquistas. Não obstante, é possível afirmar que diferentes subjetividades conseguiram conviver medianamente bem nos três anos e pouco que a Colônia se designou como libertária.

Dada essa situação é que surgem as diferentes valorações a partir dos balanços da comuna. Inclusive, produto desse panorama, é o fato de Rossi ter podido

asseverar que sua meta de demonstrar, pela experiência, que a convivência anarquista era possível, tenha alcançado seus objetivos. Mas também aparece manifesta a decepção de muitos anarquistas de não ver cumpridos seus ideais e, por isso, terem partido do lugar. Podemos, então, afirmar que essa necessidade taxativa de rotular a Colônia, de fechar a experiência não é de nosso interesse. O que aqui é proposto, a tentativa passe por esmiuçar-la e procurar compreendê-la a partir da radicalidade que encarnava o projeto. Assim como devem ser consideradas as diferentes variáveis que se puseram em andamento e que fazem da experiência, ainda hoje, um empreendimento riquíssimo, não só para pensar a viabilidade do anarquismo, mas também como forma de entender um pouco mais em profundidade diferentes práticas dos homens vivendo sobre determinadas condições de organização, marcadas, especificamente, pela procura constante da liberdade.

Referencias

BAKUNIN, Mikhail. **Dios y el Estado**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2004.

BERTOLO, A. Poder, autoridad, dominio: una propuesta de definición. In: FERRER, CH. (Ed.). **El lenguaje libertario**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2005.

BOOKCHIN, Murray; LIGURI, Domenico; STOWASSER, Horst. **La utopía es posible: Experiencias contemporáneas**. Buenos Aires: Tupaq Ediciones, 2007.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ZIZEK, Slavoj. **Contingencia, Hegemonía, Universalidad**. 2.ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **La institución imaginaria de la sociedad. Volumen 2: El imaginario social y la institución**. Barcelona: Tusquets, 1989.

Poder, política, autonomía. In: FERRER, CH. (Ed.). **El lenguaje libertario**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2005.

CHOMSKY, N. Apuntes sobre el anarquismo. In: FERRER, CH. (Ed.). **El lenguaje libertario**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2005.

COSTA DE OLIVEIRA, Ricardo. **O silencio dos vencedores: Genealogia, Classe dominante e Estado no Paraná**. Moinho do Verbo: Paraná, 2001.

DA SILVA, Ângelo José. **A formação do militante anarquista**. 2003. 191p. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003.

ELLUL, J. Las estructuras de la libertad. In: FERRER, CH. (Ed.). **El lenguaje libertario**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2005.

FELICI, Isabelle. A verdadeira história da Colônia Cecília de Giovanni Rossi. **Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas**, UNICAMP/IFCH, Campinas, v. 8/9, p.09-68, Dezembro 2004.

FERRER, Christian. **Cabezas de tormenta**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Arqueología del saber**. 16 ed. México: Siglo XXI, 1995.

FREUD, S. Psicología de las masas y análisis del yo. In: FREUD, S. **Obras Completas**. Buenos Aires: Amorrortu, 1984.

GATTAI, Zélia. **Anarquistas, graças a Deus**. Rio de Janeiro: Record, 1979.

GUÈRIN, Daniel. **El anarquismo**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2003.

LACAN, J. El estadio del espejo como formador de la función del yo (je) tal como se nos revela en la experiencia psicoanalítica. In: Zizek, Slavoj (Org.). **Ideología: un mapa de la cuestión**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003, 107-113 p.

LACLAU, Ernesto. **Emancipación y diferencia**. Buenos Aires: Ariel, 1996.

La Razón Populista. Buenos Aires: FCE, 2005.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonía y estrategia socialista: Hacia una radicalización de la democracia**, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LEUENROTH, Edgard (Org.). **Anarquismo: roteiro da libertação social**. Antologia de doutrina crítica-histórica-informações. Rio de Janeiro: Mundo Livre, 1963.

LOURAU, Rene. Instituído, instituyente, constrainstitucional. In: FERRER, CH. (Ed.). **El lenguaje libertario**. Buenos Aires: Ediciones Anarres, 2005.

MELLO NETO, Cândido de. **O anarquismo experimental de Giovanni Rossi - de Poggio al Mare à Colônia Cecília**. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 1996.

MUELLER, Helena Isabel. **Flores aos rebeldes que falharam: Giovanni Rossi e a utopia anarquista: Colônia Cecília**. 1989. 333p. Tese (Doutorado em História) – FFLCH – USP, São Paulo, 1989.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Paraná: Ocupação do território, população e migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NETTLAU, Max. **La anarquía a través de los tiempos**. Madrid: Ediciones Júcar, 1978.

PAZELLO VALENTE, Silza Maria. **A presença rebelde na cidade sorriso**. Contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920. Londrina: Ed. UEL, 1997.

PELLIZZETTI LOLLA, Beatriz. **Reflexões sobre uma utopia do século XIX**. Paraná: Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. **El desacuerdo: Filosofía y Política**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1996.

ROSSI, Giovanni. **Colônia Cecília e outras utopias**. Paraná: Imprensa Oficial de Paraná, 2000.

RUSSEL, Bertrand. **Los caminos de la libertad**. México: Orbis, 1961.

SANCHES NETO, Miguel. **Um amor anarquista**. São Paulo: Record, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística general**. Barcelona: Planeta-Agostini, 1984.

SCHMIDT, Alfonso, (1942), **Colônia Cecília**: uma aventura anarquista na América: 1889 a 1893. São Paulo: Anquieta, 1942.

SCHÜTZ, Alfred. **El problema de la realidad social**. Buenos Aires: Amorrortu, 1974

SOUZA, Newton Stadler de. **O anarquismo da Colônia Cecília**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1970.

VASCONCELOS, Ana Lúcia. Entrevista com Renata Pallotini, **Sal da Terra Luz do Mundo**. [S.l] 4 de maio de 1993. In: http://www.saldaterraluzdomundo.net/Literatura_entrev_Renata.htm.

VASCONCELOS, José Antonio. **Anarquismo e utopia**: As idéias políticas de Giovanni Rossi. 1996. 137p. Dissertação (Mestre) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal de Paraná, Curitiba, 1996.

ZIZEK, Slavoj. **El sublime objeto de la ideología**. México: Siglo XXI, 1992.

-**Ideología**: un mapa de la cuestión. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003, Introducción.

